

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULA TURRA GRECHINSKI

DESTINO TURÍSTICO LITORAL DO PARANÁ: INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

CURITIBA

2022

PAULA TURRA GRECHINSKI

DESTINO TURÍSTICO LITORAL DO PARANÁ: INDICADORES DE
SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento, no Setor de Ciências
Agrárias da Universidade Federal do
Paraná, como requisito para a
obtenção do título de Doutora em Meio
Ambiente e Desenvolvimento.

Comitê de orientação:
Cristina Frutuoso Teixeira
Manuela Dreyer da Silva
Sandra Dalila Corbari

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Grechinski, Paula Turra

Destino turístico Litoral do Paraná: indicadores de sustentabilidade e políticas públicas para o desenvolvimento do turismo sustentável / Paula Turra Grechinski. – Curitiba, 2022.
1 recurso online: PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Comitê de orientação: Cristina Frutuoso Teixeira, Manuela Dreyer da Silva, Sandra Dalila Corbar

1. Ecologia política. 2. Política pública. 3. Sustentabilidade. .I. Teixeira, Cristina Frutuoso. II. Silva, Manuela Dreyer da. III. Corbar, Sandra Dalila. IV. Universidade Federal do Paraná. Programa Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. V. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **PAULA TURRA GRECHINSKI** intitulada: **Destino turístico Litoral do Paraná: indicadores de sustentabilidade e políticas públicas para o desenvolvimento do turismo sustentável**, sob orientação da Profa. Dra. CRISTINA FRUTUOSO TEIXEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 03 de Outubro de 2022.

Assinatura Eletrônica

21/11/2022 19:24:00.0

CRISTINA FRUTUOSO TEIXEIRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

21/11/2022 18:23:48.0

CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

25/11/2022 11:42:14.0

NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR
LITORAL)

Assinatura Eletrônica

22/11/2022 11:24:23.0

RODRIGO MACHADO VILANI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todas as pessoas que dedicaram seu tempo para se debruçar com atenção sobre as linhas que escrevi nesta tese. Em especial, agradeço imensamente ao meu comitê de orientação, professoras Cristina Frutuoso Teixeira, Manuela Dreyer da Silva e Sandra Dalila Corbari.

Cristina, mais do que refletir sobre o tema da tese, me ensinar a pensar um pouco mais além do que eu já sabia (ou achava que sabia) e a buscar mais conhecimento, você também me fez refletir sobre a vida! Sobre não desistir e saber que sou capaz. Obrigada pelo carinho e empatia que demonstrou quando soube que eu estava grávida, e com o nascimento do Leonardo. E muito obrigada pelas palavras de incentivo, que nunca faltaram.

Manu, quando participei de suas aulas de Metodologia, em 2019, fiquei encantada com todo o seu conhecimento sobre esse tema e aspirei um dia entender tanto quanto você. Foi com muita alegria que recebi a notícia de que você iria integrar meu comitê de orientação, pois assim teria você próxima a mim no decorrer dessa jornada. Te admiro, e te agradeço.

Sandra, obrigada pela ajuda e atenção que você sempre me ofereceu, sou muito grata e aprendi muito com você. Se eu evoluí enquanto pesquisadora, e alcancei discussões que antes eu não alcançava, isso é, em muito, graças a você: ao seu conhecimento, suas contribuições, indicações de leitura, e atenção com o meu trabalho. Muito obrigada!

Agradeço à banca de defesa, Prof^a Cinthia Maria de Sena Abrahão, Prof. Rodrigo Machado Vilani e Prof^a Yanina Micaela Sammarco. À Prof^a Natália Tavares de Azevedo, agradeço duplamente, pois também participou de minha banca de qualificação e contribuiu para o resultado final desse trabalho, juntamente com o Prof. Daniel Hauer Queiroz Telles.

Agradeço ao PPGMADE e os esforços daquelas e daqueles que compõem esse Programa, sempre em busca de qualidade nas pesquisas e discussões que ali se originam, se findam ou se desdobram. Ali tive a oportunidade de ouvir e estar com professoras e professores que muito admiro, e agradeço também a todo o corpo docente que contribuiu em minha busca pelo doutoramento, assim como aos colegas discentes.

Leonardo, por mais que você ainda seja pequeno, meu filho, tem você em cada página dessa tese. Você acompanhou todos os meus sentimentos, quando ainda fazia parte de mim. Depois que nasceu, acompanhou todas as reuniões com o comitê de orientação, que muitas vezes aconteciam com você em meu colo, enquanto eu te amamentava, ou enquanto você brincava ao meu lado. Para conseguir construir essa tese eu tive que aproveitar os momentos em que você dormia, ou acionar nossa rede de apoio – as vovós, que ficavam muito felizes por passar algumas horas com você. Agradeço a elas também por essa ajuda, especialmente minha amada mãe Lucile, que nunca mediu esforços para que eu alcançasse meus objetivos; e minha irmã Silvia, que vibra a cada conquista minha, assim como eu vibro por ela! Amo muito vocês.

Eduardo, também tem você aqui! Quantas conversas e sugestões sobre esse tema nós tivemos durante esses anos, que contribuíram muito para eu ajustar meu olhar, para eu refletir, e conseguir cada vez mais desenvolver o assunto. Obrigada por isso e também pela sua paciência, respeito e incentivo que me acompanharam durante esse processo.

E a você, leitora, leitor, que se interessou por esse tema que me é tão caro e para o qual me dediquei durante alguns anos, obrigada por estar aqui prestes a iniciar essa leitura.

“Nas mãos inspiradas nascem antigas palavras com novo matiz.”

Helena Kolody

RESUMO

Dentre as questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento nas sociedades contemporâneas, esta tese volta sua atenção ao turismo enquanto vetor de desenvolvimento na região turística Litoral do Paraná, assim denominada pelo Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo. Particularmente, discute-se o uso de indicadores de sustentabilidade na gestão e políticas públicas para o turismo que incidem na região a partir de uma construção teórica acerca dos processos de desenvolvimento do turismo, sob a ótica do turismo sustentável, e na perspectiva da Ecologia Política. A abordagem para pensar o turismo como vetor de desenvolvimento dominante no campo do turismo está voltada para o turismo empreendedor, considerado uma panaceia do ponto de vista socioambiental para as localidades onde se estabelece. Diante disso, nesta tese pretende-se complementar estudos científicos prévios que desviam o foco do turismo empreendedor para a prática da sustentabilidade no turismo ao analisar o uso de indicadores de turismo sustentável em políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Litoral do Paraná. Utilizou-se, como métodos e técnicas de pesquisa, o levantamento bibliográfico, a pesquisa documental, a observação não participante e a revisão narrativa. A análise do uso de indicadores conforme proposta, deu-se a partir do contido no Programa de Regionalização do Turismo e no Masterplan Paraná Turístico 2026. Os resultados obtidos mostraram que o desenvolvimento da atividade turística com base nas políticas públicas brasileiras pode ser insustentável, mesmo quando utilizados indicadores de sustentabilidade. Especificamente no litoral do Paraná, observou-se uma desconsideração na participação da comunidade local nos processos de planejamento do turismo, além de uma deficiência no monitoramento dos indicadores do Masterplan, o que resulta na inexistência de informações que possam ser convertidas, de fato, em ações apropriadas de gestão. Desse modo, essa pesquisa acerca da sustentabilidade no desenvolvimento do turismo no Litoral do Paraná, pode servir também aos interesses dos setores público e privado, permitindo-lhes aperfeiçoar ou criar processos que questionem a lógica do mercado, dominante nas políticas públicas de desenvolvimento do turismo.

Palavras-chave: Ecologia Política. Litoral do Paraná. Políticas Públicas. Turismo.

ABSTRACT

Among the issues related to the environment and development in contemporary societies, this thesis turns attention to the tourism as a vector of development in the touristic region Paraná Coast, as named by the Tourism Regionalization Program of the Ministry of Tourism. In particular, this thesis discusses the use of sustainability indicators in management and public policies for tourism in that region, with a theoretical construction about the processes of tourism development, using the perspective of sustainable tourism, Political Ecology. The approach to think tourism as a dominant development vector is focused on entrepreneurial tourism, considered a panacea from the socio-environmental point of view for the localities where it is established. Therefore, this thesis aims to complement previous scientific studies that divert the focus of entrepreneurial tourism to the practice of sustainability in tourism by analyzing the use of indicators of sustainable tourism in public policies for the development of tourism on the Paraná Coast. The bibliographic survey, documentary research, non-participant observation and narrative review were used as methods and techniques of research. The analysis of the use of indicators as proposed was based on what was contained in the Tourism Regionalization Program and the Masterplan Paraná Touristic 2026. The results showed that the development of tourism activity based on Brazilian public policies may be unsustainable, even when sustainability indicators are used. Specifically on the coast of Paraná, there was a disregard for the participation of the local community in tourism planning processes, in addition to a deficiency in the monitoring of Masterplan indicators, which results in the lack of information that can be converted, in fact, into appropriate management actions. Thus, this research about sustainability in the development of tourism on the Paraná Coast can also serve the interests of the public and private sectors, allowing them to improve or create processes that question the logic of the market, dominant in public policies for tourism development.

Key-words: Paraná Coast. Political Ecology. Public Policies. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ	19
FIGURA 2 – BOLA DE NEVE A PARTIR DE HANAI (2009).....	76
FIGURA 3 – TESTE DE ADERÊNCIA NAS BASE DE DADOS	78
FIGURA 4 – NÚMERO ANUAL DE PUBLICAÇÕES JOST 1993-2017	88
FIGURA 5 – GRÁFICO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL POR ANO	89
FIGURA 6 – GRÁFICO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL POR CONTINENTE	91
FIGURA 7 – GRÁFICO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INDICADORES UTILIZADOS INTERNACIONALMENTE.....	97
FIGURA 8 – GRÁFICO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INDICADORES UTILIZADOS NO BRASIL	103
FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE	111
FIGURA 10 – OFERTA TURÍSTICA POR SEGMENTO	125
FIGURA 11 – REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ	128
FIGURA 12 – ORGANIZAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCIDEM SOBRE O TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ	132
FIGURA 13 – EIXOS ESTRATÉGICOS DE ATUAÇÃO DO MASTERPLAN PARANÁ TURÍSTICO 2026	136
FIGURA 14 – MACROPROGRAMA MARKETING E VENDAS, MASTERPLAN PARANÁ TURÍSTICO 2026	140
FIGURA 15 – EMPREGOS E TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ	154
FIGURA 16 – DIMENSÕES DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NOS NÍVEIS FEDERAL, ESTADUAL E REGIONAL	159

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 – OBJETIVOS E MÉTODOS DA PESQUISA	21
QUADRO 2 – DOCUMENTOS PESQUISADOS POR INSTITUIÇÃO	28
QUADRO 3 – OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE: DISCUSSÕES SOBRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	29
QUADRO 4 – DEFINIÇÕES DE TURISMO SUSTENTÁVEL	41
QUADRO 5 – TURISMO E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	47
QUADRO 6 – PROGRAMAS E AÇÕES MTUR (2019-2022).....	59
QUADRO 7 – CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO PARA ANÁLISE ...	78
QUADRO 8 – LIMITAÇÕES DOS INDICADORES	85
QUADRO 9 – PESQUISAS QUE APRESENTAM REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NO TURISMO	87
QUADRO 9 – ORIGEM DAS PESQUISAS DE REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NO TURISMO	94
QUADRO 10 – PRINCIPAIS INDICADORES INTERNACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO	96
QUADRO 11 – OUTROS INDICADORES INTERNACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO	99
QUADRO 12 – PRINCIPAIS INDICADORES NACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO	105
QUADRO 13 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	107
QUADRO 14 – OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE: DISCUSSÕES SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL NO LITORAL DO PARANÁ.....	116
QUADRO 15 – MACROPROGRAMAS PARANÁ TURÍSTICO 2026	137
QUADRO 16 – PARANÁ TURÍSTICO 2026: INDICADORES DA ECONOMIA DO TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ.....	152
QUADRO 17 – PARANÁ TURÍSTICO 2026: INDICADORES DE GESTÃO NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ	154
QUADRO 18 – PARANÁ TURÍSTICO 2026: INDICADORES DESEMPENHO E OFERTA TURÍSTICA NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ	156
QUADRO 19 –SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SUSTENTÁVEL NOS DOCUMENTOS	165

LISTA DE SIGLAS

ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABEOC – Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABGTUR – Associação Brasileira dos Guias de Turismo
ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hoteis do Paraná
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAJET – Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo do Paraná
ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACP – Associação Comercial do Paraná
ACT – Atividade Característica do Turismo
ADETUR Litoral – Agência de Desenvolvimento Cultural e do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná
AEIT – Áreas Especiais de Interesse Turístico
AIE – Agência Internacional de Energia
ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná
AMP – Associação dos Municípios do Paraná
APA – Área de Proteção Ambiental
APD – Agência Paraná Desenvolvimento
BACEN – Banco Central do Brasil
BRAZTOA – Associação Brasileira de Operadoras de Turismo
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPATUR – Conselho Paranaense de Turismo
CGST – Conselho Global de Turismo Sustentável
CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNM – Confederação Nacional de Municípios
COLIT – Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense
COOPTUR – Cooperativa Paranaense de Turismo
CPAR – Conselho do Programa de Parcerias do Paraná
CSI – Core Set Indicators
EMBRATUR – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
ETIS – European Tourism Indicator System

FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FECOMERCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

FECOOPAR – Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

FEDART – Federação das Associações e Cooperativas de Artesãos do Paraná

FEM – Fórum Econômico Mundial

FEPASC – Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina

FETRANSPAR – Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná

FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GSTC – Global Sustainable Tourism Council

IAT – Instituto Água e Terra

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDN – Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná

IEA – International Energy Agency

IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

IFPR – Instituto Federal do Paraná

IISD – International Institute for Sustainable Development

ILH – Índice de Liberdade Humana

INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISAE – Instituto Superior de Administração e Economia

ISO – International Organization for Standardization

JOST – Journal of Sustainable Tourism

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MESMIS – Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidade

MINCIT – Ministério do Comércio, Indústria e Turismo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTur – Ministério do Turismo

NTS – Norma Técnica Setorial

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OECD – Organization For Economic And Cooperation Development

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAR – Programa de Parcerias do Paraná

PDS – Plano para o Desenvolvimento Sustentável

PDTIS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PNT – Plano Nacional de Turismo

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPA – Plano Plurianual

PRODETUR – Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo

PRTUR – Paraná Turismo

RPPN – Reserva Particular de Patrimônio Natural

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDEST - Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo

SEHA – Sindicato Empresarial de Hospedagem e Alimentação

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC – Serviço Social do Comércio do Paraná

SISDTur – Sistema de Indicadores de Sustentabilidade do Desenvolvimento de Turismo

SINDEGTUR – Sindicato Estadual de Guias de Turismo do Paraná

SINDETUR – Sindicato das Agências de Turismo do Estado do Paraná
SINFRETIBA – Sindicato das Empresas de Transporte por Fretamento de Curitiba e Municípios do Paraná
SPTURIS – São Paulo Turismo
TALC – Tourism Areas Life Cycles
TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná
UC – Unidade de Conservação
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UNEP – United Nations Environment Program
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNWTO – World Tourism Organization
USP – Universidade de São Paulo
WWF – World Wild Foundation

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A RELAÇÃO (IN)SUSTENTÁVEL ENTRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO	24
2.1 PASSOS METODOLÓGICOS DO CAPÍTULO	27
2.2 DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E TURISMO	29
2.2.1 O Desenvolvimento do Turismo	34
2.3 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL	39
2.3.1 Desenvolvimento do turismo sustentável ou desenvolvimento sustentável do turismo?	49
2.4 DIRETRIZES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL	55
2.5 O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	67
3. SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	71
3.1 PASSOS METODOLÓGICOS DO CAPÍTULO	75
3.2 TURISMO SUSTENTÁVEL E OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	81
3.3 O USO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NO TURISMO	86
3.3.1 Panorama Global e Nacional.....	96
3.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE CONTEMPLADOS NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL ...	106
4. DESTINO TURÍSTICO: LITORAL DO PARANÁ	111
4.1 PASSOS METODOLÓGICOS DO CAPÍTULO	114
4.2 O CENÁRIO DO TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ	116
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E O LITORAL DO PARANÁ	124
4.3.1 O Programa de Regionalização do Turismo.....	127
4.3.2 O Masterplan Paraná Turístico 2026.....	130
4.3.3 O desenvolvimento sustentável do turismo no Litoral do Paraná.....	146
4.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ	150
4.5 O USO DE INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ.....	160
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICES.....	200

1. INTRODUÇÃO

Esta tese aborda indicadores de sustentabilidade como instrumentos legitimadores do planejamento de políticas públicas para o turismo, tendo como base os princípios e pressupostos do turismo sustentável, observados a partir da Ecologia Política. A Ecologia Política busca compreender como agentes sociais com diferentes níveis de poder e interesses, demandam, disputam e compartilham os recursos naturais, e em que contexto essas relações ocorrem. Desse modo, explicita desigualdades ambientais nas quais são percebidas assimetrias nos processos produtivos e apropriação da natureza.

A crítica desenvolvida no decorrer deste trabalho tem como base o campo da Ecologia Política, e envolve elementos como a multidimensionalidade, multiculturalidade e o papel dos atores sociais na construção de uma sociedade e do turismo sustentáveis. Esses são elementos estruturantes para se questionar as políticas de turismo existentes e aqui analisadas (LEFF, 2021). A perspectiva adotada leva a reflexões sobre qual turismo se quer sustentar no litoral do Paraná.

Cabe aqui enfatizar que a Ecologia Política aborda as relações ser humano-natureza; as formas como as pessoas se organizam em um ambiente e se relacionam com ele; e como essa relação é produzida, reproduzida e alterada (DOUGLAS, 2014). Desse modo, a dimensão ecológica¹ situa-se no centro do debate político, desvelando as lógicas sistêmicas que conduzem às crises ecológicas e conflitos sociais que as acompanham (MURRAY-MAS, 2016).

A distribuição desigual dos custos e benefícios ambientais reforçam desigualdades sociais e econômicas (NEPAL; SAARINEN, 2016). Trata-se do acesso a direitos e à riqueza socialmente produzida. Em outras palavras: para uns ficam os fardos dos danos ambientais e, para outros, os privilégios, caracterizando as situações de injustiça ambiental (ACSELRAD; BEZERRA, 2010; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Sendo assim, as discussões no âmbito da Ecologia Política demonstram que as questões socioecológicas são questões políticas, e devem ser analisadas

¹ Cabe destacar que, no presente estudo, adotou-se o termo 'dimensão ecológica' ao invés de 'dimensão ambiental', por considerar uma nomenclatura mais adequada. No entanto, em citações diretas e indiretas, manteve-se a nomenclatura adotada pelos autores das publicações.

dentro do contexto econômico nas quais estão inseridas (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021).

Essa abordagem proporciona uma leitura crítica sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável, que permeiam a tese. Existem concepções plurais de desenvolvimento sustentável, sejam elas apresentadas pela comunidade científica, por movimentos sociais, pelo poder público e pelo capital. O termo desenvolvimento sustentável é comumente associado à necessidade de legar às futuras gerações um ambiente conservado; e também está relacionado à garantia de melhores gerações para o futuro, pois qualidade de vida e desenvolvimento humano, se priorizados, podem resultar em um melhor relacionamento com o ambiente.

Para Foladori (2002), porém, a visão de que o desenvolvimento sustentável incorpora aspectos sociais e econômicos como a alternativa ambientalmente mais saudável para o desenvolvimento humano, é uma visão tecnicista e ideologicamente comprometida com o capitalismo. E, para Latouche (2007), 'sustentável' é apenas a designação de um sobrenome para o termo 'desenvolvimento' que, sob a égide do capitalismo, apenas incorpora componentes sociais, culturais e ambientais ao crescimento econômico.

Embora o desenvolvimento sustentável tenha se consagrado como suposta alternativa ao paradigma hegemônico, por meio do debate em torno das causas da insustentabilidade presente no campo da Ecologia Política, é possível perceber que a relação entre seres humanos e natureza, na sociedade capitalista, é insustentável (LEFF, 2015; CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021).

Nesse contexto, o turismo surge como uma atividade que proporciona desenvolvimento para as localidades onde ocorre. Mas, há que se considerar que as definições de turismo, historicamente, foram construídas principalmente a partir de sua relevância econômica.

De fato, o turismo revelou a capacidade de geração de divisa, renda e emprego; qualificação profissional e educacional; projeção de imagem e desenvolvimento de destinos; criação de áreas protegidas; proteção de monumentos e sítios históricos; e melhoria da qualidade ambiental (OLIVEIRA; ROSSETO, 2013).

E, de acordo com Scótolto e Panosso Netto (2015), visões que maximizam os aspectos econômicos do turismo têm sido fonte de inspiração de políticas de desenvolvimento que ofertam produtos e serviços turísticos. Porém, o que se observa é que quando o principal foco da atividade está na eficiência econômica, não há maior atenção para as consequências que a atividade acarreta nas dimensões ecológica e social, e tampouco questiona-se sobre quem, de fato, se beneficia do crescimento econômico. Negligenciam-se questões que envolvem, por exemplo, a cultura local, poluição do ambiente (incluindo poluição sonora e visual), exploração sexual, problemas de trânsito, aumento do custo de vida, dentre tantas outras.

No Brasil, o incentivo ao turismo se dá, majoritariamente, a partir da eficiência econômica desse setor. No que diz respeito às políticas públicas, isso pode ser visto no Programa de Regionalização do Turismo e na categorização utilizada para o Mapa do Turismo Brasileiro (MTUR, 2020a), além de no Masterplan Paraná Turístico 2026, políticas essas que orientam o desenvolvimento do turismo no país e no estado do Paraná. Porém, reduzir o turismo a sua dimensão econômica pode trazer consequências socioambientais negativas, principalmente em decorrência do desenvolvimento de uma atividade não planejada.

Estudos que abordam a importância de um desenvolvimento equilibrado do turismo, abrangendo dimensões além da econômica (NEIMAN; MENDONÇA, 2005; HANAI, 2009; ALVARES, 2010; PERNA *et al.*, 2013) demonstraram a necessidade e possibilidades do turismo como uma prática econômica menos agressiva e impactante ao meio ambiente e à cultura local, e consolidaram a ideia de turismo sustentável.

Conforme explicado pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2005), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), o turismo sustentável não é um segmento do turismo, pois todas as formas de turismo devem ser sustentáveis. A imprecisão na utilização do conceito deve ser considerada, pois nem sempre abrange uma abordagem prática, estabelecendo divergências quando comparadas algumas discussões na academia que, em geral, seguem o padrão hegemônico (SWARBROOKE, 2000; BENI, 2003b; 2006).

Gascón (2016) pondera que muito se produziu e pesquisou na literatura técnica e acadêmica com relação à construção do conceito de turismo sustentável, porém observam-se poucos resultados práticos ou aplicação das análises. Isso se explica, além do desinteresse ou até oposição das instituições públicas e privadas nas análises teóricas, na dificuldade de efetivamente implementar as propostas práticas envolvendo a sustentabilidade no turismo e na falta de compreensão deste conceito.

Para balizar o desenvolvimento turístico de acordo com premissas de sustentabilidade, é recomendado o uso de indicadores de sustentabilidade (KO, 2005; OMT, 2005; FARIA, 2007; HANAI, 2009; SANCHES *et al.* 2018) que consistem em instrumentos de mensuração cruciais para o uso sustentável de um ambiente, sendo úteis para planejar a atividade turística e minimizar seus impactos (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Hanai (2009) destaca que os indicadores de sustentabilidade se constituem em instrumentos práticos que servem para orientar o planejamento e as ações.

A partir do que pode ser verificado na literatura sobre indicadores de sustentabilidade no turismo, considera-se a existência de uma dificuldade na aplicação prática desses indicadores, o que ocorre, em muito, devido à imprecisão conceitual e divergências no que diz respeito às diferentes dimensões da sustentabilidade e suas abordagens. Veiga (2010) e Sanches *et al.* (2018) destacam que, antes que alguma coisa possa ser medida, é necessário algum consenso sobre sua definição. Isso porque, para além dos indicadores, as reflexões sobre sustentabilidade, em geral, traduzem inúmeras ideologias contraditórias.

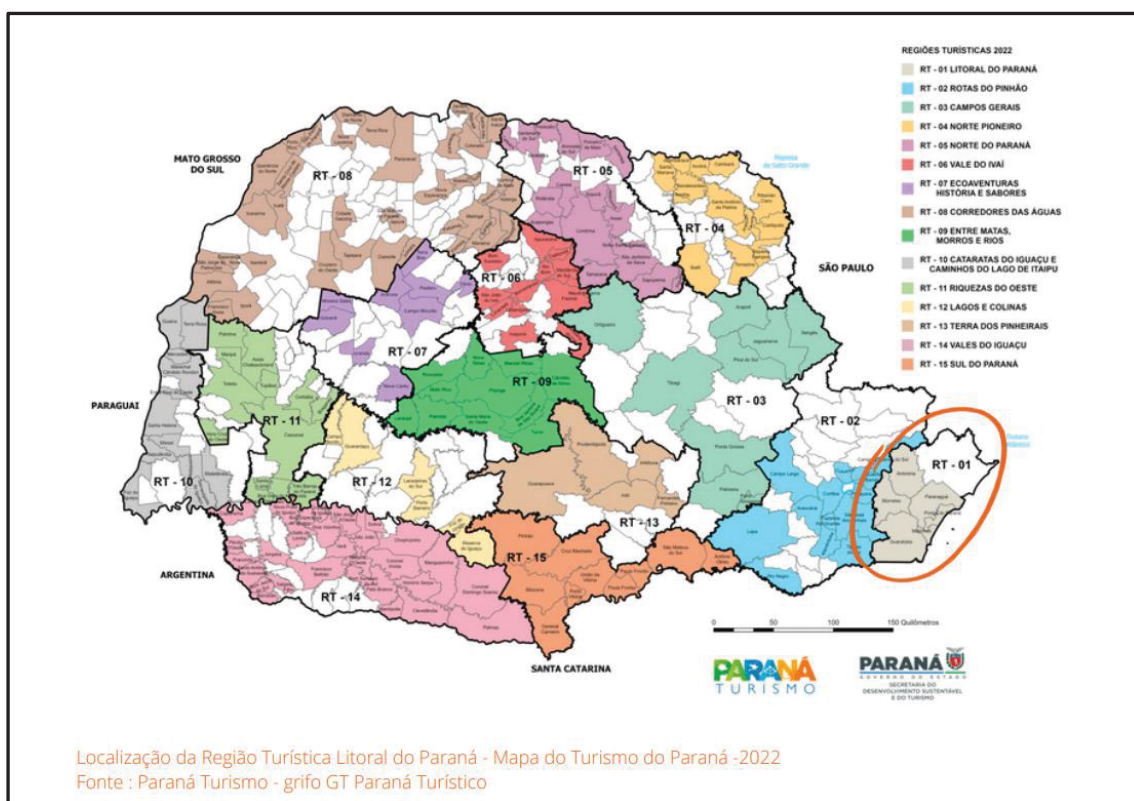
Neste trabalho, os indicadores são analisados como instrumentos de políticas públicas aplicadas à região turística² Litoral do Paraná³, assim denominada pelo Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007), política pública federal e de maior relevância para o planejamento e organização do turismo no Brasil.

² Espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território, delimitado para fins de planejamento e gestão (MTUR, 2007).

³ A utilização das iniciais em letra maiúscula (Litoral de Paraná) refere-se à denominação da **região turística**, utilizada pelo Programa de Regionalização do Turismo.

O referido Programa trabalha com regiões e roteiros turísticos estruturados em conjunto. Por exemplo, no estado do Paraná, 210 municípios fazem parte do Programa de Regionalização (o que corresponde a 52%), e os municípios estão agrupados em 15 regiões turísticas, conforme a Figura 1. A região turística Litoral do Paraná abrange os municípios de Antonina, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

FIGURA 1 – MAPA DAS REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ



FONTE: Paraná Turismo (2022).

Dentre as principais formas de uso do ambiente costeiro no Paraná, destacam-se o portuário, o pesqueiro, a conservação de ecossistemas e de sua biodiversidade, além do turismo (PIERRI *et al.*, 2006). Em ambientes costeiros, o turismo torna-se relevante devido especialmente às características naturais e culturais, que constituem recursos motivadores de deslocamentos expressivos de pessoas. No caso do litoral do Paraná, a proximidade com a capital do estado, Curitiba, aliada ao conjunto de atrativos turísticos naturais e culturais existentes, faz com que o turismo seja uma atividade econômica relevante para os municípios que o compõem (PARANÁ, 2019a).

A configuração do litoral do Paraná é reflexo da dinâmica entre as condições naturais e processos históricos de ocupação. Autores como Andriguetto Filho (2004), Sampaio (2006), Pierri *et al.* (2006), Esteves (2011), Azevedo (2016) e Mafra (2018) apresentam as características próprias dessa região, demonstrando que não foi o capital transnacional, tampouco cadeias hoteleiras, que determinaram o uso turístico nos balneários do estado, mas sim o setor imobiliário.

Em se tratando de destinos turísticos costeiros em geral, Santos e Cândido (2013) observam a ocorrência de um adensamento populacional sazonal que ocasiona impactos relevantes em períodos de alta temporada, devido à visitação massiva de turistas durante os meses de verão. Alguns desses impactos estão relacionados a infraestrutura e serviços básicos (como abastecimento de água, tratamento de esgoto e gestão de resíduos, por exemplo) que se apresentam extremamente sobrecarregados com o aumento da população; ou referem-se à poluição das águas, do ar, e outros impactos negativos (SANTOS; CÂNDIDO, 2013).

Em face do apresentado, esta tese se propõe a responder à seguinte pergunta: estariam os indicadores de sustentabilidade presentes nas políticas públicas que incidem na região turística Litoral do Paraná sendo, de fato, pertinentes em se tratando de desenvolvimento do turismo sustentável?

Para isso, a tese teve como objetivo geral analisar o uso de indicadores de turismo sustentável em políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Litoral do Paraná, tendo como objetivos específicos: i) problematizar o turismo sustentável como suporte para pensar o desenvolvimento do turismo; ii) realizar um levantamento do uso de indicadores de sustentabilidade nos processos de planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável em nível global e nacional; e iii) avaliar a existência e pertinência do uso de indicadores de sustentabilidade no Programa de Regionalização do Turismo e no Masterplan Paraná Turístico 2026, ambos propostos para a região turística Litoral do Paraná.

De modo a alcançar os objetivos propostos, desenvolveu-se um estudo teórico-analítico, com abordagem de natureza qualitativa (GOLDENBERG, 2007) e caráter exploratório (GIL, 2008). O recorte temporal da pesquisa compreende as políticas públicas que se aplicam ao Litoral do Paraná, vigentes durante a execução da pesquisa: o Plano Nacional de Turismo (2019-2022), que

compreende o Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007); e o Plano Plurianual do Estado do Paraná (2020-2023), que compreende o Masterplan Paraná Turístico (2016-2026) (CEPATUR, 2016) e Planos Operacionais da região turística Litoral do Paraná.

Quanto à estrutura da tese, cada Capítulo foi construído e organizado de modo a articular teoria, metodologia, resultados, análise e considerações sobre o Capítulo. Dessa forma, apresenta-se um Capítulo para cada objetivo proposto, sendo o detalhamento metodológico apresentado no início de cada Capítulo correspondente, que responderá ao objetivo geral da tese, e específico do Capítulo, conforme apresentado no Quadro 1 a seguir.

QUADRO 1 – OBJETIVOS E MÉTODOS DA PESQUISA

OBJETIVO GERAL			
Analisar o uso de indicadores de turismo sustentável em políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Litoral do Paraná			
	CAPÍTULO 2	CAPÍTULO 3	CAPÍTULO 4
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Problematizar o turismo sustentável como suporte para pensar o desenvolvimento do turismo.	Realizar um levantamento do uso de indicadores de sustentabilidade nos processos de planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável em nível global e nacional.	Avaliar a existência e pertinência do uso de indicadores de sustentabilidade no Programa de Regionalização do Turismo e no Masterplan Paraná Turístico 2026, ambos propostos para a região turística Litoral do Paraná.
MÉTODOS DE COLETA DE DADOS E ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE	Levantamento bibliográfico; Pesquisa documental; e Observação não participante.	Levantamento bibliográfico; Bola de neve; e Revisão narrativa.	Pesquisa documental; Observação participante e Observação não participante.

Fonte: A autora.

A estruturação da tese nesse formato, em que cada Capítulo encerra um objetivo, corresponde à linha de raciocínio construída no decorrer da pesquisa e segue o fio condutor que organiza e conecta os assuntos.

De modo a discutir sobre a problemática apresentada em relação ao desenvolvimento do turismo sustentável, o Capítulo II discute o turismo sustentável alicerçado no debate em torno da perspectiva do desenvolvimento

sustentável e das discussões que dele derivam, particularmente no campo da Ecologia Política.

Problematizando as concepções de turismo sustentável a partir da Ecologia Política, realizou-se levantamento teórico com base em autores como Douglas (2014), Loureiro e Layrargues (2013), Leff (2015), Murray-Mas (2016), Acevedo (2016), Medrano e Rivacoba (2016), Gascón (2016) e Vilani (2016). A relação entre turismo e Ecologia Política também tem como base os estudos de Nepal e Saarinen (2016), Mostafanezhad *et al.* (2016), Corbari, Azevedo e Sampaio (2021). Esses autores contestam o turismo hegemônico com base em leituras complexas que demonstram que o turismo sustentável pode ser uma forma de enfrentar ou de ocultar os problemas e impactos nos ecossistemas e nas comunidades anfitriãs.

A relação entre a atividade turística e desenvolvimento sustentável faz-se necessária uma vez que a qualificação do turismo como sustentável deriva dessa perspectiva de desenvolvimento diante da crise ambiental global. Com base em Sachs (2000; 2008), Foladori (2002), Acselrad e Bezerra (2010), Veiga (2010), Bursztyn e Bursztyn (2012), Floriani, (2016; 2018) e Raynault *et al.* (2018), aborda-se a concepção hegemônica de desenvolvimento sustentável e seus limites para o enfrentamento dessa crise, com equidade e justiça ambiental.

Assim como o conceito de desenvolvimento sustentável, o conceito de turismo sustentável é complexo, e pode englobar diferentes dimensões e abordagens. Nesta tese, ele é apresentado, sintetizado e comentado a partir das perspectivas de Hunter (1997), Partidário (1999), Butler (1999), Swarbrooke (2000), Beni (2004), Candiotto (2009), Hanai (2009), Costa (2013), Volpi e Paulino (2019), Hall (2019), Saarinen (2020) e complementados com as discussões de Ruschmann (1997), Luchiari (2002), Rodrigues (2002), Yázigi, Carols e Cruz (2002), Neiman e Mendonça (2005), Perna *et al.* (2013), Irving *et al.* (2015), Corbari, Azevedo e Sampaio (2021) e outros. A partir desses autores, apresentam-se, também, discussões sobre a diferença entre desenvolvimento do turismo; desenvolvimento sustentável do turismo; e desenvolvimento do turismo sustentável.

A partir da discussão sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade no âmbito do turismo, no Capítulo III, são apresentados os indicadores de sustentabilidade propostos por pesquisadores e por instituições,

utilizados nos processos de desenvolvimento do turismo sustentável, internacional e nacionalmente, além dos problemas em torno da utilização dos mesmos para o desenvolvimento de estratégias e políticas eficazes.

Aspirando somar elementos e reflexões às investigações que envolvem as discussões sobre o uso de indicadores de sustentabilidade no turismo, utiliza-se como base os estudos de Hanai (2009), Alvares (2010), Santos (2013), Silva e Cândido (2016), e outros; e indicadores utilizados em políticas públicas para o turismo, como OMT (2005), MTur (2007), Cepatur (2016).

O Capítulo IV traz a análise sobre o uso de indicadores de sustentabilidade no contexto da região turística Litoral do Paraná, e sua pertinência com relação ao desenvolvimento do turismo sustentável. É nesse Capítulo que, da teoria sobre turismo, sustentabilidade e da sistematização de indicadores apresentados nos Capítulos antecedentes, extrai-se a realidade. O Capítulo investigará se, e quais indicadores são utilizados no planejamento e desenvolvimento do turismo no litoral paranaense.

A partir da visão de desenvolvimento e de sustentabilidade apresentadas no Capítulo II, discute-se se os documentos de planejamento para o Litoral do Paraná estão mais focados na lógica mercadológica, ou se assumem o sentido da sustentabilidade.

Nas Considerações Finais, constam, além da conclusão sobre o conteúdo apresentado, algumas perguntas que seguem instigando a pesquisadora, propostas de outras discussões conjugadas, e também algumas lacunas de conhecimento observadas durante a construção do trabalho.

2. A RELAÇÃO (IN)SUSTENTÁVEL ENTRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO

A relação entre turismo e desenvolvimento sustentável, corrente em diretrizes internacionais e em políticas públicas relativas ao turismo, acarreta reflexões, discussões e debates que caracterizam a diversidade de abordagens em torno da sustentabilidade que qualifica desenvolvimento e turismo. No caso do turismo, é necessário previamente compreender que a própria definição de turismo é diversificada.

O campo de conhecimento do turismo é considerado um campo em construção (IRVING; COELHO; ARRUDA, 2015) e não há um consenso ou definição única do turismo entre autores, pesquisadores e instituições ligadas ao setor (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015). É um campo interdisciplinar, que contempla diferentes áreas de conhecimento e distintas abordagens (BENI, 2003a; PAKMAN, 2014).

Segundo Pakman (2014), a multiplicidade de perspectivas para abordar conceitualmente o turismo não deve ser vista de maneira negativa pois, nas Ciências Sociais, o pluralismo metodológico, epistemológico e ontológico é uma constante e as definições não precisam ser absolutizadas. Reconhecendo o estado inacabado e a incompletude de qualquer conhecimento, Irving, Coelho e Arruda (2020) propõem a interpretação do turismo pela via do Pensamento Complexo (MORIN 2015). Uma vez que não há consenso de especialistas (teóricos e acadêmicos) em relação à definição de turismo e, embora não seja a preocupação central da Organização Mundial do Turismo (OMT) conceituá-lo (PAKMAN, 2014), apresenta-se neste primeiro momento a definição de turismo da OMT (2022) por entender que esta agência é responsável pelos documentos norteadores de políticas públicas que orientam o setor.

A OMT (2022a, [não p.], tradução livre) conceitua o turismo como

um fenômeno social, cultural e econômico que implica o deslocamento de pessoas para países ou locais fora do seu ambiente habitual para fins pessoais ou empresariais/profissionais. Essas pessoas são chamadas de visitantes (que podem ser tanto turistas quanto excursionistas; residentes ou não residentes) e o turismo tem a ver com suas atividades, algumas das quais envolvem gastos turísticos.

A perspectiva da OMT é, segundo Irving, Coelho e Arruda (2020), uma perspectiva operacional, com um viés orientado pelos interesses do mercado que traduz o turismo, prioritariamente, como uma atividade econômica.

Durante décadas o turismo tem sido compreendido e estudado como uma atividade ligada essencialmente a práticas econômicas (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015), capaz de proporcionar aos destinos importantes divisas e contribuir para o desenvolvimento econômico local (YAZIGI *et al.*, 2002; BENI, 2003a; ALVARES, 2010; SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015; VOLPI; PAULINO, 2019). É considerado “um dos maiores setores econômicos do mundo, no que se refere a faturamento e empregabilidade, movimentando mais de outros 50 setores em sua cadeia produtiva”. (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012, p. 26).

Porém, o turismo não é um setor da economia, tampouco um segmento dela. Mas ele movimenta e dinamiza segmentos da economia, contemplando uma extensa cadeia do setor produtivo. Gera empregos (diretos e indiretos) e renda em numerosos postos de trabalho informais. Para aqueles que, de maneira direta ou indireta, têm o turismo como profissão e fonte de renda, ou para os destinos cuja economia depende do turismo, os números que demonstram o volume de turistas e movimentação financeira podem indicar incremento na economia.

O crescimento econômico proporcionado pelo turismo tem sido considerado como sinônimo de desenvolvimento por um discurso dominante positivista, produtivista e quantitativo. Neste tipo de discurso, o que se destaca são números como indicadores econômicos da cadeia produtiva, que se identificam como indicadores de desenvolvimento. Segundo Murray-Más (2013) e Acevedo (2016), isso, não raro, mascara a busca pelo crescimento econômico (para uma minoria), e neste contexto do turismo hegemônico, os ganhos não são distribuídos de forma equitativa entre aqueles envolvidos com a atividade.

Há que se considerar também, que as estatísticas oficiais capturam apenas um fragmento da expressão econômica do turismo, pois nas Atividades Características do Turismo (ACTs), assim denominadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), são mensuradas apenas as atividades que se enquadram na economia formal.

Considerando, assim, que o turismo não se resume exclusivamente a uma prática econômica, olhar somente para os aspectos de produção, trabalho, renda e lucro, é limitado. Ao associar o turismo ao desenvolvimento de uma localidade, faz-se necessário refletir que uma abordagem unicamente econômica não representa este desenvolvimento, especialmente o sustentável. Dimensões relacionadas à saúde, à educação, ao saneamento, e ao ambiente (FAVARETO, 2006), também compõem o desenvolvimento; e considerar os impactos associados à atividade também se faz importante nessa discussão, já que a prática turística pode ser responsável por modificações no espaço, na paisagem, na cultura, e em outros aspectos dos locais que recebem fluxos de visitantes (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015; SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012).

Na realidade, os impactos negativos da atividade têm sido ignorados por muitos pesquisadores e agentes do turismo. Nesse sentido, Irving *et al.* (2005) apontam que há concepções idealizadas dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo, mascarando ou minimizando impactos socioambientais e culturais. Isso também ocorre nas estatísticas do turismo e no discurso oficial (OMT, 2005a; OMT, 2022a; MTUR, 2016; MTUR, 2018b; MTUR, 2020a; CEPATUR, 2016; PARANÁ TURISMO, 2022), que destacam os aspectos econômicos, utilizando-os como narrativa política.

Para compreender e discutir essas concepções sobre o desenvolvimento do turismo, e especialmente acerca da noção do desenvolvimento do turismo sustentável, este capítulo apresenta reflexões sobre o tema, particularmente no âmbito das políticas públicas que se apresentam relacionadas. As políticas públicas podem (e deveriam ser) a materialização de direitos, mas também podem ser organizadoras de desigualdades⁴, e os seus efeitos dependem da intencionalidade dos agentes públicos ao formulá-las e implementá-las (BENI, 2006; OLIVEIRA; ROSSETTO, 2013; SILVA, 2020; CENSON, 2022). Daí a importância de abordá-las nessa reflexão.

⁴ Para citar um exemplo, as políticas nacionais e estaduais que instituíram as UCs no litoral do Paraná, e regulamentaram as atividades econômicas baseadas nos recursos naturais não são sustentáveis para a população humana que habita essas áreas, que sofrem com uma gestão autoritária e com regulamentações que limitam e impedem as atividades econômicas (PIERRI *et al.* 2006). Essa situação será melhor apresentada e discutida no Capítulo IV.

2.1 PASSOS METODOLÓGICOS DO CAPÍTULO

No âmbito das discussões teóricas sobre desenvolvimento e problemas ambientais a presente pesquisa aborda o desenvolvimento sustentável – o que é um desafio, visto que há divergências relacionadas aos conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e termos correlatos. No desenvolvimento do turismo, são apresentados diferentes conceitos como o turismo de massas, turismo de base comunitária, turismo alternativo e ecoturismo, diferenciando-os e associando-os ao conceito de turismo sustentável.

A dicotomia entre desenvolvimento do turismo sustentável e desenvolvimento sustentável do turismo também é abordada, e no decorrer de todo o capítulo são apresentadas reflexões críticas a respeito do marketing verde e também da certificação em turismo sustentável. Além disso, são apresentadas informações sobre as principais diretrizes internacionais e políticas públicas para o turismo sustentável no Brasil, possibilitando aprofundar mais a discussão sobre o turismo sustentável na região turística Litoral do Paraná.

Para subsidiar as reflexões, realizou-se pesquisa bibliográfica, documental e observação não participante. A pesquisa bibliográfica esteve voltada para o conceito de turismo sustentável e sua utilização no desenvolvimento da atividade turística. A pesquisa documental ocorreu em materiais que corresponderam a marcos políticos e legais no âmbito internacional, nacional e estadual, conforme o Quadro 2:

QUADRO 2 – DOCUMENTOS PESQUISADOS POR INSTITUIÇÃO

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	
Nosso Futuro Comum	CMMAD (1991)
Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	ONU (2015a)
Resolução 70/193 – 2017: Ano internacional do turismo sustentável para o desenvolvimento	ONU (2015b)
Resolução 75/229 – Promoção do turismo sustentável, incluindo o ecoturismo, para a erradicação da pobreza e proteção do meio ambiente.	ONU (2020)
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO	
Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica (livro)	OMT (2005)
Código de Ética Mundial para o Turismo	OMT (1999)
MINISTÉRIO DO TURISMO	
Portaria nº 249, de 1º de agosto de 2019.	MTUR (2019)
Portaria nº 192, de 27 de dezembro de 2018.	MTUR (2018c)
Programa de Regionalização do Turismo	MTUR (2020a)
Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil	MTUR (2018b)
Lei nº 11.771 de 17 de setembro de 2008 (Política Nacional de Turismo)	BRASIL (2008)
Diretrizes para o desenvolvimento do turismo social no Brasil	MTUR ([s/d])
Turismo e sustentabilidade: orientações para prestadores de serviços turísticos (livro)	MTUR (2016)
Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos (livro)	MTUR (2018a)
Carta de Serviços	MTUR (2021a)
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	
Lei nº 15.973/2008 (Política de Turismo do Paraná)	PARANÁ (2008)
Lei nº 20.077/2019 (Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023)	PARANÁ (2020b)
Lei nº 20.781/2021 (Altera a Lei nº 20.077/2019)	PARANÁ (2021b)
Paraná Turístico 2026: pacto para um destino inteligente	CEPATUR (2016)
Plano Operacional Litoral do Paraná: 2017-2019	PARANÁ TURISMO (2018)
Plano Operacional Litoral do Paraná: 2022-2024	PARANÁ TURISMO (2022)
Plano para o desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná (PDS Litoral)	PARANÁ (2019a)

FONTE: Elaborado pela autora.

A pesquisa documental possibilitou uma análise crítica dos discursos a respeito do conceito de turismo sustentável nas perspectivas dos órgãos oficiais de turismo em âmbito internacional, nacional e do estado do Paraná.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, este Capítulo também considerou, em suas análises, falas de pesquisadores e representantes do poder público ocorridas durante eventos no ano de 2020 nos quais realizou-se observação não participante. Esses eventos, apresentados no Quadro 3, a seguir, representam uma contribuição no que diz respeito à atualidade das informações e mudanças no turismo, que foi bastante afetado devido à pandemia de Covid-19.

QUADRO 3 – OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE: DISCUSSÕES SOBRE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TEMA	ONDE	QUANDO	QUEM
Meio Ambiente: que futuro vislumbramos?	YouTube da UFPR TV	05 de junho de 2020.	Dimas Floriani ⁵ Camila Domit ⁶
A retomada do turismo do Paraná pós COVID-19	Reunião da Paraná Turismo no Google Meet	17 de junho de 2020.	Aldo de Carvalho ⁷
Turismo no Brasil: desafios e oportunidades no pós-pandemia	Perfil Lidiane Bandeira no Instagram	29 de junho de 2020.	Mário Carlos Beni ⁸ Lidiane Bandeira ⁹

FONTE: A autora.

Ao abordar as incertezas e caminhos possíveis para o planejamento turístico e sustentabilidade a partir da pandemia, Irving, Coelho e Arruda (2020), ponderam que, tanto em termos de produção acadêmica quanto nas narrativas de políticas públicas e discursos oficiais, o turismo tem sido progressivamente ressignificado. Isso se comprova nos estudos de Romagosa (2020), Ioannides e Gyimóthy (2020), Higgins-Desbiolles (2021) e Gössling, Scott e Hall (2021).

2.2 DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E TURISMO

O questionamento do desenvolvimento como crescimento econômico e progresso (ROSTOW, 1974; GERMANI, 1974; HOBBSAWN, 1982; FURTADO, 1978; 2000; MARTINEZ-ALIER, 2005; PORTO; MILANEZ, 2009) surge a partir da década de 1960, quando a relação entre desenvolvimento e meio ambiente passa a ser discutida em eventos internacionais em função de uma série de fatos e contextos nos quais a questão ambiental se coloca.

Esses fatos são citados por Bursztyn e Bursztyn (2012) e Foladori (2001), especialmente o modelo de crescimento globalizado adotado após a Segunda Guerra Mundial, que alcançou uma amplitude e complexidade desconhecidos até então. Essa grande expansão da atividade econômica mundial (e também do turismo) foi acompanhada por um desequilíbrio na alocação de recursos e na distribuição do bem-estar social.

⁵ Dimas Floriani, professor da UFPR.

⁶ Camila Domit, professora do CEM-UFPR.

⁷ Aldo de Carvalho, Diretor de Marketing da Paraná Turismo.

⁸ Mário Carlos Beni, professor da USP.

⁹ Lidiane Bandeira, turismóloga.

Sachs (2002, p. 48) destaca que a onda de conscientização ambiental também pode ser atribuída “ao choque produzido pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima e à descoberta de que a humanidade havia alcançado suficiente poder técnico para destruir [...] a vida do nosso planeta”. Ao observar a finitude do planeta, a humanidade foi se tornando cada vez mais consciente da limitação do capital natureza e dos perigos decorrentes das agressões ao ambiente.

As discussões passam a ser institucionalizadas em grandes conferências, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, e eventos precedentes (SACHS, 2002). As críticas à concepção de desenvolvimento tiveram origem nos próprios países centrais, cujas proposições de superação limitavam as perspectivas para os países e não consideravam as assimetrias entre centro e periferia. Na verdade, segundo Veiga (2010), a consciência sobre o possível encurtamento da presença humana no planeta em função do crescimento econômico baseado no modelo de industrialização capitalista (FOLADORI, 2001) levou à formulação da expressão desenvolvimento sustentável.

Até o final da década de 1970, a sustentabilidade estava relacionada à resiliência dos ecossistemas, mesmo diante de agressão humana recorrente (VEIGA, 2010). Na década de 1980, o termo passou a ser utilizado para qualificar o desenvolvimento. Ao compatibilizar as aspirações econômicas com a necessidade de conservação dos ecossistemas, viabiliza-se a própria existência humana como espécie (VEIGA, 2010). O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU no Relatório Brundtland (também conhecido como ‘Nosso Futuro Comum’) que apresentou críticas ao modelo de desenvolvimento vigente à época (CMMAD, 1991), um debate que já vinha acontecendo há mais de uma década.

O referido Relatório entende como sustentável o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas; devendo ser economicamente viável, ecologicamente suportável e equitativo do ponto de vista ético e social (CMMAD, 1991).

Sachs (2002) demonstra que desde o Relatório Brundtland, em 1987, as discussões sobre o desenvolvimento sustentável avançaram e se transformaram, havendo uma reconceitualização e apropriação de outras dimensões da sustentabilidade.

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como Rio 92, o conceito de desenvolvimento sustentável foi legitimado pelos países signatários da Agenda 21 (VEIGA, 2010), que estabeleceu que cada país se comprometesse a refletir sobre a forma como todos os setores da sociedade poderiam cooperar na solução dos problemas ambientais, sociais e econômicos (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). O turismo é um desses setores.

Em 2012, o evento Rio+20 marcou a adoção da economia verde, diminuindo o peso das políticas reguladoras que haviam sido firmadas na Rio 92. Avanços mundiais nas discussões sobre desenvolvimento sustentável foram registrados e, nessa ocasião, os países renovaram seu compromisso global com a sustentabilidade e avaliaram os progressos obtidos desde a Rio 92.

Em 2015, uma reunião entre os representantes dos Estados-membros da ONU culminou em um documento intitulado 'Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável', que consiste em um plano de ação global criado coletivamente com a intenção de um mundo mais sustentável e resiliente até 2030 (ONU, 2015a).

A Agenda 2030 da ONU, da qual o Brasil é signatário, estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que mesclam as dimensões econômica, social, ecológica e institucional da sustentabilidade, e 169 metas para o cumprimento desses objetivos (ONU, 2015a). Ressalta-se aqui que o desenvolvimento sustentável com base na Agenda 2030 é direcionado para o mundo todo, e os países devem adaptar-se de acordo com suas realidades, incorporando os ODS às políticas públicas.

Esta Agenda também influencia as políticas públicas para o turismo (HALL, 2019). Uma vez que todos os ODS estão interrelacionados, a atividade turística pode influenciar e ser influenciada por eles, direta ou indiretamente. De forma expressa, o turismo é observado nas metas dos ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, 12 – Consumo e Produção Responsáveis, e 14 – Vida na Água.

Ao observar a construção do desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030, Hall (2019) chama a atenção para o fato de que algumas questões que os ODS buscam solucionar não são atendidas. É o caso das mudanças climáticas e questões marinhas e costeiras, que são abordadas como questões físicas, e não em termos de injustiças sociais e econômicas que os originam.

Veiga (2010) destaca que as três mais importantes cúpulas organizadas pela ONU aqui citadas (Estocolmo, 1972; Eco-92, 1992; Rio+20, 2012), demonstram a existência de um processo global de legitimação da sustentabilidade para o desenvolvimento, apesar das controvérsias em torno dessa proposição.

Segundo Floriani (2018, p. 92), existem diferentes concepções de desenvolvimento sustentável e estas são “as mais diversas e conflituosas possíveis, longe de representarem uma visão única, nem sequer compartilhada, sobre os caminhos a trilhar”. Raynaut *et al.* (2018), também apresentam a sustentabilidade como uma noção relativa: sua definição deve considerar a especificidade de cada situação, e será resultado da negociação entre vários atores.

Para Mowforth e Munt (2009), o termo sustentabilidade é ideológico, e tornou-se um item essencial no vocabulário do discurso político moderno. Os autores (2009) destacam que a noção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável surgiram para atender interesses em discussão nos países centrais, e que as instituições impuseram – direta ou indiretamente – a sustentabilidade para os periféricos, sem considerar muito as desigualdades existentes entre as nações.

Teóricos como O’Connor (2002), Latouche (2007) e Gudynas (2012) destacam que a conceituação de sustentabilidade é polissêmica, ou seja, oferece distintas possibilidades de significados, e apresenta contradições. O discurso da sustentabilidade foi apropriado pelo capital, por exemplo, que adotou uma estratégia discursiva legitimadora dessa apropriação.

Nesse entendimento, o desenvolvimento sustentável defende a necessidade da proteção da natureza em prol de sua utilização para o crescimento econômico (GUDYNAS, 2014). Se aceitam advertências, são retificados aspectos instrumentais, mas se mantém a defesa ao crescimento econômico. As políticas públicas orientadas por esse entendimento são

criticadas por Leff (2021), que as questiona por criar obstáculos à apropriação social do território. O desenvolvimento sustentável assumiu, com o tempo, a postura de um projeto ecológico do neoliberalismo (LAYRARGUES, 1997). Ou, o que Acselrad e Bezerra (2010) chamam de ambientalização dos discursos.

Ainda, vale ressaltar dois aspectos sobre o conceito de desenvolvimento sustentável: a visão antropocêntrica, que considera apenas as gerações humanas; e a pretensão de abordar necessidades futuras e, portanto, incertas. Segundo Veiga (2010) o substantivo sustentabilidade pode ser utilizado com diferentes objetivos, apenas com o intuito vago de remeter-se ao futuro: continuidade, durabilidade ou perenidade. Por esse motivo, algumas interpretações consideram a sustentabilidade como a garantia da manutenção e continuidade do mesmo formato de consumo de recursos, no futuro.

Porém, no aspecto social, pensar no amanhã é um privilégio de poucos. Martínez-Alier (1992; 2007) ao discutir movimentos sociais, apresenta o ecologismo dos pobres: o importante é garantir a sobrevivência no hoje. E, em muitos casos, essa sobrevivência depende do acesso à água, energia, comida, habitação – isso independentemente dos discursos ambientais ou de desenvolvimento sustentável.

Foladori (2001), afirma que as dimensões do desenvolvimento sustentável estão atreladas a um desempenho técnico, de acordo com o sistema de mercado capitalista. Portanto, gera pobreza, diferenciação social e injustiça ambiental.

Assim, muito se discute com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável e, de acordo com algumas visões como a de Rodrigues (2002) e de Veiga (2010), a sustentabilidade e conseqüentemente o turismo sustentável consistem em idealizações utópicas que não podem ser, de fato, realizadas.

Veiga (2010) considera que a sustentabilidade não é precisa porque ela exprime valores (assim como a justiça e a felicidade). Sendo assim, e embora todas as áreas de conhecimento tenham incorporado a noção de sustentabilidade – talvez por isso – uma definição única de sustentabilidade é improvável e ainda será foco de muitos debates. Para Rodrigues (2002), não é sequer possível falar sobre turismo sustentável pois, em sua opinião, o desenvolvimento da atividade turística transforma as paisagens naturais e históricas em espaços e produtos comercializáveis. Para ele, isso é insustentável.

Ainda que Latouche (2007) questione se a sustentabilidade pode ser realmente colocada em prática envolvendo eficiência econômica, justiça social e equilíbrio ecológico ao mesmo tempo, nesta tese serão consideradas as dimensões da sustentabilidade expostas nos estudos de Sachs (2000; 2002; 2008). O autor considera três dimensões principais da sustentabilidade: social (referente à equidade e distribuição dos recursos materiais e dos direitos); ambiental (limitação da utilização dos recursos não renováveis e aumento da capacidade dos recursos naturais); e econômica (relacionada à alocação e gestão equilibrada dos recursos).

De maneira adicional, o mesmo autor considera a existência de outras três dimensões da sustentabilidade: territorial (relacionada à configuração rural-urbana equilibrada); cultural (respeito às tradições culturais e pluralidades); e política (nacional e internacional, que garante a continuidade de ações e respeito das decisões e interesses dos envolvidos) (SACHS, 2000; 2002; 2008).

Por mais que não haja uma garantia de que os comportamentos ou processos de uma empresa ou indivíduo sejam realmente sustentáveis, Veiga (2010, p. 21) destaca que “[...] essa foi a maneira selecionada para comunicar que está sendo feito algum esforço nessa direção”. Para ele, por mais superficiais e coloquiais que possam ser algumas apropriações do termo sustentabilidade, em geral elas demonstram a responsabilidade e preocupação com o futuro.

A perspectiva do desenvolvimento sustentável permeia o turismo em suas concepções, práticas, políticas públicas e outros aspectos, que qualificam o turismo como sustentável. Contudo, a concepção de turismo sustentável não é um consenso, e muitas vezes é confundido com a sustentabilidade do turismo.

De modo a prosseguir com essa reflexão, são necessárias algumas considerações a respeito do desenvolvimento do turismo e a inserção da sustentabilidade no contexto desta prática.

2.2.1 O Desenvolvimento do Turismo

Antes mesmo de considerar a relação entre turismo e sustentabilidade, convém apresentar o turismo em suas diferentes abordagens, para melhor compreender como este se insere no debate em torno da sustentabilidade.

Considera-se que a atividade turística com aspectos comerciais, como um negócio, é resultado da Revolução Industrial e das transformações e avanços nos transportes que ocorreram no fim do século XIX e proporcionaram a organização e estruturação do setor (DE LA TORRE, 2002; REJOWSKI, 2002; BAHL, 2004). O turismo que emergiu desde então, considerado como 'turismo convencional' constitui-se de empresários que visam, essencialmente, o lucro, a acumulação e a reprodução capitalista (CORIOLANO, 2009).

Esse formato de turismo que privilegia o lucro imediato, e caracteriza-se por um grande volume de pessoas viajando para os mesmos lugares, nas mesmas épocas do ano é chamado de turismo de massas (RUSCHMANN, 1997; ZAOUAL, 2008).

Segundo Müller *et al.* (2001), o advento do turismo de massas teve início na Inglaterra a partir da Revolução Industrial, e potencializou-se após a Segunda Guerra Mundial devido ao desenvolvimento do transporte aéreo comercial e expansão das viagens internacionais.

No Brasil, o que se observa é que entre os anos de 1960 e 1980, e especialmente na década de 1970, o turismo foi uma atividade econômica com muito destaque e incentivo devido a investimentos em infraestrutura e serviços, ao surgimento de cursos superiores em turismo e a realização de congressos na área, além de outros incentivos por parte do governo.

O país vivia anos de ditadura militar, o que acabou incentivando a criação da EMBRATUR com o intuito de transmitir a imagem de um país harmonioso e alegre para o exterior, visando atrair turistas estrangeiros. Para receber esses visitantes era necessário melhorar a infraestrutura. A partir disso, vários investimentos foram realizados no setor hoteleiro, tanto nacionais como estrangeiros. Também nesse período aparece uma preocupação de sistematizar os conhecimentos sobre a atividade turística no país e a necessidade de qualificar a mão-de-obra. Foram organizados os primeiros Congressos e cursos superiores na área. O Brasil foi o primeiro país a criar cursos de nível superior (MÜLLER *et al.*, 2001, p. 699).

A isso, se somam investimentos anteriores nos equipamentos e sistemas de transporte e de comunicação, o crescimento de uma classe média propensa a viajar, e o entendimento do turismo como uma importante atividade econômica e empresarial (MÜLLER *et al.*, 2001).

Ocorre que o crescimento acelerado e massificado do turismo ocorreu – e ainda ocorre, muitas vezes, sem planejamento dos agentes envolvidos na

atividade, acarretando em diversos impactos negativos, como degradação ambiental, desvalorização cultural, promoção da desigualdade social e outros (IRVING *et al.*, 2015). O período entre 1960 e 1980 pode ser considerado, portanto, um período crítico no que diz respeito à relação entre turismo, natureza e comunidades receptoras.

O turismo de massa, conforme apontado por Rodrigues (2002), resulta na apreensão do patrimônio natural como atrativo e produto mercadológico, e na destruição da qualidade relativa dos destinos turísticos. Observa-se que o turismo, quando considerado como atividade econômica utilizada para expansão do capital, mercantiliza e explora a natureza, destruindo assim sua própria base e fundamento.

Frente ao crescimento do turismo de massa em nível global, emergiram pesquisas acadêmicas relacionadas à capacidade de carga dos destinos e ao reconhecimento dos impactos negativos dessa atividade (SWARBROOKE, 2000; KÖRÖSSY, 2008). Impactos ambientais, parques naturais, práticas de turismo em áreas naturais e áreas protegidas são outros temas que destacaram nas pesquisas em turismo nesse período, refletindo a construção conceitual do turismo sustentável, que ainda estava ocorrendo (SERRANO; SIANES; ARIZAMONTES, 2019).

As preocupações com a prática do turismo de massas e a emergência dos impactos socioambientais negativos dela decorrentes foram registradas na Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, documento da Organização Mundial do Turismo (OMT, 1980), oferecendo um aporte aos dirigentes políticos para que direcionassem ações menos degradantes ao meio ambiente e comunidade local de destinos turísticos.

Novas formas de turismo foram propostas como um contraponto ao turismo de massas (MOWFORTH; MUNT, 2009), inseridas no denominado 'turismo alternativo', que surgiu na década de 1980 na Europa. O intuito foi atender uma clientela específica constituída, principalmente, pela classe média intelectualizada que procurava por novas formas de turismo e experiências mais individualizadas. Esta, sensibilizada com as discussões das questões ambientais e influenciada por ONGs e campanhas internacionais em torno de temas como ecologia, poluição, pobreza, direitos humanos e identidade cultural, desejava buscar mais qualidade de vida e ambientes saudáveis e conservados

(MOWFORTH; MUNT, 2009; DIAS, 2007). Sendo assim, buscavam uma alternativa para o turismo até então conhecido (por isso o nome, turismo alternativo). Dentre as formas de turismo alternativo encontra-se, por exemplo, o Ecoturismo.

A título de exemplo, inserido nas práticas de Ecoturismo, encontra-se uma modalidade alternativa de hospedagem, o *glamping*. Segundo Poso *et al.* (2019), o *glamping* emergiu a partir de uma demanda de públicos elitistas. A palavra é a junção de *glamorous* (atraente, glamouroso) e *camping* (acampamento) e representa, basicamente, a experiência de dormir em meio à natureza com conforto e, muitas vezes, luxo.

Cabe destacar que há uma diferença entre os segmentos¹⁰ alternativos (como é o caso do Ecoturismo) e modelos alternativos de turismo (como é o caso do Turismo de Base Comunitária). No segmento de turismo alternativo, muitas vezes, as atividades oferecem contato com a natureza (Ecoturismo, Turismo de Aventura, Montanhismo e outras), mas não consistem, necessariamente, em atividades com preocupação ambiental. Também é válida a reflexão de que, mesmo havendo uma preocupação com relação ao ambiente natural, considerando que é o ambiente que irá oferecer as experiências desejadas aos turistas, nem sempre há uma preocupação sociocultural. Muitas vezes, uma suposta inclusão social ou cultural se assemelha mais a uma exotização das comunidades (GOMES, 2011; SALVATI, CARDOZO, 2017).

Já o Turismo de Base Comunitária (TBC), é um modelo alternativo de turismo que surgiu como um contraponto ao turismo convencional, e de modo a quebrar este padrão (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012; MOWFORTH; MUNT, 2009). No TBC encontram-se elementos de valorização ecológica e cultural, e há uma preocupação com o desenvolvimento local. O turismo é uma alternativa a outras atividades econômicas já estabelecidas na comunidade, que é a protagonista dessa iniciativa (CORIOLANO, 2009). Dessa forma, caracteriza-se por um modelo sustentável de turismo, que prioriza a conservação dos modos de vida tradicionais e da biodiversidade, de modo a oportunizar a geração de

¹⁰ De acordo com Dias (2005, p. 67), a segmentação de mercado “[...] consiste na sua divisão em grupos de consumidores relativamente homogêneos em relação a um critério adotado (idade, interesses específicos, etc.) com o objetivo de desenvolver, para cada um desses grupos, estratégias de marketing diferenciadas que ajudem a satisfazer a suas necessidades e conseguir os objetivos de atração da demanda para determinado núcleo receptor.

trabalho e renda para pequenas comunidades com desvantagens econômicas (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012; DENKEWICZ, 2020).

Com o passar do tempo, a procura por destinos onde fosse possível ficar em contato com a natureza aumentou. Diversas destinações passaram a receber um número excessivo de turistas e visitantes diariamente, tornando a busca pelo contato com a natureza também uma atividade massiva e mercantilizada¹¹ (DIAS, 2007).

Deste modo, percebe-se que as críticas ao padrão de desenvolvimento focado em uma lógica consumista e associado ao crescimento econômico e progresso se estendem ao turismo. Os problemas causados pelo turismo de massa têm sido apresentados desde meados da década de 1980, em consonância com a preocupação com o ritmo de exploração da natureza, e de maneira simultânea ao florescimento do movimento ambiental e às discussões acerca dos modelos de desenvolvimento (ÁLVARES, 2010; COOPER *et al.* 2011; OLIVEIRA; ROSSETTO, 2013).

Desde então, o turismo também passou a ser discutido dentro da dimensão da sustentabilidade (SWARBROOKE, 2000). Porém, de 1987 até meados de 2005 observou-se poucos estudos que utilizaram o termo ‘turismo sustentável’, ainda emergente. Os autores enquadram seus estudos utilizando o termo ‘ecoturismo’ ou os já conhecidos ‘turismo’ e ‘sustentabilidade’, separadamente (SERRANO; SIANES; ARIZA-MONTES, 2019).

Foi a partir de 2006 que ocorreu uma transição conceitual e o termo ‘turismo sustentável’ passou a ser utilizado como tema de estudos acadêmicos. A análise de Serrano, Sianes e Ariza-Montes (2019) leva a concluir que o conceito de turismo sustentável se originou, de forma reativa, a partir dos estudos acerca dos impactos negativos do turismo e como atenuá-los. A partir desses estudos é que emerge o conceito, mais proativo e aberto à implementação.

¹¹ A Reserva Pataxó da Jaqueira, localizada em Porto Seguro, na Bahia, é um exemplo no qual o TBC é massivo. Sua comunidade, da etnia indígena Pataxó, planeja e gere o turismo endogenamente. Porém, isso ocorre em parceria com agências de viagens de turismo convencional, o que faz com que recebam um número expressivo de turistas diariamente (SALVATI; CARDOZO, 2017). Essa prática é criticada por Mowforth e Munt (2009, p. 372, tradução nossa) quando dizem que “grupos indígenas podem encontrar-se cumprindo o papel de objetos de entretenimento para turistas”. Não obstante, no caso do exemplo dado no parágrafo anterior, os Pataxó não se consideram simplesmente como objetos a serem vistos, mas sim sujeitos, pois afirmam ter interesse na visitação turística (SALVATI; CARDOZO, 2017).

2.3 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Depois da Conferência Rio 92, a Organização Mundial do Turismo (OMT) assumiu o conceito de turismo sustentável, passando a adotar a sustentabilidade como premissa para que o turismo fosse reconhecido com importância para a proteção e conservação do patrimônio natural e cultural – e não apenas em sua importância econômica (RABINOVICI; LAVINI, 2005).

Em 1993, é lançada, pela OMT, a Agenda 21 para Viagens e Turismo (OMT, 1995a), um programa de ação com orientações para atividades práticas, que funciona como um código de conduta para as viagens e turismo, com ênfase em tornar sustentável a cadeia produtiva do turismo. O documento define objetivos para os atores envolvidos na atividade turística. Para empresas, o objetivo é identificar ações para a criação do turismo sustentável e estabelecer sistemas e procedimentos que incorporem o desenvolvimento sustentável. Para o poder público, associações e outros, além dos objetivos mencionados para empresas, a Agenda 21 para Viagens e Turismo coloca o desenvolvimento sustentável como centro do processo de tomada de decisão (OMT, 1995a).

Em 1995 ocorreu a Primeira Conferência sobre Turismo Sustentável em Lanzarote, Ilhas Canárias, promovida e patrocinada pela ONU. Como resultado desta, tem-se a Carta do Turismo Sustentável, que apresenta pontos importantes para o entendimento da sustentabilidade no turismo: não ultrapassar os limites do ambiente natural, ser economicamente viável e equitativo para as comunidades locais; planejamento elaborado por governos e autoridades competentes com a participação da comunidade local e organizações não governamentais; promoção de formas alternativas de turismo; e outros (OMT, 1995).

Em 1999, identificada a necessidade de aperfeiçoar as discussões sobre turismo sustentável, a OMT apresentou o Código de Ética Mundial para o Turismo. Com o objetivo de orientar e regulamentar as atividades turísticas, viagens e práticas adjacentes envolvendo diferentes atores (agentes turísticos, visitantes e comunidade local) de forma responsável, ética e sustentável (SOUZA, 2013; OMT, 1999), o Código como uma prática que não acarreta sérios

problemas ambientais ou socioculturais, que conserva ou melhora a qualidade ambiental da área, e que mantêm alto nível de satisfação do turista (OMT, 1999).

É importante elucidar que o turismo sustentável não é um segmento do turismo, como é o caso do Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo Religioso, Turismo de Sol e Praia, Turismo Rural e outros. Inclusive, vale ressaltar que todas as formas de turismo podem ser sustentáveis ou insustentáveis. Segmentos que são costumeiramente associados ao turismo sustentável (Ecoturismo, Turismo Verde) ou tipos de turismo tratados como sinônimo de turismo sustentável (turismo alternativo) podem ser insustentáveis se não estiverem baseados nos princípios da sustentabilidade (KÖRÖSSY, 2008).

Murray-Mas (2016) cita como exemplo mochileiros que, em busca de experiências 'autênticas', acabam por converter-se em peças da engrenagem do turismo, contribuindo para a turistificação¹² de espaços remotos. É o caso, também, de montanhistas inexperientes que ocasionam incêndios ao acampar nas montanhas, por exemplo. Para Oliveira (2005), o nível de envolvimento pessoal com o ambiente e natureza, reflete no nível de comprometimento com as consequências e impactos ambientais, econômicos e sociais que as atividades turísticas geram nesse ambiente (OLIVEIRA, 2005). A premissa da sustentabilidade deve, portanto, ser aplicada a todas as formas de turismo, pois todas podem ser ou se tornar mais ou menos sustentável.

Assim como existem diferentes concepções de desenvolvimento sustentável e de apropriação do conceito – sejam elas apresentadas pela comunidade científica, por movimentos sociais, pelo mercado, pelas corporações, ou pelo poder público – também não há um consenso para o turismo sustentável, por ser considerado uma atividade produtiva e estar vinculado e ser derivado do conceito de desenvolvimento sustentável (KÖRÖSSY, 2008; SOUZA, 2013). O levantamento teórico realizado nessa pesquisa identificou pesquisadores da área que apresentam uma definição de turismo sustentável, conforme o Quadro 4:

¹² A turistificação equivale à inserção de espaços e sociedades nas lógicas do capital (MAS, 2016).

QUADRO 4 – DEFINIÇÕES DE TURISMO SUSTENTÁVEL

AUTORES E TÍTULO DAS PUBLICAÇÕES	DEFINIÇÃO
VOLPI e PAULINO (2019) A sustentabilidade em meios de hospedagem.	O turismo sustentável corresponde a uma atividade capaz de beneficiar social e economicamente a comunidade local, além de conscientizar e apoiar a conservação ambiental.
COSTA (2013) Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade.	O turismo sustentável é aquele que favorece um desenvolvimento na trajetória da sustentabilidade, na medida em que proporciona equilíbrio entre preservação de recursos naturais e promoção de crescimento econômico com inclusão social.
CANDIOTTO (2009) Considerações sobre o conceito de turismo sustentável.	O turismo sustentável está fundamentado na preservação ambiental, resgate, valorização de representações e objetivos culturais, além de constituir opções de rendas e empregos para as comunidades que recebem essas atividades.
SWARBROOKE (2000) Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.	O turismo sustentável é aquele que satisfaz hoje as necessidades da atividade, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades.
HUNTER (1997) Sustainable Tourism as an adaptative paradigma	O termo turismo sustentável refere-se a um conjunto de princípios, prescrições políticas e métodos de gestão que traçam um caminho para o desenvolvimento do turismo.

FONTE: A autora.

Uma característica comum encontrada nas definições de Candiotta (2009) Volpi e Paulino (2019) e Costa (2013) é que o turismo sustentável deve incluir, de forma concomitante, ao menos três dimensões básicas da sustentabilidade: a social, a ecológica e a econômica. E, apesar de apresentar um conceito e considerações sobre ele, Candiotta (2009), assim como Rodrigues (2002), acredita que o turismo sustentável, em um mundo capitalista, não existe.

Hunter (1997), por sua vez, baseia-se na ideia de um paradigma adaptativo, e por esse motivo apresenta um conceito abrangente, sem especificar, por exemplo, dimensões da sustentabilidade. Para ele, a estrutura conceitual do turismo sustentável não deve ser uma estrutura teórica rígida, mas sim um conceito que se adapte às circunstâncias específicas, e legitime abordagens a partir de diferentes áreas do conhecimento.

Observa-se, no conceito de Swarbrooke (2000), uma relação intrínseca com a ideia de desenvolvimento sustentável apresentada no Relatório Brundtland. O quesito ‘futuro’ que envolve esse conceito pode ser questionado. Hanai (2009), por exemplo, reconhece como um equívoco considerar a atividade turística ocorrendo em uma localidade por um período de tempo indefinido.

Considera-se incorreta a interpretação do turismo sustentável como a sustentabilidade do turismo em si, no sentido de garantir sua existência e funcionamento com o passar de gerações, pois esta não traduz na íntegra o significado de sustentabilidade. Portanto, essa interpretação consiste em uma leitura parcial do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, o que também pode ser observado em Cunha e Cunha (2005, p. 7) quando descrevem o turismo sustentável como “aquele que satisfaz as necessidades presentes dos turistas, ao mesmo tempo que preserva as regiões de destino e incrementa novas oportunidades para o futuro”. Os autores (SWARBROOKE, 2000; CUNHA; CUNHA, 2005) estão considerando apenas a viabilidade de a atividade turística se manter, se sustentar, por um tempo indeterminado, a partir do entendimento do termo ‘sustentável’.

Para além do exposto no quadro, observou-se que diversos pesquisadores não apresentam seu próprio conceito, embora tracem considerações a respeito do tema. É o caso de Salvati (2005), que considera a sustentabilidade como um processo, uma visão responsável, com condutas proativas na busca de harmonização e equilíbrio de interesses dos diferentes agentes da cadeia do turismo (poder público, empresários, comunidade local e turistas). Também para Körössy (2008), o turismo sustentável está relacionado à atividade com potencial para promover ações sustentáveis.

Outras interpretações do conceito de turismo sustentável estão relacionadas às condições do ambiente e da comunidade receptora para dar suporte, sustentar o turismo; ou o entendimento do turismo como ferramenta para proteção dos recursos naturais e sociais sobre o qual a atividade turística se sustenta. Há ainda as interpretações que colocam o turismo sustentável em uma concepção puramente ecológica (MEDEIROS; MORAES, 2013; LAMAS *et al.* 2018).

Diversos pesquisadores e pesquisadoras utilizam o conceito de turismo sustentável da OMT como base para suas discussões (HANAI, 2009; SANTOS, 2013; SOUZA, 2013). Na concepção apresentada pela OMT, o turismo sustentável é entendido como o “turismo que leva em consideração seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs” (OMT, 2005a, p. 11, tradução livre).

Essa aparente harmonia entre o discurso acadêmico sobre o assunto e o de uma instituição como a OMT pode ser atribuída ao peso ou legitimidade de um conceito formulado por uma entidade representativa no setor do turismo, que seria detentora do ‘discurso autorizado’ (VIÉGAS, 2009), e também por uma falta de criticidade por parte da academia (do turismo) em geral. Segundo Viégas (2009), os conceitos, os programas, os planos, as avaliações e as análises técnicas, entre diversas outras formas de intervenção política, são instrumentos de percepção e expressão do mundo. Para ele, “os produtores de símbolos, legitimados e reconhecidos como tal, ocupam uma posição privilegiada já que detêm o discurso autorizado” (VIÉGAS, 2009, p. 151). Ou seja, esses agentes criam e detêm um discurso autorizado e elaboram uma ‘verdade’ aceita por muitos, mesmo que confrontada por contradiscursos.

Apesar da ambiguidade e imprecisão do conceito apresentado pela OMT (2005a), e controvérsias quanto à sua legitimidade, concorda-se com Hanai (2009) quando este afirma que, de maneira geral, os ideais sobre o turismo sustentável têm trazido uma mudança substancial no modelo convencional de desenvolvimento da atividade turística. Ainda, a incorporação dos princípios de sustentabilidade (justiça social, crescimento econômico e proteção do patrimônio natural) favorece o planejamento, a organização e a gestão do turismo, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma localidade (HANAI, 2009).

A Agenda 21 para o Mercado de Viagens e Turismo define produtos de turismo sustentável como aqueles operados em harmonia com o meio ambiente, comunidades e culturas locais, sendo estes os permanentes beneficiários (OMT, 1995a).

No Brasil, o Ministério do Turismo segue as premissas da OMT em documento contendo orientações para prestadores de serviços turísticos (MTUR, 2016) e em publicação que compila os principais termos publicados pelo MTur durante 15 anos (MTUR, 2018a), assume a seguinte definição para turismo sustentável:

Atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as **necessidades socioeconômicas** das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (MTUR, 2016, p. 7; MTUR, 2018a, p. 33, grifo nosso).

Chamou a atenção que, o glossário online disponível na página oficial do MTur, acessado pela primeira vez¹³ em 28 de julho de 2020, não apresentava essa mesma definição para turismo sustentável, afirmando que

os conceitos que temos pesquisado vêm compreendendo definições limitadas porque somente contemplam recursos ambientais e econômicos, deixando, na maioria das vezes, de analisar a origem e a transformação do valor turístico intrínseco e sua conversabilidade em renda por meio da produção, distribuição e consumo. Também não levam em consideração a inserção da população residente no processo produtivo e, com isso, não atentam até para o sistema de gestão, infra-estrutura, equipamentos e serviços receptivos e a competitividade local, regional e internacional dos preços praticados na comercialização do produto turístico final (MTUR, 2020d, [não p.]).

Este texto, especialmente por representar o posicionamento de um órgão oficial, causou certa surpresa. Supunha-se que o glossário apresentaria a explanação de termos técnicos, e não uma discussão crítica. Também, contrariamente aos próprios documentos oficiais (MTUR, 2016; 2018a), o MTur afirma que a dimensão social não tem sido contemplada nos conceitos de turismo sustentável. Não fica claro a quais conceitos o MTur (2020d) se refere, porém, observou-se que a dimensão social – ainda que teoricamente – tem sido sim abordada na conceituação de turismo sustentável (seja pela OMT, por pesquisadores, ou até pelo mercado).

Ainda sobre o glossário online do MTur (2020d), este menciona que o turismo sustentável serve para assegurar um processo racional de exploração. Nesse sentido, vale observar que o turismo sustentável, em boa parte, não se apresenta no contexto de um movimento contra-hegemônico do turismo, mas sim reformista (CORBARI; FERREIRA, 2019). Ou seja, é possível explorar a natureza e os povos, desde que sejam seguidas certas premissas de sustentabilidade.

Sobre os recursos turísticos no turismo sustentável o MTur (2020d) entende que: i) Para os recursos ambientais naturais, o turismo sustentável deve assegurar a preservação máxima possível de suas características originais; ii) Para os recursos histórico-culturais, indica o tombamento, restauro e conservação da integridade patrimonial e cultural, devendo manter a arquitetura

¹³ E novamente em 15 de fevereiro de 2022.

de época; e iii) Para os recursos temático-artificiais, deve-se flexibilizar o tratamento dos temas e o aproveitamento do espaço com observância da legislação ambiental.

Esse entendimento do MTur é um tanto restrito. Em se tratando de recursos ambientais naturais, por exemplo, como seria possível assegurar a preservação máxima das características originais dos ambientes naturais? Quanto aos recursos histórico-culturais, estes não são constituídos apenas por edifícios materiais passíveis de tombamento. Ainda, a patrimonialização suscita discussões envolvendo uma problemática relacionada à alteração da composição de uma região ou bairro, o que faz refletir sobre o quão sustentável isso é, uma vez que pode afetar a população local (a chamada gentrificação). E, não fica claro o que exatamente seria uma flexibilização de temas e aproveitamento de espaço, quando abordados os recursos temáticos-artificiais.

Por fim, o referido glossário cita Beni (1999¹⁴ *apud* MTUR, 2020d) quando afirma que o conceito de turismo sustentável deve ser ampliado, justificado e definido como um processo estratégico de desenvolvimento. Desde a citação de Beni (1999 *apud* MTUR, 2020d), mais de vinte anos se passaram e o conceito de turismo sustentável foi e continua sendo discutido, ampliado, e questionado, a partir de diferentes perspectivas.

No âmbito do mercado turístico, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) entende o turismo sustentável como

uma nova forma de se agir no turismo, uma forma que busca simultaneamente a conservação e proteção do meio ambiente, a promoção da cultura, a valorização das tradições, o respeito das pessoas, em particular da comunidade local, melhorando a experiência positiva do turista e promovendo a viabilidade dos negócios (SEBRAE, 2019, p. 5).

A partir dos conceitos apresentados pela academia, pelas políticas públicas e pelo mercado, assume-se para esta tese a concepção sintética de que o turismo sustentável é uma prática aplicada a todos os segmentos e atividades do turismo, e que considera o caráter heterogêneo no que diz respeito à diversidade sociocultural, econômica e ecológica das localidades onde ocorre.

¹⁴ Não há, no glossário online, a referência para esta citação.

De maneira geral, pode-se dizer que o turismo sustentável é uma busca pelo equilíbrio entre responsabilidade ecológica, produtividade econômica e equidade social. Porém, a complexidade deste tema faz com que seu entendimento não seja unânime, e admite-se que o turismo sustentável acabou tornando-se uma noção tão vaga e indefinida como é o desenvolvimento sustentável. Serrano, Sianes e Ariza-Montes (2019) constataram que o conceito de turismo sustentável pode representar desde princípios até diretrizes políticas e modelos de gestão que norteiam o desenvolvimento do turismo.

Assim como apontado por Neiman e Mendonça (2005), Hanai (2009), Álvares (2010), Perna *et al.* (2013) e Santos (2013), entende-se que estudos que abordam a importância de um desenvolvimento equilibrado do turismo, abrangendo princípios e dimensões que vão além da econômica, demonstram a necessidade e possibilidades do turismo sustentável como prática, independente de um segmento.

Ao abordar o turismo sustentável, Beni (2003a) menciona que este deve incluir diferentes cenários e aspectos da sustentabilidade: ambientais, sociais, culturais, políticos e econômicos. Partidário (1999), por sua vez, destaca princípios como: respeito ao ambiente natural, cultural e social; desenvolvimento econômico e social das comunidades locais; e satisfação das necessidades dos visitantes e da população local.

Corroborando com as dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs (2000; 2008), Filletto (2007) aponta que as dimensões social, ambiental e econômica são as três dimensões mais utilizadas nos estudos envolvendo sustentabilidade e turismo, característica também destacada por Falcão e Gómez (2012), Álvares (2010) e Oliveira (2009).

Abordagens mais amplas consideram que ainda outras dimensões podem ser levadas em consideração, como os aspectos demográficos, espaciais, éticos, institucionais, tecnológicos e legais - de acordo com níveis de abrangência: internacionais, nacionais, regionais e locais (LUCHIARI, 2002; HANAI, 2009). Outras, consideram a democracia, participação, descentralização, eficiência, equidade, cidadania e autonomia como importantes atributos para garantir a sustentabilidade, e apontam a esfera local para sua realização (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015).

Para Álvares (2010), as dimensões e indicadores de sustentabilidade não devem estar subjugadas a aspectos econômicos do turismo. Há que se considerar que o turismo é capaz de promover transformações em uma localidade ao envolver o cotidiano, as emoções e as vivências das comunidades receptoras (e dos turistas) (IRVING *et al.*, 2015).

Portanto, pode estruturar ou desestruturar econômica, ecológica, social e culturalmente as comunidades receptoras. Nesta tese assume-se, assim como em Costa, Sawyer e Nascimento (2009), Falcão e Gómez (2012) e Sanches (2018), que os princípios do turismo sustentável devem ser agrupados nas dimensões ecológica, econômica, sociocultural e político-institucional (pelo menos), e ocorrer concomitantemente.

A partir de OMT (2005a), MTur (2016), e Ruschmann (2001), o Quadro 5 apresenta as dimensões da sustentabilidade na perspectiva do turismo. Contempla as dimensões ambiental, social, econômica, sociocultural e político-institucional, assim denominadas por essas fontes.

QUADRO 5 – TURISMO E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

DIMENSÃO AMBIENTAL	DIMENSÃO SOCIOCULTURAL	DIMENSÃO ECONÔMICA	DIMENSÃO POLÍTICA-INSTITUCIONAL
Manter os processos ecológicos essenciais e ajudar a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade (OMT, 2005a).	Respeitar a autenticidade das comunidades anfitriãs, conservar seu patrimônio e contribuir para a compreensão e tolerância interculturais (OMT, 2005a).	Garantir operações econômicas viáveis, distribuir benefícios de maneira justa, emprego e renda para as comunidades anfitriãs (OMT, 2005a).	-----
Assegurar desenvolvimento e manutenção dos processos ecológicos e da diversidade dos recursos naturais (MTUR, 2016).	Assegurar a preservação da cultura e valores da população local, fortalecendo sua identidade (MTUR, 2016).	Assegurar desenvolvimento econômico e equidade, com geração de recursos para as gerações futuras (MTUR, 2016).	Assegurar parcerias e compromissos entre poder público e sociedade civil (MTUR, 2016).
Conservar e utilizar racionalmente os recursos naturais no turismo (RUSCHMANN, 2001).	Manter a diversidade cultural, valores e práticas existentes em uma região (RUSCHMANN, 2001).	Gerir de forma eficiente os recursos e investimentos públicos e privados para garantir a rentabilidade empresarial e a eficácia econômica (RUSCHMANN, 2001).	Fortalecer mecanismos democráticos de formulação e implementação de políticas públicas, e organismos de representação político-social (RUSCHMANN, 2001).

FONTE: A autora.

Chama a atenção o fato de que a OMT (2005a) não apresenta a dimensão política-institucional, que se refere à implementação de políticas públicas, apesar de o documento consultado ser um guia para formuladores de políticas (*Making tourism more sustainable: a guide for policy makers*).

As demais definições das dimensões da sustentabilidade expostas pelos autores no Quadro 05 demonstram compatibilidade. Quanto aos recursos ambientais, a OMT (2005a) os considera elemento-chave no desenvolvimento do turismo, assim como o MTur (2016), e por este motivo devem ser protegidos. Na dimensão sociocultural, Ruschmann (2001) e a OMT (2005a) demonstram a importância dos aspectos culturais, enquanto o MTur (2016) apresenta um foco maior para o social. Na dimensão econômica, Ruschmann (2001) demonstra a ênfase no lucro e na competitividade, enquanto o MTur (2016) e a OMT (2005a) ressaltam a importância de benefícios econômicos equitativos e redução da pobreza.

Cooper *et al.* (2011) enfatizam as interrelações entre mudanças ambientais, fatores sociais, econômicos e políticos em sua abordagem de turismo sustentável, e destacam a importância do planejamento nesse sentido. Beni (2003b) defende o planejamento participativo, de modo a garantir que a sociedade e cidadãos possam contribuir em todas as etapas (desde a informação até a execução das ações propostas). Percebe-se assim, que todos os envolvidos com o turismo local – instituições, comunidade local e turistas – devem estar engajados de modo que cada um desempenhe seu papel e responsabilidade, levando em consideração as diferentes dimensões da sustentabilidade (SANTOS, 2013).

Ruschmann (1997) aborda o planejamento como responsabilidade do poder público em conjunto com a comunidade e o setor privado. A autora define o planejamento do turismo sustentável como aquele que atende aos anseios da população local e dos turistas, evita a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, minimiza os custos sociais que afetam os moradores da localidade e otimiza os benefícios do desenvolvimento turístico. Apesar do destacado por Ruschmann (1997), Cooper *et al.* (2011), Beni (2003b) e Santos (2013) a respeito da importância do planejamento, Guo, Jing e Li (2019) afirmam que, na literatura, o foco das pesquisas tem sido sobre o impacto das políticas

no desenvolvimento sustentável do turismo, havendo uma carência de pesquisas visando a etapa anterior: o processo de planejamento e formação dessas políticas.

Não pretendendo encerrar essa discussão, ressalta-se novamente a existência de um grande debate e falta de consenso a respeito do tema. Salvati (2005) demonstra ainda que o turismo sustentável tem sido pensado, praticado e classificado de acordo com a percepção e influência de diferentes grupos de interesse e contextos socioeconômicos, culturais e ambientais. Ocorre que conservacionistas, poder público, políticas públicas, investidores, empresários, comunidade local e até turistas, por exemplo, podem utilizar o conceito de acordo com sua própria definição, encaixando-a convenientemente em suas práticas e propósitos e de acordo com seus distintos interesses e contextos (KÖRÖSSY, 2008; MOWFORTH; MUNT, 2009; HANAI, 2009).

A partir desse ponto, faz-se importante esclarecer algumas divergências de interpretação conceitual existentes, especificamente a diferença entre o desenvolvimento do turismo sustentável e o desenvolvimento sustentável do turismo.

2.3.1 Desenvolvimento do turismo sustentável ou desenvolvimento sustentável do turismo?

Faz-se importante elucidar que o desenvolvimento sustentável do turismo (a sustentabilidade turística) não é sinônimo de turismo sustentável. O desenvolvimento sustentável do turismo está relacionado à manutenção da prática da atividade turística, o que não necessariamente implica que ela seja sustentável ou que não gere impactos negativos (BUTLER, 1999; KÖRÖSSY, 2008).

Inclusive, a OMT (2005a) reconhece que as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os destinos, e inclusive no turismo de massa, o que suscita interpretações sobre a sustentabilidade não se referir à uma mudança de paradigma, mas sim à manutenção do turismo da forma como se dá.

As diretrizes de desenvolvimento sustentável e as práticas de gerenciamento são aplicáveis a todas as formas de turismo em

todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e os diversos segmentos de turismo.” (OMT, 2005a, p. 11, tradução livre).

De qualquer forma, Hanai (2009) defende que a discussão sobre o desenvolvimento sustentável do turismo

[...] provoca e incentiva o desafio de sua aplicação numa forma de desenvolvimento mais responsável, direcionando a sua abordagem ao planejamento futuro, com esforços operativos e sistemáticos para consolidação dos princípios e aspirações da sustentabilidade (HANAI, 2009, p. 47).

Butler (1999) sugere a substituição da expressão ‘turismo sustentável’ por ‘desenvolvimento sustentável do turismo’, considerando o turismo sustentável como a conclusão de um processo que seguiu os princípios de desenvolvimento sustentável. Porém, para Butler (1999), o turismo sustentável é aquele desenvolvido em um ambiente de tal modo e em tal escala que se mantém viável durante período de tempo indefinido. Em uma visão parcial e até distorcida do conceito, o autor considera o turismo sustentável como oposto ao turismo de massa e sinônimo de turismo alternativo, considerando o último como aquele que favorece o equilíbrio ecológico, e não degrada nem altera o meio ambiente. Conforme já exposto e citado por Körössy (2008) e Murray-Mas (2016), o turismo alternativo não constitui, necessariamente, uma prática de turismo sustentável.

O desenvolvimento sustentável do turismo, a partir de Irving *et al.* (2005; 2015), é apresentado como um processo de planejamento que não busca apenas retorno econômico, mas que incorpora e reconhece os problemas sociais, a diversidade cultural, a dinâmica ecológica, e as peculiaridades locais e especificidades dos destinos.

Körössy (2008) entende que a expressão ‘desenvolvimento sustentável do turismo’ está relacionada à manutenção da prática da atividade turística, o que não necessariamente implica que ela seja sustentável. Cita como exemplo a cidade de Las Vegas, onde a sustentabilidade do turismo está relacionada à capacidade de manter uma boa estratégia de marketing como um destino de luxo e prazer, não estabelecendo relação de sua imagem com a proteção do meio ambiente ou com aspectos de responsabilidade social. Para a autora (KÖRÖSSY, 2008) o ‘desenvolvimento do turismo sustentável’, por sua vez, está relacionado à atividade com melhor potencial para promover ações sustentáveis,

mas o conceito vem sendo aplicado de forma indevida em alguns discursos que objetivam somente a sustentabilidade do turismo.

A organização supracitada não apresenta em seus documentos uma diferenciação das expressões ‘desenvolvimento sustentável do turismo’ e ‘desenvolvimento do turismo sustentável’, mas quando utiliza a expressão ‘desenvolvimento’ refere-se ao processo que tem por objetivo o turismo sustentável.

O desenvolvimento sustentável do turismo requer a participação informada de todas as partes interessadas relevantes, bem como uma forte liderança política para garantir ampla participação e construção de consenso. A conquista do turismo sustentável é um processo contínuo e requer monitoramento constante dos impactos, introduzindo as medidas preventivas e/ou corretivas sempre que necessário (UNEP; UNWTO, 2005, p. 12, tradução livre).

Nesta pesquisa entende-se que a expressão ‘desenvolvimento do turismo sustentável’ é a mais adequada no sentido de contemplar os princípios e dimensões da sustentabilidade no turismo; e que a expressão ‘desenvolvimento sustentável do turismo’ está relacionada à garantia da prática da atividade turística, sem o aprofundamento e compreensão das dimensões da sustentabilidade. De todo o modo, a pesquisa abrange o turismo e a sustentabilidade em todas as polissemias que envolvem o tema.

O debate do que vem a ser o turismo sustentável está presente tanto nas ações do setor privado, quanto nas atuais políticas públicas que visam o desenvolvimento do turismo e, não raro, impulsionam a elaboração de mecanismos de certificação no setor. A certificação é uma ação empreendida pelo poder público ou privado no intuito de contemplar a sustentabilidade, porém esta é uma questão tão diversa quanto as concepções de turismo sustentável, desenvolvimento do turismo, e envolve interesses econômicos. Embora a certificação não seja o foco dessa pesquisa, ela será discutida brevemente nas páginas a seguir.

O instrumento de certificação tem sido utilizado para promover práticas sustentáveis no turismo. Swarbrooke (2000) e Salvati (2005) são autores que defendem a certificação de organizações que adotam práticas sustentáveis em seus processos como um instrumento para auxiliar a demanda na tomada de

decisão e no consumo turístico em um viés mais sustentável. Além disso, Salvati (2005, p. 66) defende que a certificação pode ser

[...] um mecanismo não-governamental e voluntário de controle social sobre produtos, organizações, serviços ou destinos turísticos, baseado numa avaliação independente dos aspectos sociais, econômicos e ambientais de suas operações.

Nesse sentido, o componente da oferta turística certificado deve atender, pelo menos, a requisitos como ser ecologicamente adequado, economicamente viável e socialmente justo.

Beni (2003b) analisa que, em se tratando de turismo sustentável, o universo é amplo e complexo, e há uma necessidade de estudos e pesquisas econômicas, políticas e sociais, não podendo uma certificação em turismo sustentável limitar-se ao estudo dos impactos na ocupação de espaços naturais e áreas protegidas.

Em uma visão mercadológica, a certificação de turismo sustentável aumenta a eficiência na gestão do negócio, reduz custos operacionais, fortalece o relacionamento com as partes interessadas, aumenta a satisfação dos clientes, gera mais engajamento dos colaboradores, melhora o desempenho dos resultados, fortalece a marca, gera mídia espontânea e melhora a imagem da empresa do ou produto (SEBRAE, 2018). Mas, observa-se que nesta visão não são contempladas todas as dimensões da sustentabilidade.

De acordo com o Sebrae (2018, p. 26), “existem vários tipos de certificação em turismo sustentável e a empresa deve avaliar qual delas agrega valor ao seu negócio e ajuda na comunicação com o mercado em que atua e com os seus ‘clientes’.

Na prática, uma empresa, ou mesmo um destino, que tenha interesse em obter uma certificação em turismo sustentável, contrata um organismo de certificação para avaliar as condições e viabilidade de certificação e, se for necessário, implementa ações para atender os requisitos e obter a certificação (SEBRAE, 2018). A avaliação é realizada por auditores independentes e multidisciplinares da empresa certificadora, que utilizam uma matriz de indicadores sociais, econômicos e ambientais (SALVATI, 2005).

Além das certificações, também é válido mencionar a Organização Internacional de Normalização, *International Organization for Standardization*

(ISO), que estabelece (além da série de normas da ISO 14000, que tratam de gestão ambiental) algumas normas internacionais para certificação em sustentabilidade, em diferentes ramos de negócios.

Por exemplo, a ISO 20611 (2018) trata das Boas práticas de Sustentabilidade para o Turismo de Aventura, e tem o objetivo de reduzir os impactos gerados nas operações das empresas (uso de recursos naturais, consumo de água e energia, respeito aos colaboradores e à comunidade local, condições de trabalho, entre outras). Já a ISO 21401 (2018) refere-se ao Sistema de Gestão de Sustentabilidade de Meios de Hospedagem, e prevê a padronização de ações sustentáveis para a hotelaria. A ISO 20121 (2012) trata do Sistema de Gestão da Sustentabilidade para Eventos. Estas normas, no Brasil, são revalidadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Beni (2003b) discute a certificação do turismo sustentável, e reafirma o fato de que a literatura existente aponta que não há consenso para definir turismo sustentável, e que a interpretação deste conceito depende de quem o utiliza. Sendo assim, não seria possível assegurar uma certificação em turismo sustentável.

Salvati (2005) admite que existem centenas de mecanismos (prêmios e selos) que certificam a qualidade de produtos e serviços no turismo. Mas aponta que: muitos deles não detêm o alcance de sustentabilidade que dizem deter; o alcance é limitado a uma região ou segmento; limitam-se à aspectos ecológicos, negligenciando o social ou econômico; utilizam poucos indicadores externos, baseando-se principalmente em uma gestão interna; e não possuem órgão fiscalizador, desobrigando a prestação de contas.

Observa-se que há um destaque para a dimensão ecológica nos selos de sustentabilidade, seja em âmbito privado ou público, de modo que fica claro o já discutido anteriormente com relação às interpretações que associam sustentabilidade às relações com a natureza, apenas. Também, é possível inferir que os selos e certificações representam uma vantagem corporativa para aqueles que se enquadram num mercado de consumidores mais conscientes.

Como exemplos no turismo e hotelaria, Álvares (2010) menciona o Programa de Certificação em Turismo Sustentável – Meios de Hospedagem, elaborado e concedido pelo Instituto de Hospitalidade; e Salvati (2005) menciona a Associação de Hoteis Roteiros de Charme, que conta com normas de gestão

socioambiental. O Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza (IBDN, 2022) concede diversos selos verdes e certificações, dentre eles o de Hotel Ecoresponsável e o de Empresa Parceira da Natureza. Ainda, é válido mencionar o Programa Bandeira Azul, com abrangência global e certificação e premiações específicas para turismo em ambientes costeiros (BANDEIRA AZUL BRASIL, 2022).

Além da dimensão ecológica, empresas privadas também buscam certificação através de ONGs que oferecem algum trabalho em âmbito social. Destaca-se aqui como um exemplo positivo, o combate à exploração e abuso sexual desenvolvido mundialmente pela instituição sueca Childhood (CHILDHOOD, 2022). No turismo, essa Instituição desenvolve trabalho de treinamento e certificação para hotéis e eventos no que diz respeito à exploração do turismo sexual infantil. As empresas que têm o selo Childhood destinam recursos financeiros que ajudam a financiar os projetos e ações desenvolvidos pela Instituição (CHILDHOOD, 2022).

Embora a utilização de certificações de sustentabilidade seja mais comum em âmbito privado e empresarial, um exemplo de certificação promovida no estado do Paraná pela Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest) é o Selo Clima Paraná, que certifica, desde o ano de 2014, empresas comprometidas em combater as mudanças climáticas e reduzir sua pegada de carbono (PARANÁ, 2021).

Outro exemplo, este em nível federal, é o Selo Turismo Responsável, do MTur. Lançado devido à pandemia de Covid-19, o selo está relacionado a um programa de boas práticas de higienização em diferentes segmentos do setor, de modo a transmitir maior segurança aos turistas e incentivá-los a frequentar locais que cumprem o protocolo estabelecido pelo Selo. Na região Litoral do Paraná, foram emitidos 161 Selos Turismo Responsável no ano de 2021 (PARANÁ TURISMO, 2022).

Como Já foi possível observar, a construção do conceito de turismo sustentável se relaciona a diretrizes estabelecidas em fóruns internacionais que, por sua vez, influenciam políticas públicas no Brasil envolvendo turismo sustentável, conforme observado a seguir.

2.4 DIRETRIZES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

Em âmbito global, as diretrizes para o turismo sustentável são orientadas pela OMT. Essa organização conta com um comitê técnico específico para esta finalidade, o Comitê de Turismo e Sustentabilidade, que coordena o programa intitulado Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo. Fazem parte deste programa diversos projetos que abrangem temas como biodiversidade, mudanças climáticas, poluição plástica no oceano, soluções de energia na hotelaria, resiliência do turismo, observatórios¹⁵ para monitoramento de impacto econômico, ecológico e social nos destinos, e outros (OMT, 2020a).

A ONU aprovou, durante a 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que 2017 seria considerado o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento (ONU, 2015b) com o intuito de, entre outros, incentivar o turismo como uma prática que contribua para a sustentabilidade econômica, social e ecológica no mundo. Nesse ponto, percebe-se um avanço na discussão da temática. Os debates, dentro de uma ideia inicial de desenvolvimento sustentável do turismo, levaram a consolidar o desenvolvimento do turismo sustentável.

Outra ação empreendida em âmbito global é a promoção dos ODS no setor de viagens e turismo, buscando o engajamento da atividade turística às metas da agenda global de desenvolvimento sustentável (OMT, 2020) proposta pela ONU, em 2015.

Ainda outras diretrizes para o turismo sustentável em âmbito internacional podem ser mencionadas, como o Passaporte Verde, lançado em 2012. Consistiu em uma campanha francesa no formato de guia, da qual participaram 20 países (incluindo o Brasil), objetivando a construção de novos parâmetros de desenvolvimento do turismo sustentável e redução de impactos ambientais e sociais, com ações de educação ambiental e orientações para os turistas sobre

¹⁵ No Brasil, o único município que compõe a rede de observatórios de turismo da ONU para monitoramento do desenvolvimento sustentável é São Paulo, com o Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo (OTE). Ressalta-se que este observatório tem como objetivo analisar o comportamento do turismo no segmento de eventos em São Paulo. Dentre as principais áreas de monitoramento do OTE estão: qualidade da água, reciclagem, distribuição de poder, informações específicas por segmento e indicadores econômicos essenciais (SPTURIS, 2020).

destinos sustentáveis a serem visitados; e qualificação da cadeia produtiva do turismo (MTUR 2020c; MMA, 2020; UNEP, 2020).

Importante mencionar o Conselho Global de Turismo Sustentável (*Global Sustainable Tourism Council – GSTC*), que estabelece critérios para um entendimento comum (poder público, empresários, comunidade local e turistas) de turismo sustentável, organizados em quatro temas: planejamento eficaz de sustentabilidade, maximização dos benefícios sociais e econômicos para a comunidade local, promoção do patrimônio cultural e redução de impactos negativos para o meio ambiente (GSTC, 2020).

Ainda no âmbito das diretrizes internacionais, a Rede WWF (*World Wide Fund for Nature*), uma das maiores organizações internacionais de conservação da natureza, tem diversos projetos em turismo e, por meio do Programa de Turismo e Meio Ambiente atua na certificação do turismo sustentável, considerando produtos ecologicamente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos (SALVATI, 2005; WWF BRASIL, 2020).

Embora seja necessário observar a orientação temporal, territorial e político-institucional dessas diretrizes, estas também refletem divergências no que diz respeito ao turismo sustentável. Douglas (2014) afirma que é fundamental entender como os programas de turismo sustentável são elaborados, e como os diferentes atores que participam de tais programas compreendem a natureza e a sociedade e como discursam sobre o turismo sustentável. Ressalta-se, portanto, que as diretrizes internacionais aqui citadas partem de um entendimento global, e não compreendem especificidades regionais e locais. O Capítulo IV irá demonstrar como isso ocorre, de modo mais específico, no Litoral do Paraná.

O Brasil segue ou é signatário de todas as diretrizes internacionais aqui citadas. Porém, em cada contexto e período histórico, as políticas públicas nacionais mudaram conforme a composição feita para garantir a governabilidade, ou seja, as alianças políticas e alianças entre grupos econômicos e frações de classe que sustentam os grupos que estão controlando partes do aparato estatal em dado momento.

As políticas públicas no Brasil também são influenciadas pelo perfil do presidente, na qualidade de chefe do poder executivo. Essa análise é defendida por Censon (2022) em sua tese sobre as mudanças processuais do conjunto de

crenças e valores sobre políticas públicas (a *policy image*) do turismo no Brasil, que representam a instrumentalização do turismo como uma ferramenta política. Essa análise também pode ser aplicada às políticas estaduais e municipais em muitos aspectos.

A rigor, os dimensionamentos político e institucional do turismo se dão a partir de diretrizes federais propostas pelo Ministério do Turismo e estruturam-se nos diferentes níveis governamentais com vistas a contribuir para o desenvolvimento do turismo considerando a perspectiva da sustentabilidade (ÁLVARES, 2010).

A Lei Geral do Turismo (BRASIL, 2008) define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao turismo. A Lei prevê o Plano Nacional de Turismo (PNT) como um instrumento estruturador, sob responsabilidade do MTur, e dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Em seu Art. 5º, fica clara a responsabilidade também dos estados, distrito federal e municípios para “[...] planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura [...] com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica” (BRASIL, 2008, [não p.]).

Com relação ao Plano Nacional de Turismo, ele é um instrumento de planejamento participativo e de gestão elaborado quadrienalmente pelo MTur, e apresenta diretrizes nacionais, objetivos estratégicos, ações, metas e programas regulatórios e fiscalizatórios que explicitam os ideais do governo federal e orientam ações (OLIVEIRA; ROSSETTO, 2013) na maioria das vezes, colocando o turismo como indutor do ‘desenvolvimento’ e da geração de emprego e renda no Brasil.

No turismo, a ideia de desenvolvimento é concebida como um esforço ideologicamente neutro que poderia ser incumbido a especialistas técnicos (BIANCHI, 2018). Porém, há que se observar que o discurso que coloca o turismo como gerador de emprego e renda não considera a deterioração de outras ocupações que não correspondem às lógicas do mercado capitalista, como formas tradicionais de agricultura, pecuária e pesca (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021).

Alguns empreendimentos (com ênfase nos internacionais) criam *lobbies* junto ao Estado, apropriando-se do discurso do interesse público, como criação

de empregos, mas com a intencionalidade de privatizar lucros de curto prazo e externalizar custos socioambientais de médio e longo prazo. A população, por sua vez, é ludibriada com a promessa de melhoria da qualidade de vida e com o temor de que, sem o turismo não há outra opção, não há emprego, nem renda. Esse fenômeno é discutido por Pignarre e Stenger (2005), com o nome de 'alternativas infernais'.

Oliveira e Rossetto (2013), ao discutirem as políticas públicas para o turismo sustentável no país, analisaram os Planos Nacionais de Turismo dos períodos 2003-2007; 2007-2010; e 2011-2014. A partir do analisado, os autores ressaltam que a diversidade partidária e de interesses no âmbito federal afetam o turismo, pois a distribuição da gestão dos ministérios e autarquias não é realizada por meio de critérios técnicos e competências, mas sim por arranjos que visam contemplar interesses políticos e pessoais. Essas condições, repetem-se nos níveis estaduais e municipais.

O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (MTUR, 2018b) é o instrumento de planejamento nacional da atividade turística vigente no período desta pesquisa. Este se apresenta como um instrumento de planejamento participativo e de gestão, que tem como tema 'Mais emprego e renda para o Brasil'.

O Plano propõe quatro metas para o turismo no Brasil (MTUR, 2018b): i) aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões; ii) aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais no país de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões; iii) ampliar o número de brasileiros em viagens internas, passando de 60 para 100 milhões; e iv) ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo. No que diz respeito às políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Brasil, observa-se aqui o já discutido no Capítulo II: são os números e estatísticas relacionados ao movimento econômico do turismo que se destacam.

O PNT apresenta objetivos que não têm relação com as metas citadas, e vice-versa: i) estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico; ii) promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e o desenvolvimento do Turismo de Base Local; iii) possibilitar o acesso democrático de públicos prioritários à atividade turística; e iv) intensificar o combate à violação dos direitos de crianças e adolescentes no turismo (MTUR, 2018b).

Além das quatro metas, de forma clara e expressa, o PNT menciona apenas indicadores de desempenho econômico. Porém, assim como outros documentos, apresenta a sustentabilidade¹⁶ como uma de suas premissas básicas. Isso porque as políticas públicas, de maneira geral, incorporam discussões e movimentos que correspondem às questões ambientais e sociais que estão em voga quando de sua elaboração. No caso da sustentabilidade, Zhouri e Laschefski (2010) observam que o termo é utilizado de maneira estratégica em alguns discursos, de modo a validar interesses.

O PNT em si, apesar de sua relevância para o turismo no Brasil e de ter sido consultado no decorrer da pesquisa documental, não é a política pública a ser aprofundada nas análises que decorrerão nos próximos capítulos. O foco será em uma das diretrizes desse Plano: o Programa de Regionalização do Turismo, cujos dados servem como base para o planejamento e organização da atividade turística no Brasil (MTUR, 2020a). O Quadro 6 apresenta ações do MTur vigentes no período 2019-2022 orientadas para o desenvolvimento sustentável do turismo segundo o Ministério.

QUADRO 6 – PROGRAMAS E AÇÕES MTUR (2019-2022)

PROGRAMA	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
Código de Conduta do Brasil	Orienta empresas e prestadores de serviços na prevenção e enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes.	(MTUR, 2020e)
Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil	Orientações para a promoção turística com foco na inclusão social e no desenvolvimento sustentável	(MTUR, [s/d])
Programa Turismo Acessível	Contém medidas para inclusão social e acesso de pessoas com deficiência.	(MTUR, 2021c)
Prêmio Braztoa Sustentabilidade	Reconhecimento em turismo sustentável no Brasil para empresas, chancelado pela OMT.	(BRAZTOA, 2020) ¹⁷
Campanha Mares Limpos	Apoio à redução dos impactos dos plásticos nos oceanos.	(MARES LIMPOS, 2020)
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	O potencial do turismo o cumprimento da Agenda 2030 da ONU pelo Brasil	(ONU, 2021)

FONTE: A autora, com base em MTur ([s/d]; 2020e; 2021c); Baztoa (2020); Mares Limpos (2020); ONU (2021).

¹⁶ Cabe ressaltar que o Plano considera a definição de turismo sustentável assumida pelo MTur.

¹⁷ Em 2020 o Prêmio Braztoa Sustentabilidade foi cancelado devido à pandemia de Covid-19.

No âmbito nacional, também é relevante a participação da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), subordinada ao Ministério do Turismo. A referida Agência atua na promoção e *marketing* para comercialização de produtos, serviços e destinos brasileiros no exterior (MTUR, 2021b). Este perfil, foi criticado no contexto da pandemia de Covid-19 por Beni (2020), que questionou o investimento em *marketing* internacional e opinou que os recursos deveriam ser destinados para o turismo doméstico, por acreditar que esse é o cenário ideal para o turismo durante e após a pandemia. Segundo ele, “o turismo é luxo” e não é – e nem deve ser – uma atividade prioritária para investimento de recursos públicos em um momento como este. Beni (2020) apontou que para o turismo doméstico as previsões eram de aumento dos deslocamentos rodoviários curtos (até três horas ou 250 quilômetros).

Para Beni (2020), embora a retomada do turismo após a pandemia pudesse levar uma década, seria importante pensá-la. A pandemia apresentou uma oportunidade de rever os padrões de consumo e a insustentabilidade do setor (EVERINGHAM; CHASSAGNE, 2020; HIGGINS-DESBIOLLES, 2020; ROMAGOSA, 2020) e, a partir dela, diversos pesquisadores da área passaram a vislumbrar um novo modelo de turismo, realmente sustentável.

Fez-se necessário, e oportuno, revisar as práticas de turismo que seguem um modelo hegemônico, ou convencional, constituído por empresários que visam, essencialmente, a acumulação e a reprodução capitalista (CORIOLANO, 2009). Floriani (2020) afirma que o ‘velho turismo’ é predatório e, em um novo cenário encontram-se a reinvenção do turismo com um ‘turismo seletivo’ e turistas reeducados, que buscam por lugares que realmente desejam conhecer e aproveitar com qualidade, e consumindo menos supérfluos.

Ao abordar perspectivas futuras para o turismo, Domit (2020) acredita no fortalecimento do turismo de base comunitária, regional e local. Para a pesquisadora: “Não existe voltar ao que era, mas sim construir o novo [...] A visão capitalista do turismo não parece ser o que se consolidará nos próximos anos”.

Perspectivas como essas tensionam o planejamento do turismo no Brasil que, segundo Oliveira e Rossetto (2013), ocorre em curto ou médio prazo e prioriza investimentos que beneficiam empreendimentos de alto valor, ignorando questões ligadas às reais necessidades das comunidades anfitriãs ou de micro

e pequenos empresários, e à conservação dos recursos ambientais, sociais e culturais.

De modo geral, no Brasil, as Secretarias Estaduais de Turismo são responsáveis por desenvolver o turismo em conjunto com os municípios, definir as regiões e roteiros turísticos e aplicar as estratégias nacionais para estruturação do turismo no estado, de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, e elaborar Planos Estaduais de Turismo nos quais os municípios devem buscar inserção (CNM, 2016).

No estado do Paraná são seguidas a Política Estadual de Turismo, instituída pela Lei nº 15.973/2008 (PARANÁ, 2008) e as Leis nº 20.077/2019 e nº 20.781/2021, que se referem ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (PARANÁ, 2020b; PARANÁ, 2021b).

O PPA prevê o programa denominado 'Paraná do Futuro: Sustentabilidade e Turismo', sob responsabilidade da Sedest. Dentre as iniciativas desse programa, e também como estratégia de planejamento do turismo, o Paraná conta com o Plano Estadual de Turismo, denominado 'Paraná Turístico 2026', um instrumento de apoio à tomada de decisões, por meio de processos participativos e estratégicos visando o desenvolvimento do turismo no estado (CEPATUR, 2016). O Masterplan Paraná Turístico 2026, assim como o planejamento do turismo no estado, tem como base para sua operacionalização, o Programa de Regionalização do Turismo.

Na organização e planejamento do turismo no estado do Paraná também é relevante a atuação da Paraná Turismo, uma autarquia estadual vinculada à Sedest. Ou seja, a Paraná Turismo presta serviços públicos em nome do Estado e é ligada a ele, embora atue de forma descentralizada e indiretamente na prestação de serviços de caráter público (PARANÁ TURISMO, 2022). Ela executa a Política Estadual de Turismo, e segue as orientações do PPA e do Masterplan Paraná Turístico 2026.

Ainda na esfera estadual, é válido mencionar a existência das Agências de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (Adetur), entidades privadas sem fins lucrativos. A Adetur tem atuação importante na qualidade de instância de governança regional, o que significa que, no que concerne ao desenvolvimento sustentável do turismo, e no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, a ela compete (MTUR, 2007, p. 102):

- buscar alternativas para o desenvolvimento da atividade turística seja sustentável;
- sensibilizar a comunidade para os aspectos do turismo e do meio ambiente e a necessidade de conservá-los;
- incentivar a formação de parcerias com vistas a otimizar recursos humanos, financeiros e ambientais;
- gerir o processo de desenvolvimento sustentável do turismo na região;
- planejar a atividade turística de forma integrada a outras atividades econômicas;
- incentivar o estabelecimento de capacidade de suporte em ambientes naturais e sítios históricos;
- incentivar a iniciativa privada e a sociedade civil a desenvolver as ações de sua competência, com vistas ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente e da atividade turística.

Em âmbito regional, tem-se a Adetur Litoral, reconhecida como de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 17.707/2013, e que tem como missão “promover e apoiar o Turismo Responsável, desenvolvendo ações sustentáveis que elevem o associativismo e a competitividade do destino turístico litoral do Paraná.” (ADETUR LITORAL, 2021, [s/p]).

Em se tratando de instância de governança, faz-se importante comentar que esta é expressamente recomendada no Programa de Regionalização do Turismo. De acordo com Trentim (2017), a governança refere-se à formulação, discussão e avaliação de políticas públicas em um processo colaborativo entre atores públicos e não públicos.

No Programa de Regionalização do Turismo, o turismo deve ser planejado e gerenciado a partir de instâncias de governança regionais

que resultem da participação social e da cooperação entre as várias esferas de governo envolvidas com o desenvolvimento turístico regional e os atores locais, de modo que a responsabilidade pela elaboração, controle e, em alguns casos, execução de políticas públicas seja compartilhada (MTUR, 2007, p. 46).

O MTur entende que a instância de governança regional (que pode ser um comitê, um conselho, um fórum, uma associação, ou outro) é responsável por promover, conscientizar e envolver os diversos atores na implementação dos requisitos para a sustentabilidade. Ainda, uma vez que as regiões turísticas contemplam mais de um município, a instância de governança é a responsável por articular os interesses das diferentes comunidades e governos municipais que constituem a região (MTUR, 2007).

Em outras palavras, a instância de governança regional, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007, p. 127), é uma “organização representativa dos poderes público e privado, da sociedade e dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar, acompanhar e gerir o processo de regionalização do turismo na região turística.”

Mowforth e Munt (2009) quando abordam a governança, governos e turismo, afirmam que, muitas vezes, o processo de ‘desenvolvimento’ é determinado por requisitos para o financiamento (como ocorre no Programa de Regionalização do Turismo no Brasil, e de forma muito explícita no Prodetur¹⁸ a ele vinculado), e considerando a ideologia política dominante.

O Capítulo IV apresentará e discutirá, de forma mais direta, a atuação da Adetur Litoral e a influência desta nas políticas públicas para o turismo que incidem no litoral do Paraná.

Sobre a retomada do turismo após a Pandemia, mesmo com dificuldades na condução e previsão de cenários, o estado do Paraná contou com um plano de retomada do turismo conduzido pela Paraná Turismo (CARVALHO, 2020). Este plano contou com dois pontos focais, sendo o primeiro uma pesquisa permanente denominada ‘Sondagem dos impactos da Covid-19’ com prestadores de serviços turísticos, municípios e potenciais consumidores, realizada desde o mês de abril de 2020 (PARANÁ TURISMO, 2021a). O segundo é um conteúdo disponibilizado no site da Paraná Turismo sobre Pandemia e o turismo no estado, denominado ‘Retomada do Turismo’ (PARANÁ TURISMO, 2021b).

No âmbito desse plano também constam ações como o Paraná Pay, que possibilitou a utilização dos créditos obtidos junto ao Programa Nota Paraná, em empreendimentos turísticos cadastrados no programa e no Cadastur¹⁹ (PARANÁ TURISMO, 2021b). Também a campanha de *marketing* interno “Paraná para os paranaenses”, orientado por tendências mundiais de viagens de curta distância, especialmente em áreas naturais (PARANÁ TURISMO, [s. d.]).

¹⁸ O Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR), é um programa do MTur que identifica e qualifica ações nos estados e municípios consideradas como indutoras de desenvolvimento do turismo nacional, priorizando-as, fomentando-as e financiando-as (MTUR, 2022).

¹⁹ O Cadastur é um sistema de cadastro do MTur, no qual cadastram-se pessoas físicas e jurídicas que atuam com o turismo (PARANÁ TURISMO, 2022).

Segundo Carvalho (2020) e dados da Paraná Turismo, em outubro de 2019 (antes da Pandemia), o estado era o segundo com o maior crescimento turístico do país. Aqui, é válido fazer uma ressalva sobre o tipo de crescimento considerado pelos órgãos de turismo: o econômico, baseado em números, conforme apresentado anteriormente.

O turismo no litoral do Paraná também é influenciado pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PDS Litoral), instrumento de planejamento construído a partir de metodologias participativas, em 2019, por iniciativa do Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes e Consórcio Litoral Sustentável (PARANÁ, 2019a). O Plano apresenta um diagnóstico, diretrizes e ações estratégicas para o desenvolvimento da região, e tem como objetivo

conciliar a ocupação do Litoral com a conservação e o uso sustentável, de acordo com vocações e as necessidades das comunidades locais. Nele, estão consideradas as potencialidades econômicas, as possibilidades de exploração do turismo, as alternativas para o transporte e indicações para implantação de infraestrutura, além das questões ambientais, saúde, educação e cultura, bem como os potenciais e as necessidades da população litorânea (PARANÁ, 2019a, p.8).

Embora o Masterplan seja um documento anterior, o PDS Litoral não considerou ou contemplou as ações no âmbito do planejamento do turismo no litoral que já vinham sendo implementadas pelo Masterplan. O PDS Litoral tem como foco o desenvolvimento sustentável, e apresenta uma seção específica para o turismo, atividade bastante ressaltada durante todo o processo de planejamento participativo. Isso pode ser observado nas atas e relatórios de elaboração do PDS Litoral, e demonstra o quanto o turismo é importante para o desenvolvimento no litoral do Paraná, e como é considerado pela comunidade local e demais atores envolvidos no processo (PARANÁ, 2019a). Porém, não há no Plano uma concepção clara sobre o que se entende por turismo sustentável ou sustentabilidade do turismo.

No que diz respeito ao planejamento e gestão do turismo em nível municipal, observa-se uma possibilidade maior de participação da comunidade em algumas decisões, e por este motivo há um maior diálogo também entre as três principais dimensões da sustentabilidade.

No âmbito municipal, as ações de turismo e sustentabilidade são compreendidas no Programa de Regionalização do Turismo e em outras ações que podem ser estabelecidas pelo Plano Diretor, previsto na Constituição Federal como obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes; ou pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo que, em conjunto com o inventário de oferta e demanda, contribui também para um diagnóstico das potencialidades e fragilidades em âmbito local (CNM, 2012; 2016).

Quanto ao financiamento para o turismo, grande parte das ações são financiadas via editais ou programas do governo federal, cabendo aos municípios planejarem suas ações de acordo com o Plano Nacional de Turismo e Programas do Ministério (CNM, 2016). A destinação de recursos financeiros, no âmbito da sustentabilidade, encontra-se no financiamento de estudos, pesquisas e monitoramento; e no programa nomeado Apoio ao Turismo Responsável, vinculado ao Programa de Regionalização do Turismo. O financiamento das atividades turísticas em âmbito municipal também pode ocorrer por meio do Fundo Municipal de Turismo, administrado pelo órgão oficial de turismo do município, com monitoramento e aval do Conselho Municipal de Turismo, quando existir (CNM, 2019).

De acordo com Goveia, Alberton e Fernandes (2020), os Conselhos Municipais de Turismo são importantes e definitivos para o sucesso da implantação da atividade turística sustentável em um município, nos quais a comunidade pode participar e exercer seu direito de cidadania. Ainda, os Conselhos Municipais contribuem para a democratização na tomada de decisões, pois possibilitam a interação e visão de diferentes segmentos e agentes do turismo e também dos cidadãos e comunidade local, com foco no desenvolvimento justo, igualitário e sustentável do turismo (GOVEIA; ALBERTON; FERNANDES, 2020).

De maneira geral, sobre as políticas públicas para o turismo no Brasil, e a partir da pesquisa documental realizada, observou-se que o conteúdo dos relatórios, cartilhas, manuais e outros documentos emitidos pelo MTur e pelo poder público em geral a partir de meados de 2015 (quando iniciam-se as publicações oficiais abordando o turismo sustentável²⁰) são,

²⁰ Em 2015 os governos passaram a adotar os 17 ODS e suas 169 metas associadas, contidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

predominantemente, do turismo como uma atividade competitiva e estratégica para o desenvolvimento econômico sustentável dos municípios e regiões turísticas.

Isso corrobora com o afirmado por Guo, Jian e Li (2019) sobre as políticas envolvendo o turismo sustentável serem, muitas vezes, orientadas para o crescimento econômico – que se distancia e tem diferenças teóricas com o desenvolvimento sustentável.

A OMT entende que o desenvolvimento econômico sustentável é a garantia de um crescimento turístico eficiente, no qual concilia-se a criação de postos de trabalho com níveis satisfatórios de renda, e a relação custo-benefício dos recursos é controlada de modo a garantir uma continuidade para as gerações futuras (MTUR, 2016).

Observou-se, nos documentos analisados, que as políticas públicas e programas apresentam-se objetivando o desenvolvimento sustentável das localidades com destaque para dimensão econômica – ainda que mencionando a valorização da cultura, do meio ambiente, de elementos materiais e imateriais, em uma abordagem, por vezes, conservadora e ufanista, no sentido que o crescimento econômico é bem-vindo, independente dos padrões e, por isso, os destinos turísticos têm se dedicado a melhorar seus indicadores quantitativos. Isso reforça o fato que o turismo é, por si só, uma atividade com perfil privado.

A partir do exposto sobre a sustentabilidade do turismo no âmbito das diretrizes internacionais e das políticas públicas federais, estaduais e municipais com vistas ao turismo sustentável, é possível traçar algumas conclusões.

No Brasil, os programas desenvolvidos pelo poder público muitas vezes apresentam e aplicam seus objetivos compreendendo o turismo sustentável de maneira deturpada, inclusive como sinônimo de práticas relacionadas ao turismo em áreas naturais. Ainda, em se tratando de políticas públicas, ressalta-se aqui a importância da participação dos diferentes atores e, especialmente, do público a quem se destina aquela política pública.

Sendo assim, entende-se que, mesmo após uma crise como a da pandemia, falta uma discussão ampliada sobre a complexidade do que o turismo sustentável abarca, e isso implica ainda em modificações bastante tímidas nos programas existentes. Sugere-se, aqui, que os atores políticos e os agentes de turismo, mesmo ao lidarem com situações complexas, apenas ajustam discursos

hegemônicos que enfatizam a sustentabilidade econômica do turismo, fazendo das suas decisões algo ainda incremental.

2.5 O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Propôs-se neste capítulo problematizar o turismo sustentável como suporte para pensar o desenvolvimento do turismo. Ficou evidente a natureza complexa, multidisciplinar e multidimensional do conceito de turismo sustentável, pois não há um consenso ou teoria universalmente aceita. Reservadas as críticas relacionadas ao conceito, é fato que muitos autores afirmam a inexistência de uma definição exata, ou consideram o turismo sustentável como um conceito em constante discussão, assim como o próprio conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Apesar disso, entende-se que as discussões e ações envolvendo o turismo sustentável contribuem com avanços e reflexões que tornam possível perceber e planejar o turismo incluindo as questões de importância ecológica e social, além das questões econômicas.

Nesse sentido, observou-se algo já exposto por Luchiari (2002) e Irving *et al.* (2015): a maior parte dos pesquisadores não busca discutir o/um conceito, mas sim apresentar uma linha de raciocínio na qual discutem propostas para implementação da sustentabilidade no turismo, ou princípios fundamentais para o turismo sustentável. Portanto, as reflexões trazidas neste capítulo refletem o relevante papel da ciência no sentido de buscar uma integração entre tomadores de decisão e a sociedade, e também orientar a ambos.

Ao observar as atuais políticas públicas e os discursos dos atores deste setor no que diz respeito a turismo e sustentabilidade, buscou-se analisar se eles respaldam a busca do desenvolvimento sustentável do turismo ou do desenvolvimento do turismo sustentável. No atual contexto de desafios e possibilidades do turismo expostos durante a pandemia de Covid-19, o debate sobre a sustentabilidade no campo do turismo ainda conduz a decisões incrementais e de dimensão pouco significativa no âmbito da sustentabilidade.

A pesquisa documental demonstrou a existência de documentos norteadores das políticas públicas nos quais a sustentabilidade é uma premissa. Porém, há que se verificar o quanto desse conteúdo é realmente implementado pelas gestões, e como?

No decorrer da pandemia, as falas de representantes do poder público citadas neste Capítulo, como Carvalho (2020) comparada à fala de pesquisadora e pesquisadores como Domit (2020) e Floriani (2020), e, mais especificamente no campo do turismo Beni (2020), demonstraram diferentes pontos de vista. O poder público foca no desenvolvimento econômico. Pesquisadores, apresentaram uma visão mais 'romantizada' de que um novo (e melhor) turismo viria em decorrência de uma espécie de consciência da importância de outros aspectos relativos ao turismo sustentável que se opõem ao modelo dominante e insustentável de turismo.

Cabe refletir que a sustentabilidade do turismo não deve ser um fim (HIGGINS-DESBOLLES, 2020), mas a consequência de um processo que promova qualidade de vida, justiça (especialmente a ambiental), e que seja benéfico especialmente para as comunidades receptoras e sociedade em geral, que atuarão no sentido de manter a atividade turística ao longo do tempo.

Nesse sentido, e especialmente a partir da pandemia de Covid-19, entende-se que o desenvolvimento do turismo deve seguir as premissas do turismo sustentável e não da sustentabilidade do turismo. Da forma como tem sido considerado nas políticas públicas, o turismo sustentável tem um foco economicista e reproduz um modelo hegemônico de desenvolvimento, que é insustentável.

A pandemia deu maior visibilidade à situação de precariedade e vulnerabilidade dos trabalhadores do turismo e das pequenas empresas. Os pequenos empresários não conseguiram acessar as linhas de crédito disponibilizadas pelo governo do estado do Paraná, por exemplo. Muitas atividades econômicas, especialmente no turismo convencional, apresentaram dificuldades para resistir aos impactos ocasionados pela pandemia. Talvez, um outro modelo de turismo, sustentável, poderia ter sido mais resiliente.

Em contrapartida, as grandes empresas, mesmo que tenham perdido receita considerável, conseguiram resistir economicamente à crise com mais facilidade. E, a partir do estudo deste capítulo, emerge a reflexão sobre quem realmente é beneficiado pelo turismo e pela sustentabilidade, de maneira geral.

Essa é uma crítica exposta por autores da Ecologia Política que estudam o turismo sustentável e o consideram passível de manipulação pela própria indústria do turismo. Medrano e Rivacoba (2016) e Acevedo (2016) apontam,

como resposta aos problemas decorrentes da atividade turística, a necessidade de reduzir as cifras do turismo (visitantes, pernoites, vôos, etc). Esse seria “um primeiro passo para uma cidade social e ambientalmente mais justa, pensada por e para a sua população” (MEDRANO; RIVACOBÁ, 2016, p. 105, tradução nossa). É o que Latouche (2003) propõe, em sua teoria do decrescimento.

No litoral do Paraná o turismo figura como parte importante para o setor econômico. Porém, há que se levar em consideração o questionado por Hall (2019) sobre o fato de haver bastante atenção aos retornos econômicos do turismo, e pouco foco na distribuição de renda e capital econômico.

Entende-se como relevante compreender os aspectos e conceitos relacionados à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável neste primeiro Capítulo, de modo a posteriormente concentrar a discussão no desenvolvimento do turismo sustentável nos destinos que compõem a região turística Litoral do Paraná. Embora o segmento Sol e Praia seja o que mais se destaca em se tratando de destinos turísticos litorâneos em geral, o litoral do Paraná apresenta iniciativas em TBC e outras formas de praticar o turismo, como eventos de caminhadas na natureza, que podem consistir em práticas sustentáveis.

Assim como dito por Linares, García e Rodríguez (2019), entende-se que o desenvolvimento do turismo sustentável é possível se integrado às questões específicas de uma localidade, cujas relações econômicas, sociais, ecológicas e outras devem se dar dentro do ideal de sustentabilidade.

Em se tratando de analisar a sustentabilidade no contexto do turismo, e à guisa conclusiva deste Capítulo, assume-se nesse momento o exposto por outros autores (KÖRÖSSY, 2008; VEIGA, 2010; SERRANO; SIANES; ARIZAMONTES, 2019) que, além de teorizar sobre o conceito de turismo sustentável, afirmam a necessidade de ferramentas que contribuam para a mensuração, gestão, e para atestar se a sustentabilidade, de fato, acontece. Ko (2005) destaca que, se o turismo sustentável é almejado, então são necessários instrumentos de avaliação da sustentabilidade dos destinos turísticos.

Se o discurso do turismo sustentável não vier acompanhado de ações efetivas, então não passa de uma propaganda, um *slogan* ou apenas tema para conferências (KO, 2005; CORDEIRO; LEITE; PARTIDÁRIO, 2009). Dentre essas ações efetivas, Foladori (2001) afirma que o desenvolvimento sustentável

só pode ser atestado se for passível de ser mensurado; e, para Faria (2007), uma das formas de quantificar a sustentabilidade, é utilizando indicadores.

Os indicadores de sustentabilidade são, portanto, ferramentas que atestam as ações na busca pelo turismo sustentável. Nesse sentido, o próximo Capítulo discute se os indicadores dão conta de contemplar os ideais de sustentabilidade do turismo sustentável conforme apresentado até o momento.

3. SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Neste capítulo serão apresentados alguns indicadores de sustentabilidade contemplados nos processos de desenvolvimento do turismo sustentável. O capítulo problematiza o uso de indicadores de sustentabilidade e se estes resultam, de fato, em informações valiosas para o planejamento de ações e desenvolvimento de estratégias e políticas eficazes no campo do turismo sustentável.

Indicadores são ferramentas que fornecem informações mensuráveis, quantitativas, sobre uma realidade (SANCHES *et al.*, 2018). Essa base de informações quantitativas é utilizada em avaliações qualitativas consistentes sobre o desenvolvimento local, por exemplo. Mas, há que se considerar que os indicadores nem sempre revelam a realidade se utilizados de maneira isolada, sem considerar as relações de causalidade, hierarquia e demais fatores que levam a uma coerência e real avaliação dos fenômenos (BORGES, 2007; BRITO, 2020).

Os indicadores são estudados na academia e em âmbito universitário, e Jannuzzi (2017) aponta que os indicadores contribuem na definição de prioridades para alocação dos recursos públicos, como uma referência da situação, do desempenho e dos resultados das políticas, e até como comparação ao que já havia sido feito. No âmbito do turismo, pesquisas como a de Hanai (2009) resultam em propostas de sistemas de indicadores que podem ser utilizados na administração pública.

Segundo Hanai (2009), os indicadores de sustentabilidade aplicados ao turismo constituem instrumentos para gestão e controle do desenvolvimento desta prática, sendo componentes fundamentais para o planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável e para verificar se os objetivos da sustentabilidade estão sendo atingidos.

A OMT (2005) apresenta os indicadores de turismo sustentável sugeridos em âmbito global. O conjunto de indicadores por ela proposto foi elaborado por sessenta autores, de vinte²¹ diferentes países. Embora não tenham sido

²¹ Com maior destaque para Canadá, Espanha, Austrália, Estados Unidos, Argentina, França, Reino Unido e Áustria, nessa ordem. Também compõem a lista de autores, pesquisadoras e

consultadas especialistas brasileiras ou brasileiros na elaboração desses indicadores, eles se aplicam ao país, pois trata-se de um documento importante como referência e orientação mundial nesse sentido.

Os indicadores são apresentados como ferramentas vitais para o planejamento, gestão e monitoramento das práticas de turismo sustentável e os define como “conjuntos de informações formalmente selecionadas que são utilizadas regularmente na medição de mudanças pertinentes ao desenvolvimento da gestão do turismo” (OMT, 2005, p. 13, tradução nossa).

Segundo Oliveira (2009), Alvares (2010) e Falcão (2010), os indicadores de sustentabilidade podem servir como um alerta para identificar potenciais problemas e orientar o planejamento e ações governamentais, acarretando em mudanças nas diretrizes políticas e ações no contexto do desenvolvimento sustentável. Sendo assim, para esses autores, os resultados obtidos a partir da aplicação de um sistema de indicadores de sustentabilidade podem sinalizar e contribuir para que os diferentes atores (poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade local) mudem padrões identificados como insustentáveis (OLIVEIRA, 2009; ÁLVARES, 2010; FALCÃO, 2010). Porém, essa não é uma afirmação simples já que esses atores não têm uma atuação homogênea. Há que se considerar, ainda, que cada território necessita de um conjunto diferente de elementos que deve ser analisado dentro de um contexto, para assim definir, de fato, a sustentabilidade local.

Com relação à tomada de decisões por parte da gestão e planejamento público, os indicadores podem facilitar a análise e a avaliação de informações que, quando combinadas a outros instrumentos, aumentam a probabilidade de os gestores tomarem boas decisões (OMT, 2005; VAN BELLEN, 2005).

Os indicadores são capazes de descrever e medir a realidade de uma área específica, com parâmetros objetivos (PIVČEVIĆ; PETRIĆ; MANDIĆ, 2020). Porém, há que se ressaltar que os indicadores não têm o objetivo de criar o turismo sustentável, eles fazem parte de um processo dinâmico, servindo como um parâmetro das atividades e de sua sustentabilidade, e não representando a solução para um problema ou objetivo final (KRISTJÁNSDÓTTIR;

pesquisadores da Índia, Costa Rica, Países Baixos, Tunísia, Fiji, Caribe, Bélgica, Guatemala, Chile, África, Uganda e Nova Zelândia (OMT, 2005).

ÓLAFSDÓTTIR; RAGNARSDOTTIR, 2017; PIVČEVIĆ; PETRIĆ; MANDIĆ, 2020).

De acordo com Torres-Delgado e Saarinen (2013) existem dois tipos de indicadores: convencionais e complexos. Os indicadores convencionais são utilizados para descrever grandes áreas ou países, e se baseiam em pesquisas quantitativas e dados numéricos padronizados; os indicadores complexos apresentam uma visão mais holística, e podem contar com dados quantitativos e qualitativos para compor um quadro geral para compreender diferentes fatores, suas conexões e influências (TORRES-DELGADO; SAARINEN, 2013; ÓLAFSDÓTTIR, 2021).

Os indicadores convencionais oferecem uma análise consistente e amplamente aceita, definida com base teórica bem estabelecida no que diz respeito a valores monetários ou físicos (HERNANDEZ; SILVA; SANCHEZ, 2019), porém prevalece uma perspectiva econômica. Segundo Pivčević, Petrić e Mandić (2020) os indicadores turísticos convencionais, por exemplo, são: números de chegada de turistas, tempo de permanência em um destino e gastos com o turismo. Porém, somente indicadores econômicos convencionais não são suficientes quando se almeja o desenvolvimento sustentável (FARIA, 2007).

Ko (2001) foi o primeiro pesquisador a afirmar que o turismo sustentável pode ser medido com dados quantitativos ao propor um modelo de Barômetro de Sustentabilidade do Turismo. Neste, o monitoramento ocorre baseado em escala de tempo e utiliza-se uma combinação de índices quantitativos relacionados a aspectos humanos e ambientais, sendo um sistema de indicadores para cada aspecto. “O modelo barômetro introduz a contribuição do homem e do ecossistema em uma matriz. Cada sistema se move ao longo de um eixo gradiente de matriz que varia de ‘insustentável’ a ‘sustentável’.” (KO, 2001, p. 817).

Porém, concorda-se com Ólafsdóttir (2021) quando este pondera que, ao simplificar uma realidade em números, a interpretação pode ser incompleta ou fornecer informações incorretas. Bursztyn e Bursztyn (2012) consideram que, para a compreensão de processos complexos, como é o caso do desenvolvimento sustentável, a escolha de indicadores não deve dar-se de forma genérica, por supor que diferentes contextos podem não dispor dos mesmos dados. Ainda, deve-se considerar o que é possível e factível para

comparar uma realidade consigo mesma (de forma temporal); ou com outras realidades.

Ademais, há que se considerar que, para mensurar características envolvendo a sustentabilidade, os indicadores quantitativos convencionais não são suficientes. Em se tratando de turismo sustentável, entende-se que devem ser privilegiados indicadores complexos, com variáveis mais subjetivas, e adequados a uma área específica.

De acordo com a OMT (2005), na elaboração de um conjunto de indicadores de turismo sustentável devem ser considerados tanto o enfoque quantitativo quanto o qualitativo. Um enfoque qualitativo supõe uma melhor interpretação da realidade quando combinado a dados objetivos (HANAI, 2009). Sanches *et al.* (2018) e Guo, Jiang e Li (2019) destacam que a maior parte das pesquisas no campo do turismo e sustentabilidade são realizadas com métodos qualitativos. Kristjánsdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017) também afirmam que, nesse campo, é mais comum a utilização de indicadores qualitativos do que quantitativos.

Segundo Van Bellen (2002) os dados qualitativos são adequados para avaliações de experiências de desenvolvimento sustentável devido às limitações (implícitas e explícitas) relacionadas a indicadores apenas numéricos. Em um enfoque qualitativo podem ser atribuídos conceitos aos indicadores (muito, razoável, pouco, nenhum) correspondentes a uma escala numérica. A atribuição de conceitos amplia a oportunidade de interpretação dos indicadores, enriquecendo qualitativamente a análise dos resultados (HANAI, 2009).

Ressalta-se, também, a importância de que o sistema de indicadores inclua diferentes dimensões da sustentabilidade. Assim como a compreensão do desenvolvimento sustentável se dá em dimensões, os indicadores de sustentabilidade também devem estar relacionados entre si e agrupados a essas dimensões de forma sistêmica (FALCÃO; GÓMEZ, 2012). Sendo assim, indicadores econômicos irão contemplar medidas relacionadas à demanda turística, geração de renda e empregos; indicadores sociais incluirão a qualidade de vida da população; e indicadores ambientais permitirão avaliar e monitorar a pressão humana e turística sobre o território além de vetores ambientais clássicos (água, energia, resíduos, entre outros) (FARIA, 2007).

3.1 PASSOS METODOLÓGICOS DO CAPÍTULO

Com o objetivo de investigar quais indicadores de sustentabilidade são contemplados nos processos de desenvolvimento do turismo sustentável, em julho de 2019 deu-se início a um levantamento bibliográfico em busca de pesquisas que tratassem deste tema. Essa busca inicial foi realizada nas plataformas *Google Scholar*, Portal de Periódicos CAPES e *Web of Science*, combinando as palavras-chave ‘indicadores’, ‘sustentabilidade’ e ‘turismo’. Privilegiou-se, naquele momento, por pesquisas científicas com aderência à temática e que apresentassem um sistema de indicadores de sustentabilidade aplicado ao turismo e com base em, pelo menos, três dimensões da sustentabilidade: social, ecológica e econômica.

O levantamento demonstrou a existência de diferentes possibilidades para utilização de indicadores de sustentabilidade aplicados ao contexto do turismo. Chamou a atenção que, a partir da publicação da tese de Hanai (2009), este passou a ser utilizado como referência e base de indicadores para pesquisas posteriores no Brasil, aplicadas em outros contextos. Ressalta-se que Hanai (2009) utilizou sistemas de indicadores de sustentabilidade globais de diferentes países (especialmente a Espanha) como base para elaboração do seu Sistema de Indicadores, o SISDTur.

Observou-se que o sistema de indicadores por ele proposto, ainda que aplicado à realidade do município de Bueno Brandão, em Minas Gerais, foi submetido à análise de outros pesquisadores, que o apontaram como o mais consistente até então, e também com maior facilidade de aplicação (FALCÃO; FARIAS; GÓMEZ, 2009; SOUZA; SANTOS; RAMALHO, 2012; COELHO *et al.*, 2017).

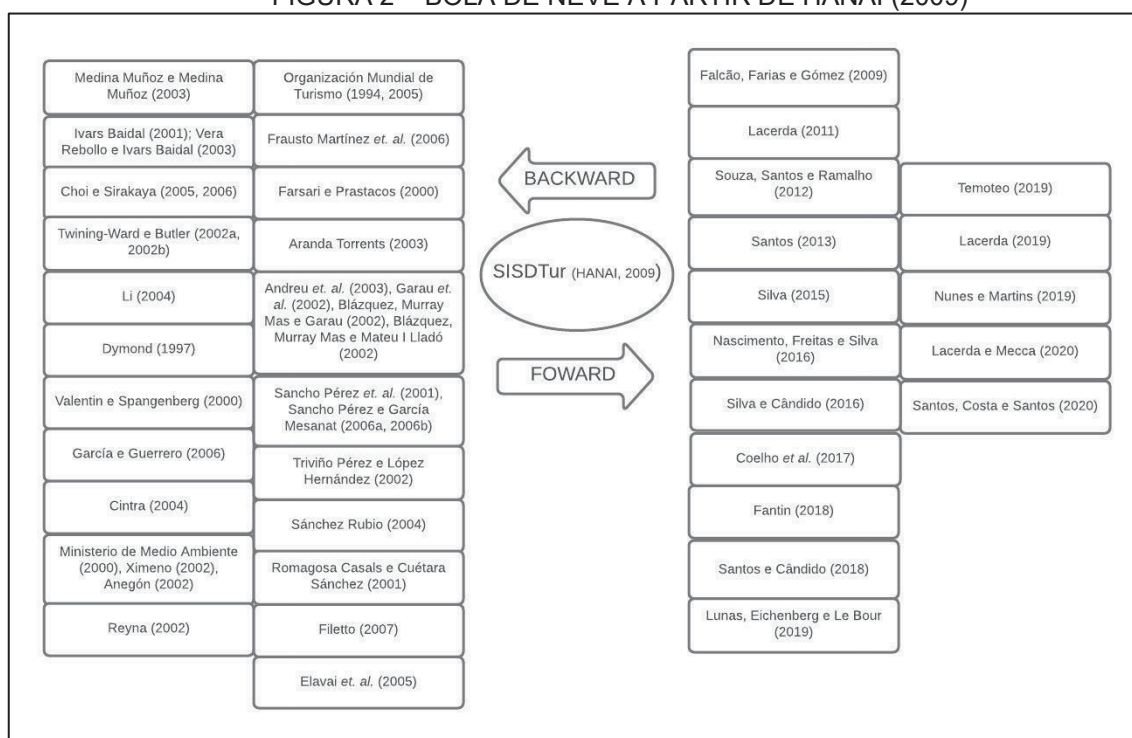
Sendo assim, a tese de Hanai (2009) intitulada ‘Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão’ foi identificada como um trabalho relevante. Por esse motivo, a partir dela foi realizado um mapeamento ‘bola de neve’.

A metodologia bola de neve, também denominada em pesquisas científicas por *snowballing*, consiste em uma revisão de literatura na qual utiliza-se uma lista de referências e citações para identificar outras publicações

relacionadas ao tema e assim identificar as citações e referências mais relevantes e confiáveis (WOHLIN, 2014).

Em pesquisas que utilizam a metodologia bola de neve é comum que haja um conjunto de artigos, resultado de um mapeamento que antecede a bola de neve, e que compõe o chamado portfólio seminal. No caso da pesquisa que aqui se apresenta, a bola de neve foi realizada a partir de apenas um trabalho: Hanai (2009). Dessa forma, foram identificados os trabalhos mais relevantes em se tratando de indicadores de turismo sustentável, publicados antes de Hanai (2009) – as referências dele (*backward snowballing*); e depois de Hanai (2009) – os trabalhos que o citam (*forward snowballing*), conforme a Figura 2.

FIGURA 2 – BOLA DE NEVE A PARTIR DE HANAI (2009)



FONTE: A autora.

A Figura 2 ilustra apenas as referências encontradas no *backward* e no *forward* a partir da bola de neve que compuseram o referencial teórico deste trabalho no que concerne a indicadores de sustentabilidade no turismo. Porém, existem dezenas de outras referências citadas por Hanai (2009); assim como existem pelo menos 80²² citações da tese de Hanai (2009), de acordo pesquisa no Google Acadêmico.

²² Número de citações em 12 de abril de 2022.

Entre os meses de julho e setembro de 2021, com o intuito de atualizar as fontes e fazer um levantamento do conhecimento publicado, foi efetuada uma revisão narrativa, que consistiu em localizar e analisar as publicações sobre indicadores e turismo sustentável. Dessa forma, foi possível complementar as informações relacionadas às questões da pesquisa, obtendo-se uma base teórica atualizada.

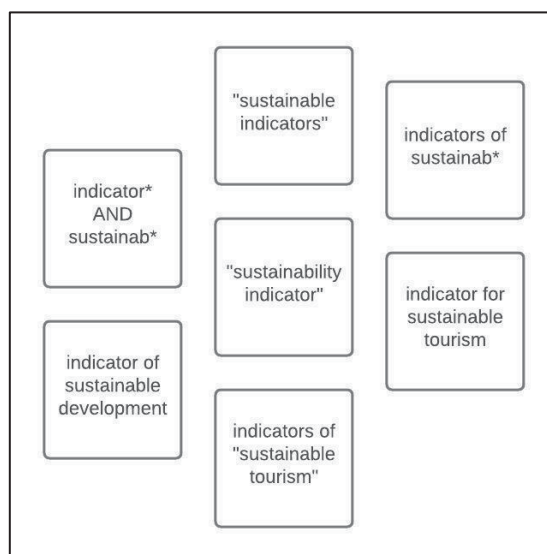
Trata-se de uma pesquisa mista, quali-quantitativa, na qual foram utilizados métodos estatísticos e quantitativos para analisar e combinar os dados de modo a fornecer uma análise geral do universo pesquisado.

Utilizou-se, para tanto, as informações disponíveis em bases de dados online cujas publicações passam por um processo de revisão por pares, o que garante maior rigor científico. A busca foi realizada nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Redalyc*. As bases *Scopus* e *Web of Science* foram escolhidas por estarem relacionadas às ciências ambientais e sociais, e a base de dados *Redalyc* por contemplar revistas científicas da América Latina e Caribe, além de Espanha e Portugal.

Após a escolha das bases de dados foram definidas palavras-chave de acordo com as teorias de base da pesquisa. Optou-se por palavras-chave em inglês por ser este o idioma predominante em publicações acadêmicas internacionais, e constante nos resumos (*abstracts*) dos artigos. Desse modo, foi possível traçar um panorama das publicações que abordam indicadores de sustentabilidade no turismo, observando-se certa diversidade no que diz respeito aos países de origem dos pesquisadores e locais de publicação, o que será apresentado no decorrer do Capítulo.

O teste de aderência consistiu na combinação de termos com o objetivo de encontrar a combinação mais adequada para discutir o turismo em uma perspectiva crítica. A combinação dos termos está ilustrada na Figura 3 a seguir:

FIGURA 3 – TESTE DE ADERÊNCIA NAS BASE DE DADOS



FONTE: A autora.

A partir dos resultados obtidos com o teste de aderência, estabeleceu-se *indicators of "sustainable tourism"* como a combinação mais adequada para esta tese. Ressalta-se que, no caso de optar-se por outra combinação, mesmo que com as mesmas palavras, o resultado será diferente. Essa é uma característica inerente à metodologia utilizada.

Sendo assim, a mesma combinação de palavras foi utilizada para a busca nas três bases de dados, e utilizou-se como filtro as publicações em um recorte temporal de cinco anos (2017-2021). A partir desses elementos, obteve-se um resultado de 213 resultados na base de dados *Web of Science*; 171 resultados na base de dados *Scopus*; e quatro na *Redalyc*. Do universo de 388 publicações, partiu-se para a seleção e exclusão dos artigos, estabelecendo os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

QUADRO 7 - CRITÉRIOS DE INCLUSÃO PARA ANÁLISE

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Concepções macro sobre indicadores de turismo sustentável, que não discutem as dimensões isoladamente.	Estudos que não correlacionaram indicadores e turismo.
Estudos que tratassem da sustentabilidade nas políticas públicas e fossem coerentes com a análise.	Estudos que não correlacionaram indicadores e sustentabilidade.
Exemplificação de indicadores de sustentabilidade.	Aplicação de indicadores em ambientes corporativos ou outros muito específicos.
	Duplicidade.

FONTE: A autora.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, do total inicial de 388 publicações, 93 foram consideradas aceitas por conterem dados relevantes para os objetivos desta pesquisa, sendo 79 oriundos da base de dados *Scopus* (a primeira a ser consultada); 14 da *Web of Science*; e nenhum oriundo da Redalyc.

Com relação à Redalyc, ocorre que a busca pelo grupo de palavras *indicators of “sustainable tourism”* apresentou 8.739 resultados, um número bastante alto para viabilizar a pesquisa. Foram realizadas outras tentativas nessa base de dados, alterando a combinação de palavras, para verificação. Quando pesquisado *“sustainable tourism” and “indicator”*, por exemplo, apresentam-se 121 artigos. Em uma outra simulação, utilizando todas as palavras entre aspas *“indicators of sustainable tourism”*, foram obtidos apenas quatro artigos²³. De todo modo, todos os artigos oriundos da Redalyc teriam sido excluídos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para esta pesquisa.

A partir das 93 publicações resultantes da pesquisa nas bases de dados, em uma segunda revisão outros sete artigos foram excluídos. Sendo assim, o portfólio final de análise foi de 86 publicações, classificados por aderência à temática para análise, sendo: 07 muito alta; 40 alta; 31 média; e 08 baixa.

No decorrer da leitura dos artigos constantes no portfólio final, chamou a atenção da pesquisadora uma característica da pesquisa: embora tenha sido incluída uma base de dados latina, a Redalyc, apenas duas das 86 publicações do portfólio final, estava contextualizado na América Latina (México e Colômbia). E, dentre os estudos teóricos (que correspondem a 10% do portfólio analisado), apenas dois (ambos de pesquisadores brasileiros).

A partir desse resultado, questiona-se essa lacuna no que diz respeito à pequena quantidade de autores da América Latina pesquisando sobre

²³ Basri, Evadianti e Hernawan (2020) têm um estudo aplicado à organização de eventos na Indonésia (que, curiosamente, está publicado em uma revista que reúne práticas latinoamericanas); Decol e Lanzer (2017) apresentam um estudo de caso específico para turismo de aventura no Brasil; Aranda e Silva (2019) estudam um observatório turístico no Equador, sem abordar diretamente a sustentabilidade ou o turismo sustentável; e a publicação de Hernández, Silva e Sanchez (2019) já havia sido contabilizada na base de dados *Web of Science*.

indicadores de sustentabilidade e turismo. Estariam eles publicando em bases não indexadas, como livros e anais de eventos?

Serrano, Sianes e Ariza-Montes (2019) mencionam que há uma tendência para uma distribuição desigual muito alta na produção científica em revistas, pois a maioria dos artigos publicados estão concentrados em um pequeno número de periódicos²⁴.

Portanto, com o intuito de verificar se realmente existem poucos pesquisadores latino-americanos dedicados ao tema, ou se apenas suas publicações não aparecem nas bases de dados escolhidas, realizou-se uma nova busca. Dessa vez, foi utilizada uma base de dados nacional e direcionada para o campo do turismo: a Publicações de Turismo do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo (USP). Esta contempla um banco de dados composto por informações de cerca de 15.023 artigos publicados em 49 periódicos ibero-americanos de Turismo.

Se valendo da mesma combinação de palavras em inglês (*indicators of “sustainable tourism”*), a busca resultou em 30 publicações, sendo 13 delas situadas no Brasil ou com autores afiliados a instituições de ensino superior brasileiras. As demais situavam-se na Espanha (4), México (4), Cuba (3), Portugal (2), Colômbia (2), Canadá (1) e Equador (1).

Ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para esta pesquisa, 17 foram rejeitadas por estarem fora do recorte temporal; duas por não abordarem indicadores de sustentabilidade; e outras duas por já terem sido contabilizadas como resultado na *Web of Science*. Sendo assim, 13 novos artigos foram adicionados aos resultados anteriormente obtidos, totalizando 99 publicações analisadas e discutidas no decorrer deste capítulo. A lista completa encontra-se em Apêndice (Apêndice I).

²⁴ Nas análises bibliométricas, essa constatação é conhecida como lei de Bradford (BRADFORD, 1953). Porém, muito contestada por não corresponder à realidade do comportamento da literatura científica (BROOKES, 1969; WILKISON, 1972; CHONEZ, 1974; BONITZ, 1980; DOTT, 1981; PINHEIRO, 1982).

3.2 TURISMO SUSTENTÁVEL E OS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A partir dos diferentes questionamentos que apontam os limites e dificuldades em apreender a realidade sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, a seguir apresenta-se uma discussão sobre o uso de indicadores de sustentabilidade nos processos de planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável, seguida de um panorama global e nacional de publicações acadêmicas que dizem respeito ao turismo sustentável e ao uso de indicadores de sustentabilidade no turismo.

A pesquisa realizada apontou que, dentre os sistemas de indicadores de sustentabilidade estudados, há um foco maior ora para indicadores na dimensão ecológica, ora para indicadores na dimensão econômica. Porém, se não contempladas as dimensões de forma equilibrada, não é possível haver desenvolvimento sustentável (FOLADORI, 2001; FALCÃO; GÓMEZ, 2012). Isso é reflexo, além da falta de entendimento a respeito do próprio conceito de turismo sustentável, de interesses economicistas que envolvem a atividade turística.

Kristjánisdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017) afirmam que muitos estudos sobre indicadores de sustentabilidade no turismo negligenciam as dimensões da sustentabilidade, e citam, em específico, a dimensão social. Infere-se aqui, que a dimensão social é a que mais exige avaliações qualitativas, e pode ser o motivo da negligência nesse sentido. Conforme exposto, um enfoque qualitativo exige uma interpretação e avaliação dos resultados obtidos (HANAI, 2009; VAN BELLEN, 2002), o que a torna mais difícil de realizar e pode exigir mais tempo, recursos e técnica (HANAI, 2009).

Kristjánisdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017) apontam também que o fato de a maioria dos estudos sobre indicadores de sustentabilidade no turismo não discutir ao menos as três principais dimensões da sustentabilidade, vai contra as definições de desenvolvimento sustentável que consideram a integração dos pilares ecológico, social e econômico. Sanches *et al.* (2018) observam que há um foco maior para a dimensão ecológica, ainda que os conjuntos de indicadores contemplem também as dimensões econômica, ambiental, sociocultural e, em alguns casos, institucional.

Costa, Sawyer e Nascimento (2009), por sua vez, levantaram um número expressivo de projetos e indicadores concentrados apenas na dimensão

econômica. De acordo com Faria (2007), isso faz com que, em um primeiro momento, os impactos vistos unicamente por essa ótica, figurem como positivos em se tratando de turismo.

Porém, o turismo, se pensado apenas pelo viés economicista, pode comprometer o bem estar social e gerar diversos impactos negativos como os citados por Cunha e Cunha (2005): poluição (sonora, visual, da água e do ar), invasão de áreas protegidas, especulação imobiliária, crescimento da violência, perda da identidade cultural, e alterações nos padrões de consumo. Ao menos as dimensões social e ecológica também devem ser contempladas e são merecedoras de atenção se o objetivo é a sustentabilidade de um destino.

Ainda no que diz respeito à abordagem das dimensões, Kristjánsdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017) observaram que estudos puramente científico-acadêmicos sobre este tema tendem a ignorar ou subestimar a importância da dimensão política, e por isso não conseguem legitimar seus resultados no âmbito das políticas públicas. Ressalta-se novamente a importância da abordagem integrada e equilibrada entre as diferentes dimensões como um quesito importante em se tratando de avaliação de sustentabilidade. Porém, percebe-se que não há consenso entre quais são essas dimensões, e elas são abordadas e incluídas de acordo com quem elabora o sistema.

Hanai (2009), por exemplo, considera a inclusão da dimensão turística-institucional importante para mensurar o quanto a atividade turística pode impactar os recursos locais, de forma mais específica. Nela constam indicadores como capacidade de alojamento, registro e controle de visitação, capacidade de carga, satisfação e assiduidade do turista, recursos turísticos existentes e potenciais, investimentos públicos no turismo, sazonalidade e outros (HANAI, 2019).

Já Coelho *et al.* (2017) inclui a dimensão política-institucional por ser uma forma de comprovar a participação do poder público com ações que garantem a consolidação do turismo em uma região (qualificação de atores locais, empreendedorismo e promoção do destino).

Poucos (LUCHIARI, 2002; HANAI, 2009) são os pesquisadores que consideram a inclusão da dimensão tecnológica para indicadores de sustentabilidade. Esta faz-se cada vez mais importante, inclusive de modo a contribuir nas outras dimensões. Por exemplo: utilização de matérias primas que

não sejam agressivas ao ambiente, redução de custos, parcerias entre instituições, e outros.

Mesmo ao contemplar diferentes dimensões, alguns autores sugerem um número pequeno de indicadores, de modo a congregar apenas as categorias e elementos mais significativos (FILETTO, 2007; BIENVENIDO-HUERTAS *et al.*, 2020). Entende-se que menor número possível de indicadores se torna menos exaustivo e pode garantir uma maior eficácia, considerando a dificuldade em monitorar e manejar um grande número de variáveis independentes. Para o MTur (2007, p. 72) a intenção ao propor pouco indicadores é para que as políticas públicas sejam eficazes e eficientes “fazer mais, com menos”.

Quanto à aplicação de um sistema de indicadores, ela não deve ser realizada apenas por um indivíduo, devido à sua subjetividade, já que diferentes aplicadores podem dar maior importância a determinados indicadores (MITRICA *et al.*, 2021). Niavis *et al.* (2019) afirmam que a avaliação da sustentabilidade pode ser afetada pela percepção individual e o peso atribuído às dimensões econômica, social ou ecológica.

Como exemplo de modelos de indicadores que consideram a realidade local, Ólafsdóttir (2021) enfatiza a importância da participação pública para a formulação de políticas visando a sustentabilidade. Ao estudar o papel da participação pública para determinar indicadores de sustentabilidade para o turismo ártico, na Islândia, a autora destaca a importância de combinar conhecimento local e especializado no processo de seleção e desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade no turismo.

Também de modo específico, Marzo-Navarro, Pedraja-Iglesias e Vinzón (2020) desenvolveram um modelo de indicadores de sustentabilidade para o turismo rural em uma comunidade da província de Zaragoza, a partir da perspectiva da comunidade local. Essa é uma forma eficaz de dar voz à comunidade local, em uma contribuição significativa para o processo de desenvolvimento do turismo de forma a atender as necessidades e expectativas dos diferentes atores sociais.

A OMT (2005) descreve e recomenda 12 etapas para a elaboração dos indicadores em um processo participativo, e disponibiliza um formulário para guiar este processo. E, além de guiar o processo participativo na elaboração dos indicadores, também apresenta no conjunto de indicadores em si, o indicador

‘Equidade’ dentro do tema ‘Turismo e luta contra a pobreza’, na dimensão econômica.

Apesar dessa importância, a experiência de Linares, García e Rodríguez (2019) acerca de instrumentos de avaliação da sustentabilidade turística demonstram uma carência no que diz respeito ao envolvimento da comunidade local, por parte do poder público, para o alcance dos objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável e ao turismo. Segundo esses autores, isso se dá, entre outros motivos, pelo desconhecimento a respeito de metodologias para avaliação integrada da sustentabilidade de um destino turístico e o papel de cada um para tal.

Outra característica fundamental que deve estar presente na avaliação de turismo sustentável é o monitoramento do progresso dos indicadores ao longo do tempo, rumo ao turismo sustentável (KO, 2005), pois uma única avaliação não é suficiente para tirar conclusões sobre a sustentabilidade do turismo (OLIVEIRA, 2009).

Sendo o turismo uma atividade dinâmica e considerando as mudanças existentes nas dimensões econômica, social e ecológica, os indicadores de sustentabilidade precisam ser constantemente avaliados e atualizados, o que acarreta em custos. Com relação a este aspecto, Ólafsdóttir (2021) menciona que o monitoramento de indicadores convencionais é menos complicado e mais econômico, em detrimento de indicadores complexos (como os de sustentabilidade), o que pode impactar no resultado final do uso dessa ferramenta. Essa também é a opinião de Önder, Wöber, e Zekan (2017), que acrescentam que é mais viável analisar indicadores já existentes do que introduzir novos, pois isto dificulta diretamente a aplicabilidade.

Dentre outras dificuldades técnicas e conceituais que diminuem a eficácia e a utilização de indicadores, pode-se mencionar a indisponibilidade de dados (COSTA; SAWYER; NASCIMENTO, 2009; TORRES-DELGADO; SAARINEN, 2013; NIAVIS *et al.*, 2019) e a falta de conhecimento básico sobre sistemas de indicadores de sustentabilidade. Modica *et al.* (2018) descrevem dificuldades como: a coleta de dados em si; o envolvimento das partes interessadas na implementação dos sistemas de indicadores; e conhecimento insuficiente ou falta de familiaridade com os indicadores.

Hanai (2009) menciona também uma dificuldade na aplicação dos sistemas que exigem procedimentos complicados, dispêndio de tempo, custos e outras restrições técnicas, além do fato de que alguns dados e informações não estão disponíveis para a medição com indicadores ou possuem características evasivas e abstratas. No turismo, Hanai (2009) percebeu que alguns indicadores não condizem com a realidade local ou não estão diretamente relacionados ao turismo.

Porém, na prática, além da limitação existente nessa ferramenta, observou-se que os pesquisadores que se dedicam ao estudo dos indicadores de sustentabilidade no turismo demonstram em suas pesquisas a existência de dificuldades para a aplicação prática. Com base nisso, o Quadro 7 a seguir, resume as limitações e problemas relevantes do uso de indicadores de sustentabilidade no turismo, para melhor análise.

QUADRO 8 – LIMITAÇÕES DOS INDICADORES

LIMITAÇÃO APONTADA	FONTE
Os indicadores não são a solução para problemas relacionados ao turismo e sustentabilidade	Kristjánsdóttir; Ólafsdóttir; Ragnarsdóttir (2017) Pivčević; Petrić; Mandić (2020)
Os indicadores devem ser combinados a outros instrumentos, sozinhos não têm utilidade	Van Bellen (2002) OMT (2005) Kristjánsdóttir; Ólafsdóttir; Ragnarsdóttir (2017) Pivčević; Petrić; Mandić (2020)
O turismo sustentável não pode ser simplificado aos números dos indicadores	Ólafsdóttir (2021) Faria (2007) OMT (2005) Hanai (2009) Van Bellen (2002)
Dificuldade na aplicabilidade	Niavis <i>et al.</i> (2019) Hanai (2009) Modica <i>et al.</i> (2018)
Falha no processo participativo	Linares; García; Rodrigues (2019) Gascón (2016) Douglas (2014)
Dificuldade de monitoramento	Ólafsdóttir (2021) Önder; Wöber; Zekan (2017)
Indisponibilidade de dados	Torres-Delgado; Saarinem (2013) Costa; Sawyer; Nascimento (2009) Niavis <i>et al.</i> (2019) Modica <i>et al.</i> (2018) Hanai (2009)
Falta de conhecimento sobre indicadores de sustentabilidade	Torres-Delgado; Saarinem (2013) Modica <i>et al.</i> (2018)

FONTE: A autora.

Cordeiro, Leite e Partidário (2009), afirmam que nenhum sistema está inteiramente capacitado para avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos, pois há limitações na interpretação do conceito de sustentabilidade. Por exemplo, as ferramentas por eles analisadas não apresentaram diretamente uma preocupação com o bem-estar das futuras gerações, o que, baseados em Foladori (2001), é uma das características intrínsecas da definição de sustentabilidade mais difundida, a do Relatório Brundtland (CMMAD, 1991).

Apesar das limitações sinalizadas, ainda assim, os indicadores são uma metodologia de avaliação da sustentabilidade utilizada no turismo, sendo mais fáceis de compreender e analisar do que o próprio conceito de turismo sustentável (ÓLAFSDÓTTIR, 2021). Nesse sentido, percebe-se que, para além das dificuldades na aplicação prática do conceito e princípios do turismo sustentável (fato que tem sido amplamente apontado por diversos autores), há também um consenso que entende os indicadores como ferramentas-chave para análise da sustentabilidade em nível local.

3.3 O USO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

No contexto das pesquisas que realizaram uma revisão sistemática da literatura sobre indicadores de sustentabilidade no turismo nos últimos cinco anos, faz-se importante mencionar os trabalhos de Kristjánsdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017); Sanches *et al.* (2018); Mauleon-Mendez *et al.* (2018); Guo, Jiang e Li (2019) e Serrano, Sianes e Ariza-Montes (2019). O quadro 9 a seguir apresenta uma breve comparação entre essas pesquisas.

QUADRO 9 – PESQUISAS QUE APRESENTAM REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

AUTOR/AUTORA	PERÍODO ANALISADO	Nº DE PUBLICAÇÕES	BASES DE DADOS UTILIZADAS	PALAVRAS CHAVE
Kristjánsdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017)	Não estipulado	82 – portfólio inicial 48 – portfólio final	- Biblioteca da Universidade Lund (Suécia) - Web of Science	“sustainability indicator” “tourism” “sustainable tourism” “indicator”
Sanches <i>et al.</i> (2018)	Não estipulado	72 – portfólio inicial 23 – portfólio final	- Science Direct - Web of Science - Scopus	“sustainability indicators” “tourism”
Mauleon-Mendez <i>et al.</i> (2018)	1993-2017	1.137 – portfólio inicial 1.037 – portfólio final	Scopus	Journal of Sustainable Tourism
Guo, Jiang e Li (2019)	1999-2019	515 – portfólio inicial 49 – portfólio final	Web of Science	“sustainable tourism policy”
Serrano, Sianes e Ariza-Montes (2019)	1987-2018	4574 total	Web of Science	Sustaina* Touris*

FONTE: A autora.

Observa-se a existência de algumas diferenças na escolha das palavras-chave dos autores e, conforme demonstrado anteriormente, essa escolha é crucial e irá orientar os resultados obtidos. Essa diferença, juntamente com o recorte temporal e outros filtros de pesquisa utilizados por cada um dos pesquisadores (além dos objetivos de cada pesquisador), resultou em pesquisas que, quando comparadas, se complementam.

Dentre os cinco trabalhos apresentados no Quadro 8, apenas dois abordam indicadores de sustentabilidade: Kristjánsdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017) e Sanches *et al.* (2018). Os demais, embora tenham sido resultado da pesquisa realizada para esta tese – portanto utilizando ‘*indicators*’ como uma das palavras-chave –, apresentam pesquisas sobre turismo sustentável de maneira geral.

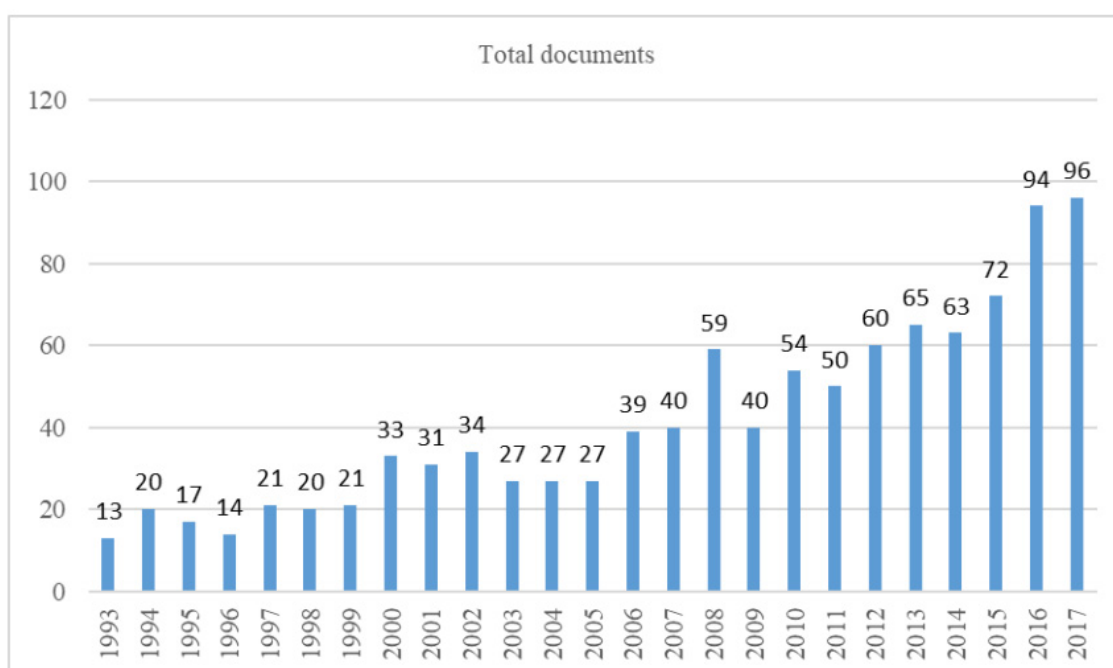
Vale dizer que, durante a pesquisa, mesmo artigos que não tratassem especificamente de indicadores de sustentabilidade para o turismo (como as revisões da literatura ou os artigos que discutiam teoricamente o turismo sustentável) foram selecionados dentre os 388 do portfólio inicial devido à sua

relevância. Estes correspondem a 25% dos 86 artigos que compõem o portfólio final.

A *Web of Science* foi, para a pesquisa que aqui se apresenta, a base que trouxe o maior número de resultados (57% a mais do que a *Scopus*). Esta foi também a base de dados utilizada por quase todos os pesquisadores – exceto Mauleon-Mendez *et al.* (2018), que realizaram um levantamento mais específico utilizando a base de dados *Scopus* para analisar as publicações apenas no periódico *Journal of Sustainable Tourism* (JOST), entre os anos de 1993 a 2017.

A pesquisa de Serrano, Sianes e Ariza-Montes (2019) abrangeu 32 anos (1987-2018) sobre as discussões teóricas e estrutura conceitual do turismo sustentável. Os autores consideraram o período de 1987 a 2005 como um período emergente, ressaltando que o termo desenvolvimento sustentável foi utilizado, oficialmente, pela primeira vez em 1987 com a publicação do Relatório Brundtland (CMMAD, 1991). O período entre 2006 e 2014 foi considerado pelos autores como um período de consolidação do conceito, e 2015 a 2018 como um período de florescimento da produção acadêmica. Esse aumento progressivo das publicações se percebe também, embora em menor escala, na pesquisa de Mauleon-Mendez *et al.* (2018), conforme a Figura 4 a seguir:

FIGURA 4 – NÚMERO ANUAL DE PUBLICAÇÕES JOST 1993-2017



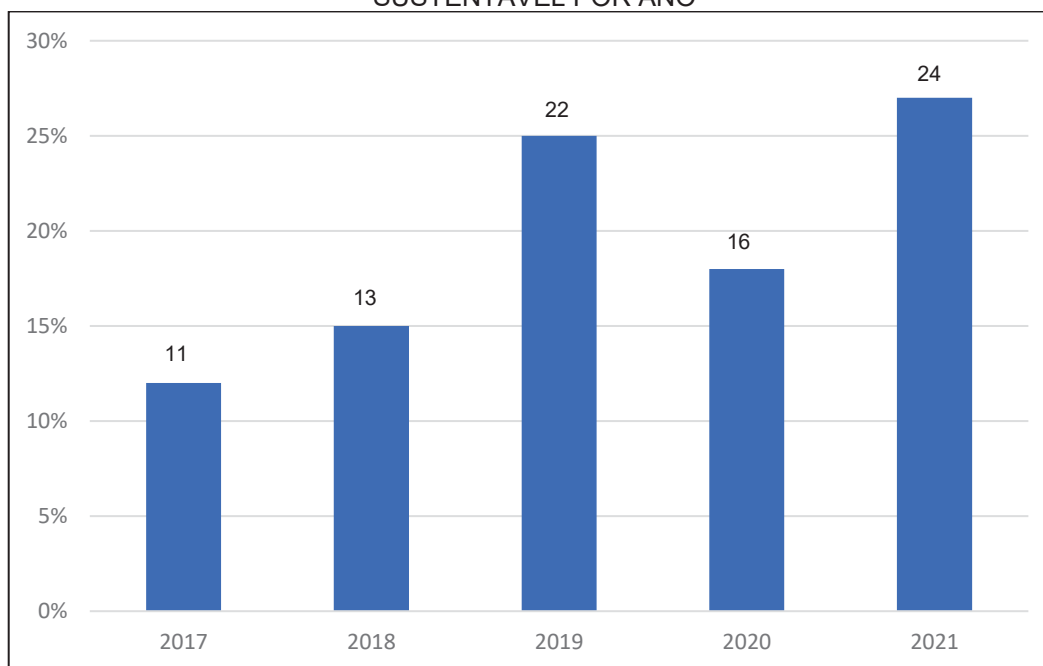
FONTE: Mauleon-Mendez *et al.* (2018).

O aumento anual no número de artigos publicados a respeito de turismo e sustentabilidade também foi observado por Serrano, Sianes e Ariza-Montes (2019) e, para eles, 2018 foi o ano com o maior número de publicações.

Souza, Santos e Ramalho (2012) já apontavam que as discussões envolvendo sustentabilidade e turismo estavam aumentando, e o desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o turismo vinham sendo estudados como ferramentas importantes para o monitoramento da atividade turística.

Essa tendência anual de aumento no número de publicações comprovou-se na pesquisa que aqui se apresenta. O ano de 2021 corresponde à maior porcentagem (27%) das publicações analisadas, conforme a Figura 5 a seguir:

FIGURA 5 – GRÁFICO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL POR ANO



FONTE: A autora.

Guo, Jiang e Li (2019) a partir de seus resultados também afirmam que os estudos envolvendo turismo sustentável têm atraído cada vez mais a atenção de pesquisadores, o que resulta em um aumento no número de pesquisas mesmo que com características e métodos diferentes.

Kristjánsdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017) em seu levantamento de publicações sobre indicadores de sustentabilidade e turismo, observaram que a maioria das pesquisas apresenta o tema indicadores de sustentabilidade e

turismo separadamente. De maneira geral, as análises envolvendo turismo e indicadores de sustentabilidade consistem em abordagens emergentes. Porém, há que se discordar da afirmação que essa é uma área de estudo recente, pois embora observe-se uma escassez de trabalhos publicados sobre ferramentas de mensuração da sustentabilidade no turismo, esse tema vem sendo abordado desde a década de 1990 em trabalhos acadêmicos da Espanha, Caribe, México e Brasil (SANCHES, *et al.*, 2018).

Ko (2005), em sua revisão de literatura sobre indicadores de turismo sustentável no período entre 1992 e 2000, afirma que poucas (12) metodologias haviam sido desenvolvidas a partir da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apesar de diversas pesquisas desde então argumentarem sobre a contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável.

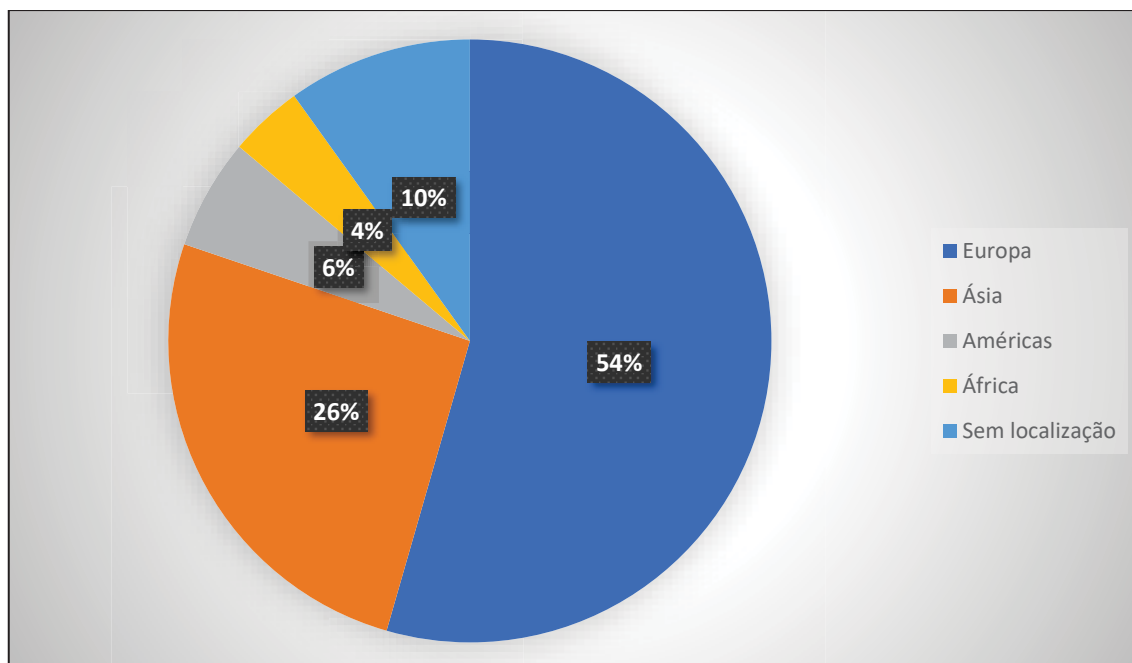
Freitas *et al.* (2014) analisaram artigos científicos publicados em revistas nacionais brasileiras com Qualis A1 a B2 entre 2003 e 2012 e, de um universo de 52 artigos que abordavam a sustentabilidade na atividade turística do Brasil, 17% envolviam indicadores de sustentabilidade. Observa-se que nas últimas duas décadas tem ocorrido um aumento de pesquisas sobre essa temática.

Sanches *et al.* (2018) sintetizaram o conhecimento produzido sobre indicadores de sustentabilidade no turismo a partir de uma revisão integrativa em bases de dados. Dos 72 artigos encontrados pelos autores nas três bases de dados, 12 apresentaram exemplos de indicadores utilizados na construção de um sistema de mensuração do turismo sustentável, o que corresponde a 16%.

As bases de dados utilizadas (*Web of Science* e *Scopus*) apontam poucos estudos na América Latina. A Figura 5 ilustra, na forma de gráfico, as publicações sobre indicadores de turismo sustentável distribuídas por continentes. Esse dado refere-se ao local geográfico onde foi aplicada a pesquisa²⁵, independente do local de publicação do artigo ou origem de pesquisadores. Portanto, os estudos que constam na Figura 6 como 'sem localização' são puramente teóricos.

²⁵ Algumas pesquisas abrangem mais de um país.

FIGURA 6 – GRÁFICO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL POR CONTINENTE



Fonte: A autora.

A partir desse resultado, observa-se que a maioria das publicações sobre o tema, nos principais periódicos internacionais de turismo, situa-se nos continentes europeu e asiático.

No continente europeu, a maioria das publicações tem origem na Espanha²⁶. A pesquisa realizada para esta tese permite afirmar que, embora existam pesquisadores latinos e brasileiros como Sanches *et al.* (20108) pesquisando sobre indicadores de sustentabilidade no turismo, estes têm pouca visibilidade no tema. De fato, são utilizados principalmente pesquisadores europeus para embasar as pesquisas, discussões e decisões, e há uma maior confiabilidade nos estudos oriundos da Espanha, e a validação de informações por parte de pesquisadores espanhóis é importante.

Há, portanto, uma hegemonia do pensar ou, como dito por Escobar (2005), uma colonialidade do saber. O protagonismo espanhol não se dá apenas no que diz respeito aos estudos investigativos e metodologias aplicadas para análise e monitoramento da sustentabilidade no turismo por meio de indicadores; mas também nos estudos que envolvem turismo, injustiças e conflitos,

²⁶ Das 56 publicações oriundas da Europa: Espanha (9), Itália (8), Portugal (5), Grécia (4), Alemanha (4), Croácia (3), Sérvia (2), França (2), Eslovênia (2), Reino Unido (2), Romênia (2), Rússia (2), Bélgica (1), Lituânia (1), Áustria (1), Islândia (1), Malta (1), Turquia (1), Tchecoslováquia (1), Irlanda (1), Polônia (1), Eslováquia (1).

destacando-se no campo da Ecologia Política grupos de estudos europeus, especialmente anglo-saxões e espanhóis (MURRAY-MAS, 2016; NEPAL; SAARINEM, 2016; MOSTAFANEZHAD *et al.*, 2016).

De certa forma, isso tem invisibilizado as realidades e especificidades de regiões que não têm as mesmas características dos modelos espanhóis além das pesquisas, conforme destacada a constatação de uma escassez de publicações da América Latina nas bases de dados, por exemplo. Políticas e orientações que apresentam uma reação positiva em países considerados desenvolvidos não podem ser comparáveis às necessárias para países emergentes (BENI, 2006) pois não reconhecem as realidades regionais de cada país. Segundo Beni (2006) a adoção de modelos hegemônicos nem sempre é bem instrumentalizada, não atendendo aos interesses dos países.

Sobre a predominância de referências espanholas em seu estudo, Hanai (2009, p. 215) afirma que

o modelo turístico espanhol dominante se centra essencialmente na quantidade de turistas, e associa o número de turistas com os resultados econômicos do setor. Consequentemente, as inquietudes sobre os efeitos e as condições do desenvolvimento turístico na Espanha levaram à necessidade de estudos e de modelos alternativos de desenvolvimento do turismo com enfoque sustentável. Estes fatores contribuíram para que a Espanha consistisse numa das grandes referências internacionais de estudos científicos sobre a sustentabilidade do desenvolvimento do turismo e também na aplicação de sistemas de indicadores.

Hanai (2009) aponta também que a Espanha possui um aspecto relevante no que diz respeito ao desenvolvimento turístico do ponto de vista do contingente de turistas, o que faz com que um dos principais setores da economia espanhola seja a atividade turística, tanto em geração de renda quanto em empregos.

Ainda no âmbito da localização geográfica das publicações sobre indicadores de sustentabilidade no turismo, foram encontradas poucas publicações nas Américas e África. Guo, Jiang e Li (2019) também observaram uma escassez de pesquisas na América Latina e uma concentração de publicações na Europa e Ásia. Segundo Guo, Jiang e Li (2019), a Europa sempre se destacou nos estudos em turismo devido à sua economia turística desenvolvida²⁷.

²⁷ De acordo com dados da OMT (2022), a Europa vem liderando o *ranking* de turismo mundial desde o ano de 2000 e concentra, anualmente, mais de 50% dos registros de chegada de turistas

A busca não apontou nenhuma publicação sobre o tema na Oceania. Porém, em se tratando de local de publicação, Mauleon-Mendez *et al.* (2018) obtiveram um resultado diferente. Em sua pesquisa bibliométrica no periódico britânico JOST (cujo foco é o turismo sustentável), Austrália e Nova Zelândia (ambos países situados na Oceania), figuraram como os países mais produtivos em termos de pesquisas abordando indicadores de sustentabilidade e turismo. Vale ressaltar que o universo por eles pesquisado consistiu apenas nas publicações do JOST.

Reino Unido e Estados Unidos também tiveram um destaque significativo no JOST e, segundo Mauleon-Mendez *et al.* (2018) com o passar dos anos, a abrangência geográfica das publicações no periódico aumentou para a Europa, Ásia e África. De acordo com Guo, Jiang e Li (2019), as pesquisas e publicações no campo do turismo sustentável aumentaram em países asiáticos e africanos devido ao crescimento econômico e desenvolvimento do turismo

Comparando as Figuras 4 e 5, pode-se inferir que há um aumento das publicações sobre turismo e sustentabilidade na Europa, Ásia e África. Ressalta-se que os resultados obtidos e apresentados na Figura 4 correspondem a um recorte temporal entre os anos de 2017 e 2021.

De modo a apresentar melhor o âmbito geográfico das pesquisas, por entender que esses dados são importantes para as análises dos resultados, apresenta-se o Quadro 9:

no mundo. Até o ano de 2020, a Ásia era o segundo continente mais visitado, mas, devido à Pandemia de Covid-19, o número de turistas nos países asiáticos caiu mais de 80%, sendo este o continente mais afetado. Observa-se, portanto, uma possível relação entre a movimentação turística e o maior número de pesquisas relacionadas ao turismo concentrados nos continentes europeu e asiático (ao menos até o ano de 2020) pois estes são os que mais se destacam em ambos os casos.

QUADRO 9 – ORIGEM DAS PESQUISAS DE REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NO TURISMO

AUTOR/AUTORA	ORIGEM PESQUISADOR/A	ORIGEM PUBLICAÇÕES	OBSERVAÇÕES
A autora	Brasil	Europa Ásia	--
Kristjánsdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017)	Islândia	Não apresenta	Estes autores consideraram a afiliação acadêmica e departamento onde foi desenvolvida a pesquisa, e não na origem geográfica das publicações.
Sanches <i>et al.</i> (2018)	Brasil	Não analisa esse aspecto, porém destaca produções oriundas da Espanha.	Este trabalho não foi resultado da pesquisa nas bases de dados, o que corrobora com o afirmado sobre pesquisadores latinos não aparecem nas bases de dados onde constam as principais referências.
Mauleon-Mendez <i>et al.</i> (2018)	Espanha	Oceania Europa Ásia	Esta pesquisa tem uma característica específica porque seu universo se restringe apenas ao periódico JOST
Guo, Jiang e Li (2019)	China	Europa Ásia	Estes autores não abordaram indicadores de sustentabilidade, mas sim o processo de desenvolvimento de política de turismo sustentável.
Serrano, Sianes e Ariza-Montes (2019)	Espanha	Não apresenta	Estudo puramente bibliométrico acerca da cronologia e estrutura conceitual do turismo sustentável.

FONTE: A autora.

Ressalta-se que no Quadro 9 não foram considerados apenas os artigos da revisão narrativa, conforme descrito nos passos metodológicos do Capítulo, mas sim todos que tratam de indicadores de sustentabilidade no turismo, e que foram acessados no decorrer da pesquisa.

Sobre a observação da existência de poucas publicações oriundas da América Latina, uma justificativa pode ser a Lei de Lotka²⁸, observada nos

²⁸ Lei de Lotka (1926), relacionada à produtividade de autores e frequência de publicações (em qualquer área): o número de autores que publicam 'n' trabalhos é inversamente proporcional ao quadrado do número de trabalhos. Ex: tendo quatro pesquisadores, um deles terá publicado dois artigos em determinado período; enquanto os outros publicaram apenas um. E assim progressivamente: de nove pesquisadores, um deles publicou três artigos enquanto os demais publicaram apenas um; de 16 pesquisadores, um deles terá publicado quatro artigos.

resultados da pesquisa de Serrano, Sianes e Ariza-Montes (2019). Isso significa que há uma distribuição desigual da produtividade entres os autores, independentemente da disciplina: uma minoria²⁹ é responsável pela publicação da maioria dos estudos relevantes sobre determinado tema. A Lei de Lotka refere-se aos indivíduos pesquisadores, mas no caso desse estudo, emprega-se essa mesma análise a um conjunto de pesquisadores dentro de um recorte espacial que parece dominar a produção de conhecimento nesse sentido: a Europa, e em particular a Espanha que origina o maior número de publicações.

Ainda, há que se considerar que há uma hegemonia da língua inglesa como um padrão universal, e este foi o idioma utilizado também na pesquisa nas bases de dados. Possivelmente, as publicações existentes em outros idiomas não foram acessadas devido a essa limitação. Vale aqui novamente uma reflexão sobre a colonialidade do saber citada anteriormente (ESCOBAR, 2005) e a demonstração de como se instrumentaliza a produção científica e acadêmica, como ocorre o controle e a disseminação do conhecimento e como definem-se os objetos de pesquisa.

Conforme descrito no início do Capítulo, os resultados obtidos com uma segunda busca permitem afirmar que existem estudos envolvendo turismo e indicadores de sustentabilidade aplicados à realidade da América Latina³⁰ ou de autoria de pesquisadores latinos, porém estes só são encontrados a partir de uma busca mais específica.

Sanches *et al.* (2018) afirmam que não há uma padronização, e que há um direcionamento global – e não local – na criação dos sistemas de indicadores.

As discussões apresentadas sobre a sustentabilidade na atividade turística, sob diversas óticas, apontaram uma diversidade de indicadores utilizados na mensuração do desenvolvimento sustentável, considerando uma gama de dimensões tratadas, as quais variam dependendo do enfoque. Entretanto, alguns pontos são levantados nas conclusões dos trabalhos que apresentam certa convergência no desenvolvimento da ciência do uso de indicadores voltados à sustentabilidade (SANCHES *et al.*, 2018, p. 307).

²⁹ Uma inferência para essa constatação pode encontrar-se não na maior produtividade dos pesquisadores e pesquisadoras da Europa, mas sim no investimento em pesquisa. É dizer que, países que investem mais em pesquisa, publicam mais.

³⁰ Importante considerar que, apesar de não ter um destaque nas bases de dados e pesquisas acadêmicas, o turismo nas Américas é relevante e apresentou um crescimento nos últimos dois anos. Atualmente, de acordo com dados da OMT (2022) referentes ao ano de 2021, as Américas detêm a segunda maior movimentação turística do mundo, com cerca de 20% de chegadas de turistas.

A pesquisa que aqui se apresenta difere das citadas até o momento. Apesar de terem sido encontrados alguns exemplos de pesquisas no Brasil e América Latina, reforça-se o fato de que existe uma lacuna nas abordagens envolvendo a América Latina (e mais especificamente Brasil e o litoral do Paraná) no universo de pesquisas sobre turismo e sustentabilidade. A seguir, serão traçadas algumas considerações atualizadas e um panorama global e nacional a respeito desse tema.

3.3.1 Panorama Global e Nacional

Foi possível identificar, a partir do universo de artigos analisados, os conjuntos e sistemas de indicadores mais presentes nas pesquisas acadêmicas em turismo sobre a temática, conforme o Quadro 10, a seguir.

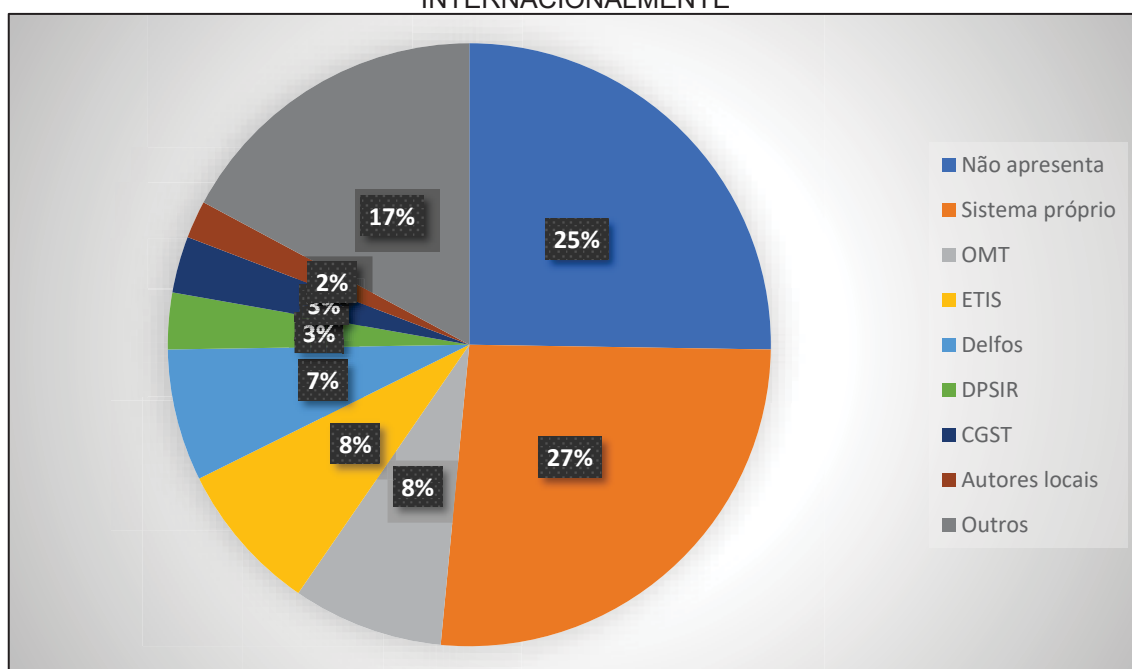
QUADRO 10 – PRINCIPAIS INDICADORES INTERNACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO

INDICADORES	PROPONENTE	DIMENSÕES	COMENTÁRIO
Sistema de Indicadores da OMT	Organização Mundial do Turismo (2005)	Ambiental, Social e Econômica	Sistema macro, apresenta certa dificuldade para aplicabilidade em pequenas escalas.
Sistema Europeu de Indicadores Turísticos – ETIS	<i>European Commission</i> (2016) *lançado em 2013	Social, cultural e ambiental	Contempla 27 indicadores centrais e 40 indicadores opcionais. Aplicabilidade local, destinado a formuladores de políticas públicas.
Método Delfos (<i>Delphi</i>)	Helmer, Dalkey e Rescher (1959)	Não há especificação	Consiste em ciclos de discussão em grupos, com a finalidade de obter um resultado comum.
Modelo DPSIR (<i>Drivers, Pressures, States, Impacts, Responses</i>)	Proposto por pesquisadores canadenses na década de 1990. Adotado como padrão pela OECD (2014).	Social, econômico e ambiental, com foco maior para as condições ambientais.	Amplamente utilizado e reconhecido internacionalmente para descrever interações entre sociedade e meio ambiente.
GSTC – Critérios Globais de Turismo Sustentável para Destinos e Indicadores de Desempenho	Conselho Global de Turismo Sustentável – GSTC (2013).	Socioeconômico, cultural e ambiental	Direcionado para poder público e privado (aplicação em escala local)

FONTE: A autora.

A pesquisa também permite apontar quais, dentre esses sistemas de indicadores são os mais utilizados internacionalmente. Na Figura 7 estão classificados como 'não apresenta' (25%) os artigos que fazem uma revisão da literatura ou discutem teoricamente o turismo sustentável e a importância da utilização de indicadores, sem aplicar um sistema de indicadores específico.

FIGURA 7 – GRÁFICO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INDICADORES UTILIZADOS INTERNACIONALMENTE



Fonte: A autora.

Percebe-se que 27% dos pesquisadores reelaboraram ou aplicaram seu próprio sistema de indicadores, o que demonstra haver um interesse em traduzir para o seu território o modelo geral, ou desenvolver novas metodologias além das já existentes. Eventualmente (2%) os sistemas de indicadores por eles desenvolvidos é reaplicado ou analisado por outros pesquisadores, em outros contextos.

Kristjánsdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017) também concluíram, a partir de seus resultados, que a maioria (63%) dos pesquisadores prefere desenvolver seu próprio conjunto ou sistema de indicadores e aplicá-lo em estudos de casos, pois “os resultados indicam que claramente não há consenso ou um conjunto de indicadores aceito universalmente” (KRISTJÁNSDÓTTIR; ÓLAFSDÓTTIR; RAGNARSDOTTIR, 2017, p. 8, tradução nossa). Essa

característica provavelmente se dá pelo fato de que os indicadores devem ser pensados e escolhidos de modo a atender condições locais específicas.

Sobre isso, em se tratando de destinos turísticos, Elena e Rainer (2020) destacam que um conjunto geral de indicadores de sustentabilidade não é o mais adequado para medir a sustentabilidade em todos os destinos turísticos. Isso porque, cada destino tem suas próprias características, peculiaridades e especificidades, que devem ser consideradas. Inclusive, são essas características únicas que tornam uma localidade atrativa, motivando o deslocamento de pessoas.

Assim sendo, por mais que um indicador tenha sempre um objetivo comparativo em sua finalidade— seja entre destinos ou para monitorar um mesmo destino ao longo do tempo – as condições locais também devem ser levadas em conta. Ou seja, os destinos ou regiões turísticas não podem ser abordados de forma padrão ou homogênea, e a imposição de um sistema universal inevitavelmente resultará em uma análise superficial.

O sistema de indicadores da OMT (2005) e o Sistema Europeu de Indicadores Turísticos (ETIS, 2016) estão entre os mais citados (ambos com 8%), seguidos pela utilização do Método Delfos (7%). O método DPSIR e os indicadores do Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC, 2013), ambos com 3%, também estão entre as ferramentas mais utilizadas para mensuração da sustentabilidade no turismo de acordo com as pesquisas realizadas nos últimos cinco anos. O Quadro 10 apresenta um resumo dessas ferramentas.

É importante considerar, conforme já apresentado na Figura 6, que a maior parte das pesquisas encontradas nas bases de dados se encontra no continente europeu, o que pode justificar o maior uso de ferramentas elaboradas naquele continente.

Niavis *et al.* (2019) realizaram uma pesquisa sobre a utilidade e facilidade de uso de diferentes sistemas de indicadores, aplicados à região do Mediterrâneo e concluíram que, para o universo pesquisado, o sistema ETIS figurava como o mais útil, seguido pela OMT e GSTC. Farinha *et al.* (2019) também constataram que os indicadores sugeridos pela OMT e o ETIS têm sido utilizados amplamente por diversas entidades. Para Tudorache *et al.* (2017), o ETIS é flexível e pode ser adaptado às particularidades de cada destino (informações úteis, necessidades e disponibilidade dos dados) e também por

contemplar indicadores adicionais que podem ser introduzidos quando os indicadores disponíveis são insuficientes.

Com relação aos indicadores do GSTC (2013), Mutana e Mukwada (2017) alertam que estes indicadores apresentam benefícios evidentes para operadores de negócios turísticos. Por sua vez, Ólafsdóttir (2020) destaca que esses indicadores foram baseados em sistemas de gestão ambiental e certificações ambientais, portanto focam mais na dimensão ecológica em detrimento dos outros dois pilares da sustentabilidade: social e econômico. O que o faz ser tão utilizado para análises de sustentabilidade, segundo o autor, é o fato de ser uma ferramenta altamente acessível e que ressalta características do turismo que não são encontradas em outros conjuntos de indicadores.

De maneira geral, constatou-se que não há um único conjunto ou sistema³¹ consolidado de indicadores para o turismo, fato apontado também por Mitrica *et al.* (2021), que afirmam que isto ocorre devido a especificidade local dos problemas ambientais, sociais e econômicos existentes na atividade turística. O Quadro 11 apresenta outros exemplos de ferramentas de mensuração de sustentabilidade.

QUADRO 11 – OUTROS INDICADORES INTERNACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO

INDICADORES	PROPONENTE	DIMENSÕES	COMENTÁRIO
<i>Ecological Footprint</i> (Pegada Ecológica)	Rees e Wackernagel (1995)	Ambiental	A Pegada Ecológica é um sistema genérico, com indicadores ambientais globais. Baseado na capacidade de carga, contribui especificamente para conscientização a respeito de problemas ambientais.
<i>Barometer of Sustainability - IUCN</i> (Barômetro de Sustentabilidade)	Ko (2001, 2005)	Social e Ambiental	Conjunto de indicadores sociais e ambientais combinados para medir e informar o bem estar de uma sociedade.
<i>Dashboard of Sustainability</i> (Painel de Sustentabilidade)	IISD (2002)	Ambiental, Social e Econômica	O Painel de Sustentabilidade fornece informações quali-quantitativas da sustentabilidade, utilizando meios visuais de apresentação.

³¹ Conforme exposto por Kronemberger (2003) há uma diferença entre um conjunto de indicadores e um sistema de indicadores. Num conjunto de indicadores não há, necessariamente, uma correlação entre os itens. Já em um sistema de indicadores há uma correlação entre os itens, que são selecionados de modo a possibilitar a formação ou aferição de resultados.

<i>Destination Scorecard</i>	<i>National Geographic Traveler</i> (TOURTELLOT, 2007)	Cultural, Ambiental e Estética	Avalia a sustentabilidade de destinos turísticos mundialmente conhecidos com base em seis critérios.
<i>QualityCoast</i>	Certifica a qualidade de destinos turísticos costeiros	Ambiental, Social e Econômica	Certifica município ou regiões que demonstram trabalho ativo em gestão responsável e sustentável
<i>Core Set Indicators</i> (CSI) e <i>Green Growth Indicators</i> (Indicadores de crescimento verde)	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2014)	Ambiental	Abrange cerca de 50 indicadores ambientais dos países membros. <i>Green Growth</i> : Conexão entre ecossistemas e economias. Indicadores projetados para possibilitar uma comparação entre os países membros da OCDE.
SUSTAIN	Elaborado pelo Fundo de Desenvolvimento Regional da União Europeia	Contém indicadores que avaliam o impacto do turismo	Não é específico para o turismo, mas sim para ambientes costeiros.
TourMIS	Escritório Nacional de Turismo Austríaco e Comissão Europeia de Viagens (início no ano 2000). (TOURMIS, 2021).	Não especifica, mas o foco é econômico.	Plataforma de troca de estatísticas turísticas entre organizações de turismo, para a coleta de medidas de desenvolvimento sustentável do turismo urbano
<i>Bandiera Arancione</i> (Programa Bandeira Laranja)	Touring Club (2021)	Foco na dimensão ambiental	Programa de 1998 composto por mais de 250 indicadores. De 2.900 povoados da Itália, 239 estão certificados.
Modelo DEA	Charnes, Cooper e Rhodes (1978)	Técnica matemática utilizada para medir eficiência.	Aplicado ao turismo sustentável, possibilita uma análise e padronização dos dados obtidos com indicadores.
TALC (<i>Touris Areas Life Cycles</i>)	Butler (1980)	Parâmetros para avaliar a sustentabilidade do turismo em uma área em função do número de visitantes e tempo de permanência.	Pode ser adaptado, adicionando indicadores de sustentabilidade nas diferentes dimensões
Norma Técnica Setorial para o Turismo Sustentável (NTS-TS-001-2)	Ministério do Comércio, Indústria e Turismo Colombiano (MINCIT, 2011)	Dimensões ambiental, sociocultural, econômica e de segurança	21 indicadores
			Ferramenta de avaliação e monitoramento da sustentabilidade

<i>Marco para la Evaluación de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidad (MESMIS)</i>	Masera, Astier e López-Ridaura (2009).	Dimensões econômica, social e ambiental	em agrossistemas, não relacionada ao turismo. Método de caráter participativo, sistêmico e interdisciplinar, com interação entre avaliados e avaliadores. Também apresenta caráter comparativo.
--	--	---	---

FONTE: A autora.

No que diz respeito às dimensões da sustentabilidade, observa-se que algumas dessas ferramentas internacionais possibilitam uma análise parcial da situação sustentável ou insustentável do turismo em um destino, por não contemplar ao menos as três dimensões básicas da sustentabilidade. É importante ponderar também que muitas dessas ferramentas resultam em medições padronizadas, portanto, não adequadas para as análises mais específicas do turismo (ÓLAFSDÓTTIR, 2020). Niavis *et al.* (2019) também afirmam que a aplicabilidade de indicadores internacionais pode ser questionada, pois abordagens personalizadas são essenciais para operacionalizar avaliações de sustentabilidade.

Para Cordeiro, Leite e Partidário (2009), dentre os instrumentos por ele analisados³², o sistema da OMT é o que fornece informações mais úteis aos processos de tomada de decisões. Apesar de não ser um sistema visualmente atrativo, as informações obtidas possibilitam uma análise de aspectos pontuais: ele aponta aspectos específicos em cada dimensão da sustentabilidade, o que permite com maior facilidade a tomada de decisões e adequações no planejamento. Entende-se aqui o ‘visualmente atrativo’ no sentido de que “para serem úteis, os instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo precisam ser capazes de comunicar de forma visualmente clara e concisa” (CORDEIRO; LEITE; PARTIDÁRIO, 2009, p. 89).

Destaca-se que um dos critérios para promover políticas públicas que englobem a participação pública na consulta e nos processos de decisão, é a ampla compreensão dos seus participantes do processo sobre o qual devem participar, incluindo a informação sobre dados identificados por estudos técnico-científicos a respeito do processo (HANAI, 2009). Portanto, as informações e os

³² *Destination Scorecard; Ecological Footprint; Barômetro da Sustentabilidade; Indicadores de OMT; e Core Set Indicators (CSI) of Sustainable Tourism* do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat).

resultados relacionados a indicadores de sustentabilidade devem ser comunicados de maneira que a população possa compreender e conhecer a situação existente, e o estágio de sustentabilidade desejado (CORDEIRO; LEITE; PARTIDÁRIO, 2009).

Por exemplo, a Pegada Ecológica (REES; WACKERNAGEL, 1995) é uma ferramenta que desperta a atenção do público pois converte os resultados comparando-os de maneira ilustrativa ao planeta Terra: 'são necessários x planetas Terra para suportar tais padrões de consumo'. Para Veiga (2010) este pode ser considerado o indicador mais pedagógico no que diz respeito à sustentabilidade ecológica, apesar de não corresponder realmente à sustentabilidade de um país ou região, mas sim à contribuição para a insustentabilidade global.

O Barômetro da Sustentabilidade (KO, 2001; 2005) utiliza representações gráficas para transmitir o estágio de sustentabilidade em que se encontra um destino turístico. E o *Destination Scorecard* (TOURTELLOT, 2007) tem como principal atributo o potencial midiático, utilizado para promover positiva ou negativamente a imagem de um destino.

No contexto do desenvolvimento turístico, o conjunto de indicadores proposto pela OMT (2005) pode não ter a mesma capacidade de comunicação de outros sistemas, porém cumpre sua função a ponto de ser utilizado como base para os estudos que envolvem a temática.

No caso da utilização de uma base global/internacional de indicadores aplicados ao turismo, como é o caso da proposta pela OMT (2005), esta deve necessariamente ser adaptada a diferentes escalas e âmbitos de aplicação. Por exemplo, sobre segurança dos turistas, a OMT apresenta o indicador relacionado a terrorismo, que pode não ser aplicado em determinado destino turístico. Ou ainda, indicadores específicos sobre a qualidade da água do mar, por exemplo, também não se aplicarão à totalidade de destinos turísticos.

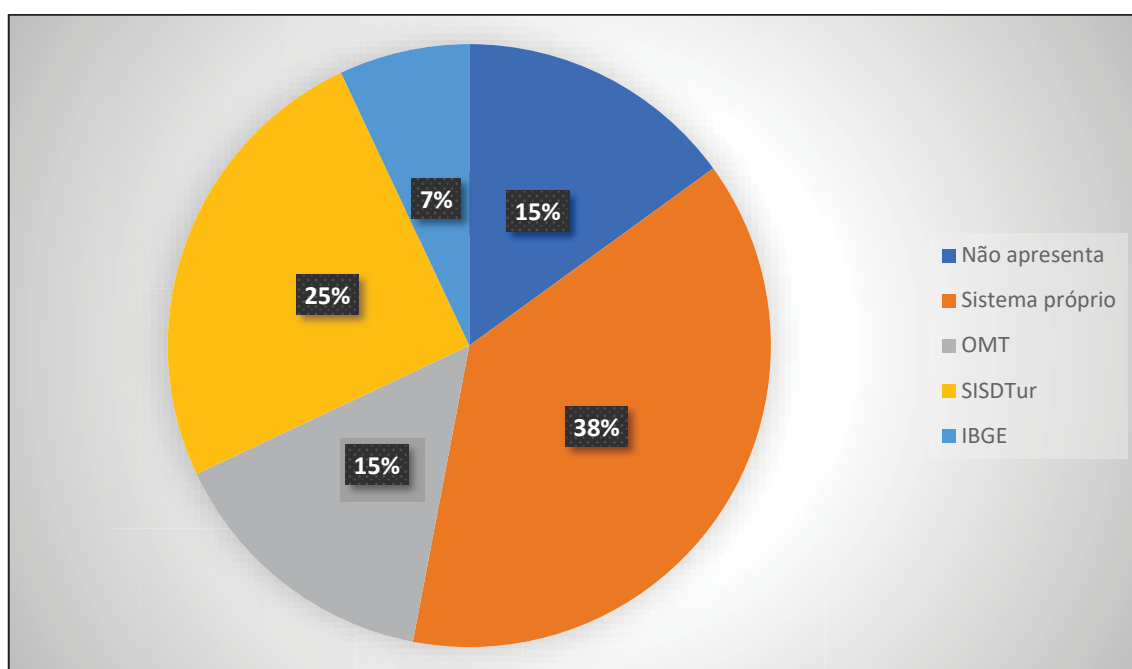
No estudo que aqui se apresenta entende-se que a sustentabilidade deve estar relacionada às características específicas de um determinado local. Sendo assim, por mais que os estudos e práticas envolvendo indicadores de sustentabilidade em outros países seja relevante, os são para aquelas realidades e contextos, exigindo adaptações. Por este motivo realizou-se uma busca específica que contemplasse indicadores de sustentabilidade no turismo

no contexto da América Latina e Brasil, conforme descrito anteriormente na Metodologia. Os resultados referentes ao panorama nacional serão apresentados a seguir.

Sobre o levantamento realizado nessa pesquisa, de um universo de 30 artigos sobre turismo e sustentabilidade encontrados na base de dados da USP, 43% deles abordavam indicadores de sustentabilidade. Isso difere um pouco da pesquisa nas bases internacionais, nas quais 20% dos artigos tratavam os temas turismo e indicadores de sustentabilidade de forma interconectada.

A Figura 8 compara, na forma de gráfico, os principais sistemas de indicadores utilizados no Brasil de acordo com as publicações acadêmicas dos últimos cinco anos.

FIGURA 8 – GRÁFICO DOS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INDICADORES UTILIZADOS NO BRASIL



FONTE: A autora.

Assim como observado no panorama global, parte dos pesquisadores (38%) desenvolve seu próprio sistema de indicadores. O sistema de indicadores mais utilizado por pesquisadores brasileiros (25%) é o SISDTur desenvolvido por Hanai (2009), o que comprova o observado anteriormente quando se utilizou a metodologia bola de neve. O segundo sistema de indicadores mais utilizado é o da OMT (15%), assim como ocorreu quando levantados os principais indicadores

internacionais. Os estudos teóricos sobre indicadores de sustentabilidade no turismo consistem em 15% das pesquisas e estão representados na Figura como 'não apresenta'.

Hanai (2009) apresentou um sistema que envolve diferentes dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica, social, cultural, institucional e turística), e aplicou seu sistema de indicadores separadamente para estabelecimentos turísticos e para gestão turística municipal. No SISDTur, seu autor apresentou a aplicabilidade do sistema de forma clara e passível de replicação por outros pesquisadores, fato que, segundo Falcão (2010) havia sido pouco detalhado e discutido na literatura sobre o assunto até então.

Nas replicações dos sistemas de indicadores são necessárias adaptações para atender realidades e demandas locais, incorporando aspectos específicos da localidade onde será aplicado. O sistema de Hanai (2009) foi elaborado para a realidade e de acordo com as especificidades do município de Bueno Brandão. Quando outros pesquisadores utilizaram o SISDTur, o fizeram com adaptações para os municípios objeto de estudo, como é o caso de Alvares (2010) ao estudar o turismo sustentável em Caldas Novas-GO; Silva e Cândido (2016), que analisaram o nível de sustentabilidade da atividade turística no município de Areia-PB; Coelho *et al.* (2017) que estudaram o Delta do Parnaíba (Maranhão e Piauí); Santos e Cândido (2018) que analisaram a sustentabilidade ambiental das atividades turísticas em Porto de Galinhas-PE; Nunes e Martins (2019) ao estudar Bananeiras-PB; Lacerda e Mecca (2020) em Machadinho-RS; entre outros citados anteriormente na Figura 2.

Hanai (2009) em muitos momentos apresenta críticas ao sistema de indicadores da OMT anteriores a 2005, quando então os atuais foram publicados. Com relação ao sistema de indicadores da OMT (2005), Cordeiro (2008) o considera, dentre os instrumentos por ele analisados no Brasil, o que interpreta de forma mais apurada as dimensões do desenvolvimento sustentável. Falcão, Farias e Gómez (2009) também constataram a partir de seus estudos, que a ferramenta mais adequada para mensuração da sustentabilidade no turismo seriam os indicadores elaborados pela OMT (2005).

De maneira adicional à pesquisa na base de dados, o Quadro 13 apresenta outros indicadores de sustentabilidade no turismo, observadas no levantamento realizado com a metodologia da bola de neve:

QUADRO 12 – INDICADORES NACIONAIS DE SUSTENTABILIDADE PARA O TURISMO

INDICADORES	PROPONENTE	DIMENSÕES	COMENTÁRIO
Indicadores de sustentabilidade para o Ecoturismo em Unidades de Conservação	Filetto (2007)	Natural, cultural, Social, Econômica	Sistema com 98 indicadores, proposto a partir de 14 ³³ enfoques. Destacam-se indicadores específicos para ecoturismo, além dos convencionais.
Bússola da Sustentabilidade	Faria (2007)	Econômica, Social, Territorial e Ambiental	Contém 11 indicadores, cada um com uma graduação de cor na bússola, de acordo com maior ou menor importância na sustentabilidade do destino analisado.
Indicadores para avaliação do turismo sustentável em Guajará-Mirim (RO)	Oliveira (2009)	Economia/atividade turística, Meio Ambiente, Sociedade e Cultura e Institucional	Conjunto de 45 indicadores submetidos ao crivo de atores sociais atuantes no município.
Proposta de adequação do TALC para o turismo sustentável	Falcão (2010)	Social, econômica, cultural, ecológica, espacial e política	16 indicadores baseados no modelo TALC, com vistas ao turismo sustentável.
Indicadores de Sustentabilidade	Ruschmann (2010)	Ambiental, social, econômica	98 indicadores, aplicados à Unidades de Conservação
Indicadores Programa de Regionalização do Turismo	Ministério do Turismo (MTUR, 2007)	Ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional	Sugere indicadores para cada dimensão, deixando claro que o número de indicadores dependerá das características de cada localidade.

FONTE: A autora.

Certamente existem estudos e discursos que não foram citados ou não puderam ser considerados neste momento e nesta pesquisa. A metodologia utilizada não encontrou menção a outros documentos norteadores que contém indicadores de sustentabilidade e, portanto, não figuraram como um resultado da pesquisa, como por exemplo:

³³ PNUD, IDH, ILH, UICN, PNUMA, WWF, FEM, MMA, IBAMA, ONU, UNICEF, AIE (FILETTO, 2007).

- i) a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ação global com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (AGENDA2030);
- ii) a Agenda 21, que enfatiza a sustentabilidade local com indicadores definidos em consenso a partir de consulta à comunidade local em um processo participativo (MMA, 2020b); e
- iii) os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 59 indicadores distribuídos nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional, adaptados à realidade brasileira a partir de modelo proposto pela Organização das Nações Unidas (IBGE, 2020).

A partir do exposto, e da pesquisa realizada, é possível traçar algumas conclusões sobre os sistemas de indicadores que mais foram encontrados na literatura, e também refletir sobre quais objetivos de políticas públicas (inclusive e especificamente no litoral do Paraná) estão sendo legitimados por meio de indicadores.

3.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE CONTEMPLADOS NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Os principais indicadores de sustentabilidade contemplados nos processos de desenvolvimento do turismo sustentável encontrados na literatura conforme descrito nos passos metodológicos do Capítulo, foram a OMT (2005)³⁴ em âmbito global; e Hanai (2009)³⁵ no âmbito nacional.

Observou-se que esses sistemas apresentam características consideradas fundamentais como: adaptação para aplicabilidade em escala local; abordagem integrada das dimensões; e exequibilidade para coleta de

³⁴ Os indicadores sugeridos pela OMT podem ser consultados na íntegra em <https://www.ucipfg.com/Repositorio/MGTS/MGTS14/MGTSV-07/tema2/OMTIndicadores_de_desarrollo_de_turismo_sostenible_para_los_destinos_turisticos.pdf>

³⁵ O sistema de indicadores de Hanai pode ser acessado em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-17092009-082223/publico/teseFredericoYuriHanai.pdf>>

dados primários ou secundários. O Quadro 12 resume e compara algumas características dos sistemas da OMT (2005) e de Hanai (2009).

QUADRO 13 – COMPARAÇÃO ENTRE OS PRINCIPAIS SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

	OMT (2005)	SISDTur (2009)
Apresenta seu conceito/visão de turismo sustentável?	SIM	SIM
Indicadores qualitativos ou quantitativos?	Ambos	Ambos
Quais as dimensões da sustentabilidade?	Ambiental, Social e Econômica	Ambiental, social, cultural, turística, institucional e econômica
Considera um processo participativo em sua elaboração e aplicação?	SIM	SIM
Âmbito/escala de aplicação	Nacional, regional, destinos específicos (zonas costeiras, comunidades locais); locais de interesse turístico (áreas protegidas, praias e zonas de especial interesse como centros históricos), empresas e estabelecimentos turísticos.	Municipal: Bueno Brandão-MG, Brasil Local: empreendimentos e espaços de visitação.
Necessidade de monitoramento/acompanhamento	SIM Apresenta informações para a supervisão periódica da evolução dos indicadores.	SIM Apresenta informações para a supervisão periódica da evolução dos indicadores.

FONTE: A autora.

Apesar de ambos apresentarem um conceito de turismo sustentável que norteia o sistema de indicadores, é importante considerar a falta de consenso a respeito do conceito de turismo sustentável, derivada das narrativas em permanente conflito e lideradas pelo mercado. As instituições governamentais e práticas do mercado – assim como a academia, que tem papel fundamental para o balizamento dos conceitos – não se apresentam claramente no que diz respeito à sustentabilidade (IRVING; COELHO; ARRUDA, 2020). Isso torna a teoria abstrata em comparação com a sustentabilidade em nível operacional, resultando em uma dificuldade para mensurá-lo, mesmo com a utilização de indicadores.

Ainda sobre o Quadro 13, observa-se, em um primeiro momento, uma vantagem da OMT no que diz respeito ao âmbito/escala de aplicação. Porém, é válido destacar que, de maneira geral, as pesquisas na área ressaltam a

importância de adaptar os indicadores de sustentabilidade pré-estabelecidos às peculiaridades do destino turístico estudado. Sendo assim, o sistema macro da OMT resulta em certa dificuldade de aplicação em menores escalas. Nesse caso, pode-se dizer que o SISDTur seria um aprimoramento da OMT, já que Hanai o estudou e utilizou a OMT como base em alguns aspectos para compor seu próprio sistema e aplicá-lo ao contexto de desenvolvimento do turismo específico da região de Bueno Brandão-MG.

Ambos os sistemas (OMT, 2005; HANAI, 2009) apresentam expressamente um processo participativo na sua elaboração e posterior aplicação. Hanai (2009), por exemplo, propôs que seu sistema de indicadores fosse aplicado individualmente por diferentes atores. Os resultados (de natureza qualitativa) foram posteriormente comparados para então se chegar a um consenso. Mas o autor constatou que as diferentes percepções e heterogeneidade dos aplicadores e do grupo, e as trajetórias, interesses e considerações individuais dificultaram o processo devido às divergências significativas nos resultados.

a constatação da existência destas divergências corrobora a importância do envolvimento e da participação da população local na definição de indicadores e na produção de instrumentos que sejam adequados, aplicáveis e de aceitação política e social para a gestão do turismo [...]. A adoção de abordagem participativa foi fundamental para colocar a comunidade em seu relevante contexto local, a fim de produzir resultados precisos e relevantes para a realidade local, refletindo numa visão própria de sustentabilidade e de prioridades locais (HANAI, 2009, p. 341).

Isso demonstra que, na prática, não há equidade, fato já observado por Mitrica *et al.* (2021), Niavis *et al.* (2019) e Linares, García e Rodríguez (2019). Ainda que o turismo sustentável pressuponha equidade como o compartilhamento de poder e tomada de decisões de forma democrática (GASCÓN, 2016), diferentemente de outros processos de desenvolvimento, percebe-se que grande parte da tomada de decisões e elaboração de projetos nesse sentido vêm do 'topo', e os que estão abaixo são apenas a força de trabalho para implementar os projetos (DOUGLAS, 2014). Ou seja, aqueles que tomam as decisões, não são necessariamente aqueles que irão cumpri-las.

A título de exemplo, Gascón (2016) tem como estudo de caso a comunidade de Cotacachi, no Equador, que não tem pleno controle sobre o

território, além de uma capacidade legislativa muito limitada. Portanto, acabam sendo as políticas e legislações estatais que determinam a forma de desenvolvimento do turismo, mesmo em nível local.

No decorrer da pesquisa realizada nesse Capítulo, chamou a atenção o fato de que as decisões relacionadas ao desenvolvimento do turismo mundial concentram-se, geograficamente, na Espanha. O SISDTur, por exemplo, mesmo que tenha sido formulado em âmbito acadêmico no Brasil, tem como base as experiências e estudos de casos da aplicação de indicadores de sustentabilidade do turismo, em sua grande maioria (14, de 24 modelos) espanhóis. A OMT, localizada em Madri (Espanha), concentra e é a origem de muitas iniciativas pioneiras e modelos de desenvolvimento turístico direcionados à formulação de políticas públicas, embora não sejam lá gerenciadas. Inclusive no Brasil, a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo, consultorias espanholas foram contratadas para a definição de políticas públicas.

Um exemplo bem específico é o Plano Aquarela do Brasil, voltado ao marketing turístico internacional e lançado em 2005, para o qual foi contratada a empresa de marketing turístico Chias Marketing Consultoria, espanhola (catalã) (GOMES, 2011). Nesse caso observa-se claramente também a sobreposição da gestão empresarial na gestão pública: uma consultoria empresarial para a elaboração de políticas públicas. O mesmo se dá, muitas vezes, com pesquisas de mercado e demanda, precificação, produtização e outros. A dinamização da economia local pode ser um aspecto positivo nessas parcerias – porém há que se considerar também um descontrole das consequências de um planejamento com viés puramente econômico, como exceder a capacidade de carga das destinações, a massificação da atividade turística, e outras.

No turismo, a parceria entre setores público e privado existe, com sucesso, em alguns países, e não há demérito nesta prática, que inclusive tem sido apontada por pesquisadores do turismo como um cenário ideal (BENI, 2006; 2020). Nesses casos, a parceria consiste no fato de a tomada de decisões ser do poder público, e os recursos financeiros provirem de empresas privadas nacionais. Segundo Beni (2006), isso é benéfico se considerada a escassez de recursos financeiros disponíveis no poder público, e uma garantia de segurança ao empresariado no que diz respeito aos riscos envolvendo o

empreendedorismo e a inovação devido às alterações súbitas do mercado financeiro (BENI, 2006).

Porém, o que se observou a partir dos estudos e sistemas de indicadores de sustentabilidade aqui analisados é que as intervenções de gestão do turismo sustentável são frequentemente baseadas na busca da sustentabilidade econômica do turismo, uma atividade globalizada e capitalista de produção e consumo. Segundo Douglas (2014), a necessidade de gerar lucro é prioritária para que então, posteriormente, se desenvolvam ações, projetos e programas que beneficiam a dimensão social ou ecológica.

O turismo sustentável corresponde a uma perspectiva que inclui princípios de equidade e justiça socioambiental. Desse modo, os indicadores utilizados e apropriados pelas políticas públicas devem legitimar e produzir informações capazes de atender a esta perspectiva e ao discurso da sustentabilidade.

Tendo isso em vista, o Capítulo IV a seguir apresenta informações sobre os indicadores propostos para o desenvolvimento do turismo na região turística Litoral do Paraná, levando a constatações sobre quais atores ou segmentos do turismo podem estar sendo beneficiados pelas políticas públicas.

4. DESTINO TURÍSTICO: LITORAL DO PARANÁ

Milhares de turistas deslocam-se anual e periodicamente para o litoral paranaense. De acordo com relatório do Governo do Estado do Paraná, com base nos anos de 2014 a 2017³⁶, o litoral do Paraná recebeu, anualmente, cerca de 2,9 milhões de turistas, o que representa 18% do fluxo turístico total do estado (PARANÁ TURISMO, 2018).

Composto por sete municípios – Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Guaqueçaba, Antonina, Morretes e Paranaguá – caracteriza-se pela proximidade entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, pela presença de grandes reentrâncias na linha da costa³⁷, e por concentrar a maior parte da diversidade ambiental do estado (ANDRIGUETTO FILHO, 2004).

FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DO LITORAL PARANAENSE



FONTE: PDTIS, 2010.

³⁶ Embora haja documento oficial mais recente sobre o turismo no Paraná, tendo como ano-base o interstício 2016-2020, este documento não apresenta dados estatísticos do litoral (PARANÁ TURISMO, 2020). Essa significativa ausência de dados estatísticos atualizados relacionados ao turismo, já foi apontada no PDS Litoral, que destacou que “[...] os dados existentes são antigos e muitas vezes refletem resultados contraditórios. Isso dificulta a tomada de decisões, a definição de estratégias adequadas e diminui a competitividade frente a outros destinos” (PARANÁ, 2019a, p. 204).

³⁷ Linha costeira recortada, quando o mar entra no continente formando baías e enseadas.

Ao norte, encontra-se o Complexo Estuarino de Paranaguá, com 601 km² de extensão. Este possui dois eixos principais de orientação: as baías de Paranaguá e Antonina (localizadas na porção sul), e as baías de Guaraqueçaba e Laranjeiras (na porção norte) (ANGULO, 2004). Em conjunto com o litoral de São Paulo, no chamado Complexo Estuarino Lagunar Paranaguá-Cananéia-Iguape, encontra-se uma região de Mata Atlântica com reconhecida importância ambiental mundial, tombada pela Unesco em 1999 como Patrimônio da Humanidade (UNESCO, 2019). Ao sul, a Baía de Guaratuba é um estuário de importância para a produção biológica, sendo uma área de reprodução de diversas espécies de peixes, aves e invertebrados (NOERNBERG *et al.*, 2008).

A partir de Curitiba, o acesso ao litoral ocorre por vias rodoviárias (BR-277, BR-376 e Estrada da Graciosa) ou ferroviária. Além do acesso rodoviário e ferroviário, existem dois aeroportos no litoral do Paraná, ambos de administração municipal: o Aeroporto Municipal de Guaratuba, que não opera com linhas aéreas de transporte regular de passageiros; e o Aeroporto Santos Dumont, em Paranaguá, que atende voos fretados e transporte de carga. O aeroporto de Paranaguá participou, em 2019, do programa 'Voe Paraná', programa de aviação regional do governo do estado, que teve o objetivo de conectar as cidades de médio porte no interior do estado a outros destinos diversos. O voo entre Paranaguá e Curitiba, com duração de 25 minutos, era realizado seis vezes por semana. Durante a pandemia de Covid-19, as operações do programa 'Voe Paraná' foram paralisadas, e a linha Paranaguá-Curitiba não foi retomada.

Por via terrestre, em qualquer uma das opções, o deslocamento se dá em proximidade com a paisagem da Serra do Mar e Mata Atlântica. Isso porque o litoral do Paraná apresenta a maior área contínua remanescente de Floresta Atlântica conservada (PIERRI *et al.*, 2006), sendo 82% de seu território representado por Unidades de Conservação (PARANÁ, 2019a).

Esse ambiente se destaca pelas paisagens naturais terrestres e marinho-costeiras: "montanhas, estuários, ilhas e praias com florestas de planície e encosta, restingas, dunas e manguezais" (PARANÁ, 2019a, p. 20). A variedade de ecossistemas resulta também em uma diversidade de fauna e flora, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

O patrimônio cultural e histórico do litoral do Paraná inclui sambaquis espalhados pela costa, estradas e caminhos históricos do período de colonização (Caminho do Itupava, Estrada da Graciosa e Caminho do Arraial) e cidades com patrimônio histórico-cultural reconhecido por lei, como é o caso de Guaraqueçaba, Morretes, Antonina e Paranaguá (PARANÁ, 2019b).

No que se refere aos usos da zona costeira, Andriguetto Filho (2004, p. 189) menciona que “[...] o leque de usos possíveis da zona costeira é imenso, lembrando que um recurso pode ser construído, como áreas históricas, ou abstrato, como a beleza cênica, o valor da recreação e o valor científico”. No que se refere às atividades econômicas, o mesmo autor aponta que a economia de um país “[...] passa por ou depende de atividades em sua zona costeira transporte marítimo, petróleo e gás, turismo costeiro, etc.)”.

Em levantamento realizado para a pesquisa que aqui se apresenta, observou-se que estudos como Brudeki (2006), Zamignan (2012), Polidoro e Deschamps (2013), Menegusso (2014), Azevedo (2016), Gonçalves (2016), Minari (2016), Cunha (2018), Silva (2018), Mafra (2018), Corbari (2020), Denkewicz (2020) entre outros, demonstram que o turismo é relevante e representativo para o contexto litorâneo.

Tendo estabelecido a região turística Litoral do Paraná para análise nesta tese, a descrição da área de estudo inicia-se com um histórico e caracterização do turismo no litoral paranaense. Desse modo, contextualiza-se o desenvolvimento do turismo na região antes de analisar, de modo mais específico, os indicadores de turismo sustentável no Litoral do Paraná. Foram utilizados estudos que abordaram aspectos históricos, geográficos, culturais e ambientais no litoral do Paraná, como os de Angulo (2000), Andriguetto Filho (2004), Pierri *et al.* (2006), Sampaio (2006), Esteves (2011), Azevedo (2016) e Mafra (2018).

A partir da contextualização do turismo no litoral do Paraná, incluindo as políticas públicas que incidem nessa região, serão apresentados e discutidos os indicadores de sustentabilidade utilizados para o planejamento do turismo no Litoral do Paraná, em consonância com os estudos acerca de indicadores de sustentabilidade para o turismo.

4.1 PASSOS METODOLÓGICOS DO CAPÍTULO

O Capítulo IV consiste em um capítulo descritivo e analítico, no qual apresentam-se resultados oriundos de pesquisa documental a respeito das políticas públicas voltadas para o turismo no litoral; e informações obtidas por meio da observação durante a participação em eventos, que serão melhor descritos na sequência.

Os documentos analisados neste capítulo consistem em programas de políticas públicas para o turismo no Litoral do Paraná: o Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo (MTUR, 2007); o Masterplan Paraná Turístico 2016-2026 (CEPATUR, 2016); e, mais especificamente, os Planos Operacionais do Masterplan que se referem à região turística Litoral do Paraná (PARANÁ TURISMO, 2019; PARANÁ TURISMO, 2022).

Faz-se importante considerar que o Masterplan (CEPATUR, 2016) e o Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007) são instrumentos de gestão elaborados e propostos antes da pandemia de Covid-19. Entende-se que a previsão de cenários e projeções de desenvolvimento que os documentos apresentam podem ter sido alteradas e postergadas devido às medidas de prevenção de contágio, que incluíram o isolamento ou distanciamento social por um período. O Plano Operacional atualizado (PARANÁ TURISMO, 2022) contempla e considera o período de pandemia citado.

Na pesquisa documental foi observado como os documentos abordam a sustentabilidade e, por sua vez, o turismo sustentável; foram identificados os indicadores utilizados para orientar o desenvolvimento do turismo e em quais dimensões da sustentabilidade encontram-se esses indicadores. Além da análise documental, foram observadas a realização de alguns eventos como oficina de planejamento e workshop relativos às ações das políticas públicas voltadas ao turismo no litoral do Paraná.

Considera-se o Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007) e seus desdobramentos como a política pública que mais tem influência na organização e desenvolvimento do turismo no litoral do estado do Paraná. Isso porque, em se tratando de planejamento e desenvolvimento do turismo, é o Programa de Regionalização que determina a distribuição de recursos

financeiros específicos para o turismo nos governos (MTUR, 2007; 2020a). O planejamento do turismo no Paraná segue as tendências e orientações nacionais do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007), e se dá por meio do Masterplan Paraná Turístico 2026, sob responsabilidade da Paraná Turismo.

Em março do ano 2016, ocorreu a participação na oficina de planejamento do Masterplan Paraná Turístico 2026, realizada com pesquisadores, docentes, mestrandos e doutorandos em turismo e geografia. Essa oficina fez parte do processo de planejamento participativo do documento, com o objetivo de colher subsídios para a elaboração do Masterplan. Em abril de 2022 ocorreu o Fórum Paraná Turístico 2026, para entrega dos Planos Operacionais atualizados das regiões turísticas. Participou-se desse evento, no qual algumas informações relevantes que compõem este Capítulo foram obtidas.

Também foi realizada participação em workshop de análise e discussão sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Litoral, em maio de 2019. No evento participaram docentes, pesquisadores e demais profissionais representantes da UFPR, da Unespar e do IFPR Paranaguá com o objetivo de contribuir para a interpretação de resultados que já haviam sido alcançados³⁸, e buscando um entendimento conjunto e análise geral de propostas feitas no PDS Litoral.

Contudo, embora a participação nos dois eventos tenha contribuído para a construção de informações para a pesquisa, observa-se que somente um deles, o Masterplan Paraná Turístico, foi analisado. Ainda que o PDS Litoral seja relevante para as políticas públicas que incidem sobre o litoral paranaense, optou-se por não incluir este documento nas análises uma vez que o mesmo não apresenta uma matriz de indicadores específicos³⁹ para o turismo sustentável, e não tem foco no desenvolvimento sustentável do turismo, muito embora apresente cenários que acionam o turismo como vetor de desenvolvimento da região.

Além da participação nos eventos citados, entre os anos de 2020 e 2022, marcados pela pandemia de Covid-19, foram analisadas diferentes discussões

³⁸ Mais especificamente o Relatório 8, contendo a construção de cenários e visão de futuro consolidado; Relatório 10 (Volumes 1, 2 e 3); contendo plano de ação inicial; e Matriz FOFA.

³⁹ Em se tratando de indicadores, o PDS Litoral apresenta, em suas estratégias de ação, indicadores de monitoramento e avaliação para garantir a implementação eficaz do plano.

envolvendo turismo e sustentabilidade durante eventos online realizados naquele contexto. O quadro 14 a seguir apresenta uma breve descrição dos eventos cujas discussões são citadas e analisadas neste capítulo:

QUADRO 14 – OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE: DISCUSSÕES SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL NO LITORAL DO PARANÁ.

TEMA	ONDE	QUANDO	QUEM
A governança no planejamento do turismo	Perfil Jerivá da Serra no Instagram (@jeriva_da_serra)	04 de junho de 2020, durante a Semana Nacional do Meio Ambiente	Patrícia Assis ⁴⁰
Diálogos da Conservação	Perfil da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo no Facebook	05 de junho de 2020, durante a Semana Nacional do Meio Ambiente.	Marcio Nunes ⁴¹ Ernani Paciornik ⁴² Rafael Andreguetto ⁴³

FONTE: A autora.

Esses eventos foram importantes por contribuírem com informações e opiniões de representantes do setor privado, órgão oficial de turismo, poder público e pesquisadores, possibilitando reflexões sobre o turismo sustentável e a sustentabilidade do turismo em seus discursos.

4.2 O CENÁRIO DO TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ

No início do século XIX, o litoral paranaense apresentava relevante contribuição econômica para o estado, em função de atividades agrícolas e portuárias (PIERRI *et al.* 2006). Em pesquisa mais recente, Santos *et al.* (2018), não observam um destaque para a indústria e atividades agrícolas na composição da base econômica da região, mas ressaltam que o maior município da região, Paranaguá, concentra grande parte da renda regional por abrigar um dos maiores portos do país. Isso reforça a relevância do litoral para a economia paranaense devido à sua posição estratégica para o escoamento da produção agropecuária do Paraná e estados vizinhos.

Considere-se aqui, que o perfil dos municípios litorâneos do Paraná é desigual, e que os municípios apresentam suas especificidades. Porém, de

⁴⁰ Patrícia Assis, Diretora Executiva da Adetur Litoral, em 2020.

⁴¹ Marcio Nunes, Secretário da Sedest, em 2020.

⁴² Ernani Paciornik, empresário, presidente do Grupo Náutica.

⁴³ Rafael Andreguetto, Diretor de Políticas Ambientais na Sedest.

maneira geral é possível afirmar que o turismo está presente como uma atividade econômica que figura em destaque em todos os municípios da região (IPARDES, 2011; SANTOS *et al.*, 2018).

O crescimento da atividade turística no litoral do Paraná, e mais especificamente o uso balneário e casas de veraneio (segunda residência) da população da capital e região metropolitana, ocorreu no final do século XX (PIERRI *et al.*, 2006; ESTEVES, 2011; BARROS, 2021) – antes que atenção fosse dada aos problemas decorrentes da possível falta de planejamento, e das discussões relacionadas à sustentabilidade.

A partir dos anos 50 do século XX, e mais intensamente dos 60 e 70, teve lugar o estabelecimento dos balneários ao longo da orla sul, que compreende os atuais municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba [...]. Culturalmente, a praia, em vez de ser considerada um local perigoso e insalubre, passou a ser valorizada como um ambiente esteticamente belo, e propício para desenvolver atividades de lazer que têm a grande vantagem de serem gratuitas, tais como os banhos de mar e de sol, a pesca esportiva, entre outros (PIERRI, *et al.*, 2006, p. 147).

Essa forma de ocupação modificou por completo a paisagem, a estrutura, a relação fundiária local e as relações socioeconômicas da população, impulsionando um crescimento urbano em faixa contínua ao longo da orla dos municípios e configurando todo o cenário que compõe, especialmente, a porção sul do litoral (SAMPAIO, 2006; MAFRA, 2018; BARROS; 2021).

Em 1980, observa-se um grande número de edificações voltadas ao uso sazonal de veranistas, suplantando as áreas utilizadas pelas comunidades de pescadores (PIERRI *et al.* 2006). Essa dinâmica demográfica representa um reflexo dos processos de ocupação e uso do espaço orientados, principalmente, por um viés economicista – o que ocasionou conflitos socioambientais (PIERRI *et al.*, 2006; ABRAHÃO; TOMAZZONI, 2017). Sendo o espaço o cenário de estruturação de distintas formas de uso e apropriação do meio e dos recursos, a afloração de conflitos é inevitável já que um mesmo espaço pode apresentar distintos interesses de uso, e muitas vezes usos completamente antagônicos (SANTOS, 1999).

Acselrad (2004) define essa disputa pela apropriação por recursos naturais, que se dá em torno da apropriação de uma base (igual ou distinta de recursos), interconectada por interações ecossistêmicas (atmosfera, solo,

águas, etc) como conflito ambiental. A geração de conflitos socioambientais ocorre quando o ambiente de certos sujeitos sociais prevalece sobre o de outro (ACSELRAD; BEZERRA, 2010) e, mais do que isso, quando um uso impede ou prejudica outro uso preexistente.

Ao observar as relações sociais e estruturas de poder que ocasionam situações de conflito ambiental no turismo, Douglas (2014) cita como exemplo o planejamento e implementação de empreendimentos turísticos que causam alterações no ambiente natural, ou o deslocamento de comunidades, e impedimento do acesso ou controle dos recursos naturais por parte da comunidade local que ficam excluídas das ações em nome do desenvolvimento da sua região ou localidade. É o caso de algumas situações que se observam no litoral do Paraná decorrentes da ocupação de áreas de pesca e especulação imobiliária em comunidades tradicionais; do controle e uso do acesso aos recursos naturais, privilegiando o turismo; da destruição de ecossistemas e impacto em atividades tradicionais, como a pesca; e outros (PIERRI *et al.*, 2006; MAFRA, 2018).

Tomando como exemplo os conflitos envolvendo a atividade turística e a pesca, Pierri *et al.*, (2006), Cabral (2015) e Mafra (2018) demonstram que o processo de ocupação no litoral do Paraná, que se caracterizou pela ocupação e apropriação da orla costeira paranaense para uso turístico e balneário, limitou de diversas maneiras as práticas pesqueiras e comprometeu a cultura das comunidades, modificando sua relação com a apropriação e uso dos recursos materiais e simbólicos de seus territórios.

Em geral, os conflitos ambientais envolvendo o turismo no Brasil são caracterizados pela disputa pelo acesso e uso da terra e pelos recursos naturais envolvendo o Estado, empresas turísticas e comunidade local ou comunidades tradicionais estabelecidas antes do processo de turistificação (VILANI, 2016). Nesse caso, as comunidades locais ou tradicionais são o elo mais fraco, e podem ser afetadas com a descontinuidade de seus modos de vida e apropriação, uso e significação dos recursos ambientais, desposseção de seus territórios e limitação ao acesso aos recursos naturais. O que se observa é que a comunidade local é marginalizada nos processos de desenvolvimento do turismo, inclusive do turismo sustentável (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021).

Os estudos de Sampaio (2006) e Pierri *et al.* (2006) demonstram a ocorrência de uma afluência permanente de pessoas de outras regiões, em grande parte de baixa renda, estabelecendo moradia no litoral paranaense em busca de melhor qualidade de vida ou expectativas de melhorar sua renda. Azevedo (2016) aponta que, de acordo com as taxas anuais de crescimento demográfico, essa forma de ocupação dos migrantes para o litoral perdeu força na década de 2010, porém foi importante para a composição territorial do litoral, pois contribuiu para a ocupação de espaços menos valorizados (muitas vezes de forma irregular) e impulsionou uma urbanização mais precária, com carência de infraestrutura e serviços.

Polidoro e Deschamps (2013, p. 233), sobre a urbanização no litoral do Paraná, observam que

A disponibilidade de infraestruturas, essenciais à vida urbana, não obedece à demanda social, mas sim a interesses particulares dos agentes imobiliários, vislumbrando áreas densamente povoadas e carentes de serviços básicos e outras com baixíssima ou nenhuma densidade populacional permeada destes serviços.

Segundo Barros (2021), foi a partir da edificação de infraestruturas que o turismo se configurou e se efetivou. É característica das regiões urbanizadas dos municípios do litoral paranaense a ocupação, uso e apropriação dos recursos de forma desordenada: os turistas as visitam de forma massificada e sem possuir casa própria, ou constroem nessas regiões suas segundas residências (PIERRI *et al.*, 2006). Em ambas as situações colaboraram para impulsionar a urbanização próxima ao mar, por ser este um espaço valorizado, tendo alto valor de mercado e consequente especulação imobiliária, gerando impactos sociais e ambientais (CUNHA, 2018). Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral (PARANÁ, 2019a), a pressão pela expansão urbana em municípios do litoral apresenta diversos conflitos com a legislação ambiental existente.

Dentre os impactos nos meios biótico e abiótico, especialmente alterações físico-químicas, decorrentes de uma ocupação inadequada no litoral do Paraná, as questões mais frequentes são: alterações biogeoquímicas no ciclo natural erosão/sedimentação; a contaminação das águas pelos esgotos domésticos, especialmente onde há maior densidade populacional; e o sombreamento da praia ocasionado pelos edifícios construídos à beira mar, ocasionado muitas

vezes por hotéis e condomínios voltados ao veraneio (ANGULO, 2000; GRIMM, 2016; 2022).

Sobre os impactos decorrentes da falta de planejamento e da ocupação irregular, ressalta-se que o ordenamento urbano do litoral paranaense foi regido, até o ano de 2017, pelo Decreto Estadual 2.722, de 14 de março de 1984, e revisado pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), órgão da extinta Secretaria de Estado de Meio Ambiente (atual Sedest).

O referido Decreto data da década de 1980, que foi marcada pelo início das discussões sobre sustentabilidade, conforme estudado no Capítulo II. Naquela década, novas políticas de proteção ambiental mudaram a dinâmica das atividades desenvolvidas no litoral do Paraná, criando áreas protegidas (PIERRI *et al.*, 2006; MINARI, 2016). Historicamente, há uma associação entre a proteção ambiental na região e a definição de Áreas Especiais de Interesse Turístico, instituídos no mesmo período (SAMPAIO, 2006; MINARI, 2016).

O Decreto nº 2.722/1984 citado, foi revogado e substituído por Decretos oriundos dos Planos Diretores de cada município. Mas, dentre os parâmetros que definiram o uso e zoneamento urbano definidos pelo primeiro Decreto, estava a altura máxima das edificações (variando entre 4 a 10 pavimentos). Provavelmente, os edifícios maiores – e que ocasionam a verticalização e o sombreamento na orla foram construídos antes dos Planos Diretores.

De acordo com Angulo (2000), o ciclo hidrológico, e as características geomórficas e climáticas da região também apresentam problemas devido à ocupação inadequada, cuja solução pode estar no manejo integrado de bacias hidrográficas por meio de um planejamento estratégico nesta ocupação e pela previsão de uma faixa de segurança mínima para construções nas encostas. Em épocas de fortes chuvas, por exemplo, os caudais de água nos rios da região causam danos às obras com deságues mal dimensionados; e favorecem os escorregamentos naturais das encostas íngremes, que constituem outro dos problemas físico-ambientais do litoral paranaense. Apesar de serem processos naturais, estes apresentam-se intensificados pela intervenção antrópica (desmatamento, cortes, aterros ou sobrecargas).

Angulo (2000) esclarece que a instabilidade da região costeira é natural, devido à influência das ondas e correntes litorâneas. Porém, sem considerar esse processo natural de erosão – até porque à época da ocupação no litoral do

Paraná não foram realizados estudos e acompanhamento desse processo – a urbanização próxima ao mar ocorreu de forma inadequada, não respeitando a configuração natural e dinâmica das praias.

Schneider (2020) relata que o litoral apresenta uma tendência no que diz respeito a alterações nos padrões de temperatura, precipitação e umidade, o que conduz a eventos climáticos mais extremos, como secas, tempestades, vendavais, inundações, enchentes, deslizamentos e aumento do nível do mar. Mas a alta densidade populacional, especialmente no verão, devido ao turismo, soma-se a essas características naturais do ambiente, e resulta em consequências comprometedoras para o ambiente e inclusive para as necessidades básicas de água, alimentação e energia da população que ali reside (SCHNEIDER, 2020).

O conhecimento que se tem hoje sobre a dinâmica costeira permite a identificação e estabelecimento de faixas de segurança mínima para construções futuras de modo que os ciclos de erosão e sedimentação se processem livremente, e que obras de contenção sejam necessárias apenas para casos excepcionais ou de mais difícil previsão (ÂNGULO, 2000).

Contudo, soluções técnicas para soluções imediatas de um problema que é estrutural, têm sido propostas em diferentes localidades da zona costeira brasileira, e não isentas de controvérsias sobre a sua eficácia e efeitos perversos. Um exemplo é o investimento de dinheiro público em obras de revitalização da orla e engorda da faixa de areia em Matinhos, em um trecho de oito quilômetros (IAT, 2021). Devido a fatores globais (como o aquecimento do planeta) e fatores locais (ocupações mal planejadas, ressacas, processos de erosão e desequilíbrio de sedimentos), parte da infraestrutura urbana, turística e de lazer construída na orla marítima ficou comprometida (GRIMM, 2016; IAT, 2021), sendo necessária a recuperação de trechos danificados e o nivelamento da areia, que resultarão em uma faixa de areia maior (IAT, 2021).

Grimm (2016) aponta que as causas para o avanço do mar se encontram tanto em fatores globais (como o aquecimento global do planeta), quanto em fatores locais, como a erosão e as atividades humanas de ocupações e engenharia. Intervenções e adaptações de estruturas para controle da erosão, incluindo obras para alargamento de faixa de areia, são técnicas bastante

utilizadas onde ocorreu o avanço do mar de um lado, e o avanço da urbanização, de outro, ambos adentrando a faixa de restinga.

No entanto, ações como essa não são passíveis de controvérsias, desde o ponto de vista científico aos argumentos de diferentes atores envolvidos na produção do espaço nessas regiões. No caso, o Ministério Público, após recomendações administrativas datadas desde o ano de 2020, pediu a suspensão urgente da obra em uma Ação Civil Pública, justificada “para evitar o advento de danos ambientais e sociais irreparáveis ou de difícil reparação” (MPPR, 2020; 2022).

A contestação da obra dá-se também em estudos realizados por pesquisadores da UFPR, que demonstram que haverá impactos na macro e microfauna que residem no fundo do mar, uma vez que é retirada areia deste ambiente para realizar a engorda da praia (UFPR, 2020). Por sua vez, Grimm (2022) considera que existem lacunas nesses estudos e, do ponto de vista do turismo, a engorda das praias é positiva pois ela vem a possibilitar a atividade turística e de lazer. Por fim, a Justiça⁴⁴ negou o pedido de suspensão da obra, entendendo que os estudos existentes relacionados aos custos e benefícios (IAT, 2021) do projeto apontam para mais resultados positivos do que negativos.

Interessante destacar também que alguns dos problemas existentes e aqui mencionados, como a poluição das águas e o sombreamento das praias em virtude de grandes edificações erguidas na proximidade destas, tornam-se foco de maior discussão e chamam a atenção da comunidade no período verão, quando a situação se agrava. Isso se dá devido ao caráter sazonal dessa ocupação do litoral, em que pese haver uma crescente quantidade de moradores fixos que se fazem presentes o ano todo.

Ao analisar esse histórico da produção socioespacial a partir dos estudos de Pierri (2003; 2006), Sampaio (2006), Polidoro e Deschamps (2013), Minari (2016), Gonçalves (2016), Abrahão e Tomazzini (2017), Mafra (2018), Cunha (2018), Corbari (2020), Denkewicz (2020), percebe-se que o setor imobiliário determinou, organizou e moldou o turismo no litoral do Paraná.

⁴⁴ Cabe aqui uma reflexão sobre o papel do Judiciário no que diz respeito a danos ambientais. O princípio constitucional da precaução pode ser utilizado para permitir ou impedir atividades ou empreendimentos cujos danos ambientais não são comprovados (WEDY, 2020). O princípio da precaução é adotado em situações nas quais os riscos ou impactos são desconhecidos, e poderia ter sido utilizado no caso citado, a respeito da engorda da praia de Matinhos.

Abrahão e Tomazzoni (2017), ao analisar o uso e ocupação do solo no litoral paranaense, identificaram conflitos territoriais importantes, envolvendo o turismo e segundas residências, mais especificamente em Matinhos.

Os planejadores do turismo [...] atuaram perifericamente no que diz respeito à construção desse território [...] O desenvolvimento do turismo se apresentou, em grande medida, como um elemento de retórica, eventualmente mencionado sob o véu dos interesses imobiliários, defendidos pelas municipalidades como alternativa vital para o desenvolvimento da cidade (ABRAHÃO; TOMAZZONI, 2017, p. 159).

Contudo, o setor imobiliário não é o único a moldar o turismo no litoral do Paraná. Outros atores produzem atividades que compõem o turismo nessa região. Considerando a importância da conservação da biodiversidade, ONGs ambientalistas incentivam e promovem a atividade turística como estratégia para o desenvolvimento imbricado à conservação. Por exemplo, a cooperativa de TBC Cooperaguará, fundada em 2006, foi estruturada e financiada por ONGs com o apoio do poder público, com o objetivo de desenvolver o turismo no município de Guaraqueçaba (VALENTE, 2016).

Porém, em uma perspectiva da Ecologia Política, não há comparação entre as iniciativas comunitárias (TBC) com aquelas que detêm capital (como as imobiliárias). O controle da terra, dos recursos naturais e do trabalho encontra-se naquelas que detêm o capital, portanto, o poder.

Outra iniciativa imbricada aos interesses da conservação, esta mais recente, tem como um de seus objetivos promover o desenvolvimento da região por meio do turismo. Trata-se da Grande Reserva Mata Atlântica, um trabalho em rede e articulado entre diversas instituições que atuam no litoral, especialmente ONGs, tendo como principal intenção a conservação da natureza. A Grande Reserva Mata Atlântica considera que a vocação do território é a conservação em função da sua biodiversidade e cultura regional (GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA, 2022).

Afinam-se à perspectiva do turismo como vetor de desenvolvimento do litoral, algumas proposições como a de Santos *et al.* (2018, p. 85) que, considerando seus estudos sobre a estrutura econômica do litoral paranaense, opinam que o foco das políticas públicas deve estar sobre a atividade turística,

de modo a “aproveitar o potencial para alavancar o crescimento econômico e do desenvolvimento do litoral”.

Em se tratando de políticas públicas para o turismo, a ênfase ao turismo como atividade econômica adequada ao litoral do Paraná se mantém e justifica sua importância como vetor de desenvolvimento.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E O LITORAL DO PARANÁ

No âmbito do poder público, a busca pela diversificação das atividades econômicas por meio do turismo pode ser observada em diferentes regiões do Brasil a partir do Programa de Regionalização do Turismo, implementado em 2004, no qual são desenvolvidas políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável (MTUR, 2020a).

O Programa utiliza a segmentação do turismo como estratégia para organização e estruturação de produtos, roteiros e destinos turísticos. A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. “Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características da demanda” (MTUR, 2007, p. 128).

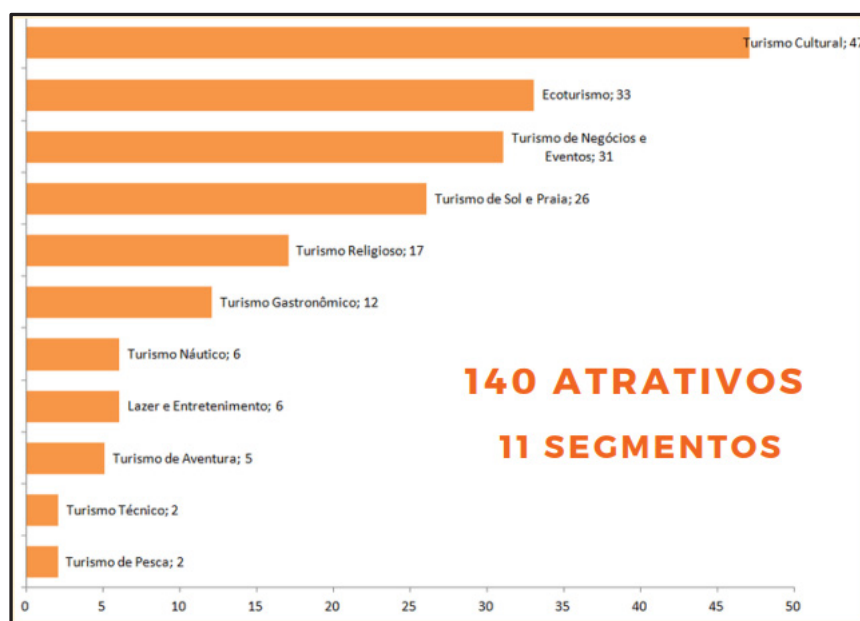
A partir da pesquisa realizada para esta tese, observou-se que o turismo no Litoral do Paraná é promovido e divulgado principalmente a partir de aspectos que se referem a aspectos culturais e geográficos da região (PARANÁ, 2020; PARANÁ TURISMO, 2022; VIAJE PARANÁ, 2022). Essa é uma característica inerente ao Programa de Regionalização do Turismo que, conforme explicado, organiza a divisão das regiões de acordo com o perfil cultural e geográfico das regiões.

A Paraná Turismo (2022) também organiza a oferta turística no estado de acordo com a segmentação por tipo de turismo, e a apresenta de maneira quantitativa a partir do número de atrativos inventariados e aptos para uso em cada segmento. São 11 segmentos do turismo privilegiados nesta região turística, e divulgados pelos órgãos oficiais⁴⁵ como atrativos: Turismo Cultural;

⁴⁵ A promoção turística da região, conta com patrocínio direto das três esferas do poder público, no contexto específico da Política de Regionalização do Turismo empreendido pelo Governo

Ecoturismo; Turismo de Negócios e Eventos; Turismo de Sol e Praia; Turismo Religioso; Turismo Gastronômico; Turismo Náutico; Turismo de Lazer e Entretenimento; Turismo de Aventura; Turismo Técnico; e Turismo de Pesca, nessa ordem (PARANÁ TURISMO, 2022). A Figura 10 a seguir ilustra essa informação, quantitativamente.

FIGURA 10 – OFERTA TURÍSTICA POR SEGMENTO



FONTE: Paraná Turismo, 2022.

A Figura 10 apresenta os segmentos do turismo mais representativos, que foram definidos “[...] a partir das características da oferta, bem como de identidade existentes no território, características, atividades, práticas, tradições, serviços e infraestrutura comuns” (PARANÁ TURISMO, 2022, p. 31). Observa-se que o turismo cultural, o ecoturismo, o turismo de negócios e eventos e o turismo de sol e praia são os que apresentam o maior número de atrativos.

Porém, embora figurem quantitativamente um número maior de atrativos nos segmentos cultural e ecoturismo, a realidade empírica e estudos precedentes (CORBARI, 2020) demonstram que a grande maioria das pessoas que viajam para o litoral enquadram-se no segmento sol e praia. De acordo com o PDS Litoral (PARANÁ, 2019a), ainda há potencial para o crescimento de outros segmentos do turismo no litoral do estado, dada a beleza cênica e recursos

Federal, e a partir de classificação realizada no Mapa do Turismo Brasileiro, do Ministério do Turismo (MTUR, 2020a).

naturais e culturais existentes neste ambiente; além da importância de se pensar a diversificação do turismo como alternativa para mitigar a sazonalidade e dinamizar a economia.

Ao apresentar a região turística como um todo, a Paraná Turismo destaca a natureza preservada da região Serra do Mar e Mata Atlântica como um ambiente propício para o turismo náutico, o ecoturismo e o turismo de aventura. Antonina, Morretes, Guaraqueçaba e Paranaguá são apresentados com atrativos do ponto de vista histórico e cultural. Os municípios de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba são enfatizados no segmento sol e praia, assim como a Ilha do Mel (Paranaguá) e a Ilha de Superagui (Guaraqueçaba). O turismo gastronômico é bastante citado, com o barreado e a cachaça, em Morretes, e a bala de banana, em Antonina, além de outras iguarias como ostras, tainha, caranguejo, siri e a farinha de mandioca. Os segmentos de turismo religioso e turismo de eventos também estão presentes (PARANÁ TURISMO, 2022).

Considera-se a Paraná Turismo uma fonte de dados relevante no que diz respeito ao turismo no estado, sendo ela a responsável pela divulgação turística oficial do Paraná (PARANÁ TURISMO, 2022). Toda a estratégia de marketing, divulgação e promoção turística ocorre tendo como base a concepção da região turística, e o planejamento do turismo no estado dá-se por meio do Masterplan Paraná Turístico, e em conformidade com o Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007; 2020a; CEPATUR, 2016; PARANÁ TURISMO, 2022).

A Grande Reserva Mata Atlântica propõe experiências, em paralelo aos roteiros propostos pelo estado no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo. Essas experiências diferenciam-se dos roteiros turísticos convencionais, e incluem vivência caiçara e banho de floresta na Reserva de Salto Morato, yoga na cachoeira, montanhismo, cicloturismo, e outras atividades (GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA, 2022).

E existem também, embora sem a força da promoção turística empreendida pelas parcerias entre poder público e privado, as redes de TBC organizadas no litoral do Paraná, que se aproximam da proposta de turismo sustentável. Esse modelo alternativo de turismo pode ser considerado sustentável pois prioriza os modos de vida tradicionais, a preservação da biodiversidade e oportunidade de trabalho e renda alternativas para pequenas comunidades (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012; DENKEWICZ, 2020), cujo

desenvolvimento está associado a valores humanos e culturais, além dos econômicos.

No decorrer da pesquisa, observou-se que a divulgação oficial do turismo no litoral do Paraná não destaca o turismo de base comunitária⁴⁶. Infere-se que isso se dá porque o TBC configura-se em experiências menos padronizadas e menos massificadas, consistindo em um turismo mais seletivo e limitado. Não produz, portanto, os ‘números’ que definem as políticas públicas para o turismo no Brasil, no Paraná, e no litoral do estado. Desse modo, a invisibilização do TBC no litoral do Paraná pode ser intencional, uma vez que se trata de um movimento que vai de encontro aos interesses dos atores dominantes do trade turístico na região, como redes hoteleiras e outros voltados para os turistas de sol e praia.

4.3.1 O Programa de Regionalização do Turismo

Nesta tese, entende-se que a análise do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007) é relevante pelos motivos a seguir: i) aborda e conceitua o turismo sustentável; ii) aplica-se à região de estudo Litoral do Paraná; iii) é uma política pública permanente; iv) propõe indicadores de sustentabilidade; e v) é utilizado como estratégia de planejamento para o turismo nacional.

Conforme apresentado, o Programa de Regionalização do Turismo é um dos principais elementos de planejamento e execução das políticas do turismo no Brasil, sendo referência para todas as ações e investimentos do Ministério do Turismo em nível municipal, estadual e federal.

Ocorre que, em alguns aspectos, ele não se aplica à realidade do litoral do Paraná, que aqui se estuda. Um dos aspectos é o próprio conceito de regionalização presente no Programa, que tem viés economicista e não enfatiza especificidades locais. O litoral do Paraná, conforme já apresentado, é composto por sete municípios com características heterogêneas não apenas em seus

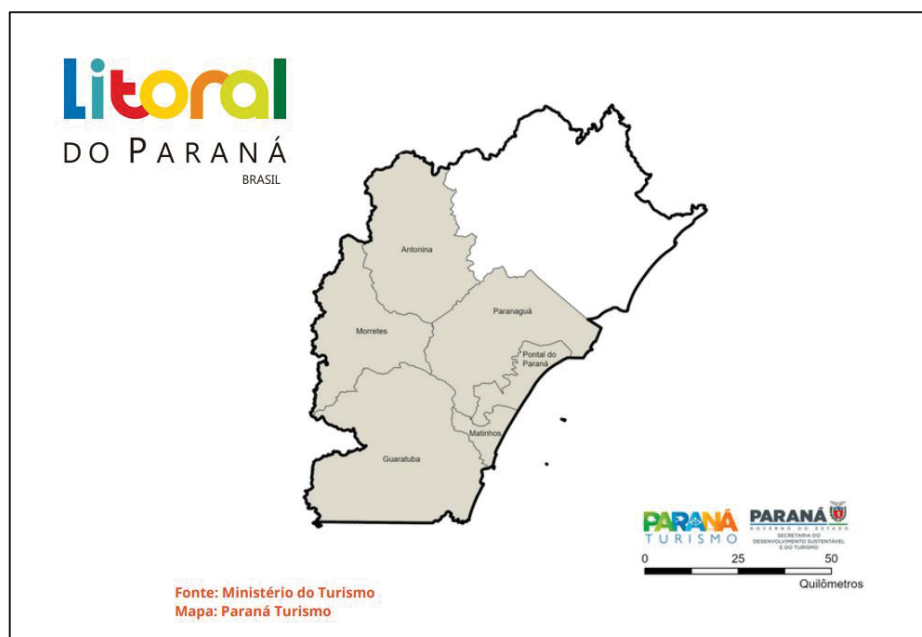
⁴⁶ No mês de junho de 2022 realizou-se um levantamento online a respeito da divulgação turística oficial do Litoral do Paraná. Esse levantamento foi realizado nos portais da Paraná Turismo <<https://www.paranaturismo.pr.gov.br/>> e Viaje Paraná <<https://www.viajeparana.com/>>, observando que tipo de turismo tem sido promovido por estes, que representam as políticas públicas que incidem no litoral do Paraná. Embora sejam divulgados alguns atrativos existentes em comunidades que se organizam de acordo com o TBC, a divulgação turística oficial não aborda, expressamente, a existência dessa prática de turismo no Litoral do Paraná.

aspectos econômicos, sociais, culturais, mas também nas características de desenvolvimento e segmentação do turismo em si.

Outro aspecto presente na concepção do Programa é a existência de um destino indutor em cada região turística. Considera-se como destino indutor aquele que apresenta uma infraestrutura mais consolidada, sendo a partir dele que se impulsiona a região turística (MTUR, 2020a). Porém, essa concepção não se aplica à realidade dos fluxos turísticos do litoral do Paraná. Não há um destino indutor que promova a visitação em atrativos da região como um todo. O que se observa são movimentos pendulares a partir do interior ou da capital do estado, Curitiba, sendo ela o grande destino indutor e emissor do estado.

Para definir e organizar as regiões turísticas de forma estratégica, o Ministério do Turismo (MTUR, 2020c), utiliza o Mapa do Turismo Brasileiro. Se observada a Figura 11, a seguir, o município de Guaraqueçaba, em branco, é único do litoral que não faz parte, em 2022⁴⁷, da região turística em estudo.

FIGURA 11 – REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ



FONTE: Paraná Turismo, 2022.

⁴⁷ Guaraqueçaba compôs a região turística Litoral do Paraná até o ano de 2022, e permanece sendo apresentada nos materiais de divulgação turística do Litoral do Paraná. Conforme a Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021, a atualização do Mapa (inclusão de municípios, criação de novas regiões turísticas e alteração de composição de região turística já existente) pode ocorrer a qualquer tempo (MTUR, 2021d), havendo assim a possibilidade de reinserção de Guaraqueçaba no Mapa do Turismo Brasileiro.

Ocorre que, para fazer parte da região turística é necessário cumprir algumas determinações impostas pelo Programa, assim fazendo parte do Mapa do Turismo Brasileiro. O Mapa do Turismo Brasileiro é uma ferramenta estratégica do Programa que auxilia no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo, e define o recorte territorial que deve ser trabalhado prioritariamente pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2020b). Os municípios constantes no Mapa do Turismo Brasileiro podem pleitear recursos federais para apoio a eventos geradores de fluxo turístico; recursos de infraestrutura, como construção de estradas e rodovias de interesse turístico, orlas e terminais fluviais, lacustres ou marítimos; reforma de terminais rodoviários intermunicipais e interestaduais, de aeroportos, ferrovias e estações férreas de interesse turístico; sinalização turística, entre outros (MTUR, 2017).

Para que um município conste no Mapa, são utilizados critérios relacionados à estruturação e à promoção turística, como a existência de órgão oficial de turismo e um conselho municipal de turismo em funcionamento⁴⁸; orçamento próprio destinado ao turismo local; pelo menos um prestador de serviço turístico com cadastro obrigatório (Cadastur); entre outros requisitos (MTUR, 2018c). Cumpridos os critérios, a classificação e o desempenho turístico são definidos a partir do número de estabelecimentos e empregos no setor de hospedagem; estimativa de turistas nacionais e internacionais; e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem (MTUR, 2019).

Em se tratando de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo de modo mais específico no estado do Paraná, a instituição responsável por organizar e desenvolver o turismo de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo é a Sedest (PARANÁ, 2020a), já apresentada no Capítulo II. É válido acrescentar que a Sedest é a Unidade Gestora do Programa de Parcerias do Paraná (PAR), que tem por finalidade a implementação de parcerias público-privadas; e preside o Conselho do Programa de Parcerias do Paraná (CPAR), que tem por finalidade a inclusão, análise e aprovação de projetos de parceria público-privada, bem como o acompanhamento e execução dos contratos (PARANÁ, 2019d; 2019e). Destaca-se, nesse sentido, o interesse e trabalho da Secretaria voltado a viabilizar, também, os investimentos privados no turismo.

⁴⁸ Destaca-se que, no Litoral do Paraná todos os Conselhos Municipais de Turismo estão ativos (em 2022), incluindo em Guaraqueçaba.

4.3.2 O Masterplan Paraná Turístico 2026

Conforme explicado no Capítulo II, a Paraná Turismo é uma autarquia vinculada à Sedest, responsável por executar as políticas públicas estaduais de turismo; e a Adetur Litoral é uma entidade privada sem fins lucrativos que representa a oferta turística e os prestadores de serviços turísticos do litoral (associados).

A Sedest, a Paraná Turismo e a Adetur Litoral, seguindo o direcionamento e diretrizes estabelecidos pela Política Estadual de Turismo (PARANÁ, 2008), e buscando estruturar o planejamento do turismo no estado do Paraná, por intermédio do Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR⁴⁹) formularam, no ano de 2015, um Masterplan⁵⁰ denominado ‘Paraná Turístico 2026: pacto para um destino inteligente’, lançado em 2017.

No que diz respeito à relação entre sustentabilidade e turismo, o tema do Masterplan ‘destino turístico inteligente’ a aborda de forma intrínseca pois, segundo o MTur (2018a, p. 12), um destino turístico inteligente é

Espaço turístico inovador, acessível a todos, consolidado sobre uma infraestrutura tecnológica de vanguarda que garante o desenvolvimento sustentável do território, que facilita a interação e integração do visitante com o entorno e incrementa a qualidade da sua experiência no destino e a qualidade de vida dos residentes.

São características dos destinos turísticos inteligentes: espaço turístico inovador, tecnologia de ponta, valorização do capital humano, foco no desenvolvimento sustentável, gestão eficiente de recursos, garantia de competitividade ao setor e experiências de qualidade aos turistas, integração e interação (CEPATUR, 2016).

Em se tratando de destinos turísticos inteligentes, a tecnologia é a ferramenta que contribui para a captação, disseminação, geração, compartilhamento e acesso a dados e informações para gerir a cidade. Esses

⁴⁹ Órgão colegiado de assessoramento instituído por Lei (PARANÁ, 2019c), que integra a estrutura básica da Sedest e é diretamente vinculado a ela. Congrega representantes do governo do estado e instituições representativas do turismo em diferentes setores.

⁵⁰ Ferramenta de planejamento urbano em larga escala. É um conjunto organizado de decisões tomadas por uma pessoa ou um grupo de pessoas sobre como fazer algo no futuro (CAMBRIDGE DICTIONARY, 2022, tradução livre).

dados e informações estão relacionados a elementos como economia, mobilidade urbana, ambiente, cidadãos e qualidade de vida. É o caso de investimentos em tecnologia para acessibilidade e interatividade, como por exemplo, em meios de transporte mais eficientes, que podem vir a melhorar a qualidade de infraestrutura para residentes e turistas (FERNANDES; BERNIER, 2021).

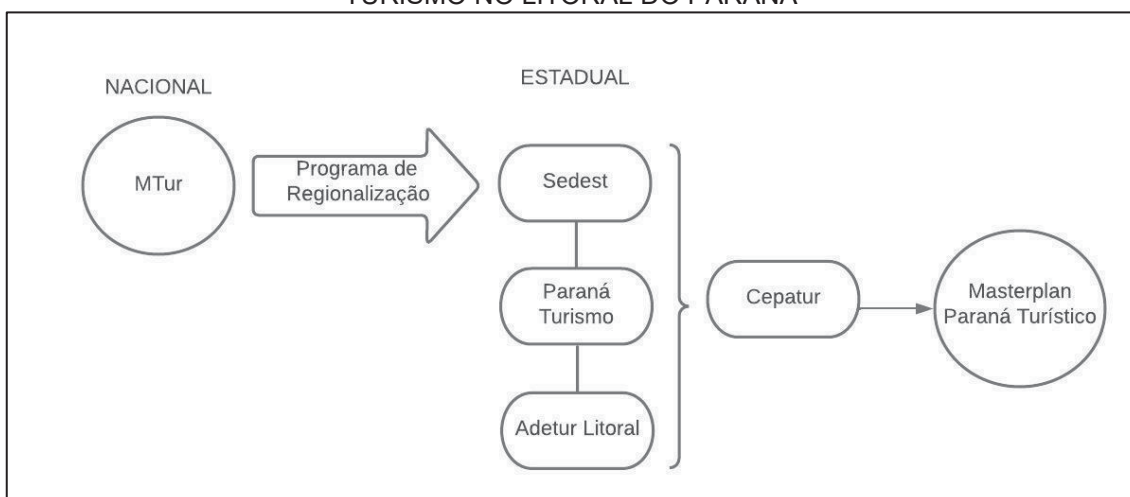
Esta nova forma de gerir e planejar a cidade deve estar baseada no desenvolvimento sustentável, com foco na inovação e nas vantagens competitivas, integrando objetivos que venham a proporcionar ao espaço urbano ganhos econômicos, sociais e ambientais, por meio do uso das novas tecnologias e do conhecimento, que ampliem a capacidade de gestão e a melhoria dos serviços urbanos com base nas demandas atuais e futuras, ampliando a capacidade de aprendizado e renovação (FERNANDES; BERNIER, 2021, p. 4).

A capital do Paraná, Curitiba, já é reconhecida como destino turístico inteligente. Este reconhecimento faz parte, além das ações de tecnologias visando inovação e destinos turísticos inteligentes implementadas pelo Masterplan (CEPATUR, 2016), de projeto piloto do MTur que chancela destinos turísticos inteligentes (MTUR, [s/d]). Esse município, juntamente com outros nove⁵¹ destinos do Brasil, se apresenta como um modelo a ser expandido para outros destinos.

A gestão e planejamento dos destinos turísticos inteligentes incluem a gestão participativa, um dos pilares do desenvolvimento sustentável e do turismo sustentável. Apesar disso, ao analisar o processo de construção e de gestão do Paraná Turístico 2026, foi difícil identificar a participação efetiva da comunidade local. O documento teve origem na iniciativa pública e privada, almejando o desenvolvimento do turismo no estado (CEPATUR, 2016).

⁵¹ Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC), Rio Branco (AC), Palmas (TO), Recife (PE), Salvador (BA), Brasília (DF), Campo Grande (MS) e Angra dos Reis (RJ).

FIGURA 12 – ORGANIZAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS QUE INCIDEM SOBRE O TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: A autora.

Fazem parte do Cepatur, 57 instituições, incluindo membros natos (Sedest e Paraná Turismo); 17 instituições governamentais⁵² e 20 não governamentais⁵³; representante da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Paraná; representantes dos municípios⁵⁴ categorizados como 'A' pelo MTUR; representantes das regiões turísticas do estado do Paraná⁵⁵; e representantes da comunidade, indicados pelo governador.

Cabe aqui destacar que são apenas dois os representantes da comunidade (assim denominados pelo Cepatur) que fazem parte do referido Conselho: a Serra Verde Express e o Restaurante Velho Madalosso, ambas grandes empresas sediadas na capital paranaense. Outras empresas estão representadas pelas entidades de classe. Considere-se que o turismo tem 97%⁵⁶ de seu mercado composto por pequenos empreendimentos comunitários e familiares, o que não é o caso das empresas citadas. Ainda, não é possível dizer que as duas empresas mencionadas realmente representam o conjunto de empreendedores do turismo.

⁵² IAT, APD, IPARDES, SANEPAR, TECPAR, TV Paraná Turismo, UFPR, UEPG, UNIOESTE, ITAIPU Binacional, Superintendência do Esporte, IDR-IAPAR-EMATER, Paraná Projetos, Fomento Paraná, BRDE, Secretaria de Planejamento e Projetos Estruturantes, Superintendência da Cultura.

⁵³ ABAV/PR, ABEOC/PR, ABGTUR, ABIH, ABRAJET, ABRASEL, ACP/PR, AMP, COOPTUR, FACIAP, Fecomercio/PR, FEDART, FEPASC, SEBRAE/PR, SEHA, SENAC/PR, SESC, SINDGTUR/PR, SINDETUR, SINFRETIBA.

⁵⁴ Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Ponta Grossa.

⁵⁵ Cada região turística tem a sua representação. No caso do Litoral do Paraná, é a Adetur Litoral.

⁵⁶ Dados de 2019, apresentados durante o Fórum Paraná Turístico 2026, realizado em abril de 2022.

Observa-se que o Cepatur, que formulou e realiza a gestão do Masterplan, é composto, em sua maioria, por representantes da esfera político-econômica, não havendo uma simetria entre as representações que o constitui. De todo modo, o planejamento do Masterplan, segundo o próprio documento (CEPATUR, 2016), deu-se por meio de processo entendido como sendo de construção participativa. Fazem parte da gestão do Masterplan: a academia, representada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); o poder público, representado pela Paraná Turismo e pela Sedest; e a iniciativa privada, representada pelo Sebrae e pela Fecomércio (CEPATUR, 2016; PARANÁ TURISMO, 2019; 2022).

Não se observam representantes de povos e comunidades tradicionais, agentes em situação de vulnerabilidade, ou agentes do TBC, por exemplo. Apesar da já discutida importância da participação social para a validação dos indicadores (OMT, 2005; HANAI, 2009; LINARES, GARCÍA, RODRIGUES, 2019; MARZO-NAVARRO, PEDRAJA-IGLESIAS, VINZÓN, 2020; ÓLAFSDÓTTIR, 2021) destaca-se que, na realidade e contexto do litoral do Paraná, esses segmentos da sociedade estão sendo invisibilizados na gestão do turismo de forma flagrante e intencional.

A metodologia de trabalho do Masterplan incluiu a realização de oficinas participativas, que seguiam os três eixos estratégicos estabelecidos no Masterplan (Governança e Sustentabilidade; Qualidade e Competitividade; Marketing e Inovação). Essas oficinas tinham o objetivo de envolver no planejamento do turismo os seguintes atores sociais, que participam ou representam o turismo: i) representantes de cada uma das regiões turísticas do estado; ii) pesquisadores e especialistas em turismo no Paraná; iii) órgãos públicos estaduais afins a área de turismo; iv) representantes das Federações e Sistema S; v) operadores de turismo da Braztoa⁵⁷; e vi) instituições representativas das atividades turísticas do setor (agenciamento, hospedagem, eventos, transporte, alimentação, guias de turismo e jornalistas (CEPATUR, 2016).

Foram registrados 439 participantes, em 18 oficinas realizadas no período entre março e agosto de 2016 (CEPATUR, 2016). Conforme descrito nos passos metodológicos deste Capítulo, ocorreu a observação participante na oficina com

⁵⁷ Com sede em São Paulo, a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa) representa a principal origem dos fluxos turísticos para o Paraná.

pesquisadores e especialistas em turismo no Paraná, que correspondia à Fase 2 de planejamento e análise situacional do Plano.

Observou-se, no decorrer do evento, um enfoque participativo no qual foi enfatizado o intercâmbio de experiências e conhecimentos a partir de ferramentas de visualização, problematização, sessões plenárias e documentação, com o apoio de um facilitador encarregado de garantir objetividade e foco para o grupo. Compunham este grupo 25 docentes e pesquisadores, sendo que 22 eram residentes em Curitiba.

Na ocasião dessa oficina, o grupo se comprometeu a: realizar um evento para discutir o plano; realizar discussões com os alunos para levantamento de propostas; estar comprometidos com os princípios da sustentabilidade; participar efetivamente do Masterplan; incentivar a iniciativa privada; produzir conhecimento na forma de pesquisas; e incentivar o uso da página do plano.

Sobre o processo de construção e implantação do Masterplan, cabe lembrar que o planejamento do turismo no Brasil, e por sua vez no Paraná está embasado em recomendações da OMT (1995; 2005) no que diz respeito à uma política focada no desenvolvimento regional, que ressalta o processo de planejamento participativo.

O planejamento participativo é destacado como fundamental para o turismo sustentável não apenas pelos autores da área, mas também em documentos como a Carta do Turismo Sustentável (OMT, 1995), a Lei Geral do Turismo (BRASIL, 2008), o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (MTUR, 2018b), e o Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007). Vale lembrar que, este último é um dos principais elementos de planejamento e execução das políticas do turismo no Brasil, sendo referência para todas as ações e investimentos do Ministério do Turismo em nível municipal, estadual e federal. Sobre o planejamento participativo, o Programa enfatiza que

Só um trabalho participativo poderá superar conflitos e problemas no decorrer do processo de planejamento e minimizar interferências negativas, geradas a partir de desigualdades e diferenças étnicas, sociais, culturais, históricas, ambientais e econômicas (MTUR, 2007, p. 19).

O planejamento participativo no turismo, sobretudo sustentável, deve garantir a participação da comunidade local nos processos de tomada de

decisão, conforme já abordado no Capítulo II. Irving, Azevedo e Lima (2018) discutem a participação social como premissa democrática para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, e observam que

A resistência ao processo participativo na dinâmica de planejamento de projetos turísticos parece ter sua explicação nas dinâmicas vigentes de exercício de poder, nas culturas institucionais rígidas e obsoletas para a dinâmica contemporânea e, também, na leitura de viés político-partidário simplista e convencional sobre o tem, para a qual “participação social” implica o risco de divisão de poder com relação às esferas de poder instituídas (IRVING; AZEVEDO; LIMA, 2018, p. 83).

É importante que a estruturação da atividade turística, na perspectiva da Ecologia Política, considere as dinâmicas locais e a autonomia, coletividade e protagonismo das comunidades afetadas pelo turismo (CORBARI; AZEVEDO; SAMPAIO, 2021), o que não foi observado no caso do litoral do Paraná.

Quando a comunidade aparece no Paraná Turístico 2026 (CEPATUR, 2016), não é como ator participativo no planejamento ou na gestão; mas sim devido ao seu potencial turístico a partir de elementos culturais e de identidade local, que são atrativos e merecedores de reconhecimento, ou como um ator a ser sensibilizado para o turismo. Nesses casos, entende-se a comunidade apenas como objeto de desenvolvimento, e não sujeito participativo desse processo.

Como exemplo no litoral do Paraná, o estudo de Denkewicz (2020) aponta fatores limitantes à participação social e paridade de participação nos processos de desenvolvimento do turismo na Ilha do Mel, envolvendo a negação de direitos territoriais, ausência de planejamento turístico sustentável e dificuldade na articulação política entre comunidades e demais atores da conservação e do turismo.

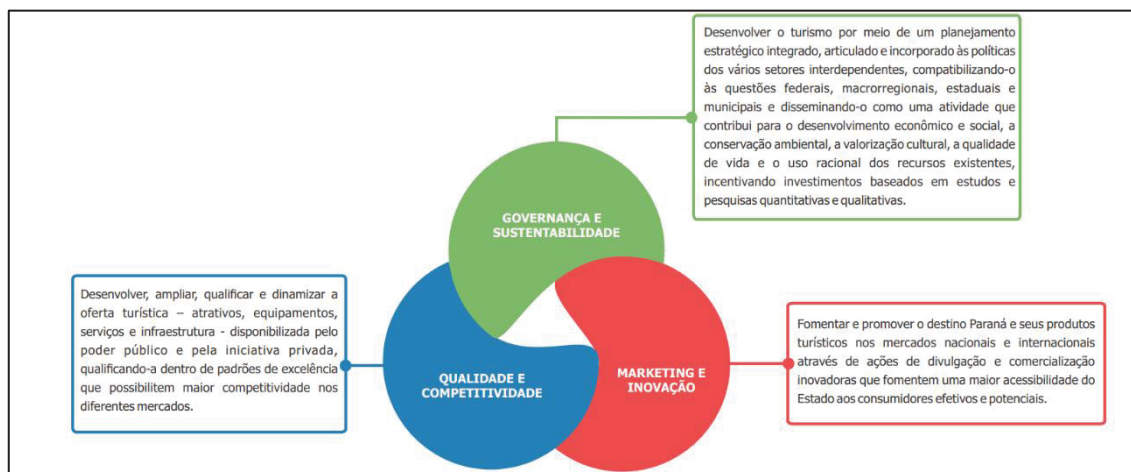
Feger *et al.* (2019) apresentam uma contribuição relevante no âmbito dos estudos sobre a importância que os atores sociais possuem na configuração do turismo no Litoral do Paraná, e o nível baixo de relação entre eles. A interação entre os envolvidos com a atividade turística é importante para a elaboração de estratégias de desenvolvimento do turismo.

Estes autores afirmam que há pouca interação esses atores, e o resultado de suas pesquisas apontou que, para o desenvolvimento do turismo nessa região, a participação da academia (especialmente a UFPR) e do Sebrae são relevantes. Chama a atenção, a partir da pesquisa de Feger *et al.* (2019) o fato

de que a Adetur, que deveria ser uma ponte entre os demais envolvidos com o turismo regional, apresenta pouca relevância do ponto de vista dos demais atores.

Ainda sobre o processo de construção do documento (CEPATUR, 2016) este incluiu um diagnóstico, a partir de análises documentais e com base na Política Estadual de Turismo (PARANÁ, 2008). Foram identificadas e estabelecidas três temáticas, ou eixos estruturantes, para desenvolver os macroprogramas, projetos e ações que compõem o Masterplan: i) Governança e Sustentabilidade; ii) Qualidade e competitividade; e iii) Marketing e Inovação, conforme ilustrado na Figura 13.

FIGURA 13 – EIXOS ESTRATÉGICOS DE ATUAÇÃO DO MASTERPLAN PARANÁ TURÍSTICO 2026



FONTE: Cepatur, 2016.

Esses três eixos estratégicos de ação, de modo transversal e complementar, devem orientar o desenvolvimento do turismo no estado no período 2016-2026. É a partir deles que se realizam as análises da situação atual das regiões turísticas, que permitem identificar as ações prioritárias para o desenvolvimento regional e turístico (CEPATUR, 2016; PARANÁ TURISMO, 2019; 2022).

Segundo a Paraná Turismo⁵⁸, o foco do Masterplan no momento (ano de 2022) está no eixo Marketing e Comunicação. De modo mais específico, estão sendo priorizadas ações de melhoria nas ferramentas de comunicação do plano,

⁵⁸ Fórum Paraná Turístico 2026, realizado em abril de 2022.

atualização do site, modernização das ferramentas de monitoramento dos indicadores do Masterplan, além de cumprir com o desafio de aplicação do plano na realidade. Não há como desconsiderar o fato de que cerca de seis anos já se passaram desde a criação do Masterplan, mas o foco prioritário ainda se encontra em ações primárias de implantação e execução do próprio plano.

De maneira paralela aos eixos estratégicos, foram definidos como temas do Paraná Turístico 2026 a natureza, a cultura e a economia (CEPATUR, 2016). São temas que se aproximam às dimensões ecológica, sociocultural e econômica da sustentabilidade. Vinculados aos eixos estratégicos, foram estabelecidos sete macroprogramas (CEPATUR, 2016), conforme o Quadro 15:

QUADRO 15 – MACROPROGRAMAS PARANÁ TURÍSTICO 2026

MACROPROGRAMAS DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA		
MACROPROGRAMA	EIXOS ESTRATÉGICOS	LINHAS DE ATUAÇÃO
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE QUALIDADE E COMPETITIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Articular parcerias público-privadas de forma a disponibilizar, de forma crescente, uma infraestrutura tecnológica de vanguarda, com permanente compartilhamento de informações; Instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento do Turismo; Incentivar o desenvolvimento e uso adequado dos instrumentos de planejamento (planos, programas e projetos); Integração internacional, inter-regional, intersetorial e interempresarial.
INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE DA OFERTA TURÍSTICA	QUALIDADE E COMPETITIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Integrar visitantes e visitados através da cultura da hospitalidade; Maximizar a qualidade das experiências dos visitantes; Contar com atrativos, infraestruturas, equipamentos e serviços de excelência, ressaltando os elementos de diferenciação; Diversificar a oferta de forma estratégica.
MARKETING E VENDAS	MARKETING E INOVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer um processo qualificado de marketing digital para o destino Paraná; Desenvolver ações de marketing inovadoras, integradas e interativas, contando com o apoio das tecnologias da informação e comunicação na conformação de produtos e serviços; Realizar a promoção e comercialização considerando estrategicamente os produtos mais competitivos para os segmentos mais atrativos.
INTELIGÊNCIA TURÍSTICA	GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE MARKETING E INOVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Contar com um sistema de inteligência que permita compreender de forma aprofundada a demanda em todas as fases do consumo; Conhecer os impactos da atividade turística no destino; Fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para este monitoramento e exploração de dados; Gerar conhecimento através de um sistema de informações permanentemente compartilhado; Facilitar a gestão pública e privada na tomada de decisões de forma estratégica, no intuito de gerir os recursos de forma eficiente.
DESTINO TURÍSTICO INTELIGENTE	GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE QUALIDADE E COMPETITIVIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Realizar avaliações periódicas com base em indicadores que permitam facilitar as decisões públicas e privadas implementando para a gestão turística de Curitiba o paradigma de Destino Turístico Inteligente; Desenvolver programas, projetos e ações com base em indicadores de gestão com o objetivo de melhorar a governança, a sustentabilidade, a conectividade/sensorização, a inteligência e a informação turística, tendo a inovação como tema transversal na apresentação de soluções práticas.
MARCOS REGULATÓRIOS	GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Contar com marcos regulatórios para a atividade turística, considerando os aspectos relacionados à sua gestão, sustentabilidade, qualidade, comercialização; Estimular o desenvolvimento da atividade de forma ética e responsável.
QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO LOCAL	GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Maximizar os impactos positivos da atividade turística na melhoria da qualidade de vida da população local; Implementar o turismo acessível, onde todos tenham o direito de fazer turismo; Converter o turismo como instrumento de inclusão social.

FONTE: Cepatur (2016, p. 105)

O contido no quadro confirma o que vem sendo sinalizado neste Capítulo sobre políticas públicas e turismo no litoral do Paraná: não há estímulos para as iniciativas e práticas de TBC.

Observa-se um predomínio de ações no eixo Governança e Sustentabilidade, que está presente em cinco, dos sete macroprogramas voltados para o desenvolvimento do turismo no estado do Paraná.

A operacionalização do Masterplan se dá a partir das regiões turísticas estabelecidas no Programa de Regionalização. Existe, portanto, uma intenção em reproduzir nas regiões uma proposta estadual (macro), tanto no modelo de planejamento quanto na composição do grupo que elabora e gere propostas, e compõe governanças. Nesses grupos, predominam entidades que representam interesses econômicos⁵⁹.

Essa não é uma característica exclusiva do Masterplan, nem da pasta turismo, pois observam-se outros programas no estado do Paraná que seguem um formato e metodologia semelhantes, uma vez que eles são elaborados e gerenciados pela Paraná Projetos. O Serviço Social Autônomo Paraná Projetos é pessoa jurídica de direito privado e interesse coletivo, sem fins lucrativos, criado por Lei, que tem a finalidade de promover, elaborar e gerenciar projetos no território paranaense (PARANÁ, 1998).

A metodologia de trabalho comum, utilizada inclusive para o PDS Litoral (PARANÁ, 2019a) consiste, por exemplo, na realização de oficinas com a sociedade organizada para a realização de diagnósticos e outras ações; na composição de governanças; na divisão do planejamento por eixos temáticos, cada eixo contemplando um conjunto de ações; entre outras características.

Ainda sobre a operacionalização do Paraná Turístico 2026, cada região turística tem seu próprio Plano Operacional, sob responsabilidade da instância de governança regional (que no Litoral do Paraná é a Adetur Litoral). O Plano Operacional deve atender a indicadores previstos no Masterplan, e “é o instrumento que contém aspectos essenciais a serem desenvolvidos [...] para atingir os objetivos, as metas e a visão do Masterplan, a partir da participação dos envolvidos nas Regiões” (PARANÁ TURISMO, 2022, p. 20).

Embora as reuniões de monitoramento e o acompanhamento dos indicadores de conjuntura do Plano sejam realizadas anualmente (exceto durante a pandemia de Covid-19), o documento em si é atualizado a cada dois anos, quando se apresentam novos Planos Operacionais. O Plano Operacional mais recente em âmbito regional, implementado na região turística Litoral do

⁵⁹ No Paraná existe um grupo composto por entidades do setor produtivo paranaense (Fecomercio, Faep, Fiep, Fecoopar, Faciap, Fetranspar e ACP), considerado como uma liderança que exerce influência no âmbito do governo, o chamado G7. A Fecomercio, por exemplo, tem representantes e participa de mais de 15 diferentes comissões de projetos de desenvolvimento do turismo no estado.

Paraná, é o que se refere ao período de 2022 a 2024⁶⁰, e ele inclui tendências para o turismo pós-pandemia no estado, como o Selo Turismo Sustentável (abordado no Capítulo II).

Houve um redirecionamento no planejamento do turismo durante a pandemia, no sentido de ampliar preocupações sanitárias, implementar protocolos de biossegurança, comunicação e segurança sanitária dos destinos turísticos.

O atual Plano visa

o desenvolvimento sustentável do turismo regional e serve como instrumento de apoio às instâncias de governança regional no processo de consolidação do turismo no contexto econômico e social do Estado bem como no desenvolvimento da sociedade paranaense (PARANÁ TURISMO, 2022, p. 3).

E a importância da sustentabilidade é reforçada no Plano, ao destacar as prioridades, responsabilidades e práticas turísticas dos consumidores, que passaram a “valorizar, ainda mais, os atributos de responsabilidade e sustentabilidade” (PARANÁ TURISMO, 2022, p. 8)

O Plano Operacional Litoral do Paraná 2022-2024 realiza oficinas como um processo participativo de acompanhamento, e afirma “ampla participação dos atores públicos e privados regionais” (PARANÁ TURISMO, 2022, p. 33). Porém, as oficinas que elaboraram o Plano Operacional para o Litoral do Paraná foram compostas apenas por equipes técnicas da Paraná Turismo, da Sedest, da UFPR, do Sebrae e da Fecomércio.

Questiona-se novamente se, de fato, há um equilíbrio de interesses dos diferentes atores da cadeia do turismo, a saber: poder público, iniciativa privada, terceiro setor e sociedade civil organizada.

Em não havendo uma paridade entre dominantes e dominados, a concentração de poder está estreitamente vinculada à exclusão social (IRVING; AZEVEDO; LIMA, 2018). No caso do Masterplan, por mais que a comunidade

⁶⁰ Anterior a este é o Plano Operacional 2017-2019 (PARANÁ TURISMO, 2018). Não há dados do interstício 2019-2022 pois, segundo informações da Paraná Turismo durante o Fórum Paraná Turístico 2026 realizado em abril de 2022, a pandemia de Covid-19 atrasou e paralisou o processo de monitoramento do Masterplan, que dependia da realização das oficinas. Embora tenha havido um atraso no Masterplan Paraná Turístico 2026, naquele período (especialmente os anos de 2020 e 2021), foram atualizados e reformulados os indicadores dos Planos Operacionais.

local possa estar representada por entidades como a Adetur Litoral ou empresas locais, por exemplo, é possível que estes não estejam abertos a debate com a comunidade, e que o interesse dos empresários e empresárias prevaleça sobre as necessidades da comunidade local de maneira geral.

Irving, Azevedo e Lima (2018) observam que, em projetos turísticos liderados pela iniciativa privada, a participação da comunidade só é considerada para atender a demandas específicas de mercado, se houver riscos aos próprios investimentos do setor, e para a salvaguarda jurídica.

Isso, de acordo com Ruschmann (1997), Beni (2003), Salvati (2005), Santos (2013), Irving, Azevedo e Lima (2018) além de documentos oficiais da ONU (2015a; 2015b; 2020; 2021), da OMT (1980; 1995; 1999; 2005; 2020; 2022) e do MTur (2007; 2016), assim como a própria Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2008), não configura a participação de fato em práticas de planejamento do turismo sustentável.

Os Planos Operacionais das regiões atendem aos macroprogramas do Masterplan, adaptados para aspectos regionais. Chamou a atenção, ao analisar a descrição dos macroprogramas no atual Plano Operacional Litoral do Paraná 2022-2024 (PARANÁ TURISMO, 2022), que há uma única ação visando o turismo sustentável e mencionando-o diretamente (Figura 14). Essa ação está no macroprograma de marketing e vendas e consiste em: aumentar o número de turistas, com a proposta de “mostrar os benefícios do turismo ambiental e sustentável” (PARANÁ TURISMO, 2022, p. 37) e divulgar o Litoral.

FIGURA 14 – MACROPROGRAMA MARKETING E VENDAS, MASTERPLAN PARANÁ TURÍSTICO 2026.

MACROPROGRAMA 3: MARKETING E VENDAS		
O Que fazer	Atividade / Projeto	Prazos/ Responsáveis
3.1 Aumentar o número de turistas	<ul style="list-style-type: none"> Mostrar os benefícios do turismo ambiental e sustentável Tornando o Litoral mais conhecido através da mídia 	<p>À definir</p> <p>À definir</p>

FONTE: Paraná Turismo, 2022.

No discurso ao fazer a apresentação e entrega do Plano 2022-2024, a Paraná Turismo⁶¹ vislumbrou, a partir de seus estudos de perfil de demanda, um cenário atual e futuro de visitantes mais exigentes com relação à sustentabilidade, e buscando o turismo de natureza.

Conforme já amplamente discutido, a sustentabilidade não tem a ver só com natureza ou aspectos ambientais, ela envolve diferentes dimensões. Porém, conforme apresentado nos Capítulos II e III, é observada uma ênfase na abordagem da dimensão ecológica da sustentabilidade em alguns discursos, incluindo na certificação (prêmios e selos) em sustentabilidade (SALVATI, 2005), e nos indicadores (internacionais e nacionais) de sustentabilidade para o turismo (FARIA, 2007; COSTA; SAWYER; NASCIMENTO, 2009; FALCÃO; GÓMEZ, 2012; KRISTJÁNSDÓTTIR; ÓLAFSDÓTTIR; RAGNARSDÓTTIR, 2017).

Essa ênfase na dimensão ecológica pode se tratar de uma interpretação incorreta ou falta de entendimento do conceito a partir, por exemplo, dos primeiros documentos que abordaram turismo e sustentabilidade (OMT, 1999); ou de uma distorção intencional, configurando assim uma utilização indevida do conceito (BENI, 2003b; KÖRÖSSY, 2008; MOWFORTH; MUNT, 2008; VIEGAS, 2009; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; ACSELRAD; BEZERRA, 2010; DOUGLAS, 2014). Neste Plano em específico, a sustentabilidade está sendo expressamente utilizada como uma ação de marketing.

O turismo sustentável está sendo relacionado ao objetivo de aumentar o número de turistas. Há que se considerar que o turismo no litoral do Paraná já apresenta impactos negativos devido ao turismo de massa. No âmbito da Ecologia Política, os estudos de Nepal e Saarinem (2016) apontam que em grande parte das comunidades onde o turismo se estabelece, ocorre uma degradação da biodiversidade.

Portanto, aliar o objetivo de aumentar o número de turistas com a sustentabilidade é um ponto bastante crítico e questionável, e parece ser unicamente uma estratégia de marketing. O turismo em destinos de sol e praia é considerado por Dias (2005) uma das formas de turismo mais conhecidas do que se configura o turismo de massas, embora destaque-se aqui que nem todo turismo no segmento sol e praia seja massivo.

⁶¹ Fórum Paraná Turístico 2026, realizado em abril de 2022.

Nos destinos de sol e praia, é comum que ocorra um expressivo aumento no número de turistas em determinado período de tempo, devido à sazonalidade característica desse segmento. Segundo Medeiros e Moraes (2013)

Cidades que têm no turismo a grande força de sua economia chegam a triplicar a sua população em épocas de alta temporada, indo bem além da sua capacidade de carga, aumentando [...] alguns problemas tais como a maior produção de lixo e a massificação de visitas e até depredação de alguns atrativos turísticos sejam eles naturais ou artificiais (MEDEIROS; MORAIS, 2013, p. 210).

A título de exemplo no litoral do Paraná, estimativas do Corpo de Bombeiros de Guaratuba, apontam que, naquele município, a população passa de 35.000 (população fixa) para 300.000 a 350.000 (população fixa somada à população flutuante) durante uma temporada⁶². Isso posto, chama-se atenção para a conseqüente expansão de infraestrutura, equipamentos e serviços para atender a essa demanda, e também para o fato de que a atividade turística massificada em ambientes costeiros pode acentuar problemas preexistentes. Sampaio e Zamignan (2012, p. 26) ressaltam que

[...] ao mesmo tempo em que o turismo pode ser considerado um importante instrumento de promoção social, transformador de economias e sociedades, quando mal planejado e estruturado, pode gerar impactos sócioambientais, econômicos e culturais irreversíveis.

Para Körössy (2008), o turismo de massas tem um enfoque estritamente econômico/numérico, sem contemplar as necessidades da comunidade local e acarretando em conseqüências negativas para o destino. “Isso porque é praticado em larga escala, sem limites ao crescimento, sem respeito às capacidades de suporte das destinações receptoras, com vistas essencialmente ao lucro” (KÖRÖSSY, 2008, p. 65). O turismo de massa é, portanto, inevitavelmente insustentável (OMT, 1980; RUSCHMANN, 1997; SWARBROOKE, 2000; RODRIGUES, 2002; ZAOUAL, 2008; CORIOLANO, 2009; IRVING *et al.*, 2015).

Isso não quer dizer que o turismo alternativo, apesar de ter sido criado como uma oposição ao turismo de massa seja, necessariamente, sustentável (MOWFORTH; MUNT, 2009). Retoma-se, nessa perspectiva, o discutido no

⁶² Informação concedida à autora pelo Comandante do 8º Grupamento de Bombeiros (8º GB), major Emmanuel Benghi Pinto, em 10 de janeiro de 2020.

Capítulo II: os destinos elitizados e ‘exclusivos’ também geram impactos. Portanto, não necessariamente é a massa (considerando-a aqui como o povo proletariado, a porção de pessoas que, por muito tempo, não tiveram condições econômicas para viajar) que gera impactos. Não cabe imputar ao turismo de massa – embora esse também não seja um modelo adequado – a responsabilidade pelos impactos, especialmente os ambientais.

Quando visto a partir da perspectiva da Ecologia Política, o turismo sustentável é considerado, por vezes, um turismo elitizado. Em geral, quem tem acesso aos produtos, recursos e práticas do turismo sustentável são pessoas em determinada posição social e com condições financeiras que lhes permite usufruir e consumir produtos turísticos individualizados, que supostamente as colocam em contato com a natureza preservada e beneficiam economicamente a comunidade local.

Douglas (2014) afirma que, no mundo todo, muitos locais imbuídos de significado social, político e histórico para povos tradicionais e comunidade local, estão se transformando em espaços e locais de lazer para elites internacionais e locais, tendo como aval para tanto o discurso de turismo sustentável. Cabe aqui lembrar que o turismo sustentável não é o contrário do turismo de massa, ou vice-versa. Observam-se situações no turismo em que a elite ocupa Áreas de Proteção Ambiental, por exemplo, demonstrando a insustentabilidade do turismo.

É o caso de Guaraqueçaba, onde encontra-se a RPPN Salto Morato e outras UCs. A RPPN Salto Morato é uma iniciativa privada pertencente à Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, criada em 1994 e aberta à visitação em 1996. A Reserva recebe um fluxo de visitantes, e é referência na preservação de biomas ameaçados no litoral do estado do Paraná (ICMBIO, 2022).

Porém, o município de Guaraqueçaba está abaixo da média no índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM⁶³), estando na 396ª posição no ranking estadual, com 399 municípios. Se observado o índice Gini, que diz respeito à concentração de renda, Guaraqueçaba é um dos municípios paranaenses que apresenta maior igualdade na distribuição de renda

⁶³ O IFDM considera as variáveis emprego e renda, saúde e educação, sendo que Guaraqueçaba apresenta o desempenho mais baixo no indicador emprego e renda.

(TEIXEIRA; ENDLICH, 2021). Com relação à renda, o município apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), e muito baixo no que diz respeito à educação.

Isso evidencia uma situação de injustiça socioambiental, uma vez que os seres humanos não são igualmente afetados pelo uso que a economia faz do ambiente natural: alguns se beneficiam mais, outros são mais onerados (MARTINEZ-ALIER, 2005).

Em se tratando de UC, o atual Plano Operacional Litoral do Paraná (PARANÁ TURISMO, 2022) menciona o turismo sustentável apenas duas vezes, somente quando aborda as UCs, no eixo governança e sustentabilidade, e apresenta uma listagem das UCs presentes na região e pertencentes ao Mapa do Turismo Brasileiro. As UCs são consideradas estratégicas para o desenvolvimento turístico do estado do Paraná devido a “expressividade destes bens em relação aos seus níveis de tombamento e títulos internacionais (Patrimônio Mundial, Reserva da Biosfera)” (CEPATUR, 2016, p. 49).

O Plano (PARANÁ TURISMO, 2022) considera que as UCs se constituem em espaços propícios para o desenvolvimento do turismo, e prevê em seus macroprogramas com prazo até o ano de 2024: articular a elaboração de plano de manejo para as UCs no Litoral; e promover a qualificação e conscientização de comunidades de UCs. Não fica claro que tipo de conscientização para a comunidade é pretendida pelo Plano, e preocupa o fato de este ser o único momento em que há menção às comunidades locais e tradicionais.

O Plano cita os seguintes atores e grupos de interesse envolvidos e com poder sobre o território das UCs:

Governança e Sustentabilidade são conceitos-chaves que envolvem um conjunto de mecanismos, processos, estruturas e instituições por meio dos quais os diversos grupos de interesses (público, privado e 3º setor) se articulam, negociam, exercem influência e poder em um determinado território. Trata-se, portanto, de uma distribuição de poder entre os atores, aliado à mecanismos de transparência e controle (mútuo) sobre decisões e ações relacionadas às necessidades e demandas comuns. [...] As análises são realizadas buscando identificar as instituições e atores que atuam no Turismo e de que forma elas podem trabalhar de forma partilhada e articulada. A análise dos dados nos permite monitorar as transformações da região e traçar estratégias sobre como o turismo pode contribuir para a sustentabilidade (PARANÁ TURISMO, 2022, p. 21).

Ao buscar outras ações visando a sustentabilidade no Plano Operacional do Litoral do Paraná, além do mencionado com relação às UCs, observa-se menção às mudanças climáticas, mas considerando apenas o quanto isso pode afetar o turismo:

A alteração dos padrões climáticos nos destinos turísticos pode afetar o conforto dos turistas e suas decisões de viagem. Com isso, a mudança na procura e nos fluxos turísticos terá impacto nos negócios e nos serviços das localidades turísticas como um todo (PARANÁ TURISMO, 2022, p. 15).

Entende-se que o turismo é afetado pelas mudanças climáticas, especialmente porque é uma atividade dependente do tempo meteorológico e do clima. Porém, não se pode ignorar o fato de que o turismo também contribui para as mudanças climáticas e para o aquecimento global por meio das emissões de gases de efeito estufa proveniente de suas atividades, especialmente as baseadas no consumo de massa (GRIMM, 2016). Existe, inclusive, um sistema de indicadores criado para o monitoramento dessa situação, a Pegada Ecológica, mencionada no Cap. III.

Schneider (2020) explica que as mudanças climáticas foram e continuam sendo causadas pelas emissões de gases de efeito estufa gerados pelas atividades humanas e processos industriais e globalizados que tiveram origem a partir da Revolução Industrial. E, segundo Lenzen *et al.* (2018), 8% das emissões globais de CO₂ advém da atividade turística, especialmente devido à aviação, transporte e consumo de bens e serviços (alimentação e hospedagem), emissões essas que irão aumentar até 2030, de acordo com cálculos de especialistas. Para Grimm (2022), as mudanças climáticas representam uma barreira crescente às contribuições que o turismo pode ter em relação ao alcance dos ODS.

O litoral, de maneira geral, apresenta riscos climáticos maiores devido à “alta exposição costeira, alta susceptibilidade a desastres naturais de origem meteorológica, alta sensibilidade sociodemográfica e baixa capacidade adaptativa da população” (SCHNEIDER, 2020, p. 345). Ao estudar as visões dos atores sociais no litoral do Paraná sobre essa temática, Schneider (2020) constatou, entre outras coisas, que faltam informações para que as pessoas compreendam os processos causais das mudanças climáticas.

Segundo Lanzen *et al.* (2018), Grimm (2016) e Schneider (2020), não existe um conjunto de medidas de mitigação únicas, mas nações e indivíduos devem assumir o compromisso de reduzir emissões e construir capacidades adaptativas para a população. No âmbito do turismo, todo o setor turístico deve adotar medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa associados a suas atividades, tornando-as mais sustentáveis (LANZEN, *et al.*, 2018).

Nesse sentido, e partindo das políticas públicas para o litoral do Paraná aqui apresentadas, discute-se agora aspectos da sustentabilidade presentes e ausentes nesses instrumentos.

4.3.3 O desenvolvimento sustentável do turismo no Litoral do Paraná

Körössy (2008) ressalta que muitos planos e programas de turismo elaborados pelo poder público e autodenominados sustentáveis são frágeis em sua aplicação, mesmo quando reconhecem e mencionam explicitamente a sustentabilidade econômica, ecológica e social. Isso acarreta uma confusão com relação aos conceitos de turismo sustentável e sustentabilidade do turismo, que se estende aos discursos.

Mesmo com os avanços nas abordagens envolvendo o debate em torno do desenvolvimento sustentável, ainda hoje percebe-se o turismo sendo relacionado essencialmente à sustentabilidade da atividade econômica que ele representa e como uma atividade capaz de proporcionar aos destinos importantes divisas, e contribuir para o seu desenvolvimento econômico (SCÓTOLO; PANOSSO NETTO, 2015).

Como sustentabilidade das práticas econômicas entende-se aqui o exposto por Rushmann (2001): a gestão dos recursos e investimentos (públicos ou privados) de modo a garantir a rentabilidade empresarial e eficácia econômica.

A título de exemplo, em evento *online*⁶⁴ sobre o tema ‘A governança no planejamento do turismo’, o posicionamento da Adetur Litoral a respeito do cenário pós-pandemia foi que “o cenário pós-pandemia no Destino Litoral vai ser

⁶⁴ Entrevista ao vivo realizada no perfil do Instagram @jeriva_da_serra em 04 de junho de 2020.

o litoral como o novo *shopping* dos curitibanos” (ASSIS⁶⁵, 2020). Assim como analisado por Corbari (2020), constata-se, nesse discurso, a alusão à ‘periferia do prazer’ (TURNER; ASH, 1991) que os balneários do litoral paranaense se tornaram para a classe média curitibana. Observa-se também a apresentação de um discurso contraditório à missão sustentável da Adetur Litoral, que como o próprio nome diz, é uma Agência de Desenvolvimento de Turismo Sustentável.

A Adetur Litoral tem o papel de cooperar por mútua colaboração com o Estado do Paraná, na execução das políticas públicas de desenvolvimento do setor turístico na região, com visão de **sustentabilidade**. Constitui-se em espaços de articulação de atores sociais e tem por objetivo a proposição, análise e monitoramento de políticas, planos e projetos na área do **turismo sustentável** (ADETUR LITORAL, 2021, [s/p], grifo nosso).

Em outro evento⁶⁶ realizado pela Sedest em junho de 2020 durante a Pandemia de Covid-19, enfatizou-se a necessidade de levar empreendedores para o litoral do Paraná. Na ocasião, foi abordada de forma evidente a relevância e os benefícios econômicos do turismo, mas pouco se falou sobre impactos ambientais ou sociais associados. O evento terminou com o moderador afirmando que “o desenvolvimento sustentável é possível, e a prova é essa *live* com poder público e iniciativa privada juntos” (ANDREGUETTO⁶⁷, 2020).

O fato de “levar empreendedores para o litoral do Paraná” por si só já pode pressupor uma exclusão da comunidade local no que diz respeito à oportunidade de geração de renda e benefícios econômicos a partir da atividade turística. Mas, mais do que isso, uma *live* com poder público e empresários não caracteriza uma prova de que o desenvolvimento sustentável é possível pois, em se tratando de planejamento e desenvolvimento sustentável, é fundamental a participação da comunidade e também do terceiro setor (RUSCHMANN, 1997; BENI, 2003; SANTOS, 2013).

⁶⁵ ASSIS, P. A governança no planejamento do turismo. IN: Semana Nacional do Meio Ambiente, Jervá da Serra. Live realizada no Instagram em 04 de junho de 2020.

⁶⁶ Evento online e ao vivo, que ocorreu durante a Semana Nacional do Meio Ambiente em 05 de junho de 2020, intitulado ‘Diálogos da Conservação’. Este evento foi transmitido pelo Facebook da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo.

⁶⁷ ANDREGUETTO, R. Diálogos da Conservação. IN: Semana Nacional do Meio Ambiente, Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. *Live* realizada no Facebook em 05 de junho de 2020.

Situação semelhante foi observada no evento⁶⁸ de entrega do Plano Operacional Regional 2022-2024, no qual a Paraná Turismo recomendou expressamente que as comunidades “olhem” o turismo como atividade econômica, para que entendam sua importância. Nesse caso, as recomendações para a comunidade foram direcionadas ao público do evento que, destacadamente, eram representantes da academia (UFPR); poder público (Paraná Turismo e Sedest); e representantes da Adetur e das regiões turísticas (empresários e empresárias). A relevância econômica e empresarial do turismo foi reforçada durante palestra⁶⁹ subsequente, proferida pelo ex-ministro do turismo, o qual afirmou que esta é uma atividade que envolve poder público e privado. Nota-se, nessa fala, que a comunidade local está sendo considerada apenas se estiver incluída no quesito público ou privado.

Ainda, na abertura solene do 4º Salão de Turismo dos Campos Gerais, ocorrido em agosto de 2022, a Paraná Turismo, na figura de seu diretor presidente se manifesta afirmando que a função da Paraná Turismo é mostrar para os empresários a importância de “entender o turismo como atividade econômica, e não de lazer” (SANTOS, 2022⁷⁰).

Esses exemplos demonstram que poder público e privado se movimentam num sentido de incentivar o turismo de massa, baseado em aspectos econômicos e visando o lucro. Isso leva a pensar que, a depender desses atores, o turismo sustentável não tem aplicação na prática. É o que Latouche (2007) questiona sobre a sustentabilidade ser, realmente, colocada em prática envolvendo eficiência econômica, justiça social e equilíbrio ambiental – ou se seria apenas uma utopia.

As políticas públicas aqui analisadas mencionam a importância do processo de cooperação e participação dos atores sociais, e apresentam-se como instrumentos de planejamento participativo. Porém, percebe-se que não há uma simetria, nem no processo de planejamento e nem nas governanças.

A análise das políticas públicas para o turismo que incidem no litoral do Paraná demonstra que, não raro, o controle do desenvolvimento do turismo tem se concentrado nas mãos de alguns poucos atores que têm acesso à riqueza e

⁶⁸ Fórum Paraná Turístico 2026, realizado em abril de 2022.

⁶⁹ BARRETO FILHO, L. Governança. In: Fórum Paraná Turístico 2026. Curitiba, abr. 2022.

⁷⁰ SANTO, I. C. In: 4º Salão de Turismo dos Campos Gerais. Ponta Grossa, ago. 2022.

à força política. Estes atores caracterizam-se por comporem uma elite da sociedade (sendo especialmente o poder público e privado), que têm protagonizado e determinado a forma de desenvolvimento do turismo no litoral do Paraná.

Os documentos oriundos de políticas públicas que foram consultados no decorrer de toda a pesquisa destacam a importância do turismo sustentável e da sustentabilidade. Porém, conforme apresentado nos Capítulos II e III, é preciso lembrar que a ideia de turismo sustentável é diferente conforme o ator social que analisa ou promove iniciativas e práticas sustentáveis (KÖRÖSSY, 2008; MOWFORTH; MUNT, 2009; HANAI, 2009; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; DOUGLAS, 2014; NIAVIS *et al.*, 2019; MITRICA *et al.*, 2021).

Em outras palavras, para os atores sociais que trabalham com as políticas públicas e a promoção do turismo sustentável, o turismo por eles apresentado é sustentável. Mas, ao desvelar esses discursos, percebe-se que aqueles que participam efetivamente da elaboração das políticas públicas têm um nível de poder e interesse que os coloca em vantagem, tanto na criação das políticas públicas quanto na tomada de decisões e direcionamento de recursos⁷¹.

No âmbito da Ecologia Política, Douglas (2014) afirma que é fundamental entender como os programas de turismo sustentável são elaborados, e como as pessoas que participam de tais programas compreendem a natureza e a sociedade. Guo, Jiang e Li (2019) ressaltam que diferentes atores têm visões diferentes no que diz respeito às políticas de turismo sustentável, e essas diferenças dificultam a implementação das políticas.

Mais do que isso, no que tange à linguagem da sustentabilidade no turismo, esta pode estar sendo utilizada pelos agentes dotados de poder (como as grandes corporações transnacionais, o Estado, os agentes do setor imobiliário, e outros que produzem e dominam o espaço para e pelo turismo) em seu proveito (MOWFORTH; MUNT, 2008; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; DOUGLAS, 2014; CORBARI, 2020).

⁷¹ Silva (2020) analisou como o desempenho da política de turismo no Brasil é afetado com a interferência de emendas parlamentares que envolvem o uso dos recursos do MTur, e concluiu que esses recursos têm sido direcionados para atender às demandas dos parlamentares, o que faz com que o orçamento do MTur não alcance os objetivos traçados. Como exemplo dessas demandas oriundas das intervenções parlamentares, encontra-se a urbanização e infraestrutura diversas, com destaque para praças públicas.

Pode-se dizer que, de maneira geral no Brasil, as diretrizes e políticas públicas para o turismo sustentável partem do poder público para serem aplicadas na base, pela sociedade. O desenvolvimento do turismo também ocorre a partir de investimentos privados, implementados por empresários. Em outras palavras, o Estado é o protagonista⁷², criador das políticas públicas direcionadas à atividade turística, que tem um perfil privado.

As discussões no âmbito da Ecologia Política apontam que ambos, poder público e privado, podem manipular e moldar o conceito de turismo sustentável utilizando-o para facilitar a aprovação de projetos; e até mesmo alterando uma paisagem em benefício do turismo a partir de sua própria concepção de natureza, sociedade e de sustentabilidade.

A percepção de sustentabilidade varia entre diferentes atores do turismo, uma vez que eles abordam o desenvolvimento turístico sob diferentes perspectivas (NIAVIS *et al.*, 2019). Segundo Gascón (2016), o turismo sustentável pode ser uma forma de enfrentar ou de encobrir os problemas e impactos não desejados do turismo nos ecossistemas e comunidades anfitriãs.

Para subsidiar tomadas de decisões no âmbito do planejamento do turismo sustentável, os indicadores de sustentabilidade são ferramentas estratégicas que contribuem para avaliar a sustentabilidade em determinados contextos. A seguir, será analisada a utilização dos indicadores de sustentabilidade nas políticas públicas do litoral do Paraná, particularmente no Programa de Regionalização do Turismo e no Masterplan Paraná Turístico 2026.

4.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ

Como abordado no Capítulo III, dentre os sistemas de indicadores que se destacam na literatura, estão o da OMT (2005) em âmbito internacional, e o SISDTur em âmbito nacional (HANAI, 2009), todos indicadores de sustentabilidade que representam avanços pelo turismo sustentável, ainda que com limitações.

⁷² Essa é, inclusive, uma imposição constitucional. Art. 180 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico (BRASIL, 1988).

Hanai (2009) e a OMT (2005) figuraram como os principais sistemas de indicadores de sustentabilidade para o turismo, porém as políticas públicas que estão sendo aplicadas no Litoral do Paraná nesse sentido não os utilizam. O que se pôde observar é que o turismo sustentável é citado nas políticas de desenvolvimento do litoral, e que o Programa de Regionalização do Turismo considera indicadores de sustentabilidade como “elementos que apoiam o monitoramento do turismo sustentável, tendo em vista todas as suas dimensões: ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional.” (MTUR, 2007, p. 67).

Embora o documento (MTUR, 2007) não apresente seu próprio conjunto ou sistema de indicadores de sustentabilidade para o turismo, ele explica e sugere alguns indicadores de turismo sustentável apresentados pela OMT (2005), dentro das dimensões citadas. Cabe apontar, nesse caso, uma omissão do documento em apontar um conjunto de indicadores que tenham conexão com a grande sociobiodiversidade brasileira. Portanto, não traduz uma concepção situada de turismo sustentável nacional.

Ainda, de acordo com o proposto pelo Programa de Regionalização do Turismo, o número de indicadores irá depender da região, produto ou empreendimento a ser avaliado ou monitorado, além do número de problemas ambientais existentes (MTUR, 2007).

Por sua vez, o Masterplan Paraná Turístico 2026, embora tenha a sustentabilidade definida como um de seus eixos estratégicos, e estabeleça como meta “realizar ações de fomento, qualificação e promoção do Turismo estadual dentro dos princípios da sustentabilidade: ambiental, social e econômica [...]” (PARANÁ TURISMO, 2022a, [não p.]), o conjunto de indicadores que orientam as ações de planejamento do turismo no estado não contempla as mesmas dimensões da sustentabilidade.

O Paraná Turístico 2026 (CEPATUR, 2016) não apresenta um conjunto específico de indicadores de sustentabilidade, mas sim 17 indicadores de acompanhamento da conjuntura do turismo no estado. Esses indicadores são estabelecidos levando em consideração “os efeitos das estratégias de atuação e das respectivas ações que delas derivam e que resultarão em incremento para a atividade turística no Paraná.” (CEPATUR, 2016, p. 107).

A seguir serão apresentados resultados referentes aos indicadores do Masterplan. Mesmo que não se tratem de indicadores de sustentabilidade,

especificamente, estes serão aqui analisados por tratarem-se de indicadores que estão sendo aplicados na região turística Litoral do Paraná, buscando analisar se os mesmos contribuem para o planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável.

Os indicadores do Masterplan seguem a lógica do Plano Nacional de Turismo (MTUR, 2018b), e estão divididos em: i) indicadores da economia do turismo; ii) indicadores de gestão; iii) indicadores de desempenho e qualidade da oferta turística; iv) indicadores de tecnologia e informação; e v) posicionamento do Paraná em rankings nacionais.

O primeiro conjunto de indicadores do Masterplan refere-se a indicadores da economia do turismo, conforme o Quadro 16.

QUADRO 16 – PARANÁ TURÍSTICO 2026: INDICADORES DA ECONOMIA DO TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ

INDICADOR	2015	2017	2020	OBS
Número de estabelecimentos formais no turismo	992	983	1.795 (28,96% em relação ao total)	Indicador socioeconômico
Número de empregos formais gerados pelo turismo	4.455	4.514	3.996 (6,41% em relação ao total)	Indicador socioeconômico
Porcentagem do alojamento no valor adicionado fiscal de comércio e serviços	-	-	-	Não há dados
Passageiros transporte aéreo – embarques e desembarques	-	-	-	Não há dados
Voos – pousos e decolagens	-	-	-	Não há dados

FONTE: Elaborado pela autora, com base em CEPATUR (2016) e Paraná Turismo (2018; 2022).

Desse primeiro conjunto de indicadores, destaca-se que a porcentagem de participação do turismo no total de empregos é um indicador encontrado também em outros sistemas, e se enquadra na dimensão econômica da sustentabilidade.

Em se tratando de indicadores de sustentabilidade econômica, a OMT (2005) aponta importante considerar: i) os benefícios econômicos para a comunidade e o destino; ii) o turismo e a luta contra a pobreza; e iii) a competitividade dos negócios turísticos. Porém, esses elementos não são encontrados nos indicadores do Masterplan. Também não são encontrados no Masterplan alguns indicadores sugeridos pelo Programa de Regionalização do

Turismo para a dimensão econômica, como: exportações brasileiras, receita cambial e fluxo de visitantes.

Chama a atenção o fato de o Masterplan não estar considerando o mercado de trabalho informal, mesmo que muitos empregos no litoral do Paraná sejam informais. Assim, o Estado invisibiliza a comunidade local. Novamente apresenta-se aqui uma crítica que tem assento na Ecologia Política: o modelo de turismo imposto pelas políticas públicas, nada tem de sustentável.

Mas o MTur (2007) considera como importante o número de pequenos empreendimentos comunitários e familiares. Sendo a oferta turística em sua maior parte composta por microempresários, é relevante a oferta de programas de apoio e assistência nesse sentido. O Plano Operacional 2022-2024 apresenta em seus macroprogramas a realização de capacitações (consultorias, cursos, palestras, seminários e visitas técnicas para qualificação da comunidade, empresários e poder público local, visando a competitividade da oferta turística (PARANÁ TURISMO, 2022).

Nesse caso, o Masterplan deveria considerar, além da quantidade de estabelecimentos e empregos no turismo, a qualidade desses empregos e equidade social que garanta a prosperidade local, apoio aos trabalhadores não formais e promoção de produtos locais. Ainda, as características da região conferem um caráter sazonal no que diz respeito às oportunidades de trabalho para a comunidade, o que também deve ser considerado em se tratando de desenvolvimento sustentável.

A Figura 15, a seguir, ilustra a distribuição espacial dos empregos gerados nas atividades características no turismo, na região Litoral do Paraná.

FIGURA 15 – EMPREGOS E TURISMO NO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: Paraná Turismo, 2022.

Uma concentração maior de empregos nos municípios de Guaratuba, Paranaguá, Matinhos e Pontal do Paraná justifica-se pelo fato de que, nestes municípios, há um maior número de estabelecimentos turísticos cadastrados no Cadastur. Para a Paraná Turismo (2022, p. 28), dados como esse permitem “avaliar a importância da atividade turística para a Região e seu potencial de crescimento e contribuição com a melhoria da qualidade de vida”.

Porém, no que diz respeito à sustentabilidade econômica, mesmo no discurso do crescimento, o desenvolvimento turístico apoiado por modelos neoliberais muitas vezes não cumpre a promessa de independência econômica, de geração de emprego e renda digna, entre outros aspectos (EVERINGHAM; CHASSAGNE, 2020). Logo, nem mesmo a sustentabilidade econômica é alcançada, segundo os parâmetros da OMT (2005) citados anteriormente.

O segundo conjunto de indicadores do Masterplan, relaciona-se à gestão:

QUADRO 17 – PARANÁ TURÍSTICO 2026: INDICADORES DE GESTÃO NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ

INDICADOR	2018	2022	OBS
Número de municípios nos níveis A e B na hierarquização de municípios – Paraná Turismo	04	04	B - Paranaguá, Pontal do Paraná, Guaratuba e Matinhos
Número de estabelecimentos cadastrados no Cadastur	150	440	

FONTE: Elaborado pela autora, com base em CEPATUR (2016) e Paraná Turismo (2018; 2022).

Como estes são indicadores bem específicos, não são encontrados em outros conjuntos ou sistemas de indicadores, nem mesmo no próprio Programa de Regionalização, que estabelece ambos os critérios. Esses indicadores de gestão do Masterplan não têm relação com indicadores de sustentabilidade, e se referem a ferramentas utilizadas no Programa de Regionalização do Turismo.

Para inserção no Mapa do Turismo Brasileiro, os municípios são classificados em cinco categorias, de acordo com seu desempenho turístico em avaliações bienais. As categorias são definidas como A, B, C, D e E, onde A representa capitais e municípios com maior fluxo turístico, estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem; e E representa municípios que zeram nas variáveis utilizadas na categorização.

As variáveis utilizadas na definição das categorias dos municípios são: i) número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem; ii) número de empregos formais no setor de hospedagem; iii) estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica; e iv) estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Internacional (MTUR, 2015).

A Região Litoral do Paraná, a partir do desempenho nessas variáveis, tem uma maior concentração de municípios na categoria B. De acordo com a Paraná Turismo (2022, p. 27) “esse resultado retrata a realidade, uma vez que o turismo está em desenvolvimento na região turística”. Os municípios de Guaratuba, Pontal do Paraná, Matinhos e Paranaguá estão na categoria B. Morretes está na categoria C; e Antonina, categoria D.

Com relação ao desempenho turístico e categorização de municípios para composição do Mapa do Turismo Brasileiro há que se observar que, as métricas do MTur, sejam as que definem os municípios que irão constar no Mapa do Turismo ou para definir quais são destinos indutores do turismo no Brasil, não são eficazes quando se pensa em turismo sustentável. Isso porque, em um primeiro momento e de acordo com os critérios e variáveis citados, o desempenho turístico não está relacionado a questões sociais ou benefícios para a população e o ambiente natural.

Quanto ao Cadastur, este é um sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo, e é considerado uma referência quanto à credibilidade e formalidade dos serviços relacionados ao

turismo. O cadastro é executado pelo MTur, em parceria com os órgãos estaduais de turismo (PARANÁ TURISMO, 2018).

Há que se observar que o número de empreendimentos com Cadastur é inferior ao total de estabelecimentos turísticos expressos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2021; PARANÁ TURISMO, 2022), correspondendo a 24,5% de um total de 1.795. Isso reforça o analisado anteriormente, sobre mercado de trabalho informal existente e predominante no litoral do Paraná.

Antes de passar para o terceiro conjunto de indicadores, chama-se atenção para um fato que será analisado posteriormente: no Quadro 16, sobre indicadores de economia do turismo, os dados correspondem aos anos de 2015, 2017 e 2020. Já no Quadro 17, sobre indicadores de gestão, os dados são dos anos 2018 e 2022. O próximo quadro, com o terceiro conjunto de indicadores do Masterplan sobre o desempenho e qualidade da oferta turística, também demonstra que não há uma constância, monitoramento e acompanhamento de dados, pois suas informações correspondem aos anos de 2015 e 2018.

O terceiro conjunto de indicadores constante no Masterplan está relacionado ao desempenho e qualidade da oferta turística.

QUADRO 18 – PARANÁ TURÍSTICO 2026: INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE DA OFERTA TURÍSTICA NA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ

INDICADOR	2015	2018	OBS
Visitação nos principais atrativos (parques naturais e demais atrativos com visitação monitorada)	146.111	--	Refere-se apenas às UCs que fazem parte do Projeto Parques do Paraná (Caminho do Itupava, Pico do Marumbi e Ilha do Mel)
Número de empresas certificadas com o Selo Qualidade no Turismo – SEBRAE/PR	--	17	

FONTE: Elaborado pela autora, com base em CEPATUR (2016) e Paraná Turismo (2018; 2022).

Sobre esse conjunto de indicadores acerca de desempenho e qualidade da oferta, seria importante considerar o número de iniciativas de TBC; o número de pessoas e famílias envolvidas; e o número de turistas que procuram por experiências comunitárias, por exemplo. Novamente percebe-se que esses números não são considerados no planejamento e gestão do turismo no âmbito do poder público.

Mas a falta de dados não é apenas sobre a inclusão da comunidade. Não há, nos Planos Operacionais do Litoral do Paraná (2017-2019 e 2022-2024)

nenhum dado atualizado até mesmo sobre a visitação nos atrativos, apesar de ser este um indicador que compõe o Masterplan.

Quanto ao Selo de Qualidade no Turismo do Paraná, que também compõe esse terceiro conjunto, é um instrumento de certificação que tem o objetivo de estimular a competitividade entre as empresas do setor turístico paranaense (CEPATUR, 2016). Chama a atenção que o número de empresas certificadas seja utilizado pelo poder público como um indicador de desempenho e qualidade da oferta turística para fins de planejamento, pois esse instrumento apresenta uma visão essencialmente mercadológica⁷³.

Não foram encontrados dados atualizados com relação ao número de empresas certificadas com o Selo Qualidade no Turismo. O Plano Operacional 2022-2024 apresentou dados de um novo selo, oriundo dos projetos pós-Pandemia: o selo Paraná Turístico, com o qual 161 empresas foram certificadas (PARANÁ TURISMO, 2022).

Um dos grandes objetivos do Masterplan Paraná Turístico 2026 está relacionado à tecnologia e informação e a consolidação do estado do Paraná dentro do conceito de destino turístico inteligente. Portanto, apresenta três indicadores específicos dentro da temática 'Indicadores de tecnologia e informação', sendo: i) rede pública de wifi; ii) rede pública de fibra ótica; e iii) reputação online dos atrativos do Paraná.

No âmbito da sustentabilidade, o MTur (2007) também sugere indicadores de tecnologia e informação dentro do conjunto de indicadores socioculturais, sendo eles: a promoção de práticas e tecnologias de inclusão sociocultural.

Apesar de esse tema ser importante para o Masterplan, que aborda destinos turísticos inteligentes, não foram encontrados dados sobre nenhum dos indicadores propostos.

Com relação à rede pública de wifi, sabe-se, de modo empírico, que desde o ano de 2012 a Companhia Paranaense de Energia (Copel) disponibiliza à população o acesso sem fio à internet durante os meses de janeiro e fevereiro, nos locais mais movimentados das praias de Guaratuba, Caiobá, Matinhos e Praia de Leste.

⁷³ Sebrae/PR, Fecomercio/PR, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-PR), Associação Brasileira de Bares e Restaurantes do Paraná (Abrasel-PR), Federação de Convention & Visitors Bureau do Estado do Paraná (FCVB-PR).

Apenas constam sobre esse tema, nos Planos Operacionais (PARANÁ TURISMO, 2018; 2022) que, no ano de 2019 a Adetur Litoral estava responsável por articular, junto à Copel, Viação Graciosa e Ecovia⁷⁴, a disponibilização de dados wifi com o intuito de criar o Sistema Integrado de Informações – Portal do Litoral, uma base de dados digital do litoral para trabalhar de forma conjunta com todos os municípios. Esses dados seriam analisados em parceria com a UFPR. Em 2022, a ação parece ainda não ter sido realizada, pois continua constando como ação dentro do Macroprograma 5: Destino Turístico Inteligente, tendo agora a Companhia de Tecnologia de Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) e o Sebrae em parceria com a Adetur Litoral.

O último conjunto de indicadores do Masterplan refere-se ao posicionamento do Paraná em rankings nacionais: i) chegada de turistas ao Brasil; ii) desembarque em aeroportos brasileiros; e iii) total em reais dos convênios com o Ministério do Turismo (Emendas Parlamentares).

Com relação aos itens de chegada de turistas e desembarque em aeroportos, os Planos Operacionais (PARANÁ TURISMO, 2018; 2022) não apresentam dados. E com relação ao item que diz respeito a convênios com o MTur, o Plano Operacional 2022-2024 cita apenas a Campanha “Paraná para o Paranaense” que consiste na produção de vídeos convidando e incentivando os paranaenses a viajar pelo Estado; impressão de folders para as regiões turísticas; anúncios em revistas e ações de divulgação na operação ‘Verão Paraná’; participação em eventos; e campanha ‘Paraná, seu próximo destino’ com foco ao público nacional e do Mercosul (PARANÁ TURISMO, 2022). Não há dados mais específicos, ou valores.

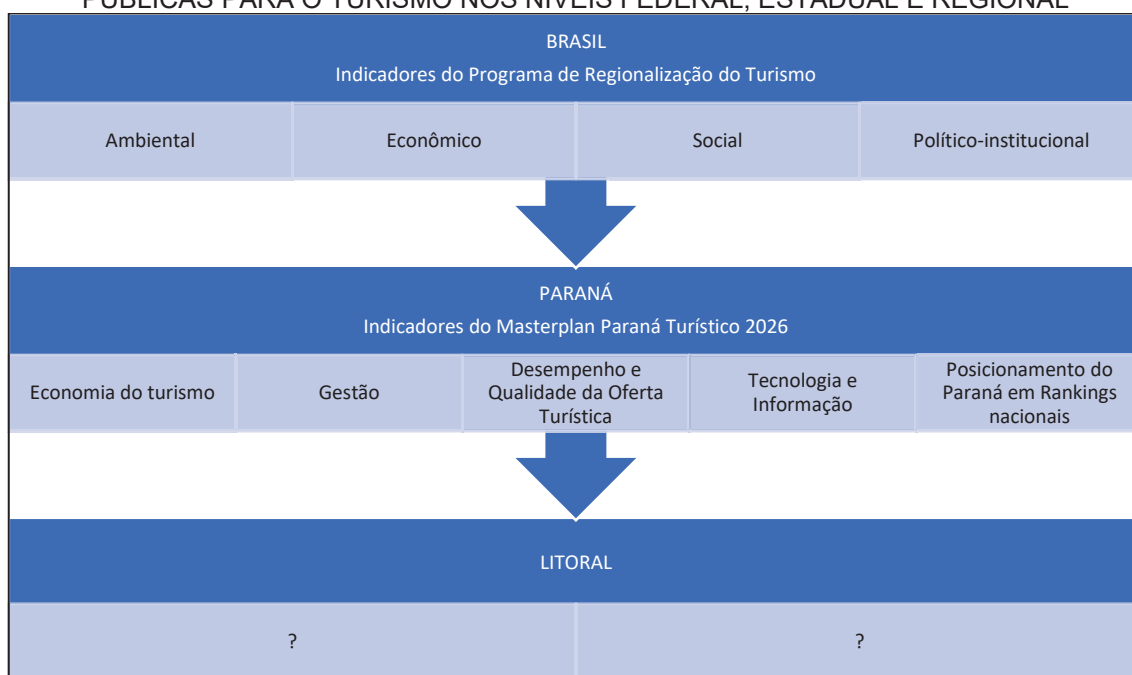
Sobre esse último conjunto de indicadores do Masterplan, assim como exposto por Pulido, Barraclough e Cheng (2016) pondera-se que, reduzir cidades e regiões a um ranking, é esquecer de suas complexidades e reduzi-las a produtos de consumo dispostas em uma lista hierarquizada. Mais que isso, é iluminar determinados lugares – estes estabelecidos a partir de narrativas de poder – e obscurecer outros.

⁷⁴ Concessionária que, até 27 de novembro de 2021 era responsável pelo atendimento aos usuários, administração, conservação e manutenção das rodovias BR-277 (entre Curitiba e litoral), PR-508 (Alexandra-Matinhos), PR-407 (Praia de Leste) e PR-804, 408 e 411 entre Morretes e Antonina.

A respeito do total de indicadores agrupados em cinco conjuntos no Masterplan, observa-se que estes correspondem a indicadores turísticos convencionais, nos quais prevalece uma perspectiva economicista. As discussões apresentadas no Capítulo III a partir de Falcão e Gómez (2012); Faria (2007); Kristjánisdóttir, Ólafsdóttir e Ragnarsdóttir (2017); Costa, Sawyer e Nascimento (2009) apontaram que a negligência no que diz respeito à integração dos pilares ecológico e o social, é um fato comum em sistemas de indicadores utilizados no turismo.

A análise sobre os indicadores de sustentabilidade e turismo no Litoral do Paraná leva à conclusão que, de maneira geral, não há um padrão nos indicadores, mesmo em se tratando de políticas públicas relacionadas entre si. Em âmbito nacional, o Programa de Regionalização recomenda indicadores dentro das dimensões ambiental, econômica, social e político-institucional da sustentabilidade; em âmbito estadual, o Masterplan tem seus próprios indicadores, que não se relacionam à sustentabilidade, mas sim à conjuntura do turismo de maneira geral; e em âmbito regional, os Plano Operacionais, que deveriam estar seguindo e baseando-se ao menos nos indicadores do Masterplan, não apresentam dados.

FIGURA 16 – DIMENSÕES DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO NOS NÍVEIS FEDERAL, ESTADUAL E REGIONAL



FONTE: A autora.

A falta de acompanhamento e monitoramento dos indicadores propostos pelo Masterplan, resulta na falta de dados sobre a atividade turística. Essa ausência (ou não divulgação) dos dados não é uma exclusividade do estado do Paraná, mas sim uma característica do Brasil. E, sem dados, os indicadores perdem seu sentido. Os indicadores do Masterplan, sequer apresentam uma padronização das informações no que corresponde ao ano de cada dado e indicador.

Por exemplo, para o primeiro conjunto de indicadores, os dados são dos anos de 2015, 2017 e 2020 (Quadro 16). No segundo conjunto de indicadores, os dados são de 2018 e 2022 (Quadro 17). O terceiro conjunto tem dados de 2015 e 2018 (Quadro 18). O quarto e quinto conjunto de indicadores do Masterplan, não apresentam dados.

No caso dos indicadores de sustentabilidade, a ausência de dados e de monitoramento, somada às divergências entre os próprios programas de políticas públicas, acaba por afastar as práticas do setor produtivo do turismo ao conceito de sustentabilidade, ao invés de aproximar.

Há que se considerar que os avanços tecnológicos permitem o acesso a diversos tipos de dados, mas eles estão sendo muito mais utilizados como fonte de informações para o mercado, do que para o poder público. Afirma-se, a partir do pesquisado, que não são utilizados indicadores de turismo sustentável na região turística Litoral do Paraná. Ao que parece, o poder público não tem interesse em indicadores, exceto os que demonstram desenvolvimento econômico.

4.5 O USO DE INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA REGIÃO TURÍSTICA LITORAL DO PARANÁ

Embora os municípios que compõem o Litoral do Paraná apresentem características particulares, as políticas públicas para o turismo trabalham com regiões turísticas os considera de forma homogênea para fins de planejamento e gestão do turismo. Nesse caso, as diretrizes do MTur (2020a) em nível nacional são gerais, mas há que se considerar que cada estado e região apresenta especificidades. Essa discussão foi suscitada no Capítulo II quando, ao apresentar as diretrizes internacionais e políticas públicas nacionais para o

turismo sustentável, se questionou o fato de o desenvolvimento do turismo no Brasil ser planejado por região. Apesar do estabelecido pelas políticas públicas para o turismo, que colocam o litoral do Paraná como uma região homogênea para fins de organização e promoção do turismo, a complexidade desse território permite afirmar que o litoral do Paraná não se caracteriza por um único tipo de turismo.

Conforme visto neste Capítulo, o Programa de Regionalização do Turismo e o Mapa do Turismo Brasileiro, determinam o desempenho turístico dos municípios que compõem as regiões turísticas a partir de elementos de estruturação, gestão e promoção do turismo voltados claramente para a dimensão econômica do setor. Ou seja, sua eficiência econômica no setor produtivo. Em nível regional, o Masterplan está baseado em critérios que compõem o ranking nacional, portanto, econômicos.

É importante lembrar que a visibilidade e fomento do turismo, quando abordados à luz da sustentabilidade, não podem estar focados unicamente em uma dimensão (RUSCHMANN, 1997; SWARBROOKE, 2000; BENI, 2003; NEIMAN; MENDONÇA, 2005; PERNA *et. al.*, 2013; SOUZA, 2013; SCOTOLO; PANOSSO NETTO, 2015).

Considera-se nesta tese que, utilizar principalmente critérios econômicos para determinar o investimento de recursos, pode representar uma exposição do ambiente e da população local a mais e maiores impactos negativos do que positivos. Isso porque, dentro desses critérios, não se destacam indicadores ambientais, sociais ou outros.

Uma vez que o Capítulo que aqui se apresenta buscou identificar quais indicadores de sustentabilidade estão sendo contemplados nos processos de desenvolvimento do turismo no Litoral do Paraná, há que se recordar que o Capítulo III apontou, a partir do observado na literatura, que em se tratando de indicadores de sustentabilidade, um mesmo sistema não deve ser utilizado para diferentes municípios sem que haja uma adaptação nos indicadores.

A própria OMT (2005) incentiva a utilização de indicadores adaptados às especificidades globais, regionais e locais, justamente por reconhecer que, no turismo, existem ambientes, condições e manifestações tão variadas, e que é necessário adotar indicadores locais específicos. Mas o planejamento do turismo no litoral do Paraná tem sido estruturado de forma homogênea, mesmo em

contextos econômicos, ecológicos e culturais tão diferentes. Isso suscita uma crítica sobre o planejamento estar sendo, intencionalmente, realizado dessa forma. É dizer, nesse caso, que não há uma limitação dos indicadores, mas sim a intenção por parte do poder público de definir esses indicadores em benefício de interesses de setores econômicos majoritários do turismo na região.

Ao analisar as políticas públicas e indicadores envolvendo turismo e sustentabilidade no litoral do Paraná, observou-se que não há um equilíbrio na proposição e nem na descrição dos indicadores, seja entre programas diferentes, ou dentro de um mesmo programa.

Por exemplo, no Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007), as dimensões econômica e política-institucional apresentam maior destaque e detalhamento quando comparadas às outras dimensões. Ambas contam com pelo menos quatro páginas a mais de descrição do que as dedicadas às dimensões ambiental e sociocultural. Isso leva a concluir que, apesar do poder público (e iniciativa privada) utilizar-se de uma abordagem de turismo sustentável, o foco da sustentabilidade permanece na sustentabilidade econômica do setor, e nas articulações necessárias para tal.

Outro aspecto que deve ser mencionado é que o MTur (2007) baseia-se nos indicadores da OMT (2005) mas, indicadores que correspondem à dimensão econômica para a OMT (2005), por exemplo, são encontrados na dimensão sociocultural do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007), como: geração de emprego e renda; promoção da equidade socioeconômica entre agentes e regiões turísticas; capacitação profissional e de recursos humanos; redução dos índices de pobreza da localidade; e estabelecimentos com atividades características no turismo. Não há, portanto, uma uniformidade nem mesmo no entendimento a respeito do que deve ser contemplado em cada dimensão.

Assim como recomendado pela OMT (2005), observa-se, dentre os indicadores do Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2007), elementos que contemplam aspectos envolvendo, por exemplo, exclusão e desigualdade socioambiental, equidade, microempresas e oportunidades de emprego; e igualdade de gênero, incluindo bem estar familiar, oportunidades de trabalho e acesso à terra e ao crédito.

Porém, nenhum desses elementos é observado no planejamento do turismo do litoral do Paraná. No que diz respeito às políticas públicas que incidem no litoral do Paraná, e analisando especificamente indicadores de sustentabilidade no turismo, observou-se que esta ferramenta não é, de fato, utilizada nos processos de desenvolvimento do turismo, apesar de recomendado pela OMT (2005) e pelo Mtur (2007).

O instrumento de planejamento turístico em nível regional (CEPATUR, 2016), ao que parece e até o presente, tem utilizado a palavra sustentabilidade apenas para cumprir com o requisito de ser um de seus eixos estruturantes (Governança e Sustentabilidade). Inclusive, essa lacuna envolvendo ações de sustentabilidade foi admitida pela Paraná Turismo durante o Fórum Paraná Turístico 2026⁷⁵, ao afirmar, durante a apresentação do monitoramento e entrega dos Planos Operacionais atualizados, que o Paraná já é uma referência na área de governança, mas que são poucas ações previstas contemplando a sustentabilidade, sendo necessário aprofundar ações e aproximar o Plano aos ODS.

Esses fatos, e outros, demonstram o que Uyar, Karaman e Kilic (2021) afirmam sobre a governança e as circunstâncias ecológicas serem mais relevantes do que o desenvolvimento social das nações na divulgação de informações de sustentabilidade sobre a indústria do turismo.

Além de pouco abordar a sustentabilidade, o Masterplan, conforme exposto no decorrer deste Capítulo, também pouco contemplou a comunidade local em seu processo de elaboração (CEPATUR, 2016). Como consequência, ela também não tem sido incluída como grupo de interesse e com poder decisão no Plano Operacional Litoral do Paraná (PARANÁ TURISMO, 2022).

Essa ausência do Masterplan foi admitida pela Paraná Turismo durante palestra proferida na ocasião da entrega dos Planos Operacionais das regiões turísticas ao afirmar que “é necessário incluir **os residentes** nas instituições de governança”⁷⁶. É válido lembrar que a instância de governança do Litoral do Paraná é a Adetur Litoral, instituição privada responsável por aplicar o Masterplan.

⁷⁵ Fórum Paraná Turístico 2026, realizado em abril de 2022.

⁷⁶ Fórum Paraná Turístico 2026, realizado em abril de 2022.

Isso demonstra uma insustentabilidade não apenas na dimensão político-institucional, mas no próprio desenvolvimento do turismo sustentável que, conforme discutido no Capítulo II, deve envolver um planejamento participativo em sua gestão (RUSCHMANN, 1997; BENI, 2003b; IRVING *et al.* 2005; 2015; COOPER *et al.*, 2011; SANTOS, 2013; OLIVEIRA; ROSSETO, 2013; GUO; JING; LI, 2019).

Muito embora a comunidade local esteja sendo marginalizada nos processos de planejamento e gestão do turismo no âmbito das políticas públicas, elas não estão ausentes das atividades de turismo no litoral do Paraná. Elas estão, por exemplo, nas iniciativas de TBC que permitem que as comunidades se organizem e sejam protagonistas.

Algumas comunidades do município de Paranaguá organizam-se informalmente na Rede Caiçara de Turismo de Base Comunitária, desde o ano de 2013 (CABRAL; TEIXEIRA JUNIOR, 2020). Guaraqueçaba organiza-se desde o ano de 2018 por meio da Rede Guaraguatá de Turismo de Base Comunitária; e Guaratuba conta com o Grupo Guarapés desde o ano de 2016. Ambos são organizações não formais e, juntamente com a Rede Caiçara de Paranaguá, compõem a Rede Anfitriões do Litoral, projeto extensionista coordenado por docente do curso de Gestão do Turismo da UFPR Litoral (CABRAL; TEIXEIRA JUNIOR, 2020).

Ainda, é possível encontrar outras organizações informais da comunidade do litoral paranaense que incluem ações de turismo, como o Instituto Guaju em Guaratuba e a Associação de Moradores Pescadores Artesanais, que contempla comunidades de Guaratuba, Paranaguá e Guaraqueçaba. Desse modo, o turismo contribui para o empreendedorismo local e para a defesa dos territórios e do patrimônio local – que tanto é degradado ou usufruído pelo turismo convencional.

No decorrer deste Capítulo, especificamente na seção 4.2, apresentou-se uma caracterização do turismo no litoral do Paraná onde observa-se a existência de desigualdades, desterritorialização, conflitos com grupos de populações tradicionais, e outros impactos socioambientais derivados da atividade turística, como a especulação imobiliária, a degradação ambiental, e a existência de áreas periféricas formadas por migrantes atraídos por centros turísticos (SAMPAIO, 2006; PIERRI *et al.* 2006; AZEVEDO, 2016; MAFRA, 2019).

Ao contrapor os problemas decorrentes da atividade turística com os indicadores utilizados pelas políticas públicas para o desenvolvimento do turismo, percebe-se que esses (indicadores) não são suficientes para atender às necessidades socioambientais locais que não se manifestam em espaços públicos de participação. Isso porque as características de constituição desses espaços, no que se refere ao turismo, não são identificados por indicadores adequados.

Embora os indicadores de sustentabilidade sejam considerados ferramentas importantes na busca pelo turismo sustentável (OMT, 2005; MTUR, 2007), o panorama problematizado nos casos analisados leva a concluir que os indicadores propostos e recomendados para o turismo sustentável não têm sido utilizados adequadamente no planejamento e desenvolvimento do turismo no litoral do Paraná. Mesmo que a OMT, e por sua vez o MTur, apresentem estudos e propostas de indicadores de sustentabilidade, eles ainda não representam um avanço nesse sentido, pois não são utilizados. Ao menos, não no litoral do Paraná.

Observou-se que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são expressões utilizadas nos documentos analisados (CEPATUR; 2016; PARANÁ TURISMO, 2019; 2022).

QUADRO 19 – SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TURISMO SUSTENTÁVEL NOS DOCUMENTOS

	Paraná Turístico 2026 (119 p.)	P.O. Litoral do Paraná 2017-2019 (71 p.)	P.O. Litoral do Paraná 2022-2024 (44 p.)
Sustentabilidade	Citada 40 vezes	Citada 21 vezes	Citada 8 vezes
Desenvolvimento sustentável	Citado 21 vezes	Citado 4 vezes	Citado 3 vezes
Turismo sustentável	Citado 8 vezes	Citado 10 vezes	Citado 2 vezes

FONTE: A autora.

Porém, o discurso da sustentabilidade no turismo não tem sido construído e apropriado de uma forma imparcial, mas sim de forma a legitimar os interesses de grupos políticos e empresariais dominantes. Esses grupos apresentam poder de influência tanto na construção conceitual quanto no uso e disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável e correlatos, e não os abordam de forma neutra.

Se, de fato, a sustentabilidade fosse considerada, os indicadores deveriam buscar atingir e contemplar questões basilares como a relação fundiária, dissolução das classes, justiça socioambiental e outros aspectos estruturais. Portanto, os indicadores encontrados no Masterplan não são ideais em se tratando da sustentabilidade, apesar de esta ser mencionada⁷⁷ dezenas de vezes nos documentos analisados, conforme o Quadro 19.

O Masterplan não contempla indicadores ambientais, sociais ou outros que envolvem dimensões da sustentabilidade e que se apresentam em outros sistemas, como os indicadores culturais e político-institucionais, que a própria OMT (2005) recomenda, por exemplo. Os indicadores apresentados e utilizados nesse instrumento de planejamento referem-se à: economia do turismo; gestão; desempenho e qualidade da oferta turística; tecnologia e informação; e posicionamento em rankings nacionais.

São indicadores pautados em aspectos econômicos, e foram delineados em um processo de planejamento no qual destacam-se determinados agentes com maior poder de decisão sobre a região. Nesse sentido, relembra-se a crítica da Gascón (2012) quando afirma haver uma maximização de benefícios para determinados grupos, tendo como moeda de troca a integridade dos ecossistemas e condições de vida de grande parte da população onde desenvolve-se a atividade turística.

Isso se observa, inclusive, porque os parâmetros a serem cumpridos pelas regiões turísticas a partir do Masterplan, assim como as metas a serem atingidas, foram estabelecidas pelos interesses do grupo dominante, e privilegiam indicadores na dimensão econômica (indicadores da economia do turismo; indicadores de gestão; indicadores de desempenho da oferta turística; indicadores de tecnologia e informação; e posicionamento do Paraná em rankings nacionais), corroborando para a manutenção do *status quo*.

Os indicadores utilizados para o planejamento do turismo, e que se aplicam à região Litoral do Paraná, foram criados de modo a atender objetivos e fornecer informações específicas que são importantes para agentes do poder

⁷⁷ Em uma breve análise observa-se, inclusive, que com o passar do tempo as expressões 'sustentabilidade', 'desenvolvimento sustentável' e 'turismo sustentável' foram sendo menos mencionadas, o que demonstra que o ideal de sustentabilidade previsto no plano tem menos aplicabilidade prática nos planos operacionais.

público e privado estadual e regional. Ao examinar essa situação de modo crítico e contextualizado, conclui-se que os indicadores do Masterplan Paraná Turístico 2026 reforçam a estrutura desigual de poder que se observa no litoral do Paraná, e evidenciam o turismo como uma peça econômica fundamental, que contribui para a manutenção da acumulação do capital em diferentes níveis.

Por exemplo, quando se analisa o primeiro conjunto de indicadores do Masterplan, um aprofundamento nos dados relacionados a empregos formais no turismo pode revelar algo importante para a reflexão sobre a sustentabilidade socioambiental. Segundo dados do IPEA, a maior parte dos empregos no turismo é ocupada por mulheres, e a renda média dessas mulheres é inferior à média nacional. Essa é uma característica socioeconômica própria do turismo, porém não há no Masterplan nenhuma abordagem nesse sentido ou o planejamento de metas específicas. Se os indicadores fossem adequados ao objetivo da sustentabilidade, e identificassem uma precarização do trabalho, um planejamento adequado e sustentável atenderia a essa necessidade.

Dessa forma, o estudado nessa tese leva a afirmar que o turismo reproduz situações de injustiça ambiental e reforça desigualdades no litoral paranaense. Não é o turismo sustentável que interessa àqueles que exercem poder e figuram no topo da estrutura que planeja e gere o turismo – mas sim a sustentabilidade do turismo da forma como se dá.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada discutiu o desenvolvimento do turismo sustentável, analisando o uso de indicadores de turismo sustentável em políticas públicas para o desenvolvimento do turismo, no contexto da região turística Litoral do Paraná.

Ao problematizar o turismo sustentável como suporte para pensar o desenvolvimento do turismo, observou-se que o conceito se encontra imbricado a diferentes objetivos que, não necessariamente, são compatíveis com a sustentabilidade. Os agentes que moldam o discurso de turismo sustentável representam interesses dominantes no meio político e empresarial, e detêm o discurso autorizado, condicionando o significado e interpretações sobre o turismo como vetor de desenvolvimento.

Sendo o MTur o órgão federal responsável pelas políticas públicas de desenvolvimento do turismo no Brasil, seria responsabilidade do poder público orientar esse desenvolvimento inclusive com relação a sua fundamentação conceitual. Porém, constatou-se uma desconexão relativa ao turismo sustentável no âmbito do MTur, pois não há um conceito adotado pelo órgão oficial que se expresse de forma clara e fundamente um modelo de turismo em constante discussão, sobretudo.

Não só a falta de clareza e objetividade são um problema, como também a perspectiva adotada sobre o desenvolvimento do turismo. As políticas públicas voltadas ao turismo, assim como seus instrumentos, dentre eles os indicadores utilizados para o planejamento e gestão da atividade, se apresentam com um enfoque empreendedor. Essa visão apropria-se da natureza, por exemplo, como uma fonte de recursos e não algo prioritário para a existência humana, cuja importância e dinâmica devem ser conhecidas e respeitadas.

Quando considerada a Pandemia de Covid-19 entre os anos de 2019 e 2022, evidenciou-se a preocupação com a sustentabilidade econômica da atividade turística e não com o turismo sustentável. Nesse contexto, observou-se que grandes empresas conseguiram resistir economicamente à crise com mais facilidade. A distribuição desigual dos benefícios e dos ônus do turismo se manifestou também com relação à reação à drástica redução do consumo do turismo durante a pandemia de Covid-19. Justamente no momento em que o

turismo poderia, e teve a oportunidade de ser repensado diante de uma crise de saúde pública, que também evidencia uma crise ambiental, o que se verificou foi, novamente, o privilégio à dimensão econômica do turismo.

Ainda que os discursos políticos sobre o desenvolvimento do turismo demonstrem preocupação com problemas ambientais e de responsabilidade socioambiental, as práticas continuam contribuindo para o agravamento da poluição da terra, da água e do ar, para a fragmentação de habitats e perda de biodiversidade, para a desterritorialização de povos e comunidades tradicionais e para o aumento das desigualdades sociais no espaço ocupado pelo turismo.

Ao realizar um levantamento do uso de indicadores de sustentabilidade nos processos de planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável em nível global e nacional, constatou-se que os indicadores não devem ser inquestionáveis em sua relevância neste processo. Isso porque, são instrumentos que apresentam limitações desde a elaboração até a aplicação.

Conforme os métodos estabelecidos para a pesquisa, foram identificadas 23 possibilidades de sistemas de indicadores de sustentabilidade para o turismo, estando os sistemas da OMT (2005) e de Hanai (2009) dentre os mais citados e utilizados nos últimos como modelos pelos pesquisadores da área cinco anos.

Ao avaliar a existência e pertinência do uso de indicadores de sustentabilidade no Programa de Regionalização do Turismo e no Masterplan Paraná Turístico 2026, ambos propostos para a região turística aqui estudada, concluiu-se que o contido nos documentos a respeito de turismo e sustentabilidade não se observa nos discursos ou mesmo na aplicação prática do planejamento do turismo.

Pouca atenção é dada ao desenvolvimento do turismo sustentável nos documentos norteadores de políticas públicas, apesar de apresentarem a sustentabilidade como uma premissa. Portanto, reafirma-se que a utilização do termo ocorre de maneira estratégica, de modo a validar interesses ou apenas para atender uma necessidade que vem sendo discutida desde a cristalização da noção de desenvolvimento sustentável, sem necessariamente ser implementado pelas gestões. Isso ocasiona conflitos entre os diferentes atores sociais (turistas, comunidade local, poder público e iniciativa privada) que compõem a intrincada rede de relacionamentos no turismo, fato que se observou, também, no Litoral do Paraná.

O desenvolvimento do turismo no âmbito do Litoral do Paraná ainda é entendido como vetor de crescimento econômico, o que foi observado nos discursos de representantes do poder público. Ele tem sido administrado como atividade econômica cujo objetivo final é a acumulação de capital.

O Masterplan 2026 apresenta um conjunto de indicadores de economia e de gestão a serem aplicados em todas as regiões turísticas do estado. Além de não contemplar especificidades regionais e locais, tais como características geográficas e culturais, os indicadores propostos no Masterplan 2026 não atendem ao planejamento e gestão do desenvolvimento do turismo sustentável na região. Não há dados que alimentem os indicadores e quando há, não é realizado um monitoramento e acompanhamento desses dados. Acrescenta-se a indisponibilidade e dificuldade de monitoramento dos dados sobre o processo participativo, envolvendo a representatividade de todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente no turismo, indispensável para caracterização do turismo sustentável.

A exclusão da participação da população atingida por atividades turísticas causadoras de impactos ecológicos e sociais é também observada nos discursos dos empreendedores e agentes públicos. Em nenhum dos eventos nos quais realizou-se observação participante, o poder público e instituições que o representam (Sedest, Paraná Turismo e Adetur Litoral) consideraram a comunidade local. Neles, os discursos foram direcionados aos empresários do setor. Acredita-se que, ainda que os eventos observados não tivessem como público-alvo especificamente a comunidade local, povos e comunidades tradicionais e agentes do TBC, estes deveriam ser considerados nos discursos sobre o turismo na região.

Constatou-se, a partir da Ecologia Política, que as dinâmicas de poder que incidem no Litoral do Paraná influenciam as políticas públicas em benefício de determinados grupos, e legitimam um conjunto de exclusão de atores no processo decisório. Isso se dá, inclusive, a partir do uso de indicadores selecionados por aqueles que têm poder sobre esse território, e que interferem na segmentação socioespacial do litoral do Paraná.

Retoma-se nesse momento a pergunta de partida dessa tese: estariam os indicadores de sustentabilidade presentes nas políticas públicas que incidem na região turística Litoral do Paraná sendo, de fato, pertinentes em se tratando de

desenvolvimento do turismo sustentável? Todo o estudado e exposto demonstra que não, os indicadores presentes no Programa de Regionalização do Turismo e no Masterplan Paraná Turístico 2026 não são pertinentes, se considerado o desenvolvimento do turismo sustentável.

Essas políticas públicas não alcançam a proposta de turismo sustentável inclusive porque, além dos motivos envolvendo questões conceituais e o uso da sustentabilidade como discurso, os indicadores apresentados nessas políticas não são indicadores de sustentabilidade. E, ainda que fossem, eles tornam-se inúteis tanto por não contemplar especificidades regionais e assim não corresponder à realidade local; quanto pela ausência de dados ou do acompanhamento periódico dos dados obtidos.

A pesquisa que levou à resposta ao problema de pesquisa proposto inicialmente, também suscitou a reflexão sobre o que se quer sustentar, por meio de indicadores, no Litoral do Paraná? Em última análise, o Programa de Regionalização do Turismo e o Masterplan Paraná Turístico 2026 são políticas públicas responsáveis por estruturar, com o uso de indicadores, uma apropriação desigual do território no litoral do Paraná. Por consequência, promovem um desenvolvimento insustentável do turismo.

Espera-se que esta tese possa contribuir com a ampliação do debate sobre turismo sustentável e indicadores de sustentabilidade. Ainda que os objetivos propostos para essa tese tenham sido alcançados, algumas perguntas continuam instigando a pesquisadora para novas considerações, ou até mesmo novas pesquisas. Essas lacunas de conhecimento e propostas de discussão e sugestões para estudos futuros referem-se, também, a algumas limitações da pesquisa que aqui se apresenta.

No Capítulo III, a utilização de palavras-chave em inglês para a realização da revisão narrativa pode ter limitado os resultados – muito embora a busca tenha apresentado publicações de diferentes países. Certamente, a escolha do idioma e das palavras chave direcionou os resultados, o que é natural nesse formato de pesquisa. Uma busca mais aprofundada por grupos de pesquisa na América Latina, por exemplo, pode ser um caminho interessante.

Ainda, durante a pesquisa que atendeu o Capítulo III, os critérios de exclusão utilizados na busca nas bases de dados foram aplicados a pesquisas com foco em ambientes corporativos. Portanto, não foram considerados nesse

estudo os indicadores de sustentabilidade desenvolvidos nesse meio, embora existam estudos e exemplos relevantes, como o Programa Planet 21 da rede Accor de hotelaria, que é inclusive citado como estudo de caso pela OMT ao propor seus indicadores.

Para ambos os casos (idioma da busca e critérios de exclusão), e outros relativos à revisão narrativa, é possível que a realização de uma pesquisa contemplando a revisão sistemática como procedimento metodológico, apresente resultados mais específicos e completos. A revisão sistemática poderia incluir também um estudo sobre qual a principal base teórica utilizada pelos pesquisadores para a análise dos sistemas de indicadores de sustentabilidade no turismo. Não sendo diretamente um dos objetivos da tese, não se aprofundou a pesquisa nesses aspectos, mas registra-se a possibilidade para outros estudos.

Sendo a Ecologia Política a perspectiva que permeou a construção da tese, ao chegar ao terceiro objetivo específico, e quarto Capítulo da tese, a configuração do Cepatur no que diz respeito aos seus integrantes chamou a atenção da pesquisadora. Entende-se que seria interessante uma análise aprofundada acerca da influência de determinadas entidades de classe nas políticas públicas.

O PDS Litoral, que não pôde ser abordado com maior profundidade, considera o turismo sustentável nas políticas de desenvolvimento da região turística Litoral do Paraná, também cabendo uma investigação específica sobre sua contribuição para o planejamento e desenvolvimento do turismo de forma sustentável na região estudada. Inclusive, embora o Masterplan tenha sido atualizado bianualmente desde sua elaboração, em 2016, com os Planos Operacionais, ele não incorporou elementos do PDS Litoral, que foi uma política pública posterior e que, em que pese críticas, observou o litoral do Paraná de uma forma mais heterogênea do que as políticas públicas para o turismo têm feito.

Ainda como sugestão para estudos futuros, a aplicação dessa tese em um estudo de caso, por exemplo, pode ser um fator de aprimoramento. Assim como uma eventual complementação com a realização de pesquisa de campo para coleta de dados, que no decorrer da construção dessa tese foi inviabilizada e limitada pela Pandemia de Covid-19 e por uma gestação da autora.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, C. M. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de segundas residências: análise dos conflitos territoriais no destino de Matinhos (Litoral do Paraná, Brasil). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 6, n. 1, p. 143-162, jan./abr. 2017.

ACEVEDO, R. M. Extralimitación, decrecimiento y turismo: la necesidad de un cambio de modelo. **Ecología política - cuadernos de debate internacional**, Catalunya (ESP), v. 52, p. 8-11, dez. 2016.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 179-210.

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ADETUR LITORAL. **Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná**. Disponível em: <<https://adetur.litoral.com.br/>> Acesso em: 30 abr. 2021.

ADETUR LITORAL. **Guia do Litoral Paranaense**. Paraná, 2021a.

ADETUR LITORAL. **Guia do Litoral**. Paraná, 2020.

AGENDA 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>> Acesso em: 22 abr. 2020.

ALVARES, P. B. **Lixo turístico e a importância da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos para um turismo sustentável: o caso de Caldas Novas, Goiás**. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2010.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. Das “dinâmicas naturais” aos “usos e conflitos”: uma reflexão sobre a evolução epistemológica da linha do “costeiro”. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 10, n. 10, p. 187-192, 2004.

ANGULO, R. J. Aspectos físicos das dinâmicas de ambientes costeiros, seus usos e conflitos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 10, n. 10, p. 175-185, 2004.

ARRANDA TORRENTS, X. Un sistema de indicadores sostenibles aptos para un destino turístico: un fundamento metodológico. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE TURISMO Y OCIO, Barcelona. **Anais...** Barcelona (Espanha): Esade – Fira Barcelon, 2003. p. 469-476.

ARANDA, M. F.; SILVA, G. X. A. Concepción para el funcionamiento de um Observatorio Turístico em Manabí, Ecuador. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 18, n. 3, p. 482-497, jul./set., 2019.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORAS DE TURISMO (BRAZTOA). Disponível em: <<http://www.braztoa.com.br/>> Acesso em: 03 jun. 2020.

AZEVEDO, N. T. A vulnerabilidade social dos municípios do litoral do Paraná: construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) com base nos dados dos setores censitários IBGE 2010. **Revista Guaju**, Matinhos (PR), v. 2, p. 89-124, 2016.

AZEVEDO, N. T. **Política Nacional para o setor pesqueiro no Brasil (2003-2011)**. 2012. 349 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2012.

BAHL, M. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BAHL, M. **Turismo: Enfoques Teóricos e Práticos**. São Paulo: Roca, 2003.

BANDEIRA AZUL BRASIL. **Prêmio internacional para praias, marinas e embarcações de turismo**. Disponível em: <<https://bandeiraazul.org.br/>> Acesso em: 12 abr. 2022.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papirus, 2003.

BARROS, S. M. **Turismo de massa no cotidiano da Praia Brava de Caiobá (Matinhos-PR)**. 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Setor Litoral, Matinhos, 2021.

BASRI, H.; EVADIANT, Y. HERNAWAN, W. Impacto of Krakatau Festival on the tourism growth in Lampung province, Indonesia. **Utopia y Praxis Latinoamericana**, v. 25, n. 1, p. 137-145, abr. 2020.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2003a.

BENI, M. C. Como certificar o turismo sustentável? **Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 5-16, nov. 2003b.

BENI, M. C. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do turismo. **Turismo em Análise**, v. 17, n. 1, p. 5-22, mai. 2006.

BENI, M. C. **Turismo no Brasil: desafios e oportunidades no pós-pandemia**. *Live* realizada no Instagram em 29 de junho de 2020.

BIANCHI, R. V. The political economy of tourism development: a critical review. **Annals of Tourism Research**, v. 70, p. 88-102, mai. 2018.

BIANCHI, R. V.; MAN, F. Tourism, inclusive growth and decent work: a political economy critique. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 2-3, p. 353-371, 2020.

BIENVENIDO-HUERTAS, D. *et al.* Challenge for planning by using cluster methodology: the case study of the Algarve region. **Sustainability**, v. 12, n. 4, p. 1-16, fev. 2020.

BONITZ, M. Evidence for the invalidity of the Bradford law for the simple scientist. **Scientometrics**, v. 2, n.3, p. 213-214, 1980.

BORGES, C. M. **Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas: análise de viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto.** 2007. 219 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, USP, Ribeirão Preto, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 18 set. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, 08 fev. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRITO, R. P. **Proposição de indicadores para a avaliação de equidade Ambiental das comunidades pesqueiras no licenciamento da atividade portuária no litoral do Paraná.** 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2020.

BROOKES, B. C. Bradford's law and the bibliography of Science. **Nature**, n. 224, v. 5223, p. 953-956, dez. 1969.

BRUDEKI, N. M. A exploração econômica do setor de turismo e os efeitos nos serviços sanitários do litoral paranaense. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 6, n. 4, p. 69-78, 2006.

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism – a state of art review. **Tourism Geographies**. n. 1, v. 1, p. 7-25, fev. 1999.

BUTLER, R. The Concept of Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. **Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, p. 5-12, 1980.

CABRAL, B. L. F. **Entre marés: pesca artesanal e náutica na Baía de Guaratuba**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2015.

CABRAL, B. L. F.; TEIXEIRA JUNIOR, D. Turismo de base comunitária e cultura alimentar: um estudo de caso no litoral do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n. 3, p. 1-18, 2020.

CAMBRIDGE DICTIONARY. **Master Plan**. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/master-plan?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br> Acesso em: 18 mai. 2022.

CANDIOTTO, L. Z. P. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Revista Formação**, v. 1, n. 16, p. 48-59. 2009.

CARVALHO, A. A retomada do turismo do Paraná pós COVID-19. In: **Paraná Turismo**. Live realizada pelo Google Meet em 17 de junho de 2020.

CENSON, D. **A policy image do turismo no Brasil**. 2022. 183 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS, Porto Alegre, 2022.

CHARNES, A.; COOPER, W.; RHODES, E. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research**, v. 2, n. 6, p. 429-444, nov. 1978.

CHILDHOOD. **Como protegemos: turismo**. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/como-protegemos-turismo>> Acesso em: 23 mar. 2022.

CHONEZ, A. La dispersion de la littérature périodique em Science de l'information; où l'imposture pseudo-scientifique de la loi de Bradford. **Documentaliste**, v.11, n. 4, p. 175-184, dez. 1974.

COELHO, C. *et al.* Sustentabilidade da atividade turística do Delta do Parnaíba, Estados do Piauí e Maranhão, Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 8, p. 263-288, 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Turismo: o turismo como gerador de desenvolvimento**. Brasília: CNM, 2012.

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Turismo:** oportunidade para o desenvolvimento local. Coletânea Gestão Pública Municipal: gestão 2017-2020. Brasília: CNM, 2016.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Entendendo o turismo como vetor para o desenvolvimento municipal.** Brasília: CNM, 2019.
- CONSELHO PARANAENSE DE TURISMO (CEPATUR). **Paraná Turístico 2026:** pacto para um destino inteligente. CEPATUR, 2016.
- COOPER, C.; HALL, M.; TRIGO, L. G. G. **Turismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CORBARI, S. D. **Todos os caminhos levam ao mar:** os usos do território e o turismo no discurso dos envolvidos no conflito socioambiental referente ao complexo portuário-industrial de Pontal do Paraná. 2020. 262 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2020.
- CORBARI, S. D.; AZEVEDO, N. T.; SAMPAIO, C. A. C. A emergência da ecologia política do turismo: uma alternativa de análise teórico-crítica. **Passos: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural.** v. 19, n. 2, p. 383-391, 2021.
- CORBARI, S. D.; FERREIRA, M. R. Ser ou não ser sustentável, eis a questão! Um olhar sobre a relação da pesquisa em turismo e a panaceia do sustentável. **Revista Turismo em Análise,** v. 30, n. 3, p. 423-439, set./dez., 2019.
- CORDEIRO, I. J. D. **Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo:** uma análise crítica. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.
- CORDEIRO, I. J. D.; KÖRÖSSY, N.; PARTIDÁRIO, M. R. Metodologia da Pegada Ecológica para Avaliar o Turismo Sustentável: Uma aplicação ao caso da Região Autónoma dos Açores (Portugal). **Revista Turismo Visão e Ação,** v. 12, n. 3, p. 236-257, 2010.
- CORDEIRO, I. D.; LEITE, N. K.; PARTIDÁRIO, M. R. Considerações sobre instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos. **Revista Turismo e Desenvolvimento,** n. 12, p. 81-95, 2009.
- CORIOLO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, D.; SANSOLO, G.; BURSZTYN, I. I. (orgs) **Turismo de base comunitária:** experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 277-288.
- COSTA, H. A. **Destinos do turismo:** percursos para a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

COSTA, H. A.; SAWYER, D. R.; NASCIMENTO, E. P. Monitoramento de APL de turismo no Brasil: o (não) lugar das dimensões da sustentabilidade. **RBTur**, Caxias do Sul (RS), v. 3, n. 3, p. 59 - 79, 2009.

CUNHA, I. M. **Cidade, Lei e Desenvolvimento**: Pontal do Paraná, uma estrada para o futuro? 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2018.

CUNHA, L. **Introdução ao turismo**. Lisboa: Editorial Verbo, 2007.

CUNHA, S. K; CUNHA, J. C. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida de impacto do turismo no desenvolvimento local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 2, p. 110-124. 2005.

DECOL, F.; LANZER, R. M. Turismo de aventura em Três Coroas: uma análise da sustentabilidade a partir dos critérios do Adventure Tourism Development Index. **Turismo Visão e Ação**, v. 20, n. 1, p. 51-79, dez. 2017.

DE LA TORRE, F. **Sistemas de transporte turístico**. São Paulo: Roca, 2002.

DENKEWICZ, P. **Turismo, proteção ambiental e inclusão social na Ilha do Mel, litoral do Paraná**. 2020. 242 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2020.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2007.

DIAS, R. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DOTT, M. C. Bradford's law: theory, empiricism and the gaps between. **Library trends**, p. 41-52, 1981.

DOUGLAS, J. A. What's political ecology got to do with tourism? **Tourism Geographies**, v. 16, n. 1, p. 8-13, 2014.

ELAVAI, A. R. *et al.* **Sistema de indicadores de sustentabilidade do turismo da Macaronésia**. Serviço Regional de Estatística dos Açores, 2005.

ELENA, E; RAINER, H. Measuring sustainability in tourism destinations Adaptation of indicator sets to local conditions illustrated by the example of Windhoek, Namibia. **Zeitschrift für Tourismuswissenschaft**, De Gruyter, v. 12, n. 3, p. 370-390, nov. 2020.

ESTEVES, C. J. O. **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná – Brasil**. 2011. 353 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2011.

EUROPEAN COMMISSION. **The European Tourism Indicator System: ETIS toolkit for sustainable destination management**. 2016. Disponível em:

<<https://ec.europa.eu/docsroom/documents/21749/attachments/1/translations/en/renditions/native>> Acesso em: 11 nov. 2021.

EVERINGHAM, P.; CHASSAGNE, N. Post COVID-19 ecological and social reset: moving away from capitalist growth models towards tourism as Buen Vivir. **Tourism Geographies**, v. 22, n. 3, p. 555-566, 2020.

FAGLIARI, G. S. **Turismo e Alimentação: Análises Introdutórias**. São Paulo: Roca, 2005.

FALCÃO, M. C.; GÓMEZ, C. P. Análise da sustentabilidade de destinos turísticos: uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 14, n. 3, p. 304-321, set./dez. 2012.

FALCÃO, M. C. **A sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha: uma análise a partir da abordagem do ciclo de vida de áreas turísticas e das dimensões da sustentabilidade**. 2010, 201 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Pernambuco, 2010.

FALCÃO, M. C. F.; FARIAS, C. S.; GÓMEZ C. R. P. Indicadores de sustentabilidade para destinos turísticos: uma análise comparativa. In: **XI Encontro Nacional de Gestão e Meio Ambiente (ENGEMA)**, Fortaleza, 2009.

FARIA, D. M. C. P. Impacto do turismo em um destino a partir da perspectiva da economia convencional e ecológica. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**. v. 2, n. 3, p. 1-21, set. 2007.

FARINHA, F. *et al.* Selection process of sustainable indicators for the Algarve region-OBSERVE Project. **Sustainability**, v. 11, n. 2, p. 1-24, jan. 2019.

FAUNDEZ, A. **O poder da participação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

FEGER, J. E. *et al.* A regionalização do turismo no litoral do Paraná (Brasil): análise da rede de interação entre os *stakeholders*. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**, v. 13, n. 3, p. 1-25, dez. 2019.

FERNANDES, D. L.; BERNIER, E. T. Acessibilidade virtual em destinos turísticos inteligentes: os casos de Curitiba (Brasil) e Málaga (Espanha). **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 13, n. 1, p. 2-21, 2021.

FILETTO, F. **Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em Unidades de Conservação**. 2007. 143 f. Tese (Doutorado em

Engenharia Florestal) – Programa de Pós Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

FLORIANI, D. História da construção da Pós-Graduação Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE-UFPR): aspectos epistemológicos, metodológicos e institucionais. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 47, p. 87-103, out. 2018.

FLORIANI, D. As retóricas da sustentabilidade na América Latina: conflitos semânticos e Políticos no contexto de “modernidades múltiplas”. In: FLORIANI, D.; HEVIA, A. E. (Orgs.). **América Latina: Sociedade e Meio Ambiente**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

FOLADORI, G. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense Desenvolvimento**, Curitiba, n. 102, p. 103-113, jan./jun. 2002.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2001.

FRAUSTO, M. O.; ROJAS, L. J.; SANTOS, X. Indicadores de desarrollo sostenible a nível regional y local: analise de Galicia, España y Cozumel México. In: MÉXICO. Secretaria de Turismo. **Estudios multidisciplinares en turismo**. México: Sector, 2006.

FREITAS, N. R. *et al.* As discussões sobre a sustentabilidade na atividade turística: uma análise para o Brasil na última década. **El Periplo Sustentable**, n. 27, p. 54-91, jul./dez. 2014.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GARRIGOS-SIMON, F.J.; NARANGAJAVANA-KAOSIRI, Y.; LENGUA-LENGUA, I. Tourism and sustainability: a bibliometric and visualization analysis. **Sustainability**, v. 10, p. 1-23, jun. 2018.

GASCÓN, J. ¿El turismo sostenible es un gremlin? De la autogestión local a la gentrificación. In: **Ecología política: cuadernos de debate internacional**. v. 52. Catalunya (ESP), p. 35-42, dez. 2016.

GERMANI, G. **Sociologia da modernização**. São Paulo: Mestre, 1974.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, M. H. S. G. Barreado: sabor, história e cultura no litoral paranaense. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 54, p. 159-192, jan./jun. 2011.

GIMENES, M. H. S. G. Perfil dos Eventos Gastronômicos do Estado do Paraná em 2001. In: BAHL, M. **Turismo: Enfoques Teóricos e Práticos**. São Paulo: Roca, 2003.

GONÇALVES, M. C. Potenciais para o turismo e envolvimento da comunidade na gestão do turismo: o caso de Guaraguaçu, Pontal do Paraná. In: X FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2016.

GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM COUNCIL (GSCT). **Suggested Performance Indicators for destinations**. 2013. Disponível em: <https://www.gstcouncil.org/wp-content/uploads/2013/11/Dest-_CRITERIA_and_INDICATORS_6-9-14.pdf> Acesso em: 13 nov. 2021.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, M. S. O marketing turístico e o reposicionamento da imagem do Brasil no mundo: uma análise do Plano Aquarela da Embratur. In: I INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, 2011, Universidade do Algarve, Portugal. **Book of Proceedings...** vol. I, Algarve, 2011, p. 578-588.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, M. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 29, n. 1, p. 1-20. 2021.

GOVEIA, E.; ALBERTON, V.; FERNANDES, D. Conselho Municipal de Turismo de Irati: um levantamento das ações desenvolvidas no ano de 2019. In: 14º FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU. 2020. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2020.

GRANDE RESERVA MATA ATLÂNTICA. Disponível em: <www.grandereservamataatlantica.com.br> Acesso em: 09 ago. 2022.

GRIMM, I. J. O turismo em tempos de mudanças climáticas: proposições e desafios. In: **Turismo Sustentável e mudanças climáticas**. Tardes Interativas. Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa). Santo André, SP. Disponível em: <<https://youtu.br/x-82sthSvoQ>> Acesso em: 10 ago. 2022.

GRIMM, I. J. **Mudanças climáticas e turismo: estratégias de adaptação e mitigação**. 2016. 249 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2016.

GUDYNAS, E. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. In: LANG, M.; MOKRANI, D. **Más allá del desarrollo**. Ed. Fundación Rosa Luxemburg/Abya Yala, 2012, p. 21-54.

GUO, Y.; JIANG J.; LI, S. A sustainable tourism policy research review. **Sustainability**, vol. 11, n. 11, p. 1-16, jun. 2019.

HALL, M. C. Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism. **Journal of Sustainable Tourism**. v. 27, n. 7, p. 1044-1060, 2019.

HANAI, F. Y. **Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão**, estado de Minas Gerais, Brasil. 2009. 432f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Programa de Pós Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2009.

HERNANDEZ, A. M. S.; SILVA, E. V.; SANCHEZ, M. A. F. Turismo sustentable y los diferentes enfoques aproximaciones y herramientas para su medición. **Pasos**, v. 17, n. 5, p. 901-915, out./dez. 2019.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19. **Tourism Geographies**, v. 22, n. 3, p. 610-623, 2020.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. The “war over tourism”: challenges to sustainable tourism in the tourism academy after COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 19, n. 4, p. 551-569, 2021.

HOBBSAWN, E. J. **A era do capital: 1848 a 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUNTER, C. Sustainable Tourism as an adaptative paradigm. **Annals of Tourism Research**, v. 24, p. 850-867, 1997.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). **Projeto executivo de proteção da orla de Matinhos**. IAT, mar. 2021. Disponível em: <www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2021-07/1._estruturas_maritimas_e_engordamento_rev02.pdf> Acesso em: 09 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DA NATUREZA (IBDN). **Selos e Certificações**. Disponível em: <<https://ibdn.org.br/>> Acesso em: 22 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas>> Acesso em: 01 abr. 2020a.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **RPPN Salto Morato**. Disponível em: <www.sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/581/> Acesso em: 30 ago. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Museu Vivo do Fandango**. Disponível em: <www.portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/938/> Acesso em: 17 ago. de 2022.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD). **The Dashboard of Sustainability Brochure**. Canadá: IISD, 2002.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). ISO 20121:2012. **Event sustainability management systems**. Requirements with guidance for use. Disponível em: <<https://www.iso.org/standard/5455>> Acesso em: 25 abr. 2021.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). ISO 21401:2018. **Sustainability Management System for Accommodation Establishments**. Requirements. Disponível em: <<https://www.iso.org/standard/70869.html>> Acesso em: 25 abr. 2021.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION (ISO). ISO 20611:2018. **Adventure tourism – Good practices for sustainability**. Requirements and recommendations. Disponível em: <<https://iso.org/standard/68548.html>> Acesso em: 24 abr. 2021.

IOANNIDES, D.; GYIMÓTHY, S. The COVID-19 crisis as an opportunity for escaping the unsustainable global tourism path. **Tourism Geographies**, v. 22, n. 3, p. 624-632, 2020.

IRVING, M. A.; COELHO, A. M.; ARRUDA, T. O. Turismos, sustentabilidades e pandemias: incertezas e caminhos possíveis para planejamento turístico no horizonte da Agenda 2030. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**, v. 16, n. especial, dez. 2020.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M. A. G. **Turismo**: ressignificando a sustentabilidade. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2018.

IRVING, M. A. *et al.* **Turismo, áreas protegidas e inclusão social**: diálogos entre saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2015.

IRVING, M. A. *et al.* Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 5, n 4, p. 1-7, dez. 2005.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas (SP): Alínea, 2017.

KO, T. G. Assessing Progresso f Tourism Sustainability. **Annals of Tourism Research**, v. 28, n. 3, p. 817-820, 2001.

KO, T. G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**. v. 26, n. 3, p. 431-445, 2005.

KÖRÖSSY, N. Do ‘turismo predatório’ ao ‘turismo sustentável’: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, p. 56-68. 2008.

KRISTJÁNSDÓTTIR, K; ÓLAFSDÓTTIR, R.; RAGNARSDÓTTIR, K. Reviewing integrated sustainability indicators for tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, n. 4, p. 1-17, ago., 2017.

KRONEMBERGER, D. M. P. **A viabilidade do desenvolvimento na escala local**: o caso da Bacia do Jurumim, Angra dos Reis, RJ. 2003. 274 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Pós Graduação em Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2003.

LACERDA, L. T.; MECCA, M. S. Sustentabilidade social do turismo no município de Machadinho-RS. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, v. 9, n. 3, p. 462-496, set./dez. 2020.

LAMAS, S. A. *et al.* Sustentabilidade no turismo ou turismo sustentável: uma revisão conceitual. In: SANTOS, M. C. *et al.* **Sustentabilidade**: o futuro do turismo. Faro, Portugal: UAlg ESGHT, 2018.

LATOUCHE, S. **Sobrevivir al desarrollo**: de la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa. Barcelona: Icaria editorial, 2007.

LATOUCHE, S. Por una sociedad de decrecimiento. **Le Monde Diplomatique**, v. 97. Edición española, 2003.

LAYARARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Proposta**, v. 24, n. 71, p. 1-5. 1997.

LEFF, E. **Ecologia política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas: Unicamp, 2021.

LEFF, E. Political Ecology: a latin american perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 29-64, dez. 2015.

LENZA, M. et al. The carbon footprint of global tourism. **Nature Clim Change**, v. 8, p. 522-528, 2018.

LINARES, H. L.; GARCÍA, M. E. B.; RODRÍGUEZ, M. C. F. Sostenibilidad y desarrollo local: procedimiento para la evaluación integrada de los destinos turísticos. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 11, n. 1, p. 84-102, jan./mar., 2019.

LOTKA, A. J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences** v. 16, p. 317–324, 1926.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia Política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, n. 1 jan./abr. 2013.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: BARRETTO, M.; TAMANINI, E. (orgs.) **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2002.

MAFRA, T. V. Desterritorialização e resistência em uma comunidade de pescadores no litoral do Paraná: a presença de uma liderança mulher na luta pelo território pesqueiro. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**. v. 5, n.1, p. 166-189, jan./jun. 2019.

MAFRA, T. V. **Produção socioespacial do litoral do Paraná e as estratégias de resistências dos pescadores artesanais na luta pelo seu território.**

2018. 355 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2018.

MARES LIMPOS. Disponível em <<https://www.menos1lixo.com.br/mares-limpos>> Acesso em: 03 jun. 2020.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres.** São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINEZ-ALIER, J. El ecologismo de los pobres. **Revista Wani**, n. 125, p. 42-50, abr. 1992.

MARZO-NAVARRO, M.; PEDRAJA-IGLESIAS, M.; VINZÓN, L. Sustainability indicators of rural tourism from the perspective of the residents. In SAARINEN, J. **Tourism and Sustainable Development Goals.** London: Routledge, 2020.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales:** el marco de evaluación MESMIS. México: Mundi Prensa, 1999.

MAULEON-MENDEZ, E. *et al.* Sustainable tourism research towards twenty-five years of the Journal of Sustainable Tourism. **Advances in Hospitality and Tourism Research**, v. 6, n. 1, p. 23-46, jul. 2018.

MEDEIROS, L. C.; MORAES, P. E. S. Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade.** v. 3, n. 2, p. 197-234, jan./jun. 2013.

MEDRANO, H. F.; RIVACOBIA, D. P. La lucha por el decrecimiento turístico: el caso de Barcelona. **Ecología política:** cuadernos de debate internacional. v. 52. Catalunya (ESP), p. 104-106, dez. 2016.

MENEGUSSO, T. M. **Uma análise dos determinantes do desenvolvimento econômico do município de Pontal do Paraná.** 2014. 57 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2014.

MINARI, N. B. **A proteção ambiental no ordenamento territorial:** o plano diretor de Pontal do Paraná. 2016. 197f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2016.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TURISMO (MINCIT). (2011). **Norma Técnica Setorial Colombiana NTS-TS 001-2.** Disponível em: <http://www.minambiente.gov.co/images/normativa/Otros/NTC/2006/NTSTS_002_2006.pdf> Acesso em: 25 jan. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Passaporte Verde**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/informma/item/8163-passaporte-verde.html>> Acesso em: 04 jun. 2020a.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Agenda 21**. Disponível em: <<https://mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21.html>> Acesso em: 01 abr. 2020b.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). Câmara Temática de Turismo Responsável. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo social no Brasil** (pdf). [s/d].

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Processo de transformação de destinos em destinos turísticos inteligentes (DTI): o futuro do turismo preparado hoje** (pdf). [s/d]. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/destinos-turisticos-inteligentes/CartilhaDTIBrasil20x15.pdf>> Acesso em: 01 set. 2022.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo**. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=118:programa-nacional-de-desenvolvimento-e-estruturacao-do-turismo-prodetur&catid=17&Itemid=121> Acesso em: 23 mar. 2022.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Carta de Serviços**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/ministerio-do-turismo>> Acesso em: 29 jun. 2021a.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Embratur – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/embratur>> Acesso em: 05 ago. 2021b.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Guia turismo acessível**. Disponível em: <<https://turismoacessivel.gov.br/ta/index.mtur?windowId=21a>> Acesso em: 09 ago. 2021c.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021**. Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste. Diário Oficial da União, edição 222, seção 1, p. 130. Brasília, 26 de novembro de 2021d.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Programa de Regionalização do Turismo**. Disponível em: <<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/>> Acesso em: 10 abr. 2020a.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Mapa do Turismo Brasileiro 2019: perguntas e respostas**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/mapa/5.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2020b.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Passaporte Verde**: por um novo turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/3422-passaporte-verde--por-um-novo-turismo.html>> Acesso em: 04 jun. 2020c.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Glossário do Turismo**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>> Acesso em: 28 jul. 2020d.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Código de Conduta Brasil**. Disponível em: <<http://www.codigodeconduta.turismo.gov.br/index.php/pt/>> Acesso em 03 jun. 2020e.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Portaria nº 249, de 1º de agosto de 2019**. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 2 de agosto de 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Glossário do Turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. Brasília: Ministério do Turismo, 2018a.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília, 2018b.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Portaria nº 192, de 27 de dezembro de 2018**. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria Mtur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 28 de dezembro de 2018c.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Portaria nº 39, de 10 de março de 2017**. Estabelece regras e critérios para a formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos, para execução de projetos e atividades integrantes do Programa Turismo e respectivas Ações Orçamentárias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 15 de março de 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Turismo e sustentabilidade**: orientações para prestadores de serviços turísticos. Brasília: Ministério do Turismo, 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015**. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, 28 de agosto de 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**: Turismo e Sustentabilidade. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). **Ação Civil Pública nº 5056165-47.2021.4.04.7000**. Disponível em: <multimida.gazetadopovo.com.br/media/docs/1656201059_nova-acao-civil-publicamp-matinhos.pdf> Acesso em: 16 ago. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). **Em Matinhos, MP emite recomendação para que Instituto Água e Terra observe regras ambientais em licenciamento de projetos de revitalização da orla**. Disponível em: <comunicacao.mppr.mp.br/modules/noticias/article.php?storyid=23170> Acesso em: 16 ago. 2022.

MITRICA, B. *et al.* Developing an indicator-based framework to measure sustainable tourism in Romania. A territorial approach. **Sustainability**, v. 13, n. 5, p. 1-19, fev./mar. 2021.

MODICA, P. *et al.* An assessment of the implementation of the European tourism indicator system for sustainable destinations in Italy. **Sustainability**, v. 10, n. 9, p. 1-21, set. 2018.

MONTEIRO, R. R. Regulamentação urbana em revisão no Litoral do Paraná. In: XV ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, ENANPUR, 2013. **Anais...**, v. 15, n. 1, 2013.

MORIN, E. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 4 ed. São Paulo: Publicações Europa-América, 2000.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

MOSTAFANEZHAD, M. *et al.* **Political ecology of tourism**. Londres: Routledge, 2016.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and sustainability: development, globalisation na new tourism in the third world**. 3 ed. London: Routledge, 2009.

MÜLLER, D. *et al.* O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. In: I INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, 2011, Universidade do Algarve, Portugal. **Book of Proceedings...** vol. I, Algarve, 2011, p. 692-700.

MURRAY-MAS, I. El despertar de la ecología política del turismo. **Ecología política: cuadernos de debate internacional**. v. 52. Catalunya (ESP), dez. 2016.

MUTANA, S; MUKWADA, G. An exploratory assessment of significant tourism sustainability indicators for a montane-based route in the Drakensberg Mountains. **Sustainability**. v. 9, n. 7, p. 1-16, jul. 2017.

NASCIMENTO, E. C.; DENARDIN, V. F. Malhas de reciprocidade: a pesca coletiva da tainha da Ilha do Mel – litoral do Paraná. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 421-437, abr. 2017.

NEIL, J.; WEARING, S.; SZLAK, C. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Manole: 2014.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2005.

NEPAL, S.; SAARINEN, J. (eds.) **Political ecology and tourism**. Londres: Routledge, 2016.

NHAMO, G.; DUBE, K.; CHIKODZI, D. **Couting the cost of COVID-19 on the global tourism industry**. Alemanha: Springer, 2020.

NIAVIS, S.; *et al.* Conceptualising tourism sustainability and operationalising its assessment: evidence from a mediterranean community of projects. **Sustainability**, v. 11, p. 4042, jul. 2019.

NIÑEROLA, A.; SÁNCHEZ-REBULL, M.; HÉRNANDEZ-LARA, A.-B. Tourism research on sustainability: a bibliometric analysis. **Sustainability**, v.11, 2019.

NOERNBERG, M. A.; ANGELOTTI, R.; CALDEIRA, G. A.; SOUSA, A. F. R. Determinação da sensibilidade do litoral paranaense à contaminação por óleo. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, v. 12, p. 49-59, 2008.

NUNES, E. R.; MARTINS, M. F. Indicadores de sustentabilidade para o turismo sustentável: um estudo no município de Bananeiras (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 2, p. 258-273, mai/jul. 2019.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible? In: ALIMONDA, H. (org.). **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ÓLAFSDÓTTIR, R. The role of public participation for determining sustainability indicators for arctic tourism. **Sustainability**, v. 13, n. 1, p. 1-20, dez., 2021.

OLIVEIRA, O. F. **Indicadores essenciais para avaliação da atividade turística no município de Guajará-Mirim (RO)**. 2009. 108fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Rondônia, 2009.

OLIVEIRA, I. S. S.; *et al.* Indicadores de sustentabilidade: diretrizes para a gestão do turismo na APA litoral sul de Sergipe. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 46 - 55, 2008.

OLIVEIRA, F. R. Ecoturismo e turismo de aventura: organização e perspectivas. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2005, p. 202-217.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2000.

OLIVEIRA, M. A. S.; ROSSETTO, A. M. Políticas Públicas para o turismo sustentável no Brasil: evolução e perspectivas de crescimento para o setor. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 15, n. 3; p. 322-339, set./dez. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> Acesso em 09/08/2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução 75/229. Promoção do turismo sustentável, incluindo o ecoturismo, para a erradicação da pobreza e proteção do meio ambiente**. Aprovada em Assembleia Geral em: 21 dez. 2020. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N20/380/63/PDF/N2038063.pdf?OpenElement>> Acesso em: 01 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 25 de setembro de 2015a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução 70/193. Ano internacional do turismo sustentável para o desenvolvimento, 2017**. Aprovada em Assembleia Geral em: 22 dez. 2015b. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/449/71/PDF/N1544971.pdf?OpenElement>> Acesso em: 01 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Global and regional tourism performance**. Disponível em: <<https://www.unwto.org/global-and-regional-tourism-performance>> Acesso em: 10 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Glossary of Tourism Terms**. Disponível em: <<https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>> Acesso em: 22 mar. 2022a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Tourism for SDGS**. Disponível em: <<http://tourism4sdgs.org/>> Acesso em: 04 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Committee on Tourism and Sustainability**. Disponível em: <<https://www.unwto.org/committee-tourism-sustainability>> Acesso em: 05 jul. 2020a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Indicadores de desarrollo para los destinos turísticos**: Guia Prático. Madrid: OMT, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Making Tourism More Sustainable** – A Guide for Policy Makers. UNEP, UNTWO. 2005a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Código de Ética Mundial para o Turismo**. Santiago do Chile: OMT, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Carta do Turismo Sustentável**. Lanzarote, Ilhas Canárias, Espanha: OMT, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Agenda 21 for the travel & tourism industry: towards environmentally sustainable development**. World Travel & Tourism Council, 1995a.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial**. Filipinas: OMT, 1980.

ÖNDER, I; WÖBER, K; ZEKAN, B. Towards a sustainable urban tourism development in Europe: the role of benchmarking and tourism management information systems – A partial model of destination competitiveness. **Tourism Economics**. v. 23, n. 2, p. 243-259, fev., 2017.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC AND COOPERATION DEVELOPMENT (OECD). **Green Growth Indicators**. OECD Publishing, 2014.

PAKMAN, E. T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. In: XI SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM TURISMO, 2014. **Anais...** 2014.

PARANÁ. Casa Civil. **Lei nº 15.973/2008, de 13 de novembro de 2008**. Estabelece a Política de Turismo do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. Diário Oficial nº 7849 de 13 de novembro de 2008.

PARANÁ. Casa Civil. **Lei nº 12.215, de 10 de julho de 1998**. Institui a ECOPARANÁ, sob a modalidade de serviço social autônomo, para as finalidades que especifica e adota outras providências. Diário Oficial da União, nº 5.289, de 10 de julho de 1998.

PARANÁ. Governo do Estado. **PDS Litoral 2035**: Plano para o desenvolvimento sustentável do litoral do Paraná. 2019a.

PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>> Acesso em: 25 mai. 2019b.

PARANÁ. Casa Civil. **Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019**. Dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Diário Oficial nº 10.439, de 20 de maio de 2019c.

PARANÁ. Casa Civil. **Lei nº 19.811, de 05 de fevereiro de 2019**. Cria o Programa Parcerias do Paraná, estabelecendo normas para desestatização e contratos de parceria no âmbito da Administração Pública Executiva Estadual e de suas entidades, institui o Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura e altera os dispositivos que especifica da Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012. Diário Oficial da União nº 10369, de 05 de fevereiro de 2019d.

PARANÁ. Casa Civil. **Decreto nº 1.953, de 05 de julho de 2019**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 19.811, de 2019, quanto à composição e competências do Conselho do Programa de Parcerias do Paraná e de sua Unidade Gestora e aos procedimentos para contratação de parcerias no âmbito do Programa, e dá outras providências. Diário Oficial da União nº 10.471, de 5 de julho de 2019e.

PARANÁ. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. **Litoral do Paraná**. Disponível em:
<<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=248>>
Acesso em: 10 abr. 2020a.

PARANÁ. Casa Civil. **Lei nº 20.077/2019, de 18 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023 e dá outras providências. Diário Oficial da União nº 10597, de 3 de janeiro de 2020b.

PARANÁ. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. **Conexão Ambiental: Selo Clima Paraná**. Disponível em:
<<http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Selo-Clima-Parana#>> Acesso em: 22 jul. 2021.

PARANÁ. Casa Civil. **Lei nº 20.781, de 16 de novembro de 2021**. Altera a Lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023. Diário Oficial nº 11058, de 18 de novembro de 2021b.

PARANÁ TURISMO. **Plano Operacional Litoral do Paraná**. 2022.

PARANÁ TURISMO. **Paraná Turismo: Plano Plurianual 2020-2023**. Disponível em: <<https://www.paranaturismo.pr.gov.br/Pagina/Parana-Turismo>> Acesso em: 03 jun. 2022a.

PARANÁ TURISMO. **Regiões turísticas do Paraná**. Disponível em:
<<https://www.paranaturismo.pr.gov.br/Turista/Pagina/Regioes-Turisticas-do-Parana>> Acesso em: 20 mai. 2022b.

PARANÁ TURISMO. **Sondagem dos impactos da Covid-19**. Disponível em:
<<https://www.turismo.pr.gov.br/Noticia/SONDAGEM-DOS-IMPACTOS-DA-COVID-19>> Acesso em: 05 ago. 2021a.

PARANÁ TURISMO. **Retomada do Turismo no Paraná**. Disponível em:
<<https://www.turismo.pr.gov.br/Coronavirus>> Acesso em: 05 ago. 2021b.

PARANÁ TURISMO. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. **Turismo em números**. 2020.

PARANÁ TURISMO. **Regionalização e Segmentação do turismo no Paraná**. 2019.

PARANÁ TURISMO. **Plano Operacional Litoral do Paraná**. 2018b.

PARANÁ TURISMO. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. **Turismo em números**. 2018a.

PARANÁ TURISMO. **Orientação para Gestão Municipal do Turismo**: guia prático para dirigentes públicos municipais de turismo. Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 2017.

PARTIDÁRIO, M. R. Ambiente e turismo. Economia e perspectiva. **Revista do Ministério da Economia**, p. 79-88; 1999.

PERNA, F., *et al.* **Economia, ambiente e sustentabilidade no turismo**. Faro, Portugal: UAlg ESGHT, 2013.

PIERRI, N. *et al.* A ocupação e uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 13, n. 13, p. 137-167, 2006.

PIERRI, N. O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 8, n. 8, p. 25-41, 2003.

PIGNARRE, P.; STENGERS, I. **La sorcellerie capitaliste**: pratiques de désenvoûtement. Paris: Découverte, 2005.

PIMENTA, J. Desenvolvimento sustentável e povos indígenas: os paradoxos de um exemplo amazônico. **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 115-150, 2004.

PIMENTA, J. **Reciprocidade, mercado e desigualdade social entre os Ashaninka do Rio Amônia**. Brasília: UnB, 2006.

PINHEIRO, L. V. R. **Lei de Bradford**: uma reformulação conceitual. 1982. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 1982.

PIVČEVIĆ, S.; PETRIĆ, L.; MANDIĆ, A. Sustainability of tourism development in the Mediterranean-Interregional similarities and differences. **Sustainability**, v. 12, n. 18, p. 1-17, set., 2020.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL (PDTIS). **Polo turístico do Litoral Paranaense**. [s/l], 2010.

POLIDORO, M.; DESCHAMPS, M. V. Segundas residências e urbanização no litoral do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v. 34, n. 125, p. 213-235, jul./dez. 2013.

POSO, H. P. *et al.* Glamping: outro olhar sobre a prática do campismo enquanto produto turístico. In: 13º FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUAÇU, 2019, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2019.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.

PULIDO, L.; BARRACLOUGH, L.; CHENG, W. Esto no es una guía turística: A People's Guide to Los Angeles. **Ecología política: cuadernos de debate internacional**. v. 52. Catalunya (ESP), dez. 2016.

QIAN, J.; SHEN, H.; LAW, R. Research in sustainable tourism: a longitudinal study of articles between 2008 and 2017. **Sustainability**, v. 10, n. 3, p. 1-13, 2018.

RABINOVICI, A.; LAVINI, C. ONGs – Ecos de um turismo sustentável. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2005, p. 105-130.

RAYNAUT, C., *et al.* O desenvolvimento sustentável regional: o que proteger? Quem desenvolver? In: **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 47, p. 275-289, out. 2018.

REES, W.; WACKERNAGEL, M. **Our Ecological Footprint: reducing human impact on the Earth**. New Society Pub, 1995.

REJOWSKI, M. (org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

REYNA, M. Propuesta de indicadores de Turismo sostenible para Tenerife. In: **Seminário Internacional Indicadores Ambientales de Turismo**. Murcia (ESP), 2002.

RODRIGUES, A. B (org.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, A. M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002.

ROMAGOSA, F. The COVID-19 crisis: oportunities for sustainable and proximity tourism. **Tourism Geographies**, v. 22, n. 3, p. 690-694, 2020.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1974.

RUHANEN, L.; MOYLE, C.L.; MOYLE, B. New directions in sustainable tourism research. **Tourism Review**, 2018.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri – São Paulo: Manole, 2010.

SAARINEN, J. **Tourism and Sustainable Development Goals**. London: Routledge, 2020.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

- SALVATI, S. S; A certificação e as dimensões da sustentabilidade e da qualidade dos produtos e serviços em ecoturismo. In: NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2005, p. 62-104.
- SALVATI, L. H; CARDOZO, P. F. Meu sangue é vermelho: FUNAI versus Reserva Pataxó da Jaqueira em Porto Seguro – BA. In: 11º FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU. Foz do Iguaçu, 2017. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2017.
- SAMPAIO, R. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, v. 13, n. 13, p. 169-186, jan./jun. 2006.
- SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Cultur. Revista de Turismo e Cultura**, v. 6, n. 1, p. 25-39, fev. 2012.
- SANCHES, A. C. *et al.* Análise dos estudos sobre indicadores de sustentabilidade no turismo: uma revisão integrativa. **Revista Turismo em Análise – RTA**. v. 29, n.2, p. 292-311, mai/ago, 2018.
- SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Cultura. **Pesca artesanal da tainha recebe certificado de patrimônio imaterial de Santa Catarina**. Abr. 2019. Disponível em: <<https://cultura.sc.gov.br/noticias/21743-pesca-artesanal-da-tainha-sera-certificada-como-patrimonio-imaterial-de-santa-catarina>> Acesso em: 20 jun. 2022.
- SANTOS, J. G. **Sistema de indicadores de sustentabilidade para o turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE**. 2013. 221 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2013.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.
- SANTOS, A. G. *et al.* Análise da evolução recente da estrutura econômica do litoral paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v. 39, n. 135, p. 69-87, jul./dez. 2018.
- SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. Atividades turísticas e indicadores de sustentabilidade: um estudo em um destino turístico brasileiro. **Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 16, n. 1, p. 37-54, 2018.
- SANTOS, J. G.; CÂNDIDO, G. A. A (in)sustentabilidade ambiental das atividades turísticas da “melhor praia do Brasil”: um estudo de caso em Porto de Galinhas, PE. In: PERNA, F. *et al.* **Economia, ambiente e sustentabilidade no turismo**. Faro, Portugal: UAIG ESGHT, 2013, p. 137-148.
- SÃO PAULO TURISMO (SPTURIS). **Observatório do turismo**. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.com.br/>> Acesso em: 05 jul. 2020.

SCHLÜTER, R. G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003.

SCHNEIDER, A. H. **Visões sobre o risco climático no litoral do Paraná**. 2020. 408 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2020.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **Revista de Cultura e Turismo - CULTUR**, v. 9, n. 1, p. 36-59, fev. 2015.

SCÓTOLO, D.; PANOSSO NETTO, A. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SERRANO, L.; SIANES, A.; ARIZA-MONTES, A. Using bibliometric methods to shed light on the concept of sustainable tourism. **Sustainability**, v. 11, n. 24, p. 1-25, dez. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Normatização e Certificação de Turismo Sustentável**. Mato Grosso: Sebrae, 2019.

SILVA, R. C. **A interferência parlamentar no orçamento do Ministério do Turismo**: discurso e realidade das políticas públicas de turismo no Brasil. 2020. 248 f. Tese (Doutorado em Turismo) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2020.

SILVA, C. R. **Análise da efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios do litoral do Paraná, considerando os aspectos socioambientais**. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2018.

SILVA, N. C.; CÂNDIDO, G. A. Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do município de Areia-PB. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 10, n. 3, p. 475-496, set./dez. 2016.

SILVA, Y. F. Produção alimentar, turismo de base comunitária e economia solidária: uma associação que favorece o desenvolvimento local? In: PERNA, F., *et al.* **Economia, ambiente e sustentabilidade no turismo**. Faro, Portugal: UAlg ESGHT, 2013, p. 189-200.

SOUZA, K. K. **A dimensão ética do turismo sustentável**. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SOUZA, C. L.; SANTOS, J. G.; RAMALHO, A. M. C. Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: um caminho para o alcance do turismo sustentável. In: IX SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-

GRADUAÇÃO EM TURISMO. 2012, Universidade Anhembi Morumbi. **Anais...** São Paulo, 2012.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000.

TEIXEIRA, J. C.; ENDLICH, A. M. O turismo de base comunitária, as pequenas localidades e seus grandes desafios no estado do Paraná. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA. 2021 (online). **Anais...** 2021.

TELLES, D. H. Q. **Análise sobre a situação socioambiental e atividade turística da Vila de Encantadas, Ilha do Mel – Paraná**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2007.

TEMBIAPO. **Turismo na Aldeia Kuaray Guatá Porã**. Disponível em: <<https://tembiapo.com.br/turismo-comunidades-indigenas/aldeia-kuaray-guata-pora/>> Acesso em: 25 ago. 2019.

TORRES-DELGADO, A.; SAARINEN, J. Using indicators to assess sustainable tourism development: a review. **Tourism Geographies**, v. 16, p. 31-47, dez. 2013.

TOURING CLUB. **Bandiera Arancioni**. Disponível em: <<https://www.bandierearancioni.it/>> Acesso em: 18 nov. 2021.

TOURMIS. Disponível em: <https://www.tourmis.info/index_e.html> Acesso em: 16 nov. 2021.

TOURTELLOT, J. **Destination Scorecard: 115 Places Rated (2007)**. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/traveler/pdf/115_destinations_article.pdf> Acesso em: 30 out. 2021.

TRENTIM, F. Turismo e governança: abordagem teórica. In: IX SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL; II COLÓQUIO EM HOSPITALIDADE: PESQUISA E ENSINO. 2017, Universidade de Caxias do Sul. **Anais...** Turismo, Hospitalidade e Gestão. Caxias do Sul, 2017, p. 85-93.

TUDORACHE, D. *et al.* Difficulties and challenges in applying the European Tourism Indicators System (ETIS) for sustainable tourist destinations: the case of Braşov county in the Romanian Carpathians. **Sustainability**, v. 9, n. 10, p. 1-19, out. 2017.

TURNER, L.; ASH, J. **La horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer**. Madrid: Editorial Endymión, 1991.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAM (UNEP). **Green Passport**. Disponível em: <<http://www.unep.fr/greenpassport/>> Acesso em: 04 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Segunda Nota Técnica. A obra de recuperação da Orla de Matinhos:** pendências técnicas e riscos associados. Publicada em 30 nov. 2020. Disponível em: <g1pr.rpc.com.br/2aNotaTecnica_GT-UFPR_Engorda_Dez2020.pdf> Acesso em: 16 ago. de 2022.

UYAR, A.; KARAMAN, A. S.; KILIC, M. Institutional drivers of sustainability reporting in the global tourism industry. **Tourism Economics**, v. 27, n. 1, p. 105-128. 2021.

VALENTE, T. P. **Turismo de base comunitária em Guaraqueçaba-PR:** histórico, estado atual e potencialidades de inovação. 2016. 53 f. Monografia (Especialização em Economia e Meio Ambiente) – Pós Graduação em Gestão Florestal, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2016.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. 2002. 279 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Departamento de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2002.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade:** a legitimação de um novo valor. São Paulo: Senac São Paulo, 2010.

VIAJE PARANÁ. **Litoral do Paraná.** Disponível em: <<https://www.viajeparana.com/Litoral-do-Parana>> Acesso em: 06 jun. 2022.

VIÉGAS, R. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 19, p. 145-157, jan./jun. 2009.

VILANI, R. M. Expropiación de la naturaleza y conflictos ambientales: la expansión de los *resorts* em Brasil. **Ecología política:** cuadernos de debate internacional. v. 52. Espanha, Catalunya, dez. de 2016.

VOLPI, Y. D.; PAULINO, S. R. A sustentabilidade em meios de hospedagem: enfoque na materialidade dos serviços. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 52, p. 386-410, dez. 2019.

WEDY, G. **O princípio constitucional da precaução:** como instrumento de tutela do meio ambiente e da saúde pública. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 47-60.

WESTPHAL, E. **Para além do paraíso:** uma reinterpretação sociológica do discurso ambiental sobre as identidades de grupos tradicionais e de suas práxis religiosas populares na Ilha do Mel. 2014. 305 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2014.

WILKISON, E. The ambiguity of Bradford's law. **J. Docum.**, n. 28, p. 122-130, jun. 1972.

WOHLIN, C. Guidelines for snowballing in systematic literature studies and a replication in software engineering. In: 18th INTERNATIONAL CONFERENCE ON EVALUATION AND ASSESSMENT IN SOFTWARE ENGINEERING. **Proceedings...** article nº 38, 2014.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF BRASIL). Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/>> Acesso em: 07 jun. 2020.

YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (orgs). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002.

ZAMIGNAN, G. **O olhar da comunidade sobre o arranjo socioprodutivo de turismo de base comunitária em Morretes (PR): vivências, experiências e aprendizados**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2012.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 22, p. 2-14, 2008.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. (orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

APÊNDICE – A REVISÃO NARRATIVA

Esse Apêndice apresenta a lista de artigos que compõem o Capítulo III, conforme pesquisa nas bases de dados descrita na Metodologia estabelecida para esta tese. Inicialmente a pesquisa nas bases de dados Scopus e Web of Science resultou em 384 trabalhos. A Scopus foi a primeira base consultada, e de um resultado de 171 artigos, 72 foram considerados ‘aceitos’ para a pesquisa.

Na Web of Science obteve-se um total de 213 resultados. Destes, 123 já haviam aparecido como resultados na base Scopus, portanto já tendo sido analisados nos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. Sendo assim, esses 123 repetidos foram considerados como rejeitados na base Web of Science, ficando desta base um universo de 90 artigos, dos quais apenas 14 foram considerados aceitos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para a pesquisa.

Desse modo, de um universo inicial de 384 trabalhos, 86 foram considerados ‘aceitos’ de acordo com os critérios estabelecidos para a pesquisa, dividindo-se em prioridades (7 muito alta; 40 alta; 31 média; 8 baixa).

Antes da apresentação da lista de trabalhos, algumas observações gerais:

- 25 artigos não apresentam sistemas de indicadores, mas discutem o tema;
- 26 desenvolveram seu próprio sistema; e
- 35 estudam ou aplicam outros sistemas de indicadores, podendo ocorrer o uso de mais de um sistema em um mesmo estudo.

Foram computados: 8 artigos abordando indicadores da OMT; 8 abordando o sistema ETIS; 7 o Método Delfos; 3 o modelo DPSIR; 3 o CGST; e 2 utilizando outros autores/publicações locais. Outros sistemas encontrados/citados uma vez ou por um único

artigo: SUSTAIN; QUALITY COAST; TourMIS; Ecological Footprint; MESMIS; padrão técnico; Destination Scorecard; Barômetro (Ko); Bandeira Laranja; OCDE; DEA; e Butler.

Quanto aos locais de publicação, 55 artigos têm origem ou aplicação na Europa; 26 na Ásia; quatro na América do Norte; 4 na África; um na América do Sul (Colômbia); e um na América Central (México). Dos 86 artigos da Scopus e Web of Science, 10 são estudos teóricos, sendo dois do Brasil.

Com relação ao ano das publicações:

- 2021 – 24 artigos = 27%
- 2020 – 16 artigos = 18%
- 2019 – 22 artigos = 15%
- 2018 – 13 artigos = 15%
- 2017 – 11 artigos = 12%

A seguir, apresentam-se seis quadros contendo informações sobre os artigos consultados. Os quadros foram divididos conforme a seleção de prioridade, sendo os cinco primeiros referentes à busca na Scopus e na Web of Science; e um último quadro apenas para a base de dados da USP.

PRIORIDADE MUITO ALTA

Foram sete artigos considerados como prioridade muito alta, sendo seis das bases Scopus e Web of Science, e um da Scopus. Quanto à localização, a maior parte é de publicações da Europa (Bélgica, Alemanha, Lituânia, Áustria, Espanha), sendo que a Espanha é o local de publicação de dois dos artigos selecionados. A Ásia está representada pelos países Chipre e Indonésia.

QUADRO 1 – PRIORIDADE MUITO ALTA

	TÍTULO	ANO	OBSERVAÇÃO	LOCAL	INDICADOR	BASE
1	Developing an indicator-based framework to measure sustainable tourism in romanía. A territorial approach. (MITRICA, et. al.)	2021		Bélgica	Desenvolveu seu próprio sistema	Scopus + WOS
2	Strengths, weaknesses and challenges of municipalities in North Cyprus aspiring to be a sustainable Cittaslow tourism destination	2021	O papel do poder público no turismo sustentável	Chipre	Não tem	Scopus + WOS
3	Measuring and comparing the sustainability of coastal tourism destinations in Germany, Lithuania, and Indonesia	2020	Aplicação de indicadores em comunidades costeiras	Alemanha, Lituânia e Indonésia	SUSTAIN + QualityCoast	Scopus + WOS
4	An approach to measuring sustainable tourism at the local level in Europe	2020	Análise indicadores	Europa	Desenvolveu seu próprio sistema 2	Scopus + WOS
5	Sustainable tourism tags to reward destination management	2019		Andaluzia (Espanha)	Sistema próprio	Scopus + WOS
6	Towards a sustainable urban tourism development in Europe: The role of benchmarking and tourism management information systems - A partial model of destination competitiveness	2017	Önder et.al. (2017)	Austria	TourMIS	Scopus + WOS
7	Measuring Tourism Sustainability: The Case of Andalusia	2021	Indicadores de turismo sustentável Espanha. (Capítulo de livro)	Espanha	OMT 2015	Scopus

FONTE: A autora.

PRIORIDADE ALTA

Foram 40 publicações consideradas como prioridade alta, sendo 22 constantes na Scopus e na Web of Science; 10 apenas na Scopus; e oito apenas na Web of Science. Das 40 publicações, seis não apresentam um local específico de estudo, consistindo em pesquisas teóricas.

De maneira geral e a partir do analisado nesse conjunto de artigos, parece haver maior interesse em desenvolver novas metodologias do que aplicar estruturas de indicadores existentes.

Quanto à origem das publicações, em âmbito continental, novamente a Europa se destacou:

- América do Norte: México, 3 publicações;
- Ásia: Tailândia (4 publicações), Chipre (2 publicações), Indonésia, Filipinas, Irã, Índia, Malásia, Vietnã e Cazaquistão;
- Europa: Itália (6 publicações), Espanha (5 publicações), Grécia (4 publicações), Croácia (3 publicações), Portugal (3 publicações), França (2 publicações), Eslovênia (2 publicações), Sérvia (2 publicações), Islândia, Reino Unido, Malta, Romênia e Rússia;
- África: África do Sul (2 publicações) e Namíbia; e
- América do Sul: Colômbia.

QUADRO 2 – PRIORIDADE ALTA

	TÍTULO	ANO	OBSERVAÇÃO	LOCAL	INDICADOR	BASE
1	Community- based tourism through food: A proposal of sustainable tourism indicators for isolated and rural destinations in Mexico	2021	Proposta de 27 indicadores turismo rural de base comunitária (dimensões sociocultural, ambiental, turística e econômica)	México	Desenvolveu seu próprio	Scopus + WOS

2	Environmental effects of tourism and its seasonality on Mediterranean islands: the contribution of the Interreg MED BLUEISLANDS project to build up an approach towards sustainable tourism	2021	Projeto envolvendo turismo sustentável nas 3 dimensões Ambiente costeiro	Ilhas do Mediterrâneo (Chipre, Itália e Grécia)	Ecological footprint + indicadores próprios: foco na dimensão ambiental	Scopus + WOS
3	Sustainable tourism development in mountain areas in Šumadija and Western Serbia	2021		Sérvia	Indicadores da EU (econômico, sociais, culturais, ambientais e de satisfações turística) *CORE SET INDICATORS?	Scopus + WOS
4	Institutional drivers of sustainability reporting in the global tourism industry (UYAR; KARAMAN; KILIC, 2021)	2021	Apresenta críticas ao turismo sustentável e relação política: que em se tratando de divulgação de informações sobre sustentabilidade no turismo, o mais relevante são questões ambientais.	Não tem (Autores da França, Kwait e Turquia)	Não tem	Scopus + WOS
5	The role of public participation for determining sustainability indicators for arctic tourism (ÓLAFSDÓTTIR, 2021)	2021	Seleção de indicadores planejamento pp	Islândia	Desenvolveu seu próprio	Scopus + WOS
6	Creating local sustainability indicators towards evidence-based policymaking for tourism in developing economies: Evidence from the Philippines	2021	Indicadores, sustentabilidade e pp Comprar texto completo	Filipinas	Com base em outros, propõe seu próprio	Scopus + WOS
7	Sustainable tourism planning and management for sustainable livelihoods	2021	Foco na comunidade (e pp)	África do Sul	OMT Choi e Sirakay (2006) Bulatovic e Rajovic (2006)	Scopus + WOS
8	Sustainable tourism development indicators for mountain destinations in the Republic of Serbia	2020		Sérvia	Indicadores da EU	Scopus + WOS
9	Sustainable tourism development performance in the wetland areas: a proposed composite index	2020	Desenvolveu conjunto de 69 indicadores (ambiental, sociocultural e econômico)	Irã	Método Delfos - Delphi	Scopus + WOS

10	Sustainability of tourism development in the Mediterranean-Interregional similarities and differences	2020	Reflexão crítica sobre indicadores de sustentabilidade no turismo	Croacia	Diversos + DPSIR	Scopus + WOS
11	Can indicators for sustainable tourism improve tourism planning in the coastal destinations? empirical evidence from catalonia, istrian region and tuscan region	2020	Indicadores sustentabilidade ambiente costeiro	Mediterrâneo (Catalunha, Istria e Tuscany)	European Tourism Indicator System (ETIS) – 33 indicadores	Scopus
12	Sustainability indicators for the economic evaluation of tourism investments on islands	2020	Planejamento e turismo sustentável	Não tem... ilha, em geral (Autores da Itália)	Desenvolveu seu próprio sistema	Scopus + WOS
13	A heuristic fuzzy algorithm for assessing and managing tourism sustainability	2020	Metodologia mensuração sustentabilidade	Itália	Próprio sistema + OMT + Critérios do Conselho Global de Turismo Sustentável	Scopus + WOS
14	Sustainable tourism indicators for co to-Van Don Islands	2020		Vietnã	Método Delphi/Delfos – 24 indicadores selecionados (ambiental, econômico, cultural e social)	SCOPUS
15	The influence of negative political environment on sustainable tourism: A study of Aksu-Jabagly world heritage site, Kazakhstan	2020	Política públicas	Cazaquistão	Não aborda indicadores – percepção da comunidade	Scopus + WOS
16	Conceptualising tourism sustainability and operationalising its assessment: Evidence from a Mediterranean Community of projects	2019	Conceitos Ambiente costeiro	Mediterrâneo	Análise diferentes indicadores	Scopus + WOS
17	A sustainable tourism policy research review (GUO; JIANG; LI, 2019)	2019	Políticas públicas Pesquisadores de origem chinesa	Não tem (Autores da China)	Não tem sistemas de indicadores, é revisão de literatura	SCOPUS

18	Synthetic indicators and sustainable coastal tourism in Murcia, Spain	2019	Indicadores omt	Murcia, Espanha	Baseado na OMT	Scopus + WOS
19	Selection process of sustainable indicators for the Algarve region-OBSERVE project	2019	Seleção de indicadores	Algarve	Selecionou indicadores a partir de outros preexistentes	Scopus + WOS
20	How sustainable is our destination? A snap-shot from the first Indonesia sustainable tourism destination award	2019	Ver critérios de sustentabilidade (conselho)	Indonesia	GSTC	SCOPUS
21	Local impacts of creative tourism initiatives	2019		Tailandia	3 dimensões – ferramenta própria	SCOPUS
22	An Evaluation of Sustainable Tourism in the Developing Countries of Asia Using a Sustainable Tourism–Measurement Model: A Comparison of India, Malaysia, and Thailand	2019		ÍNDIA, MALÁSIA E TAILANDIA	Próprio sistema – STM (Sustainable Tourism measurement)	SCOPUS
23	An assessment of the implementation of the European tourism indicator system for sustainable destinations in Italy	2018	Aplicação sistema de indicadores europeu	Italia	ETIS	SCOPUS + WOS
24	The ISOST index: A tool for studying sustainable tourism	2018		Espanha (Catalunha)	Índice ISOST (próprio)	Scopus + WOS
25	A dynamic sustainable tourism evaluation using multiple benchmarks	2018	Avaliação sustentabilidade	Espanha (Andaluzia)	Indicador próprio: Índice Dinâmico Diferencial (DDI)	Scopus + WOS
26	Methodological Proposal to Evaluate Touristic Activity with Local Sustainability Criteria in the Hydrographic Sub-Basins of the Huasteca Potosina, Mexico	2018	Comparação indicadores para avaliação sustentabilidade	México	Framework for the Evaluation of Natural Resource Management Systems Incorporating Sustainability Indicators (MESMIS)	SCOPUS

27	Sustainable tourism research towards twenty-five years of the journal of sustainable tourism (MAULEON-MENDEZ <i>et al.</i> , 2018)	2018	Pesquisa bibliométrica – PESQUISADORES ESPANHÓIS	Não tem (País dos autores: Espanha)	Sem indicadores	Scopus + WOS
28	The development of sustainable tourism indicators in Thailand	2018		Tailandia	Indicadores próprios	SCOPUS
29	Difficulties and challenges in applying the European Tourism Indicators System (ETIS) for sustainable tourist destinations: The case of Braşov county in the Romanian Carpathians	2017	Aplicação indicadores europa	Romenia	ETIS	Scopus + WOS
30	An exploratory assessment of significant tourism sustainability indicators for a montane-based route in the Drakensberg Mountains	2017	Aplicação de indicadores	África do SUL	GSTC	Scopus + WOS
31	Sustainable tourism development including the enhancement of cultural heritage in the city of Nafpaktos–Western Greece	2017	Estudo de caso	Grecia	Seleciona 18 indicadores	Scopus + WOS
32	The development of sustainable tourism indicators for the islands of the Northern Sporades Region in Greece	2017		Grécia	Próprio sistema	SCOPUS
33	Sustainability Indicators and Statistical Information on Tourism in Portugal	2021		Portugal	Não tem indicadores, fala só sobre estatísticas	WOS
34	Using bibliometric methods to shed light on the concept of sustainable tourism (SERRANO; SIANES; ARIZA-MONTES, 2019)	2019	Pesquisa bibliométrica	Não tem (Origem dos autores: Espanha)	PESQUISA BIBLIOMÉTRICA	WOS
35	Tourism development in Mazatlan, Mexico: na analysis of the conditions of sustainability	2019		México	OMT	WOS
36	Sustainability in the swimming área El Rodadero in Santa Marta, Colombia	2018	Ver embasamento teórico dele	Colômbia	Padrão Técnico Setorial de	WOS

						Turismo- Destinos de Praia - Requisitos de Sustentabilidade (NTS-TS-001-2)	
37	Smart sustainability: a new perspective in the sustainable tourism debate	2018	SOBRE CIDADES INTELIGENTES, GESTÃO, PLANEJAMENTO – MENCIONA INDICADORES	Não tem (Origem dos autores: Espanha)	NÃO APLICA	WOS	
38	Measuring sustainability in tourism destinations: adaptation of indicator sets to local conditions Illustrated by the example of Windhoek, Namibia	2020		Namíbia	Não apresenta, apenas discute	WOS	
39	Sustainability indicators as a support for tourism planning: conceptual and methodological issues (NETTO, 2021)	2021		Não tem (Origem do autor: Brasil)	OMT, Barômetro (KO) Destination Scorecard	WOS	
40	The concept of sustainable rural tourism development in face of Covid-19 crisis: evidence from Russia	2021		Rússia	ETIS	WOS	

FONTE: A autora.

PRIORIDADE MÉDIA

Foram 31 trabalhos classificados como prioridade média, sendo 19 das bases Scopus e Web of Science; 8 constantes apenas na Scopus; e 4 apenas na Web of Science.

Quatro publicações são teóricas, e quanto ao restante, há predominância de publicações europeias:

- Europa: Espanha (2x), Itália (2x), Turquia, Tchecoslováquia, Portugal, Irlanda, Polónia, Eslováquia, Reino Unido, Rússia e Alemanha;
- Ásia: Malásia, Tibet, China, Índia, Irã, Taiwan, Indonésia, Tailândia;
- América Central: Caribe; e
- África: Etiópia.

QUADRO 3 – PRIORIDADE MÉDIA

	TÍTULO	ANO	OBSERVAÇÃO	LOCAL	INDICADOR	BASE
1	Evaluation of sustainable rural tourism. The case of uzundere district, erzurum, turkey	2021	33 indicadores para ao turismo rural	Turquia	Delfos	Scopus
2	Drivers for sustainability awareness development in tourism curricula: The case of spanish universities	2021	Estudo de turismo e sustentabilidade	Espanha	Não se aplica – indicadores para o estudo do turismo	Scopus
3	Comparison of Methodological Approaches for the Evaluation of Ecosystem Services for Options to Develop Sustainable Tourism Forms (Ecotourism) (Example: Bratislava IV)	2021	Proposta de indicadores para avaliação da paisagem	Bratislava	Criaram indicadores	Scopus
4	Transformation of the landscape in the conditions of the slovak republic for tourism	2021	Dimensão ambiental	Eslováquia	DPSIR	Scopus + wos
5	Sustainability and tourism marketing: A bibliometric analysis of publications between 1997 and 2020 using vosviewer software	2021	Sustentabilidade e mkt – estado da arte	Não tem	Não tem	Scopus + wos

						(Origem do autor: Portugal)			
6	The use of the Delphi method with non-parametric analysis for identifying sustainability criteria and indicators in evaluating ecotourism management: the case of Penang National Park (Malaysia)	2021		Desenvolvimento de conjunto de indicadores para um Parque Nacional	Malásia	Método Delphi	Scopus		
7	The language of sustainable tourism as a proxy indicator of quality	2021		Teoria turismo sustentável	Reino Unido	Não tem – pesquisa teórica	Scopus + wos		
8	Is sustainable development reasonable for tourism destinations? An empirical study of the relationship between environmental competitiveness and tourism growth	2021			Não tem (Origem do autor: China)	Não tem	Scopus + wos		
9	Evaluation indicator system of national park tourism sustainability management: A case study of Selin Co-Puruogangri Glacier in Tibet	2020		Sistema indicadores para Parque Nacional	Tibet	Selecionou alguns	Scopus		
10	Poor residents' perceptions of the impacts of tourism on poverty alleviation: From the perspective of multidimensional poverty	2020		Percepção da comunidade	China	Delphi	Scopus + wos		
11	Assessing tourism sustainability in hill towns: Case study of Shimla, India	2020			Índia	Indicadores próprios	Scopus + wos		
12	Using a two-stage DEA model to measure tourism potentials of EU countries and Western Balkan countries: An approach to sustainable development	2020			32 países Europa	MÉTODO DEA (mede eficiência)	Scopus + wos		
13	Challenge for planning by using cluster methodology: The case study of the algarve region (BIENVENIDO-HUERTAS <i>et al.</i> , 2020)	2020		Mensuração sustentabilidade	Portugal	Indicadores OBSERVA (Observatório do Algarve)	Scopus + wos		
14	The role of a national park in classifying mountain tourism destinations: An exploratory study of the Italian Western Alps	2019		Estudo de caso	Itália	Próprios	Scopus + wos		
15	The social-ecological status of small islands: An evaluation of island tourism destination management in Indonesia	2019		Ferramentas de mensuração	Indonésia	Conjunto de diversos índices	Scopus + wos		
16	Local authority sustainable planning for tourism: lessons from Ireland	2019		Planejamento turismo sustentável	Irlanda	Não tem	Scopus + wos		

17	Fuzzy logic approach in the modeling of sustainable tourism development management	2019			Polónia	Método próprio	Scopus + wos
18	An Operational Non-compensatory Composite Indicator: Measuring Sustainable Tourism in Andalusian Urban Destinations	2019			Espanha	OCDE	Scopus
19	Assessing impacts of implementing low-carbon tourism program for sustainable tourism in a world heritage city	2019		Pegada de carbono	Tailândia	Indicadores próprios + OMT	Scopus + wos
20	Residents' satisfaction with tourism and the European Tourism Indicator System in South Sardinia			Percepção comunidade local	Itália	ETIS	Scopus + wos
21	Assessing progress of tourism sustainability: Developing and validating sustainability indicators	2019		Teste de indicadores	Etiópia	Delphos	Scopus + wos
22	The Orange Flag of the Touring Club Italiano: An instrument for the valorization of Italian villages	2019			Itália	Bandeira Laranja (250 indicadores)	Scopus
23	Elaboration of a cognitive model of a local tourist recreational complex aimed at sustainable development	2019		Ambiente corporativo	Rússia	OMT	Scopus
24	Integrated coastal-zone management for sustainable tourism using a decision support system based on system dynamics: A case study of Cijin, Kaohsiung, Taiwan	2018			Taiwan	DPSIR	Scopus + wos
25	How to use composite indicator and linear programming model for determine sustainable tourism	2017			Irã	Delphos	Scopus + wos
26	Making small towns visible in europe: The case of cittaslow network – The strategy based on sustainable development	2017			Europa em geral	Não tem	Scopus + wos
27	Implementation of sustainable tourism in the German Alps: A case study	2017			Alemanha	NÃO TEM	Scopus + wos
28	Ranking environmental aspects of sustainable tourism: case of selected european countries	2021		Contém pesquisa bibliométrica	Austria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre,	Não tem indicadores específicos, realiza análise de dados cinzentos	wos

					Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Holanda, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia e Reino Unido	Grey Systems Theory (GST)	
29	Sustainable tourism and the diferentes approaches and tools for its measurement	2019		Esse trabalho já foi lido e consta no Cap. III	Não tem – pesquisa teórica (Origem do autor: Brasil)		Wos + Redalyc
30	Sustainability and resilience in caribbean tourism economies: a critical inquiry	2017			Caribe	Não tem	WOS
31	Mapping a sustainable and responsible tourism paradigm: a bibliometric and citation network	2021		Mapeamento bibliográfico	Não tem (Origem dos autores: Eslovênia, Hungria e Irã)	Não tem	WOS

FONTE: A autora

PRIORIDADE BAIXA

Foram oito artigos considerados como prioridade baixa: quatro das bases Scopus e Web of Science; dois apenas da Scopus; e 2 apenas da Web of Science. Dos oito, três são oriundos da Europa (Alemanha, Romênia e Portugal); três da Ásia (Indonésia, Taiwan e Irã); e um da América do Norte (Cuba).

QUADRO 4 – PRIORIDADE BAIXA

	TÍTULO	ANO	OBSERVAÇÃO	PAÍS	INDICADORES	BASE
1	The Development of International Sustainable Industrial Tourism on the Example of Germany	2021		Alemanha	?	SCOPUS
2	The WHS designation-A factor of sustainable tourism growth for Romanian rural areas?	2018		Romênia	ETIS	Scopus + WOS
3	Governing Locally for Sustainability: Public and Private Organizations' Perspective in Surf Tourism at Aljezur, Costa Vicentina, Portugal	2018		Portugal	?	SCOPUS +WOS
4	Beyond sustainable development	2018	teórica	Indonésia Taiwan	?	SCOPUS +WOS
5	A Proposed Sustainable Rural Development Index (SRDI): Lessons from Hajij village, Iran	2017		Irã	Propõe um novo sistema (SRDI)	SCOPUS
6	Measuring the sustainability of Cuban tourism destinations considering stakeholders' perceptions	2017		Cuba	?	SCOPUS +WOS
7	A socio-technical approach to the assessment of sustainable tourism: adding value with a comprehensive process-oriented framework	2019	Não é sobre indicadores, outro método de avaliação do turismo sustentável	Portugal	SISTEMA PRÓPRIO Método MCDA	WOS
8	Destination resilience and sustainable tourism development	2018	Resiliência e turismo sustentável	Não tem (Origem do autor: EUA)	Ciclo de vida de Butler	WOS

FONTE: A autora

BASE DE DADOS USP

A pesquisa nessa base resultou em 30 artigos, sendo 13 aceitos (43,5%), e 17 rejeitados (56,5%) de acordo com os seguintes critérios:

- 2 (6,5%) não abordam indicadores;
- 2 (6,5%) já foram contabilizados na WOS; e
- 13 (43,5%) estão fora do recorte temporal.

Dos artigos aceitos, sete são do Brasil; três do México; um da Colômbia; um da Espanha; e um de Cuba.

QUADRO 5 – BASE DE DADOS USP

	TÍTULO	ANO	OBSERVAÇÃO	PAÍS	INDICADORES	BASE
1	Turismo sustentável a luz de indicadores econômicos e visuais da paisagem	2020		Brasil	Não tem – teórico	
2	Methodological proposal based on indicators for the assessment of the landscape tourist potential in rural areas: the case of the municipality of Atlatla (Mexico)	2018		México	Propõe seu próprio sistema	
3	Evaluación de la sustentabilidad del turismo en Áreas Naturales Protegidas: propuesta de un modelo para el Parque Nacional Bahía de Loreto	2020	4 dimensões: socioeconômica, turística, ambiental e tecnológica	México	Propõe seu sistema	
4	Impacto Socioeconómico del Turismo de la ballena gris (Eschrichtius robustus), en dos localidades de la Reserva de la Biosfera El Vizcaíno, Baja California Sur, México	2019		México	Indicadores próprios	
5	Tourism Sustainability Baseline in Low-Income and Low-Population Municipalities of Colombia	2021		Colômbia	OMT	
6	Proposal of a Tourism Indicator System for Urban Destinations	2017	26 indicadores, 4 dimensões (sociocultural, econômica, ambiental e institucional)	Espanha	Propõe seu próprio sistema	
7	Aplicação e análise da pressão turística como indicador ambiental no Parque Estadual do Jalapão (TO)	2018		Brasil	OMT	

8	Indicadores ambientais aplicados ao turismo: um estudo na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia (PI)	2019	Apenas dimensão ambiental	Brasil	IBGE	
9	Indicadores de sustentabilidade para o turismo sustentável: um estudo no município de Bananeiras (PB)	2019		Brasil	SISDTur	
10	Uso de indicadores de sustentabilidade no contexto da atividade turística	2020		Brasil	Não tem - teórico	
11	Actividades turísticas e indicadores de sustentabilidade: Un estudio en un destino turístico brasileño (SANTOS e CANDIDO)	2018		Brasil	SISDTur (Hanai, 2009)	
12	Sustentabilidade social do turismo no município de Machadinho-RS	2020		Brasil	SISDTur (Hanai, 2009)	
13	Sostenibilidad y Desarrollo Local: Procedimiento para la Evaluación Integrada de los Destinos Turísticos Sustainability and Local Development: Procedure for Integrated Assessment of Tourist Destinations	2019	66 indicadores: 23 económicos, 25 ambientales; 18 sociais	Cuba	Indicadores próprios	

FONTE: A autora.